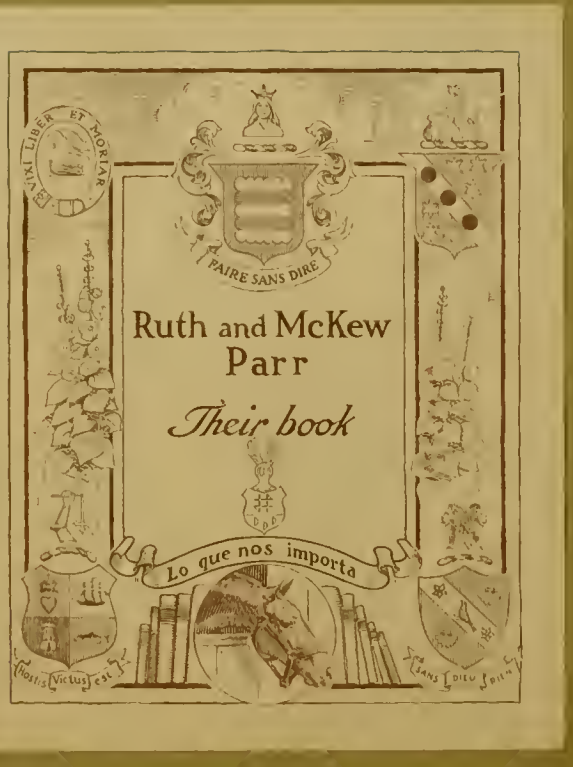
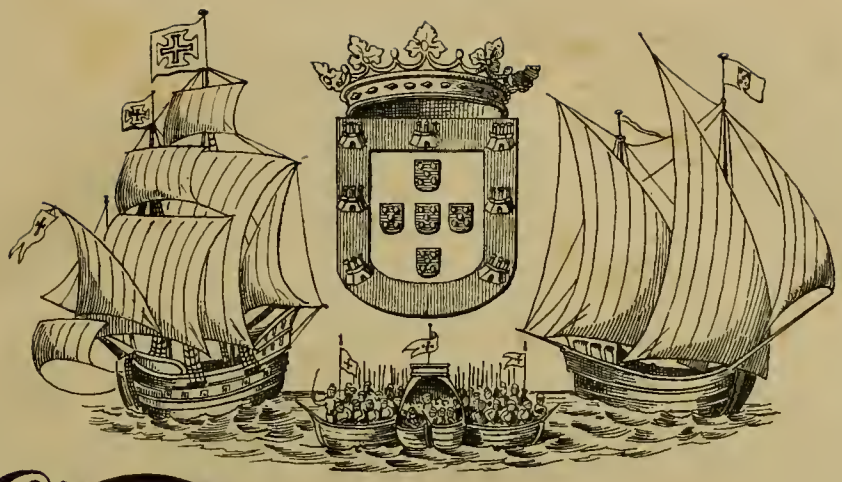

VIVAM LIBER ET MORIAR
FAIRE SANS DIRE
Ruth and McKew
Parr
Their book
Lo que nos importa

McKEW PARR COLLECTION

MAGELLAN
and the AGE of DISCOVERY

PRESENTED TO
BRANDEIS UNIVERSITY • 1961

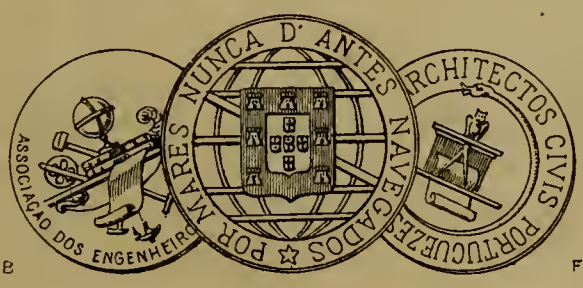


Descobrimentos, guerras e conquistas dos portuguezes em terras do ultramar nos seculos XV e XVI.

Por

E. A. de Bettencourt

Da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, membro fundador da Sociedade de Geographia de Lisboa e Socio da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes.



E A B FECIT.

LITH. MATTA & COMP.

LISBOA RUA DA MAGDALENA Nº 66

1881 – 1882

Prefacio

O presente livro é destinado a vulgarisar a historia dos descobrimentos, guerras e conquistas dos portuguezes, nas terras do ultramar, durante os XV e XVI seculos.

Resumir, pois, em poucas paginas a historia de taes commettimentos é uma necessidade tão requerida pela idéa de os vulgarisar, quanto é difficil comprimir em molde de acanhadas proporções a relação de factos tão importantes que, por si sós, caracterisaram uma das principaes épocas da historia do mundo.

Com effeito, quando prestamos alguma attenção ao arrojo com que a pequena nação portugueza se lançou no caminho dos descobrimentos, antes de nenhuma outra, ficamos bastante maravilhados ao lêr como os portuguezes souberam annullar os preconceitos de antigas crenças, devassando o oceano até então chamado tenebroso, rodeando quasi todo o continente africano em procura do caminho maritimo para a India, e dominando, quasi absolutamente, em um sem numero de povos e reinos de todas as outras quatro partes do mundo.

1958896

Ao presente, poucas obras se teem occupado especialmente d'estes factos, e as que os referem, ou são demasiado volumosas ou são como que monographias especiaes de um ou outro facto, de um ou outro heroe; e, em qualquer dos casos, menos proprias para darem um rapido conhecimento de tão grandiosos feitos.

Se por incidente se não encontrasse entre os factos notaveis dos resumos de historia patria, a narração de alguns descobrimentos portuguezes, a mocidade estudiosa acabaria a sua peregrinação escolar conhecendo melhor os factos da historia da Grecia, de Roma, ou ainda a dos tempos primitivos, do que as nossas proprias glorias, não obstante terem os portuguezes produzido uma verdadeira evolução em todo o mundo, pela dilatação da esphera da actividade scientifica, artistica, commercial e maritima; ao passo que, de muitos d'aquelles factos, beneficio algum resultou, que transpozesse os limites das localidades em que acontecerarn.

Estas circumstancias difficultam o estudo da parte mais importante da historia de Portugal, e impedem o povo de saber que, uma das maiores glorias da Europa, qual a do descobrimento da maior parte do mundo, que antes do XV seculo era ainda ignorada, foi devida á iniciativa da nação portugueza.

São, portanto, estes os factos de que nos vamos occupar, resumindo a sua relação ás proporções de um livro que possa ser lido em dois serões.

Não escrevemos para as sumidades litterarias, porque esses talentos privilegiados já teem necessariamente bebido, nas fontes principaes d'estes conhecimentos, uma instrucção muito superior áquella, que se poderia esperar de um livro destinado unicamente a dar ao povo um resumo historico d'aquelles feitos.

Dedicámos a este trabalho, durante alguns annos, todo o tempo de que mal podiamos dispôr, sem prejuizo nem dispensa das nossas obrigações de funccionario publico, comparando e analisando, nas bibliothecas publicas e particulares, a maior parte das obras portuguezas e estrangeiras que se occupam

d'este objecto, e os documentos ineditos que pudémos obter, e que serviram para esclarecer esta parte da historia: adquirindo, em tão longa como difficil investigação, o conhecimento de que, um grande numero de historiadores se acham discordes nas epocas de muitos dos nossos descobrimentos, e que alguns dos escriptores estrangeiros, por ignorancia, ou por qualquer outro motivo, attribuiram a compatriotas seus ou a individuos de outras nacionalidades, uma parte d'estes commettimentos.

Com tudo, devemos aqui declarar que, entre os escriptores estrangeiros, encontrámos muitos conscienciosos nas suas narrativas, alguns dos quaes deram á estampa, em nosso favor, documentos e manuscriptos muito valiosos, que descobriram nas bibliothecas dos seus e dos outros paizes.

Não nos releva o animo deixar taes acções sem que d'ellas façâmos aqui honrosa menção; e, oxalá, podesse ser galardoada como merecia á inteireza de seus autores.

Entretanto a cada um a gloria das suas obras; e, se levados de um mal entendido amor patrio, alguns escriptores esqueceram uma parte das nossas glorias passadas, não faltaram os Ritter, Reynal, Septenville, Blanqui, Walckenaer, Pelletan, Vagel, Major, Ruelens e Hamy, a quem devemos justas apreciações, bem mais importantes, que as desfavoraveis asserções de outros autores.

Parece-nos, portanto, claro que a historia de taes commettimentos se não podia limitar ao recontamento dos factos, sem discutir as opiniões encontradas de alguns escriptores; e, desejando nós referir unicamente a verdade, procuramos seguir sempre as opiniões mais autorisadas, citando a todo o passo os seus autores, para que o leitor possa facilmente certificar-se das razões que prevaleceram em o nosso espirito.

Nós tambem poderemos ter errado, e Deus nos livre de presumir o contrario: a historia, como a physica, tem os seus effeitos de miragem ou de refracção; e, deligenciando nós divisar a verdade, através de um meio tão difficil de penetrar como é o tempo,

facilmente poderemos ter tornado a imagem refracta-da pela real, desviando-nos assim do verdadeiro ponto que desejavamos attingir. E quem se poderá gabar de lhe não ter succedido outro tanto?

Tivemos todo o possivel cuidado em evitar a re-lação exagerada das bravuras portuguezas, que o snr. Alexandre Herculano tanto condemnou na sua his-toria de Portugal, quando disse que certos autores an-tigos faziam consistir a sua arte da historia, em elevar o valor nacional á expressão de 1 portuguez por 527 mouros, ou 1293 chins; mas não podemos deixar em olvido o que disseram autores acreditados; e lembramo-nos de ter lido algures, "que os portuguezes pareciam obstinar-se em tornar verdadeiras as patranhas caval-heirescas, que alguns modernos romancistas estran-geiros nos contam das antigas cavallarias."

Não. Não podem ser mentiras e exageros tudo o que se lê nas chronicas d'aquelles tempos; ou então for-çoso nos seria capitular de mentirosos todos quantos es-creveram das guerras da India, de Malaca e da Oce-ania, poisque todos são concordes na desproporção nu-merica entre as forças portuguezas e as indianas.

Mas não foi só a desproporção numerica dos com-batentes que causou tanta admiração, foi tambem a superioridade da artilheria, a sua grande quantida-de, e a qualidade dos petrechos e de tudo com que en-tão se fazia a guerra; poisque os mouros recebiam quasi directamente da Europa, de Veneza principal-mente, pelos portos do Mediterraneo, todos os arma-mentos e soccorros de que careciam, ao passo que os portuguezes só os podiam obter depois de darem volta á roda da Africa e nas épocas das monções.

Tambem é menos verdadeira a asserção de te-rem os portuguezes vencido na India, na proporção de 1 para 200, por combaterem cobertos de ferro e con-tra povos nus. E' justo saber-se que, tanto em Goa co-mo em Chaul, Diu, Columbo e Malaca os portugue-zes combateram contra inimigos defendidos por pei-tos e elmos de aço, usando espingardas, montantes e artilheria; e que os cercos d'aquellas praças se fi-zeram com bocas de fogo de enormes dimensões, e o ataque por meio de parallelas e caminhos cobertos

em zig-zags, systema que é ainda considerado na Europa como o melhor.

Não é grande o numero de documentos ineditos que pudemos consultar, comtudo pode dizer-se que relativamente são importantes. A copia do ms. de Valentim Fernandes foi um valioso achado, que nos habilitou a escrever com certeza dos descobrimentos das ilhas de Porto Santo, Madeira e das de Cabo Verde. A copia da carta da chancellaria d' el-Rei D. Manuel, feita em favor de D. Branca d' Aguiar, tambem é bastante valiosa por concorrer para firmar uma opinião sobre o descobrimento das primeiras ilhas do archipelago de Cabo Verde. A declaraçam de Malaca, encontrada pelo snr. Ruelens na bibliotheca de Bruxellas, tambem lançou muita luz sobre o descobrimento da Australia. Na bibliotheca do snr. marquez de Castello Melhor tivemos a ventura de encontrar alguns ms. egualmente importantes; e, finalmente, a publica-fórma do alvará em que el-Rei D. Manuel concede a João Alvares Fagundes a capitania de todas as terras e ilhas, que descobrisse na America e a copia da carta regia em que o mesmo monarcha concede a Gaspar Corte Real a capitania de todas as terras e ilhas, que descobrisse tambem na America, concorrem muito para encaminhar a uma opinião mais segura a questão do descobrimento da America do norte.

Cabe dar aqui conhecimento ao leitor da maneira porque descobrimos a copia do ms. de Valentim Fernandes, pertencente á bibliotheca particular de Sua Magestade El-Rei o Snr. D. Luiz I.

Em 1874 foi-nos indicado, por um particular amigo nosso, um ms. em forma de livro que, segundo dizia o nosso obsequioso amigo, tratava da viagem de D. Francisco d' Almeida, primeiro vice-rei da India, trasladada por Hans Mayr, escrivão da nau S. Raphael. Ora effectivamente o titulo d'esta relação acha-se por tal fórma collocado no principio do livro, logo depois de umas folhas em branco, que qualquer pessoa, que o abrisse sem uma extrema curiosidade e o folheasse, deparava logo ao principio com o mencionado titulo e facilmente se persuadiria que o livro

tratava só d'aquella viagem.

A nós, como a viagem de D. Francisco d'Almeida não foi contestada por escriptor algum, nem tão pouco relatada por differentes fórmas, pelo menos que o soubessemos, não nos pareceu que uma tal relação podesse vir a ser de grande utilidade ao presente trabalho, que já então traziamos entre mãos: comtudo, instados por mais de uma vez para ver o ms., e recordando-nos de que, no decurso das nossas investigações, muitas vezes nos tem succedido, tanto não encontrar o que procurâmos, como achar o que não buscàmos, determinámos ir vêr o livro; e, qual não foi a nossa satisfação ao deparármos com uma copia authentica do ms. de Valentim Fernandes, tirada em Munich em 1848!

Ora o snr. Major diz no prefacio do seu livro, <u>The life of Prince henry of Portugal</u>, fallando da lenda de Machin encontrada no ms. de Valentim Fernandes que, combinando este documento com outras provas (?), conseguiu restabelecer a veracidade da historia, até hoje muito disputada, do descobrimento casual da Madeira no XIV seculo pelo inglez Machin; mas, em vez de nos dar a integra da lenda a que se referiu, transcreve no capitulo V do mesmo livro uma versão differente d'aquella lenda, a qual diz ser, <u>como se acha narrada pelo possuidor da relação original manuscripta</u>, sem nos dizer onde fôra encontrada esta nova relacão, nem quem a authentica; o que, a nosso vêr, seria indispensavel para se poder apreciar o valor das asserções de um documento, com o qual se pretende alterar a historia corrente, relatada pelos nossos mais serios chronistas.

Parece-nos, pois, fóra de duvida que, não tendo o snr. Major dado no seu livro a integra da lenda do ms. de Valentim Fernandes, nem manifestado a razão porque lhe merecêra mais confiança a referida lenda do que a <u>Chronica da descoberta e conquista de Guiné</u> por Azurara, que tambem fazia parte do mesmo ms, se não pode, só pela leitura do livro do snr. Major, formar uma opinião imparcial e segura do supposto descobrimento de Machin;

poisque o leitor, tendo apenas conhecimento do extracto da relação original manuscripta, dado pelo snr. Major, ver-se-ha obrigado a seguir, passo a passo, a mesma ordem d'idéas, que o referido extracto suggeriu áquelle snr.

Graças, porem, á permissão que Sua Magestade El-Rei o Snr. D. Luiz I nos deu para podermos copiar, da sua bibliotheca particular, o ms. de Valentim Fernandes, transcreveremos no capitulo III d'esta obra, alem da noticia minuciosa do referido ms. que damos em seguida, a integra da lenda de Machin copiada do mesmo documento e dada por nós á estampa pela primeira vez.

No citado ms. de Valentim Fernandes encontra-se, como acima dissemos, uma Chronica da descoberta e conquista de Guiné por Azurara, a qual, na summa, não só é muito similhante, mas pode dizer-se quasi egual á chronica do mesmo descobrimento, publicada pelo conde da Carreira e visconde de Santarem. A composição, porem, e a numeração dos capitulos differem muito nas duas versões, sendo bastantes vezes o texto egual em periodos de um grande numero de folhas. Esta chronica de Guiné do ms. de Valentim Fernandes poderia ter sido tirada da chronica original, que os historiadores portuguezes asseguram ter desapparecido do reino logo depois de seu autor a ter concluido.

Noticia da copia do livro ms. de Valentim Fernandes, pertencente a Sua Magestade El-Rei de Portugal, o Snr. D. Luiz I.

Na lombada lê-se o seguinte:

"De Mires et peregrinatione Lusitanorum. M."
"S. Peuting."

Na capa, pela banda de fóra, tem a seguinte inscripção:

"De insulis et peregrinatione Lusitanorum."

Na folha da capa, pela banda de dentro, lê-se.

"Liber chuonradi Peutingez Augustani V. J. Do."
"ctoris 3. c."

Começa a copia do livro por um pequeno fac-simile do ms. original, e logo adeante o titulo seguinte:

'Cepta e ſua coſta.'
'quaderno primeyro'
'A deſcripçam de cepta poz ſua coſta de mau-'
'zitania e ethiopia pellos nomens modernos proſeguin-'
'do as vezes algumas couſas do ſartão da terra firme.'
'Scripto no anno de 1507.'

Seguem-se a este titulo algumas folhas em branco destinadas, talvez, á relação respectiva.

'Da Viagem de dom franciſco dalmeida primey-'
'ro viſorey de India.'
'E eſto quaderno ſoy trellavado da nao ſam zaſ-'
'ſael em que hia hans mayz poz ſcrivam da ſeitoria E'
'Capitam ſernam ſuarez.'

Segue-se a relação d'esta viagem.

'Das ylhas do maz oceano.'
'quaderno primeyro.'

Seguem-se a este titulo vinte folhas com os desenhos das ilhas, precedidos do seguinte indice:

'Sam miguel	IIIJ	folha
'terceyra	V	"
'Sancta maria	VI	"
'Sam jorge	VIJ	"
'do pyco	VIIJ	"
'do ſayal	VIIIJ	"
'a gracyoſa	X	"
'das flores corvo	XI	"
'Madeyra	XIJ	"
'Lançarote	XIIJ	"
'ſorte ventura	XIIIJ	"
'gran canaria	XV	"
'tanariſſe	XVI	"
'a gomeyra	XVIJ	"
'da palma	XVIIJ	"
'ho ſerro	XVIIIJ	"
'Sam nicolao	XX	"

'India'
'Das ylhas de Dyve.'

Segue-se a relação.

'Cepta cidade em ho eſtreyto herculeo'
'Emfronte de gybraltar.'

Segue-se uma relação das cidades, novoações, cabos, rios e costas da Africa até á Serra Leõa.

'Das ylhas do mar oceano.'

Segue-se uma relação das ilhas Canarias, da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde e S. Thomé e Principe; e a celebre lenda de Machim, a que o snr. Major se refere na sua The Life of Prince Henry of Portugal; e cuja integra nós damos no texto do Cap.º III.

Segue-se depois d'esta lenda uma copia da chronica escripta por Azurara, que pode ter sido tirada da que desappareceu do reino logo depois do seu autor a ter concluido.

"Elrey dom affonſo mandou collegez eſta coro-"
"nica de ſeu tyo ſ que elle ordenou no deſcubrimen-"
"to de guinee.

"Ho Iſſamte dom anrrique duque de. viſeu e "
"Senhor de covilhãa E aminiſtrador perpetuo no ſpi-"
"ritual e temporal da cavalleria da ordem de chriſto."

"ho coroniſta ſoy gomez anes de zurara pro- "
"feſſo cavalleyro e comendador na ordem de chriſto."

Depois de uma introducção sobre os beneficios resultantes dos descobrimentos, segue-se uma:

"Emvocaçam do autor prologo."

Esta invocação é proximamente egual ao cap.º II da chronica de Azurara, publicada, em 1841, pelo visconde de Santarem.

'A geraçom deſte Iſſamte.'

Sob este titulo segue-se quasi todo o texto do cap.º III da chronica de Azurara, acima referida.

"Louvores do Iſſamte"

Segue-se o texto do cap.º IV da chron. d'Azurara, com alterações.

"Porque zazam nom ouſavam os navjos paſ-"
"ſar aalem do cabo do bojador = cap.º primeyro."

Segue-se um texto egual ao cap.º VIII da chron. d'Azurara.

"Como gyl e annes natural de lagos ſoy o pri-"
"meiro que paſſou o cabo do bojador. E como la tor-"
"nou outra yez e com elle alvaro gonclz baldaya "
"= capitolo ſegundo."

O texto d'este cap.º é proximamente egual ao do IX cap.º da chron. d'Azurara.

'Como alvaro gonclz baldaya chegou ao zyo'
'douro'-caplo iij'

Texto proximamente egual ao do cap.º X da chron. referida.

'Das cousas que se sezerom nos annos seguin'
'tes - caplo iiij'

O texto d'este cap.º é proximamente egual ao do XI cap.º da chron. d'Azurara.

'De como antam gonclz trouxe os primeyros'
'catjvos = caplo v'

Segue o texto, menos as primeiras linhas, do cap.º XII da chron. referida.

'Como Nuno tristam chegou onde era antam'
'gonclz e como ho sez cavalleyro - caplo vi'

O texto é com pequena differença, o do cap.º XIII da chron. referida.

'Como antam gonclz e despois Nuno tristam'
'chegarom ante ho Jffante com sua presa = ca.º vij'

Segue, com sensiveis differenças, o texto do cap.º XIV da chron. referida.

'Como ho Jffante dom anrrique enviou sua'
'embaixada ao sanclo padre e da zeposta que'
'ouve = caplo viij'

Segue, com sensiveis differenças, o texto do cap.º XV da chron. referida.

'Como antam gonclz foy sazer zesgate primey-'
'zo = caplo viiij'

Segue-se um resumo do texto do cap.º XVI da chron. referida.

'Como Nuno tristam foy aa ylha de deget e'
'dos mouros que filhou = cap.º x'

Segue-se um resumo do texto do cap.º XVII da chron. referida.

'Como lançarote zequereo licença ao Jffan-'
'te para hir com seus navjos a guyniee = caplo xi'

Segue, com differenças, o texto do cap.º XVIII da chron. referida.

'Quaaes eram os capitães das outras ca-'
'zavellas e da primeyra presa que fizerom - c.º xij'

Segue-se, muito resumido e differente, o texto do cap.º XIX da chron. refer.

'De como sorom a ylha de tydez e dos mouros'
'que filharom = cap xiij'

Segue-se um resumo do texto do cap.º XX da chron. referida.

'De como tornarom lançarote e os outros nos'
'batees a tydez e os mouros que tomarom = cap. xiiij'

Texto resumido do cap.º XXI da chron. referida.

'De como sorom a tydez e dos mouros que to-'
'marom = caplo. xv'

Texto resumido do cap.º XXII da chron. referida.

'Como sorom ao cabo branco e das cousas que'

'hy ſizerom – cap̃. xvi.'

Texto resumido do cap.º XXIII da chron. referida.

'As caravelas como chegarom a lagos e como' 'ſalarom ao Iſſante –cap̃. xvij'

Texto um pouco differente do capitulo XXIV da chron. referida.

'De como o autor ſaz huma exclamaçam ſo-' 'bre a piedade daquelles mouros e como ſoy ſeita a' 'partilha – caplo xviij'

Texto um pouco differente do capitulo XXV da chron. referida.

'De como ho Iſſante ſez lançarote cavalleyro' '– caplo xviiij'

Texto muito differente do do cap.º XXVI da chron. referida.

'Como ho Iſſante mandou gonçallo de ſintra' 'a guinee e poz que guiſa ſoy morto – caplo xx'

O texto d'este cap.º abrange os dos cap.ºs XXVII e XXVIII da chro nica d'Azurara; mas com muitas differenças.

'De como antam gonclz̃ e gomez piriz e diogaſ-' 'ſonſo ſorom ao ryo douro – cº xxi'

O texto d'este cap.º corresponde ao do cap.º XXIX da chron. referida.

'De como Nuno triſtam ſoy a terra dos negros' 'e dos mouros que tomou – cº xxij'

Corresponde o texto d'este capitulo proximamente ao do cap.º XXX da chron. referida.

'Como deniz diaz ſoy a terra dos negros e dos' 'catjvos que trouxe – cº xxiij'

Corresponde o texto d'este capitulo proximamente ao do cap.º XXXI da chron. referida.

'De como antam gonclz̃ e garcia homem e diogo' 'aſſonſo partirom para o cabo branco – cap̃lo xxiiij'

Corresponde ao texto do cap.º XXXII da chron. referida.

'De como ſorom a ylha derguym e dos mou-' 'ros que em ella ſilharom – cap̃lo xxv'

Corresponde o texto d'este capitulo proximamente ao do cap.º XXXIII da chron. referida.

'Como Joham fernandez chegou aas cara-' 'vellas – cap̃lo xxvi'

Corresponde ao texto do cap.º XXXIV da chron. referida.

'De como antam gonclz̃ ſoy ſazer ho reſgate' '– cap̃lo xxvij'

Corresponde ao texto do cap.º XXXV da chron. referida.

'De como tomarom os mouros no cabo bran-' 'co – cap̃lo xxviij'

Corresponde ao texto do cap.º XXXVI da chron. referida.

"De como a caravella de gonçallo pacheque'
"e outras duas caravellas forom aa ylha de ergu-'
"eim – cap̃ xxviiij'

Corresponde proximamente aos cap.ºs XXXVII e XXXVIII da chron. referida.

AB. Os cap.ºs de XXXIX a XLIX da chron. d'Azurara, publicada pelos conde da Carreira e visconde de Santarem, não teem equivalentes na chron. d'Azurara do ms. de Valentim Fernandes.

"De como lançarote se aparelhou para hir so-'
"bre a ylha de tydez – cap̃ xxx'

O texto d'este cap.º não corresponde precisamente só a um ou outro dos capitulos da chronica referida.

"De como estas caravelas chegarom ao nylo'
"e dos guyneos que filharom – ca.º xxxi'

Corresponde ao texto do cap.º LX da chron. referida.

"De como o autor fala algumas cousas acer-'
"ca do ryo do Nylo – c.º xxxij'

Corresponde ao texto do cap.º LXI da chron. referida.

"Do poderio de nylo segundo os astronomos e'
"do seu crescimento = ca.º xxxiij'

Corresponde ao texto do cap.º LXII da chron. referida.

"De como as caravelas partirom do ryo e da'
"viagem que fizerom = ca.º xxxiiij'

Corresponde ao texto do cap.º LXIII da chron. referida.

"De como lançarote e alvaro de freitas filha-'
"rom xij mouros = c.º xxxv".

Corresponde ao texto dos capitulos LXIV e LXV da chron. referida.

"Como se ajuntarom cinco caravellas para'
"tornarem ao regno e do que ante fizerom = cap̃ xxxvi'

Corresponde o texto d'este capitulo proximamente aos cap.ºs LXVI e LXVII da chron. referida.

"De como a caravella de alvaro gonclz̃ de'
"tayde e a de picanço e a outra de tavilla fizerom'
"conserva e dos canareos que filharom = cap̃lo xxxvij'

Corresponde ao texto dos cap.ºs LXVIII e LXIX da chron. refer.

"De como tristam da ylha foy contra ho cabo bran-'
"co = cap̃lo xxxviij'

Corresponde ao texto do cap.º LXX da chron. referida.

"Como denis dias e palenço tomarom seys mou-'
"ros – cap̃lo xxxviiij'

Corresponde ao texto do cap.º LXXI da chron. referida.

"Das couſas que aconteçerom a zodigoeanes de" "travaços e a denis dias – cº R'

Corresponde ao texto do cap.º LXXII da chron referida.

"De como a caravella de Joham zarco chegou" "aa terra dos negros – capº Ri"

Corresponde ao texto do cap.º LXXV da chron referida.

"De como ho autor ſala na maneyra daquella" "terra – capº Rij"

Corresponde ao texto do cap.º LXXVI da chron referida.

"Das couſas que aconteçerom a Joham frz" "e do que vio naquella terra – capº Riij"

Corresponde ao texto do cap.º LXXVII da chron referida.

"Das legoas que eſtas caravellas do jſſante" "forom aalem do cabo e outras couſas – cº Riiij"

Corresponde ao texto do cap.º LXXVIII da chron referida.

"Das ylhas de canarea e de ſua maneyra de" "vivez – capº Rv"

Corresponde ao texto do cap.º LXXIX da chron referida.

"Da ylha de gomeyra – capo Rvi"

Corresponde ao texto do cap.º LXXX da chron referida.

"Da ylha do jnferno ou tamariffe – cº Rvij"

Corresponde ao texto do cap.º LXXXI da chron referida.

"Da ylha da palma – capº Rviij"

Corresponde ao texto do cap.º LXXXII da chron referida.

"Como ſoy povorada a ylha de madeyra e aſ-" "ſy as outras ylhas que ſom em aquella parte – ca-" "pº Rviiij"

Corresponde ao texto do cap.º LXXXIII da chron referida.

"De como o Jſſante dom anrrique zequereo a" "elrey os direitos de canarea – cº L"

Corresponde ao texto do cap.º LXXXIV da chron referida.

"De como tornou a caravella dalvaro dornellas" "e dos canareos que trouve – capº Li"

Corresponde ao texto do cap.º LXXXV da chron referida.

"De como Nuno triſtam ſoy morto em terra dos" "guyneos – capº Lij

Corresponde ao texto do cap.º LXXXVI da chron referida.

"De como alvaro ffrz tornou outra vez aa ter-" "ra dos negros e das couſas que la fez – cº Liij"

Corresponde ao texto do cap.º LXXXVII da chron referida.

"De como as viiij caravellas partirom de" "lagos e dos mouros que ſilharom – cº Liiij"

Corresponde ao texto do cap.º LXXXVIII da chron referida.

'Como gomez piriz ſoy ao ryo douro e dos mou-
'ros que tomou – capĩlo Lv'

Corresponde ao texto do cap.º LXXXIX da chron referida.

NB. Falta n'esta chron. o cap.º que deveria ter o n.º LVI

'Do que aconteçeo a joham ſrẽz quando levou'
'os mouros – capĩlo Lvij'

Corresponde ao texto do cap.º LXXXXI da chron referida.

'De como gomez piriz e os outros que com elle'
'eram ſilharom os outros mouros – c° Lviij'

Corresponde ao texto do cap.º LXXXXII da chron referida.

'Da caravella que ſoy a meça e dos mouros'
'que trouve – capĩlo Lviiij'

Corresponde ao texto do cap.º LXXXXIII da chron referida.

'De como Valarte joy aa terra de guynee e poz'
'que maneyra ſoy ſua ſicada' – capĩlo Lx

Corresponde ao texto do cap.º LXXXXIV da chron referida.

'De como antam gonclz ſoy zecebez a ylha de'
'lançarote em nome do Iſſante – capĩlo Lxi'

Corresponde ao texto do cap.º LXXXV da chron referida.

'Como ho autor declara quantas almas ſo-'
'zom trazidas depois do começo deſta conquiſta – ca-'
'pĩlo Lxij'

Corresponde ao texto do cap.º LXXXVI da chron referida.

Termina n'este cap.º a chron. do descobrimento de Guiné por Azurara, inserta no ms. de Valentim Fernandes.

Convem advertir que, comquanto tenhâmos dito que alguns dos textos dos cap.ºs de uma chron. correspondem aos da outra, ha comtudo entre elles sensiveis differenças, tanto d'orthographia como de composição.

No fim d'esta chron. acha-se o fecho seguinte:

'Deos ſeja louvado anno de 1506 aos 14 dias'
'de novembro acabey aqui de eſcrevez e trellada-z'
'eſta hiſtoria de guynee'
'Valentym'
'ſernandez' 'alemam'

'De prima inventione guinee'

Segue a relação de Diogo Gomes.

'De inſulis primo inventis in mari oceano'
'occidentis Et primo de inſulis fortunatis que nunc'

"de Canaria vocantur"

Segue a relação.

"De jnventione insolarum de açores"

Segue a relação.

"Jnsula de porto sancto juxta insulam de ma-
"deyra"

Segue a relação.

"Este livro he de roteaz ſ. de todo portugal e de
"galiza atee ſorlinga e oexamte E das ylhas de madey-
"za e dos açores e de guyniee. E começa de fallaz de
"como jaz a berlenga com ho cabo de ſyſterra"

Segue a relação.

"Ho livro das Rotas do caſtello de ſam Jorge"

Segue a relação.

"Das ylhas do maz oceano"
"quaderno ſegundo"

Seguem-se os desenhos das ilhas de S.ta Luzia, S. Vicente, S.to Antão, da Boa Vista, S. Thiago, Fogo, Brava, S. Thomé e Principe, Fernão do Pó, Anno Bom, Ascenção e S.ta Helena; e umas relações de outras ilhas e portos que, segundo uma nota posta a lapis na folha anterior, se achavam dispersas no ms. original.

Terminando a copia do livro ms. de Valentim Fernandes com a seguinte declaração:

"O abaixo aſſignado, paleograſo, e empregado
"na Bibliotheca Real e publica de Munich, declaro,
"que a preſente copia do manuſcrito de Valentim
"Fernandez Allemão ſoi poz mim fielmente traſla-
"dada do original com a ajuda do Ex.mo Snz. Maz-
"quez de Rezende.

"Munich, em 10 de Dezembro de 1848

"O Beneficiado José Klauſnez."

São tantos os favores que ficámos devendo por occasião de escrevermos este livro, já pelos valiosos documentos de archivos de familia que nos confiaram, já pelo empréstimo e indicação de outros livros; que, com razão, poderiamos ser accusado de ingrato se por tão valiosos auxilios, não deixassemos aqui estampada a expressão do nosso mais profundo reconhecimento.

Cumprimos gostosa e respeitosamente este dever, beijando, por tal motivo, as mãos de Sua Magestade El-Rei o Snr. D. Luiz I; e deixando como que vinculado a este protesto de gratidão, feito á pessoa do Rei, os nossos mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, por qualquer forma, nos coadjuvaram. Não indicamos nomes, por nos parecer que a ordem da indicação, qualquer que ella fosse, poderia significar preferencias que não devemos fazer, e em todo o caso consideramos mal cabidas na occasião em que tratamos de agradecer, sem mediz a importancia dos favores que recebemos.

E. A. de Bettencourt.

Cessem do sabio Grego, e do Troiano,
As navegações grandes que fizeram;
Calle-se de Alexandro, e de Trajano,
A fama das victorias que tiveram:
Que eu canto o peito illustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram:
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.

Camões. Lusiadas. C. I. - E. III.

Livro 1

"Les hommes sortirent enfin
des limites étroites où leur igno-
rance et leur timidité les avaient
si longtemps retenus, et, pour la
première fois, armés de la bous-
sole, ils conçurent un plan régu-
lier de recherches qui ouvrit un
champ immense à leur indus-
trie. La gloire d'entrer dans cet-
te brillante carrière était reser-
vée aux Portugais, situés à
l'extrême frontière de l'Europe."
A. Blanqui.

Capitulo 1

Conquista de Ceuta-1415.

É opinião assentada entre quasi todos os chronistas e historiadores que a conquista de Ceuta, em 1415, deve ser considerada como o primeiro passo no caminho dos grandes descobrimentos portuguezes; poisque, alem das informações que o immortal infante D. Henrique alli poude obter dos mouros, a respeito do deserto do Saharà e dos povos Azenegues, concorreu tambem para o bom exito d'estas emprezas o terem os portuguezes conseguido dominar nos mares do Algarve, fazendo respeitar alli o pavilhão portuguez, para poderem armar com segurança os navios que se destinavam aos descobrimentos.

Foi pelos mouros de Ceuta que o infante D. Henrique obteve mais certo e especial conhecimento do interior da Africa: assim o refere na Chronica da Descoberta e Conquista de Guiné Gomes Eannes d'Azurara, autor cuja opinião seguimos de preferencia nos descobrimentos iniciaes da costa d'Africa, não só por

ſez o principal hiſtoriador d'eſtes ſeitos, mas por ſez coévo e tez ſallado com quaſi todos os navegadores de que tratou; chroniſta a quem o illuſtre viſconde de Santarem preſtou honroſa homenagem.

Fundados, portanto, na opinião d'eſte e na de outros autores, entendemos devez conſiderar a conquiſta de Ceuta e os preparativos para eſta importante empreza, começados em 1412, como os primeiros paſſos da brilhante carreira dos deſcobrimentos portuguezes.[1]

Couberam ao infante D. Henrique na tomada de Ceuta as honras da diſtincção. Commandando uma grande e poderoſa frota, a maior que por ventura n'aquelles tempos ſe viu, e, ſendo o primeiro dos principes que tomou terra inimiga, combateu por eſpaço de cinco horas ſeguidas, obrando prodigios de valor. El-Rei ſeu pai, em honra d'eſtes ſeitos, armou-o cavalleiro, deu-lhe o ſenhorio de um logar no Algarve e o titulo de duque; e porque o infante foi o que n'aquella empreza mais lidou, e o que para ella concorreu com mais groſſas deſpeſas, fel-o tambem ſenhor da Covilhã.

D. Henrique, quarto filho d'el-Rei D. João I, era gran-meſtre da Ordem de Chriſto, dignidade que punha nas ſuas maõs a adminiſtração das enormes rendas da Ordem; poſſuia um genio emprehendedor e era perſeverante e generoſo: taes dotes juntos a tão grandes meios fizeram do infante o maior homem do começo dos tempos modernos, um heroe cujas obras aproveitaram ao mundo inteiro.

Ceuta acabava de ſez expugnada, e ſe o meſmo não ſuccedeu á villa de Gibraltar, como chegou a eſtar poſto em ordenança, foi porque o inverno eſtorvou o infante de pôr em pratica tão audacioſo deſignio.

A eſte plano não podia deixar de andar ligada a idéa de dominar no Mediterraneo;

Azurara no seu capitulo V assim o deixa perceber, e o illustre Visconde de Santarem do mesmo modo o entendeu, quando escrevia a introducção á chronica de Guiné.

No anno seguinte vieram os mouros em grande força cercar Ceuta, acontecimento que levou D. Henrique novamente áquellas paragens para fazer levantar o cerco.

Logo que o infante voltou do descerco foi residir em uma terra do Algarve, situada na ponta mais desgarrada de Portugal, a qual parece ter sido destinada pela natureza a servir de posto avançado á civilisação europêa. N'esta terra, cujo senhorio el-Rei havia dado a D. Henrique, fundou elle uma villa, que se denominou do Infante, e que devia servir para tracto e refresco dos mareantes, que fossem para o levante, ou viessem das costas occidentaes da Europa.

Sagres, no cabo de S. Vicente, poisque foi este o logar escolhido pelo infante para estabelecer a sua villa, era pelo occidente o terminus natural do mundo conhecido no começo do seculo XV, ao passo que o cabo Não marcava na Africa o limite até onde havia noticia de terem chegado os navegadores europeus.

O infante desejava fazer descobrir a terra que seguia para lá do cabo Bojador, da qual só houvera podido obter algumas informações dos mouros de Ceuta, poisque até áquella epoca não constava haver escriptura que d'ella désse noticia. Para esse fim era preciso penetrar no chamado mar tenebroso, e devassar-lhe os segredos, que muitas vezes tinham feito tremer de susto os mais audaciosos mareantes da peninsula.

O Atlantico do sul conservára, desde o dominio dos arabes na peninsula, a assustadora reputação de ser habitado por phantasmas e monstros marinhos, reputação que por muito

tempo embaraçou o infante de proseguir no descobrimento e exploração da costa da Africa.

Todos os annos mandava D. Henrique duas ou trez caravelas, confiadas ao cuidado de alguns dos seus mais zelosos criados, com ordem de passarem o cabo Bojador e irem o mais ao sul que pudessem. Estas tentativas, porem, repetiram-se por muito tempo sem outro resultado que o da exploração da costa da Africa até ao mencionado cabo, porque, por muito ousados e experimentados que fossem, os mareantes voltavam todos antes de tocarem o cabo, indo desforrar-se da sua pouca fortuna no mar do levante, ou na costa de Granada, onde faziam muitas presas aos mouros.

---

(1) Azurara. Chronica da Descoberta e Conquista de Guiné. Cap.os 5.º e 7.º
Barros. Decadas da India. D. 1.ª Liv. 1.º Cap.º 2.º
Candido Lusitano. Vida do Infante D. Henrique. Liv. 2.º
Soares da Silva. Memoria para a Historia de Portugal. Liv. 1.º Cap.º 16.º
Fr. Francisco de S. Luiz. Indice Chronologico dos Descobrimentos Portuguezes.
Duarte Pacheco Pereira. Esmeraldo de Situ Orbis. Liv. 1.º

Capitulo II

Descobrimento das ilhas de Porto Santo e Madeira, 1418-1419.

Quando o infante dava principio á serie de viagens de exploração que determinára mandar fazer á costa da Africa, succedeu que dois fidalgos da sua casa, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que com o infante tambem se haviam achado no soccorro de Ceuta, se lhe offereceram para irem passar o cabo Bojador e descobrirem a terra da Guiné.

Foram, portanto, mar fóra estes arrojados fidalgos, em uma pequena embarcação, que o infante lhes fez apprestar e prover de todo o necessario; mas, decorridas que foram algumas milhas, encontraram ventos de travessia, que os lançaram no alto mar, onde cozzeram por muito tempo á mercê de um grande temporal, até que se acharam sobre as costas d'uma terra desconhecida.

Zarco e Tristão dirigiram-se a terra para se abrigarem da tormenta, dando, por tal motivo, á ilha desconhecida a denominação de Porto Santo.

Tendo Zarco e Tristão reconhecido a ilha, voltaram apressados a dar parte ao infante, que largamente os galardoou, e lhes permittiu que fossem povoar a nova terra com muitas pessoas que para isso logo se offereceram, indo por capitão donatario da ilha, Bartholomeu Perestrello, fidalgo da casa do infante D. João.

Chegados que foram á ilha de Porto Santo, construiram suas barracas e se accommodaram o melhor que puderam. Tinha, porem, acontecido que, entre os animaes que Perestrello levou para a ilha, havia uma coelha prenhe, que, acertando de parir durante a viagem, foi lançada em terra com a sua prole. Estes coelhos, segundo asseveram quasi todos os escritores que escreveram d'aquellas ilhas, foram qual praga do Egypto, porque multiplicaram tanto que devastaram quasi todas as plantações que os colonos haviam feito. Bartholomeu Perestrello, desgostoso por este successo, ou talvez por não poder habituar-se a viver isolado na ilha, embarcou-se para o reino, e Zarco e Tristão foram em barcos construidos em Porto Santo examinar se seria alguma nova terra o traço escuro que um certo nevoeiro projectava constantemente no horisonte.

Singraram, portanto, na direcção d'aquella sombra, informe e fumosa, e ao passo que d'ella se aproximavam, assim se lhes foram patenteando as serras e os córtes abruptos de uma terra muito fragosa e coberta de espessa matta.

Zarco e Tristão descobriram assim a ilha da Madeira, e depois de a reconhecerem, tendo desembarcado em diversas angras e penetrado no interior, voltaram a dar parte ao infante, que os premiou com as capitanias das duas partes em que determinou dividir a ilha.

Azurara, Barros, Damião de Goes e ainda outros dizem positivamente que Zarco e Teixeira se dirigiam á Guiné ou a passar o cabo Bojador, e que foi uma tormenta que os levou á ilha de Porto Santo; sem admittirem que taes navegantes fossem em busca d'uma ilha, cuja noticia viera d'um captivo de Marrocos, como escreveu o snr. Major e alguns outros autores, que aceitam como verdadeira a lenda de Machin.

Falta, portanto, nos primeiros escriptores d'este acontecimento base em que se funde a ligação do descobrimento da Madeira por Zarco e Tristão com a lenda de Machin, que Antonio Galvão refere no seu Tratado dos descobrimentos antigos e modernos, e Francisco Manuel de Mello nas Epanaphoras de varia historia.

Na obra The life of Prince Henry of Portugal, defende o snr. Major a veracidade da lenda de Machin, e tanto calor toma n'esta defeza que bem mostra quanto se deixára convencer da existencia d'aquelle acontecimiento. E' tal a sua convicção, que chega a persuadir-se de ter descortinado na romantica Epanaphora amorosa de Mello os principaes traços d'uma verdadeira noção historica, julgando-a comprovada com o escripto de Valentim Fernandes, aliás muito divergente em pontos essenciaes da mesma lenda.

O snr. Major dá-nos pela seguinte fórma o extracto de uma lenda, que elle diz ser conforme se acha narrada pelo possuidor da Relação original manuscripta.

Traducção:

"No reinado de Eduardo III, um mancebo de boa familia, chamado Roberto Machin, teve a infelicidade de se enamorar de uma joven senhora, cujos paes, possuindo bens e jerarchia muito superiores aos d'elle, trataram-

com desprezo suas pretenções. Querendo evitar importunações, alcançaram do rei ordem de prender Roberto, e n'este intervallo casaram sua filha com um fidalgo, cuja condição era mais apropriada a manter a dignidade de sua familia.

"Como a dama, de nome Anna d'Arset ou Dorset,[2] correspondesse aos affectos de Machin, o mesmo foi sair elle da prisão, onde estava, que determinar-se a raptal-a.

"Com o auxilio de um amigo, que procurou introduzir-se como criado em casa dos paes de Anna, residentes em Bristol, foi afinal executado este plano, e d'alli partiram os amantes fugitivos em uma embarcação, que Machin já para esse fim tinha preparada e equipada.

"Sua intenção era navegar para França; mas um vento nordéste os arredou d'aquella costa, e, depois de andarem treze dias á mercê de um temporal, deram vista de uma ilha, onde desembarcaram. Acharam-na despovoada, mas coberta d'arvoredo e bem provida de agua e em excellentes condições para se habitar. Gosaram durante trez dias de segurança e tranquillidade, e, emquanto uns exploravam o interior da ilha, os outros examinavam de bordo as margens da costa; mas á terceira noute, levantando-se uma tempestade, deu com elles na costa de Africa. O susto e o soffrimento, porque passára até alli a infeliz senhora, haviam com este desastre chegado ao seu auge: expirou, passados tres dias de completa prostração mental. Foi sepultada ao pé do altar, que se erigiu em acção de graças por sua chegada, e, ao quinto dia depois do fallecimento d'ella, Machin foi tambem encontrado morto sobre a sepultura de sua amante. Os restantes companheiros sepultaram-no, depois embarcaram-se no batel do navio

(2) 'Dorset.' Este appellido não se encontra em nenhum outro autor.

que o temporal levára, segundo referimos, e, ao chegarem á costa de Africa, foram conduzidos á presença do rei de Marrocos, de quem ficaram captivos. Nas mesmas tristes circumstancias encontraram seus matalotes perdidos, que com o navio a tempestade arrebatára da ilha."

'Entre seus companheiros de captiveiro havia um João de Morales, natural de Sevilha, bom maritimo e experimentado piloto, a quem fizeram descripção da terra que tinham descoberto'.

'Por este tempo, a 5 de março de 1416, fallecêra D. Sancho, filho mais novo do Rei Fernando d'Aragão, deixando em testamento um quantioso legado para resgate de christãos captivos em Marrocos. Entre os resgatados por esse legado contou-se este João de Morales; mas o navio onde ia foi capturado pelo navegante portuguez João Gonçalves Zarco. Com tudo este, por compaixão, deu a liberdade aos infelizes captivos, retendo sómente Morales, cuja experiencia em materia nautica julgou poder ser de utilidade a seu amo, o infante D. Henrique. Zarco tinha ido, como diz Barros, em companhia de Tristão Vaz Teixeira, explorar a costa occidental da Africa. Assaltados do temporal, foram dar á ilha de Porto Santo. Isto ao que parece aconteceu no fim de 1418 ou principio de 1419. Foi de Morales que Zarco soube o descobrimento de Machin, e, partindo em um navio com authorisação do Infante e sob a direcção de Morales, fez o importante descobrimento da ilha da Madeira, á metade da qual deu o nome de Funchal, e á outra de Machico."(3)

Habituados, como estavamos, a acatar a opinião do illustre sabio britanico, não podiamos deixar de nos sentirmos profunda-

(3) Seguimos a traducção do snr. J. F. Brandão por sabermos que o snr. Major a autorisára no Athenæum, pag. 833, com a designação de 'fiel e elegante'.

mente magoados por uma pungente contrariedade, quando se nos deparou a deseza do descobrimento de Machin, tão habilmente desempenhada por aquelle escriptor.

Desejaramos concordar sempre com a sua opinião, seguil-a e citál-a até para credito nosso, como mais adeante teremos occasião de fazer; mas n'este caso se o fizessemos tornar-nos-hiamos aduladores, e nós, como portuguez, devemos ao snr. Major a consideração que deriva de um sentimento bem mais digno que o da adulação.

Em homenagem pois á verdade, que é o ponto de mira do nosso trabalho, permittanos o snr. Major que defendâmos aqui, conforme é nossa opinião, o primordial descobrimento das ilhas de Porto Santo e Madeira por Zarco e Teixeira em prejuizo da pretendida lenda de Machin.

Principiando, pois, por mostrar a importancia que a Epanaphora de Mello pode ter como documento historico, comparal-a-hemos com o escripto da collecção de Fernandes e com o de Antonio Galvão, citados pelo snr. Major, concluindo por emittir a nossa humilde opinião a tal respeito.

A lenda, contada pelo ameno autor das Epanaphoras, não foi relatada por nenhum escriptor do XV seculo, Azurara nada diz a tal respeito, e cremos que, se a tivesse por verdadeira, teria feito d'ella menção na sua Chronica de Guiné, como fez dos descobrimentos de outros estrangeiros.[4] O manuscripto attribuido a Francisco Alcoforado, e que Francisco Manuel de Mello diz ter-lhe servido para compôr a sua terceira Epanaphora, não apparece hoje em parte alguma, nem sabemos que outro algum escriptor tenha dado noticia d'elle.

(4) Azurara. Chronica da Desc. e Conq. de Guiné. Nota do Visconde de Santarem. 'E' de notar que o silencio ácerca de Roberto Machim e Anna d'Arfet parece indicar que este romance se não tinha ainda inventado no tempo do A.'

Em presença pois do silencio d'Azurara, parece-nos haver toda a razão para duvidar da authenticidade de um manuscripto, que ninguem mais viu nem encontrou; porque, tendo Azurara fallado com quasi todos os descobridores, e consultado todos os escriptos para compôr a sua Chronica,[5] parece-nos pouco verosimil ter-lhe escapado este escripto e tambem o seu autor, que Mello diz, nas Epanaphoras, tez sido companheiro dos descobridores da Madeira, e que devia viver no paço do infante D. Henrique ao tempo em que lá se achava Azurara.[6]

E' para notar que, sendo a Chronica de Guiné escripta sob os auspicios do infante D. Henrique, e tendo sido o manuscripto de Alcoforado, segundo diz ainda o autor das Epanaphoras, offerecido ao mesmo infante, este não tivesse feito narrar na Chronica, um acontecimento que, a tez sido verdadeiro, tambem deveria sez conhecido de todos os tripolantes das embarcações de Zarco, e portanto impossivel de conservar-se em segredo. O caractez probo do infante não nos permitte suppôr que elle fizesse occultar a mais verdadeira relação d'este acontecimento, expondo Azurara ás emendas e correcções de tantas testemunhas oculares.

Admittir, pois, a supposição contraria seria a maior offensa que a memoria do infante D. Henrique poderia soffrez.

---

(5) Azurara. Chronica da Descoberta e Conquista de Guiné. cap.º XXX. Nota (1) do Visconde de Santarem. "Recommendamos á attenção do leitor esta importante passagem, pela qual se mostra quanto esta chronica é preciosa pela sua authenticidade, visto que a dita passagem nos revella que Azurara não só consultára os documentos escriptos, mas até os mesmos descobridores, testemunhas oculares d'estes factos, visto que elle confessa não poder fallar da particularidade de que tracta, por Nuno Cristão ser já finado."

(6) Azurara. Chron. da Desc. e Conq. de Guiné. Introducção do Visconde de Santarem, pag. XI. "A sua fidelidade como historiador é incontestavel. O seu escrupulo e amor da verdade era tal que preferia antes deixar a relação de alguns acontecimentos imperfeita, do que completal-a quando não podia obter já as noticias exactas dos que os tinham presenciado. A sua authoridade como escriptor contemporaneo é immensa, pois Azurará viveu com o principe immortal que elle idolatrava, conheceu pessoalmente os principaes e intrepidos descobridores, os quaes pela maior parte eram criados do infante, e educados scientificamente debaixo de seus auspicios."

Estas circumstancias e o facto de não se acharem, em nenhum autor coevo, noticia de ter Alcoforado acompanhado os descobridores da Madeira, concorrem poderosamente para augmentar, senão confirmar, as suspeitas que de ha muito nutrimos sobre a não existencia de tal companheiro dos descobridores.

Nenhum escriptor antigo menciona o nome de Alcoforado, como companheiro de Zarco e Tristão no descobrimento da Madeira, salvo Francisco Manuel de Mello e a traducção franceza da supposta relação d'Alcoforado, publicada em 1671, a qual o snr. Dr. Alvaro Rodrigues d'Azevedo prova, nas suas bem elaboradas notas ás Saudades da Terra, de Gaspar Fructuoso, ser uma contrafeição boçal.

Nas referidas Saudades da Terra menciona Gaspar Fructuoso, como principaes companheiros de Zarco e Tristão, João Lourenço, Francisco de Carvalho, Ruy Paes, João Affonso, Antonio Gago e Lourenço Gomes.

Cordeiro indica-nos Ruy Paes, Antonio Gago, Gonçalo Ayres e Alvaro Affonso.

Apezar d'isto o nome d'Alcoforado acha-se incluido na relação que o snr. Major nos dá dos principaes companheiros d'aquelles descobridores.

Terá a traducção franceza da supposta relação d'Alcoforado, publicada em 1671, conseguido surprehender a boa fé do snr. Major?

Vejamos o que a tal respeito diz o snr. Dr. A. R. d'Azevedo.

"Temos presente a Relation historique acima citada, impressa em Paris, no anno de 1671, como obra de Francisco Alcoforado.'

"Ultimamente a Ex.ma Senr.a D. Maria de Oliveira, d'esta cidade do Funchal, a mandou reimprimir, na fé de que era o primordial monumento da historia do descobrimento da ilha da Madeira. E sel-o-hia, com effeito,

se tivera por auctor um dos companheiros de Jargo, como se diz que Alcoforado foi: então estaria irrefragavelmente provado o caso de Machim, e o como a noticia d'elle trouxe cá os noſſos portuguezes; porque tudo n'eſſe folheto se acha minuciosamente relatado. Mas a boa fé deſſa illuſtre ſenhora, como a de muitas outras peſſoas, foi ludibriada: tal eſcripto não é, não pode ſer d'Alcoforado; não paſſa de contrafeição da Epanaphora de Mello; é uma mera fraude, e tão boçal, que, figurando-se ahi ſer Alcoforado dos da expedição de Jargo, no anno de 1420, não obſtante, ahi apparece Alcoforado a referir-ſe á cidade do Funchal, a qual ſó em 1508, por carta de D. Manuel, cidade foi, como adiante ſe verá; a alludir á Aſia, de João de Barros, cuja primeira Decada ſó foi dada ao prelo em 1552; a duvidar do incendio das mattas virgens da Madeira, a reſpeito do qual não podia deixar de ſaber ſe o houve, ou não; e em fim a fallar pelo eſtylo ſeiſcentiſta do aprimorado Mello! — Fôra miſter que Francisco Alcoforado viveſſe uns bons duzentos annos, e que ſó ao cabo d'elles eſcreveſſe, para que diſſeſſe, e pela phraſe com que lá está, o que da Relation Hiſtorique conſta.

'Para que d'um lanço d'olhos os incautos ſe deſilludam, ahi vão confrontados dois trechos parallelos.'

'Texto da Epanaphora'	'Texto da Relation hiſtorique'
'Paſſouſe logo ao'	'.On paſſa en ſuite"
'Funchal, porque para re-'	'au Funchal, parce que,'
'paro das embarcaçoens,'	'comme nous l'avons dit,'
'eraõ, como diſſemos, os'	'ſes petites iſles eſtoient'
'Ilhéos mais acomoda-'	'plus propres pour la ſu-"
'dos, que a coſta; & pa-'	'reté des vaiſſeaux que-'
'recendolhe pella abun-'	'les côtes, et cette ſitua-'
'dancia da agua, & ſer-'	'tion leur paroiſſant, à'
'moſura do valle dos ſun-'	'cauſe de l'abondance-'
'chos, eſte ſitio muy idó-'	'des eaux et de la beau-'

'neo de povoação, deu' 'n'elle principio á Cida' 'de do Funchal, que em' 'breve sez illustre; cujo' 'primeiro Altar ofereceo' "a Deos sua mulher Con-" 'stança Rodrigues, ma-' "trona piadosissima, de-" 'baixo do orago & patro-' 'cinio de Santa Cateri-' "na Martyr. Contra o" 'que (não tão bem infor-' 'mado como costuma)' 'escreveo João de Barros' 'em sua primeira Deca-' 'da da Azia, antepondo' 'a esta fundação a de' 'outras duas Igrejas.'

"Da mesma sorte, he for-" 'ça que duvide do incen-' "dio, que elle affirma du-" "rou sete annos por toda" 'a Ilha. Ao que, parece,' 'implicão os bosques, q̃' "sempre n'ella permane-" 'cerão, dos quaes ha tan-' 'tos annos se cortão ma-' 'deiras, para fabricas' 'dos assucres.'

té de la vallée, très-pro-' 'pre à y fonder une co-' 'lonie, ils commencèrent' 'à y bâtir la ville de Fun-' 'chal, qui devint illustre' 'en peu de temps, et de la-' "quelle le premier autel" 'fut offert à Dieu par' "Constance Rodrigues," 'sous le patronage de' 'sainte Catherine, contre' "ce qu'a ecrit Jean de" 'Barros, moins bien in-' 'formé à cet égard que' 'de coutume, préposant' 'la fondation de deux au-' 'tres églises à celle-cy.' "Cette mépriſe me fait" 'doutez de l'embrasement' "qu'il assirme avoir du-" 'ré sept ans en cette isle,' 'auquel semblent contre-' 'dire les grands bois qui' 'y ont toujours demeuré,' 'quoy qu'on en ait cou-' 'pé une grande quanti-' 'té depuis plusieurs an-' 'nées, pour servir aux' 'moulins à sucre.'

"A Relation historique é toda assim: tra-ducção da Epanaphora.... falseada no no-me do auctor.'

'No anno de 1675 appareceu esta mes-ma fraude reproduzida em Londres no idio-ma inglez.'

"A evidencia d'ella, se não desconceitu-a, pelo menos não abona a lenda de Machin."

Mas a Epanaphora de Mello, já pela sua natureza evidentemente romantica, já-por ser perto de dois seculos e meio posterior

ao descobrimento da Madeira, e talvez trez á época em que se pretende dar por succedido o caso de Machin, está muito longe de poder ter a honra de ser comparada com a Chronica d'Azurara, ou com as Decadas de Barros; e de modo algum pode servir para decidir o caso.

Quanto ao inedito de Valentim Fernandes, deve saber-se que este ms. não passa de um aggregado de noticias varias, relatadas por diversos individuos, onde a par da lenda de Machin figura uma Chronica, tambem manuscripta, da Descoberta e Conquista de Guiné, por Azurara; e a Relação de Diogo Gomes, que o snr. Major cita a respeito do descobrimento das ilhas de Cabo Verde, e onde se lê, sob o titulo de 'Insula de porto sancto' 'juxta insulam de madeyra', o seguinte:

'Tempore infantis domini henrici quædam caravela cum tormento vidit insulam parvam quæ est juxta insulam de madera, quæ vocatur nunc porto sancto, non populatam'. Estes escriptos, quanto ao ponto que nos occupa, contradizem a lenda de Machin da mesma collecção.

Se algumas razões especiaes, por ventura, influiram para que a lenda de Machin parecesse ao snr. Major mais digna de confiança, que a Chronica da Descoberta e Conquista de Guiné de Azurara, que tambem faz parte da mesma collecção manuscripta de Fernandes, não o sabemos nós.

Para que o leitor possa devidamente apreciar as flagrantes contradicções dos trez primeiros propagadores da lenda, Fernandes, Galvão e Mello, damos em seguida a cópia, na integra, da lenda do ms. de Valentim Fernandes, extraida do original em 1848, e existente na bibliotheca particular de Sua Magestade El-Rei de Portugal.

Segue a cópia:

'Ylha de madeyra como foy prymeiramente achada e por quem E de que maneyra foy povorada.'

'Huum cavalleyro de ingraterra que avia nome machyn que foy degradado por seu delicto de ingra terra. E determinou de se hir para espanha. E comprou huma bartscha que he navio de 40 tonees com gavia E meteo toda sua fazenda dentro do navio, com uma sua mançeba e alguuns criados, e assi meteo cabras para seu comer, foy seu cammynho. E em vyndo atraves das berlengas deu tal tempo nelle que ho fez correr a balravento e foy dar comsigo aa ilha do porto sancto. E se espantarom quando virom terra, arribarom a ella e decerom em terra abuscar agoa e lenha que aviam mester E assy as cabras e bodes que lhes ficavam por serem magros e mortos de fame os lançarom a pacer. E esta terra era a ylha do porto sancto agora assi chamada.'

'E elles assy estando esclarecendo o tempo virom mais terra ao mar e fizerom vela e foram ver que terra era, e arribarom a huum porto onde agora chamam Matschiquo. E pos nome ao dito porto machyn E despois os castellanos corromperom ho vocablo e chamaromno malchico.'

'Ao dito cavalleyro yngres pareçeo bem o porto e a terra deçeo nella E mandou levar huum triquete vela para huma tenda e machados e souçes e barijs e todo o que avia mester para comer e repousar em terra, ho qual mandou armar a sua tenda sobre a borda da rybeyra, a qual era muy graciosa e desasogadiço de muytos peixes e muytas aves mansas atee as tomarem com as mãos.'

'Despois de repousados determinou em

ſy ſe avia algumas povoraçõẽs na terra. E tomando alguus mantijmentos e dous homens comſigo ſe ſoy pella ribeyra açima aos picos. E andou de pico a pico oulhando ſe vizia alguma povoraçam ou ſynal de gente. E andou la tres dias ſem achar nada, mas antes achou a terra cada vez mais aſpera e fragoſa de arvoredos grandes que pareciam chegar ao çeo emtam determinou de tornar para ſua tenda e gente.'

'Em vijndo o dito cavalleyro com ſeos dous homens por huma ladeyra para baixo donde já pareceo ho porto. E os criados nom vendo o navio no porto diſſerom ao Senhor que lhes pareçia mal e que entendiam que eram fugidos os marinheyros com o navio. E elle eſſorçandoos como bõo cavalleyro dizendo que elles nom fariam tal ruyndade, mas antes ſtariam tras alguma ponta, porque lhes poderia ventar alguun vento em quanto elles andariam fora, ou cortar alguna marra e caçariam. E os criados conſrangendoſe muyto e agaſtandoſe enfraqueçendo das pernas que nom podiam andar. E elle os eſſorçou e diſſe, filhos porque paſmais, e teveſtes coraçam por tammanha tormenta que janda temos paſſados, e ſe nos perderemos por eſſe mar buſcaramos remedio para nos ſalvar como fazem os outros, quanto mais que, eſtamos em terra muyto bõa e muyto graciosa e ayroſa de muyto peixe, e muytos pombos manſos, rolas codornizes, agoas muyto eſpeciaes em maneyra que ſempre nos poderiamos remediar. E que ſabemos, ſe deos por ventura nos quis eſcapar das tormentas para povorarmos eſta terra e lhe fazermos nella alguum ſerviço.'

'Leixemos o cavalleyro de como ſe vinha eſſorçando ſeos criados e digamos dos ma-

zinheyros e de seu navjo. Ho mestre e marinheyros como viram partir seu senhor para as serras, mostrando que aviam medo delle que querria povoar aquella terra com elles e os ter alli. Mas a verdade era que por cobiça das riquezas que tinham na nao determinarom a fugir. E requererom a mançeba que ficava em a tenda e assi huum moço pequeno com ella se querriam hir com elles, que elles determinavam de fugir. E ella disse que nom que nunca deos quisesse que ouvesse de leixar seu senhor. Emtam partirom o mestre com seus marinheyros e fizeram vela.'

'Aconteceo que hindo elles assi pello mar deu tempo nelles que foram ter a costa de berbaria e perderomse em huuns baixos. E escaparom delles para terra os quaes os mouros cativarom e os outros morrerom.'

'Leixemos cativos o mestre com alguuns marinheyros e tornemos ao cavalleyro que ficava na ilha.'

'Quando este cavalleyro yngres chegou onde tinha sua tenda armada que achou a mançeba e o paje, e de como eram fugidos os marinheyros pesoulhe muyto nomno dando entender aa sua companhia, mas amtes os esforçava e fazia que não dava nada por ysso dandolhes muytas razões e esforços e assy das bondades da terra como mantijmentos que nella tinham. E lhes dezia que bem podia nosso Senhor por alli trazer outros navjos por acertamento que os levassem aa terra dos christãos. E quando nom, que elle sperava com ajuda de nosso senhor ordenar e engenhar huum navjo ou batel que os levasse por esse mar onde fosse mais seu serviço. Sem embargo de todollos esforços nom prestou aamora da mançeba porque de pasmo morreo A qual foy a primeyra que enterrarom

neſta terra em huma jrmida que elle tinha ſeito aaqual poſ nomem ſancta cruz.'

'A mançeba enterrada entremeteoſe com ſeos criados a cortar huum pao groſſo e grande de que ſizerom huum batel com algumas ajudas de paos cavados com tornos de pao. E aſſi calaſetavam com limas de pedras. E eſtiverom nyſſo ſeys meſes em aquella teza. Emtam matarom muyto peixe e ſecaromno, e muytas aves que eſcalarom e ſecarom. E aſſi tomarom corchos e dragoeyros e encheromnos dagoa. E com aquelle peixe ſeco e aves, e aſſi com os barijs que ajnda tinham, e com o traquete da tenda ſizerom vela e partirom poz eſſe maz e ſorom daz comſigo em barbaria em aquella terra onde ſe perdera ſeu navio com outros ſeus criados, e alli ſayromem terra, e logo os cativarom os mouros. E elles andando aſſi vio os outros do ſeu navio que eram cativos e arremeteo a elles paraos matar. Quando os mouros aquello viromapartaromnos e perguntaromlhe a cauſa daſua peleja, pello qual eſtavom eſpantados poz elles ſerem todos chriſtãos, ho qual lhes ſoy todo contado. E logo o alcayde dy ho eſcreveoa elrey de ſez ſeu ſenhoz todo ho paſſado, aſſidas ilhas que acharom como da cauſa aconteçida deſte cavalleyro yngres. E logo poz elrey de ſez ſoy mandado de o levaz amte ſy. E elle ho contou todo poz ſeu truſymam do que lheſora acontecido.'

'E elrey de ſez veendo que ſe nom podia aproveitaz de taes ylhas e terras mandouo cavalleyro aelrey dom Joham de caſtella, com o qual elle entam tinha bõas pazes e amizades, ho qual deſpois de ſabido de todo aconteçido. Aſſy poz ocupações como poz guerza que tinha naquelle tempo com elrey deportugal, em maneyra que paſſou ho ſeyto aſſy em delonga, que morreo o cavalleyro yn-

gres e nom ouve que mais sobre yſſo acudiſſe. E nom embargante o gaado que ſicou na ilha de porto ſancto como ja diſſemos multipricou em tanta quantidade que a ilha era toda chea."

'Os caſtellanos em conquiſtando as canarias vierom tez a eſta ylha do porto ſancto com tempo e acharom nella as cabras de que fezerom carnaje e aſſi tomarom agoa e ſangue de dragam que tyram das arvores dragoeyras. E dy avante quando hyam ſobre os canareos ſempre vinham aa dita ilha fazer carnajem."

'Dalli poucos annos andando Joham gonçlz zarco darmada em huma barcha contra os caſtellanos veo tez ao cabo de ſam vicente ſem avez tomado alguuns dias nenhuma preza nem ſabendo poz onde hyriom fazez preza. Emtam diſſe huum caſtellão que com elle andava. Senhoz ſe quizeres tomaz boa preza vamos onde vos eu diſſez que he a ylha de Porto Sancto, onde os conquiſtadores de Canaria vão fazez ſua carnajem e tomaz ſua agoa, poz quanto como elles alli ſom ſaemſe todos em terra e tomalloemos os navios e deſpois cativaremos a elles em terra."

'E poſto que ouveſſe grande diſſerença nelles no navjo todavia forom la. E quando chegarom o porto ſancto, avia ja tres dias que os caſtellanos eram partidos, e acharom as ſogueyras feitas em terra e aſſi as tripas da carnajem e alguum gado morto. E fizezom tambem ſua carnajem e tomarom agoa e lenha e ſolgarom alguuns dias e olhazom a terra muy bem. E determinou logo o capitam de viiz povoraz a dita terra querendo ho Iſſante dom anrrique ſeu ſenhoz. E logo ho ſoy a buſcaz ao cabo de ſam vicente onde eſtava o Iſſante em ſagres e lhe contou tudo que vira e os deſejos que tinha de

povoraz aquella terra com ſua ajuda, com ho qual o Iffante ſoy muyto ledo e contente. E eſcreveo logo a elrey ſeu padre que eſtava em ſantarem pedindolhe de merçee as ditas ilhas para as povoraz E elrey lhes outorgou."

Da comparação, pois, d'eſta narrativa com as de Mello e Galvão reſultam divergencias eſſenciaes, das quaes vamos notaz as mais flagrantes; antes, porem, de entrarmos n'eſta comparação, permitta-nos o leitor que obſervemos o ſeguinte.

O caſo do caſtelhano denunciar os ſeus compatriotas aos portuguezes, para eſtes os captivarem e lhes tomarem os navios, não nos parece de todo o ponto acreditavel; mas ſe ſe-provar que Portugal e Caſtella não eſtavam em guerra n'eſta época, o caſo tem, irremiſſivelmente, de ſer reputado apocrypho.

O caſtelhano d'eſta lenda, Morales, ou outro que elle ſoſſe, não fallou da ilha da Madeira, mas ſó da de Porto Santo; e comtudo lê-ſe mais abaixo na meſma lenda, que el-Rei outorgára as ditas ilhas!

Eſtas incoherencias indicam bem, que a lenda do ms. de Valentim Fernandes fôra forjada em uma época muito poſterior áquella, cujos acontecimentos pretende fazer acreditar.

No mais, eſta lenda diſſere tanto das dos outros dois autores que, logo no principio, declara ter Machin ſaído de Inglaterra degradado por ſeu delicto e não fugido com uma dama nobre.

A dama que, nos eſcriptos de Mello e Galvão, é parte importante, no codice de Fernandes é uma entidade tão ſecundaria que, em vez de ſenhora nobre, e muito principalmente mais nobre que Machin, poderia ſer uma manceba trivial, que, como diz a lenda,

por cousa alguma deixaria seu senhor.

Pois uma dama ingleza nobre, chamazia nunca seu senhor a um individuo de estirpe menos elevada?

Mello e Galvão dizem que Machin fôra directamente á Madeira, ao passo que Fernandes o conduz primeiro a Porto Santo.

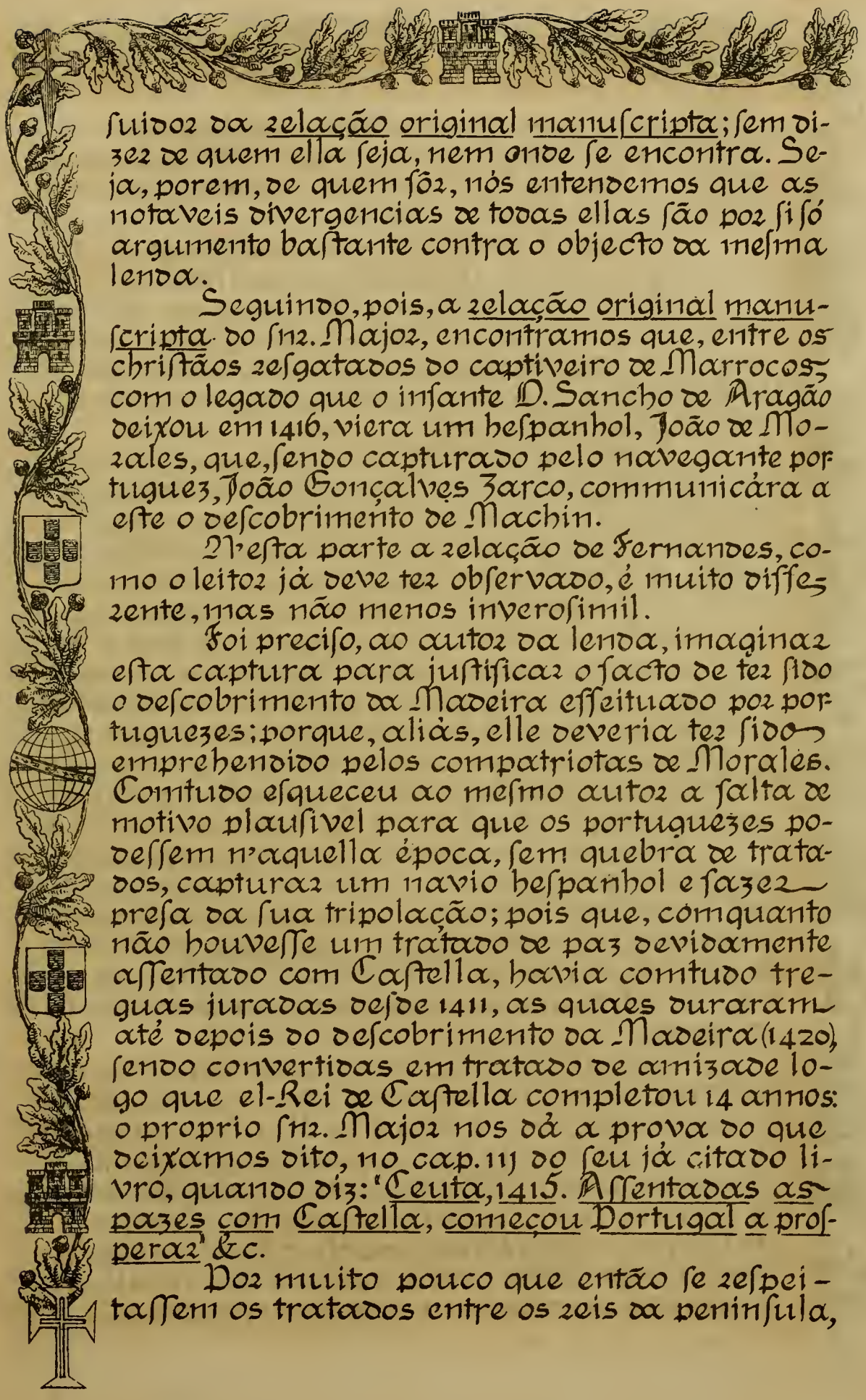
Fernandes não deu cabo do seu Machin na ilha da Madeira. N'este ponto Galvão e Fernandes estão de accordo, mas em contraposição com Mello, que, para crear a entidade Morales, fez morrer Machin na Madeira, 5 dias depois da morte de Anna de Arfet. Ainda assim, Fernandes diz 'e com o traquete da tenda fizerom vela e partirom'; e Galvão contra diz 'foi dar á Costa d'Africa sem vélas nem remos!

E com taes escriptos se pretende destruir as concordes asserções de Azurara e de Barros; o primeiro escriptor coevo do descobrimento da Madeira e ambos de uma seriedade e autoridade reconhecidas pelos principaes escriptores modernos; e com relação ao primeiro dos quaes, o visconde de Santarem, por mais de uma vez, dá publico e honroso testemunho na introducção e notas da Chronica da Descoberta e Conquista de Guiné

Como poderá reconhecer-se a verdade de uma noção historica em face de documentos tão controversos?

Quanto a nós, parece-nos que bem devêra ter ficado, a parte mais notavel da lenda, como diz o snr. Major no capitulo V da sua obra, considerada como mytho e o addicionamento como invenção.

O snr. Major, dizendo ter em seu poder os meios de restabelecer a verdade da noção historica de Machin, e julgando-a comprovada pela relação de Valentim Fernandes, dá no seu livro uma outra versão da lenda, á qual chama extracto da que foi narrada pelo pos-



ſuidoz da relação original manuſcripta; ſem dizez de quem ella ſeja, nem onde ſe encontra. Seja, porem, de quem fôz, nós entendemos que as notaveis divergencias de todas ellas são poz ſi ſó argumento baſtante contra o objecto da meſma lenda.

Seguindo, pois, a relação original manuſcripta do ſnr. Majoz, encontramos que, entre os chriſtãos reſgatados do captiveiro de Marrocos, com o legado que o infante D. Sancho de Aragão deixou em 1416, viera um heſpanhol, João de Morales, que, ſendo capturado pelo navegante portuguez, João Gonçalves Zarco, communicára a eſte o deſcobrimento de Machin.

Nesta parte a relação de Fernandes, como o leitoz já deve tez observado, é muito diſſerente, mas não menos inveroſimil.

Foi preciſo, ao autoz da lenda, imaginaz eſta captura para juſtificaz o ſacto de tez ſido o deſcobrimento da Madeira effeituado poz portuguezes; porque, aliás, elle deveria tez ſido emprehendido pelos compatriotas de Morales. Comtudo eſqueceu ao meſmo autoz a ſalta de motivo plauſivel para que os portuguezes podeſſem n'aquella época, ſem quebra de tratados, capturaz um navio heſpanhol e fazez preſa da ſua tripolação; pois que, comquanto não houveſſe um tratado de paz devidamente aſſentado com Caſtella, havia comtudo treguas juradas deſde 1411, as quaes duraram até depois do deſcobrimento da Madeira (1420), ſendo convertidas em tratado de amizade logo que el-Rei de Caſtella completou 14 annos: o proprio ſnr. Majoz nos dá a prova do que deixamos dito, no cap. III do ſeu já citado livro, quando diz: 'Ceuta, 1415. Aſſentadas as pazes com Caſtella, começou Portugal a proſperaz' &c.

Poz muito pouco que então ſe reſpeitaſſem os tratados entre os reis da peninſula,

não é crivel que os christãos, resgatados ao captiveiro dos infieis de uma nação inimiga, corressem o risco de virem a ficar captivos dos christãos de uma nação amiga.

Em taes condições é evidente que a captura de Morales se tornava impossivel.

Entretanto insiste o sr. Major em que os portuguezes, dando o nome de Machico a uma parte da ilha da Madeira, reconheceram por este facto que Machin os precedêra no descobrimento d'aquella ilha.

A invenção d'este nome teve necessariamente uma origem muito differente d'aquella que o sr. Major lhe attribue, visto que na ilha nenhum inglez ficou que podesse transmittir o nome de Machin aos descobridores; nem se provou nunca que estes tivessem encontrado a inscripção sepulchral da supposta Anna d'Arfet; e quanto á lenda, deve notar-se que, a mais antiga é quasi um seculo posterior ao descobrimento da ilha por Zarco e Teixeira, dando tudo isto logar a poder concluir-se que a lenda fôra inventada ad hoc depois de ter sido posto áquella localidade o nome de Machico.

Accresce ao que levamos dito que, a prova que pode derivar do nome de Machin em favor do descobrimento da Madeira por um inglez, é tão debil e problematica que nada evidencia, a não ser o desejo d' attribuir a outros que não os portuguezes o descobrimento d'aquella terra.

Com effeito, os portuguezes deparam com uma ilha no oceano, dão a uma localidade d'essa ilha o nome de Machico; e, quasi um seculo depois, vem um estrangeiro, e aventa pela primeira vez uma lenda, fazendo-a prender com o descobrimento da ilha por um nome, não perfeitamente egual ao d'aquella localidade, mas apenas tão similhante quanto preciso para fazer persuadir que a

corrupção d'este nome servira para denominar a referida parte da ilha: e, eis d'onde se deduziu em favor do descobrimento inglez uma questão que tem captado defensores acerrimos entre os escriptores, que não attendem a que não ha memoria de que os portuguezes tivessem em tempo algum denominado Machin á parte da ilha de que se trata.

Os historiadores e chronistas, que escreveram em uma época mais proxima do descobrimento da Madeira, foram: Azurara, que chamou ao referido local Machito, - Cadamosto, que o denominou Monchrico, - e Damião de Goes, que o nomeou Machico. O proprio Valentim Fernandes, citado pelo snr. Major, comquanto diga que um Machyn posera o seu nome áquelle logar (1) diz que 'agora' (antes de 1507), se chamava Matschiquo.

E não se diga que Machito fôra assim escripto na chronica de Azurara por erro de imprensa, poisque, para se acreditar esta asserção do snr. Major, seria preciso duvidar do que nos assegurou o honrado conde da Carreira, quando disse, que se dera ao improbo trabalho de copiar o codice pelo seu proprio punho, com escrupuloso empenho e grande difficuldade, assim de que não pudesse ser 'por qualquer modo alterado'; e desconfiar da revisão feita, 'á vista do texto original', pelo illustre philologo o snr. José Ignacio Roquette.(7)

E, comtudo, possivel que o nome de Machico, posto a uma parte da ilha da Madeira pelos portuguezes, tenha de jazer ainda por muito tempo envolto no mysterio; mas se nos lembrarmos de que os portuguezes costumavam dar os nomes das terras do continente ou da sua naturalidade aos paizes que descobriam, ou os denominavam segundo as cir-

(7) Chronica da Descoberta e Conquista de Guiné por Azurara - Introducção do Visconde de Santarem.

cumstancias do dia do descobrimento, do desembarque, e até da analogia que lhe encontravam com outras terras do reino; poder-lhe-hemos então achar mais de uma etymologia provavel na corrupção de muitos nomes portuguezes, taes como: <u>machete</u>-viola pequena, <u>machinho</u>-macho pequeno e <u>Monchique</u> nome de uma serra e de uma villa do Algarve, provincia de onde sairam os portuguezes, quando effeituaram o descobrimento em questão.

Parece-nos, portanto, forçoso reconhecer que <u>Machino</u>[8] ou <u>Machito</u>[9] não estão longe de poderem ser corrupção de machinho ou machete; assim como <u>Machico</u>, ou <u>Matschiquo</u>, como se acha na lenda do ms. de Valentim Fernandes, pode muito bem ser corrupção de Monchique.

Ainda assim, sem prova ou fundamento solido em que se baseie, quem poderá affirmar que a denominação de Machico teve este ou aquelle principio?

Se somos o primeiro a reconhecer a difficuldade de provar a derivação d'aquelle nome, tambem entendemos que no livro do snr. Major se não encontra a necessaria prova irrefragavel de que os nomes de Machico e Arfet sejam d'origem ingleza.

Se a sepultura da supposta Arfet tivesse sido encontrada na occasião do descobrimento da ilha, a noticia d'este achado teria necessariamente chegado ao conhecimento de todos os tripolantes da embarcação de Zarco tão rapidamente, que seria impossivel encobrir-se, caso alguem d'isso se lembrasse; e o achado teria irremissivelmente de ficar vinculado ao descobrimento da ilha, como o ficaram muitas outras circumstancias, em que todos

(8) Como escreveu Mello.
(9) Como escreveu Azurara.

os autores são concordes. Nós cremos até que, alem da impossibilidade de guardar tal segredo, a necessidade d'isso não podia passar pela idéa de nenhum dos descobridores, n'uma época em que se não podiam ainda sonhar as rivalidades, que depois se levantaram sobre o descobrimento d'aquella terra.

Ha ainda um ponto que é preciso não deixar sem reparo.

Como poderá entender-se que, se as ilhas de Porto Santo e Madeira tivessem sido descobertas entre os annos de 1317 e 1351, como diz o snr. Major, e sendo esse descobrimento tambem portuguez; como poderá entender-se, dizemos, que de tal descobrimento nos não ficasse noção alguma, escripta ou tradicional, indo, pelo contrario, as indicações d'essas ilhas parar só ás cartas estrangeiras?

O alvoroço que causou em Portugal a noticia do descobrimento d'essas terras em 1419, por Zarco e Teixeira e o asan com que muitas pessoas de todas as classes correram logo a povoar as novas ilhas, protestam bem alto contra a supposição de já terem sido estas mesmas terras descobertas por portuguezes ou estrangeiros ao serviço de Portugal.

Nós entendemos que as indicações de terras e ilhas oceanicas, bem ou mal lançadas nas cartas maritimas de épocas anteriores ao descobrimento authentico d'essas terras, não passam de addicionamentos feitos posteriormente, com o fim de augmentarem os conhecimentos geographicos, com a indicação das terras que se descobriram depois da construcção das referidas cartas.

Todas as pessoas, que estiverem acostumadas a lidar com cartas maritimas ou geographicas, sabem muito bem que estes addicionamentos são tão communs, que ainda hoje se praticam, sem idéa de falsificação; que

no XV seculo, época dos principaes descobrimentos, carta alguma poderia andar em dia com o rapido progresso d'estes feitos, e que por consequencia estes addicionamentos eram uma necessidade, tanto mais instante na occasião, quanto mais prejudicial para a historia; porque, sendo todas essas cartas manuscriptas, podiam n'ellas admittir-se muitas inserções nos espaços claros, sem todavia lhes ficarem vestigios de terem sido accrescentadas.

Os nomes com que se designam no portulano citado pelo snr. Major as differentes ilhas do grupo da Madeira, são a mais evidente prova de não terem taes ilhas sido incluidas n'aquella carta antes de 1420, pois que, sendo opinião geral, tambem partilhada pelo snr. Major, que as ilhas da Madeira foram povoadas depois do descobrimento de Zarco (1420), claro está que a denominação de Deserta, dada na referida carta a uma das ilhas, só poderia ter sido posta depois das outras ilhas se acharem povoadas; pois que antes, todas ellas eram desertas, e uma tal designação não poderia aproveitar só áquella.

Já Garção Stockler, no seu Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal, nos deixa vêr na nota XI, pag. 108, as duvidas que elle nutria a respeito das cartas e portulanos antigos, em que se dizia terem-se encontrado indicações de terras, cujos descobrimentos se effeituaram em épocas posteriores ás datas dos referidos portulanos.

Finalmente nota o snr. Major, no capitulo V da sua já mencionada obra, ter predominado perto de tres seculos a opinião de haverem sido as ilhas da Madeira e Porto Santo descobertas em 1419 e 1420; e attribue a Barros o erro d'essa supposição, dizendo que este escriptor excedera a autoridade do chronista Azu-

zara, de quem confessa ter tirado o processo do descobrimento.

Perdoe-nos o snr. Major: ha ainda aqui um equivoco. O processo do descobrimento que Barros diz ter tirado de Azurara é o da Guiné e não o da Madeira[10]; mas alem d'isto, tanto para uma como para outra relação, Barros serviu-se da escriptura d'Azurara e de Affonso de Cerveira, "cousas derramadas, e por papeis rotos e fora da ordem" &c.[11], e não da chronica propriamente dita, porque essa ao tempo já tinha desapparecido do reino.[12] E', portanto, tambem infundada a accusação de que Barros excedera a autoridade d'Azurara.

---

(10) Barros. D.1., Liv.1., cap.III. "Gomezeanes de Zurâra ã soy croniſta deſtes reynos de cuja eſcriptura nôs tomamos quaſi todo o proceſſo do deſcobrimento de Guiné"

(11) Barros. D.1., Liv.II., cap.1. "E poſto que tudo, ou a maior parte do que te qui eſcreuemos ſeja tirado da eſcriptura de Gomezeanes, & aſſi deſte Affonſo de Ceruieza: não foi pequeno o trabalho que tiuemos em ajuntar couſas derramadas, & per papeis rotos, & fora da ordem que elle Gomezeanes leuou no proceſſo deſte deſcobrimento."

(12) Azurara. Chron. da D. e C. de Guiné. Introducção do Viſconde de Santarem. ..... "Eſta chronica, apenas tirada dos apontamentos originaes do A., deſapareceo logo de Portugal, como diremos adiante..... Já no tempo de Damiam de Goes não havia noticia d'eſta chronica!

Damião de Goes. Chronica do Principe D. João, Cap. VI..... "mas póde ſer que o fizeſſe na hiſtoria de Guiné, que elle (Azurara) diz que compoz, de que não ha noticia,"

Capitulo III

Descobrimento da primeira ilha do archipelago dos Açores – 1432.

Os beneficios obtidos por aquelles que tinham ido povoar as novas ilhas constatavam já em Lisboa e começavam a produzir seus naturaes effeitos, desenvolvendo o ardor aventureiro.

Animado por este resultado, julgou o infante D. Henrique ser chegada a occasião de emprehender a exploração dos mares occidentaes; e, chamando o commendador de Almourol, Fr. Gonçalo Velho Cabral, encarregou-o d'esta viagem, recommendando-lhe que corresse sempre para o poente até descobrir a primeira terra que se lhe deparasse, da qual deveria trazer exacta relação.

Desaferrou o commendador Gonçalo Velho Cabral da villa de Sagres em 1431, e navegando, segundo as ordens do infante, sempre para o poente, avistou uns penedos inhospitos, onde o mar se revolvia; e julgando serem aquelles penedos a unica terra de que o infante tinha noticia, voltou descorçoado e triste ao rei-

no, a dar conta da sua desafortunada expedição. Estes penedos eram as Formigas, nome que seus descobridores lhe puzeram então.

O infante D. Henrique, longe de se enfadar, agradeceu muito ao commendador o descobrimento que fizera, e, com palavras muito affectuosas, communicou-lhe que era sua intenção mandal-o fazer segunda viagem; que os penedos por elle encontrados confirmavam a opinião de haver perto d'elles outras ilhas; e, portanto, que fosse novamente áquella descoberta, pois que d'esta vez encontraria proximo das Formigas alguma outra terra.

Partiu, com effeito, o commendador na direcção indicada, e, explorando com maior diligencia o mar das Formigas, ou sendo d'esta vez mais feliz que da primeira, avistou a 15 de agosto de 1432 uma ilha, á qual poz o nome de Santa Maria, por ter sido encontrada no dia de sua veneração. Reconheceu a ilha em redor por mar, ou por terra, conforme a vegetação ou a fragosidade da costa lh'o permittiam, e, tomando de tudo noticia exacta, voltou ao Algarve, onde o infante o premiou com a capitania da terra descoberta.

Tratou logo o commendador de povoar a ilha, sendo poderosamente auxiliado n'este empenho pelo infante D. Henrique. Muitos nobres e mecanicos se embarcaram, indo assentar a primeira povoação d'esta ilha perto de uma ponta do lado de oeste, em uma pequena praia onde corria um arrôio d'agua doce.

Capitulo III

Tenta o infante fazer passar o Cabo Bojador,—1433-1434.

Logo ás primeiras tentativas da exploração no oceano Atlantico, reconheceu o infante a necessidade de ministrar aos argonautas, que de futuro fossem mandados em busca de novas terras, algumas noções theoricas e praticas de mathematica e navegação; e, porisso, lançou junto da sua villa os fundamentos de uma escola que, d'ahi a pouco tempo, foi conhecida da maior parte das nações europêas pela denominação de Escola de Sagres.

Foi, portanto, no Algarve, ou antes em Sagres, que a marinha portugueza recebeu a sua primeira iniciação nas sciencias mathematicas, sendo seu iniciador o infante D. Henrique: assim como tambem foi do Algarve que sairam os capitães que primeiro metteram as prôas de seus baixeis á vastidão do oceano, proscrevendo a rotina, até então seguida, de navegarem á vista da costa, ou em singraduras ao mar e á terra.[1]

(1) Azurara. Chron. da D. e C. de Guiné. cap. XVI

A idéa que os povos da peninsula hispanica faziam antigamente da extensão da Africa para o lado do sul era tão falsa, que julgavam ser o cabo Bojador o seu limite, ou não existir para alem d'elle mais que arêaes desertos como os da Lybia ou do Saharà, onde tudo fenecia á mingua d'agua ou pelo excessivo calor. N'esta falsa, mas geral, supposição dos povos peninsulares, transluzia a idéa de um antigo aphorismo que dizia: Quem passar o cabo Não ou voltará ou não.

Mas o cabo Não havia sido dobrado durante o reinado de D. Affonso III, sem que o vaticinio se tivesse verificado, e o assustador phantasma passou então para o cabo Bojador, que, por muito tempo, foi o maior embaraço que de continuo se oppunha aos projectos do infante para descobrir a Guiné. "Como passaremos", diziam os navegantes, "os termos que puzeram nossos paes, e que proveito pode resultar ao infante da perdição das nossas almas e dos corpos tambem?"(2) E, arrazoando por tal forma, não havia meio de se conseguir que abandonassem tão falsas como inveteradas crenças.

Os capitães, que o infante expedia, levavam unicamente por encargo o accrescentarem mais alguns conhecimentos aos das viagens de seus antecessores; mas, voltando sem nada terem descoberto, eram, ainda assim, recebidos pelo infante com tanta bondade e paciencia que, longe de os reprehender pelo mau exito das suas viagens, muitas vezes até os premiava.

Decorreram assim 12 annos em tentativas infructuosas para passar o cabo Bojador, desde que o infante proveu á povoação da ilha da Madeira, até que em 1433 se armou mais uma

---

(1) Garção Stockler. Ensaio historico sobre a origem das mathematicas em Portugal. pag. 16.
Barros. D. 1., Liv. 1., cap. 1). ..... "levando sempre a costa na mão por rumo dagulhá ..... "& toda sua navegaçam era per sangraduras sempre a vista da terra."

(2) Azurara. Chron da D. e C. de Guiné.

barca, da qual o infante deu a capitania a um seu escudeiro, por nome Gil Eannes. Seguiu este o rumo de seus predecessores e, atemorisado tambem como elles, não passou alem das ilhas Canarias.

Os doze annos de tentativas infructiferas para passar o cabo Bojador, que mencionam quasi todos os autores, e que alguns começam a contar de outra data, fizeram com que mais modernos escriptores pozessem em duvida a verdadeira época d'esta passagem, e por isso Fr. Francisco de S. Luiz julga que Gil Eannes passára o cabo Bojador em 1429, ou em 1430; mas Azurara diz claramente no seu cap. VIIIJ, tratando da primeira viagem de Gil Eannes: 'E foe esto no anno de Jhũ Xpo de mil e quatro centos e trinta e trez.' E esta a razão porque contamos os doze annos a partir exclusivamente da época da povoação da ilha da Madeira (1420); não obstante terem-se já feito anteriormente algumas viagens para o mesmo fim, mas que decerto se fizeram com menos ordem e perseverança, pois o descobrimento da ilha da Madeira foi o que começou a fazer desenvolver no paiz o ardor por estas emprezas.

No anno seguinte de 1434 fez o infante armar outra barca, e, chamando de parte Gil Eannes disse-lhe, que novamente o encarregava da capitania d'aquella barca, para ir passar o cabo Bojador; que por muito grande que fosse o perigo em que elle viesse a achar-se n'aquella empresa, esse risco não poderia ser superior ao galardão que o esperava: portanto, que trabalhasse para passar o dito cabo, e, ainda que d'esta vez nada mais fizesse, isso lhe seria tomado em conta de sufficiente.

Gil Eannes quebrou d'esta vez o encanto ao cabo Bojador e desfez com a sua passagem a superstição de toda a peninsula, tornando o seu nome mais illustre que o de todos os seus

contemporaneos.

Este descobridor deu conta ao infante de, que, tendo passado o cabo Bojador, se dirigira a terra, mas que, não encontrando pessoa alguma nem indicios de haver povoação proxima, lhe pareceu conveniente trazer algum signal d'aquelle paiz; e, para prova de que o solo não era mesquinho de vegetação, como geralmente se suppunha, lhe apresentava algumas hervas que lá tinha colhido.

Capitulo V

Descobrimento das Angras de Ruivos e de Cavallos, da ponta da Galé, de porto do Cavalleiro, de Cabo Branco e das ilhas d'Arguin e das Garças, 1434 a 1443.

O infante tendo remunerado generosamente Gil Eannes, a ponto de o tornar invejado, pelos grandes favores que lhe concedera, mandou armar um barinel, cujo governo confiou a Affonso Gonçalves Baldaya, e fazendo-o acompanhar por Gil Eannes na sua barca, mandou-os seguir viagem até passarem o cabo Bojador.

Baldaya e Gil Eannes passaram alem do cabo umas 50 legoas, sairam em terra, mas não acharam povoação; comtudo, encontraram no terreno vestigios da passagem de homens e de camellos, e com estas noticias se voltaram ao reino. Parece que a este sitio se ficou chamando desde então Angra de Ruivos.

O infante D. Henrique, sempre preseverante na sua idéa, chamou novamente Affonso Gonçalves Baldaya e communicou-lhe a tenção que tinha de o mandar outra vez áquellas terras d'alem do Bojador; portanto, que lhe recommendava fosse o mais longe que podesse, e que empregasse toda a sua diligencia em chegar a ter-

za povoada, d'onde podesse trazer algum individuo para lhe servir de lingua, pois que, tendo elle encontrado na viagem precedente zasto de homens e de camellos, era de suppor que a povoação não fosse d'alli muito afastada.

Partiu, com effeito, Affonso Gonçalves Baldaya, e em pouco tempo passou o cabo Bojador e a praia onde tinha estado na viagem antecedente, indo surgir n'uma espaçosa angra: fez ahi lançar ferro, e, parecendo-lhe que a terra era plana, dispoz as cousas de forma que a podesse observar, fazendo para isso desembarcar dois cavallos que tinha levado; e, entregando-os a dois briosos mancebos da casa do infante D. Henrique, Heitor Homem e Diogo Lopes d'Almeida, ordenou-lhes que fossem explorar o paiz e que, se podessem haver ás mãos algum individuo d'aquelles logares, sem correrem o menor risco, o trouxessem, pois esse seria um serviço que o infante muito agradeceria.

Diogo d'Almeida e Heitor Homem seguiram pela margem de um rio acima, mas vendo uns poucos de negros que corriam para o mato, foram em seu seguimento; temendo, porem, os fugitivos serem apanhados no caminho, acolheram-se atraz de uns penedos, onde se defenderam dos cavalleiros, ferindo-se de parte a parte até que os negros poderam escapar-se para o interior do sertão. Voltando os nossos cavalleiros para o navio, surprehendeu-os a noute no caminho, de forma que só poderam alcançar a praia na madrugada do dia seguinte. Affonso Gonçalves Baldaya repetiu esta correria, mas não tendo podido obter melhor resultado, dispunha-se a abandonar o porto, quando viu em uma corôa d'areia grande multidão de lobos marinhos; fez matar muitos d'elles para lhe aproveitar as pelles, que eram estimadas no reino, e desaferrando d'aquella angra, que denominou de Cavallos, seguiu para o sul até á ponta da Galé, nome que este

navegante lhe poz por tez alli encontrado uma pedra que a certa distancia lhe parecera uma galé. Baldaya voltou a Lagos sem tez logrado sabez se a gente d'aquella ultima terra era gentia ou mourisca.

Seguiu-se a desgraçada expedição de Tangez em 1437, o fallecimento d'el-Rei D. Duarte em 1438, e algumas dissenções politicas, acontecimentos que motivaram a interrupção dos descobrimentos até 1440.

Em 1441, mandou o infante armar de novo um pequeno navio, cujo governo deu a Antão Gonçalves, com o encargo de iz ao porto dos lobos marinhos fazez provimento de pelles e d'azeite.

Tendo este capitão chegado áquelle pozto, deu-se pressa em fazez sua carga, e, fallando com Affonso Guttierres e com outros seus companheiros, disse-lhes, que tendo o infante tanto desejo de obtez algum indigena d'aquellas terras, muito assignalado e zetribuido seria o serviço de lhe levarem d'alli algum individuo, pois que sabia sez cousa pela qual o infante tinha feito muitas diligencias mas sempre sem zesultado. Combinado o plano, saiu Antão Gonçalves n'essa mesma noute em terra, com nove companheiros, e apprehendeu um mouro e uma moura negra, que trouxe para bordo.

A este tempo, chegava n'uma caravella áquelle porto Nuno Tristão, cavalleiro da casa do infante D. henrique, com ordem de passaz a ponta da Galé e trazez ao zeino algum individuo d'aquellas terras; mas sabendo que alli havia gente em que se podesse fazez preza, combinou-se com Antão Gonçalves e ambos fizeram uma nova sortida, que foi coroada pelos melhores zesultados. N'esta diligencia conseguizam aprezaz alguns naturaes, e entre elles um mouro que parecia sez seu chefe, ou pessoa de certa distincção. Por este feito Nuno Tris-

tão armou cavalleiro a Antão Gonçalves, sendo este o primeiro individuo que, n'aquellas tezas, foi feito cavalleiro; em memoria do que, ficou chamando áquelle sitio, Porto do Cavalleiro.

Antão Gonçalves voltou para Portugal com a sua preza, e Nuno Tristão seguiu a cumpriz seu regimento: passou o porto da Galé e chegando a cabo Branco saiu em terra, mas, não podendo fazer nenhuma preza, voltou para o reino.

Foi n'esta época que o infante D. Henrique enviou uma embaixada ao Santo Padre, sollicitando para a corôa d'estes reinos a doação perpetua de todas as terras que os portuguezes descobrissem na costa d'Africa, doação que o Papa concedeu por uma bulla com muitos privilegios.(1)

Nicolau V concedeu a el-Rei D. Affonso em 1450 a propriedade de todos os territorios que o infante D. Henrique havia descoberto. Este mesmo Papa ratificou a sua anterior determinação em 1454, concedendo a todos os reis de Portugal, successores de D. Affonso V, o direito a todas as conquistas d'Africa. Calixto III determinou que só os reis de Portugal podessem ir descobriz terras na costa occidental d'Africa.

Xisto IV confirmou as bullas de seus antecessores e concedeu á corôa de Portugal todas as terras que se descobrissem desde os cabos Não e Bojador até ás Indias.(2)

Tendo aquelle mouro distincto, que Antão Gonçalves tomára no porto dos Lobos marinhos, pedido que o levassem para a sua terra, para se remir por 5 ou 6 mouros captivos, e vendo Antão Gonçalves que n'isto fazia maior serviço ao

(1) Azurara. Chron. da D. e C. de Guiné. cap. XV
Barros. Decada 1. Liv. 1. cap. VIJ.
Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas &c. pelo Visconde de Santarem. Tomos VIIIJ e X.

(2) Torre do Tombo. Vide maços das bullas VIIIJ a Nº 1 - XIJ a Nº 27 - XVIIIJ a Nº 37 - XXV a Nº 10 - XXXV a Nº 24.

infante, requereu-lhe por isso licença para voltar á Africa com o mouro, licença que o infante concedeu, com a recommendação de indagar quanto podesse, não só d'aquellas terras, mas tambem das Indias e das terras do Preste João.

Saiu, portanto, Antão Gonçalves para a Africa com o mouro que lhe propozera resgate, e com outro que o accompanhava, e tendo arribado por causa do tempo, em breves dias largou novamente do Algarve. Chegando ao logar onde o resgate deveria fazer-se, lançou em terra o mouro, e seguiu depois pelo rio do Ouro indo deitar ferro a quatro legoas proximamente da sua foz.

Passados 8 dias, vieram áquelle logar cerca de 100 mouros para effeituarem o resgate, o qual se concluiu, recebendo Antão Gonçalves pelos seus dois mouros 10 negros e um pouco de ouro em pó, com o que se voltou para o reino.[3]

Em 1443 singrava de novo Nuno Tristão no rumo do sul, e a umas 25 legoas de cabo Branco descobriu uma ilha, d'onde sairam muitas almadias em direcção á caravella portugueza.

Nuno Tristão fez lançar fóra o batel com 7 homens de tripolação, os quaes, acercando-se das almadias, poderam tomar 14 negros, fugindo os outros a nado com tanta precipitação que alguns morreram antes de chegar á praia, e dos que lograram alcançal-a foram ainda aprehendidos uns 15.

---

(3) Azurara. Chron. da D. e C. de Guiné, cap.º XVI.

Capitulo VI

Descobrimento da ilha de S. Miguel-1444,-e do golfo de Gonçalo de Cintra-1445.

Tendo fugido um escravo da povoação que Gonçalo Velho Cabral assentára na ilha de Santa Maria, e andando á caça pelo mais alto de uma serra que fica para o lado do norte, divisou no horisonte uma outra ilha que lhe pareceu muito grande.

Sabia este escravo quanto eram apreciados no reino os descobrimentos de novas terras; e porisso correu a dar parte do que tinha visto a seu senhor, certo de conseguir por este motivo o perdão, e talvez a alforria. Esta noticia chegou ao conhecimento do infante, o qual mandou logo a Gonçalo Velho Cabral que fosse reconhecer a nova terra; mas o commendador não conseguiu encontrar d'esta vez a ilha, e tentando de novo em 1444, este descobrimento, largou da ilha de Santa Maria no rumo do norte, e foi achar-se em frente da terra, que procurava, a 8 de maio do mesmo anno, denominando-a ilha de S. Miguel, por ser este o dia da sua apparição.[1]

(1) Candido Lusitano. Vida do Infante D. Henrique. Liv. III.

Gonçalo Velho Cabral tomou noticia da terra, e, dando relação de tudo ao infante, recebeu em galardão a capitania de mais aquella ilha, a qual tratou de povoar no anno seguinte.

Se custa a comprehender que fosse preciso a Cabral fazer quatro viagens para descobrir as ilhas de Santa Maria e S. Miguel, no lapso de 12 annos, forçoso se torna admittir que este facto exclue toda a probabilidade de se haver verificado a supposição do snr. Major, sobre já terem sido descobertas estas terras, e tambem por portuguezes. Seria preciso que, de taes ilhas não ficasse noticia ou tradição alguma em Portugal para se justificar o facto de terem resistido tanto tempo a serem encontradas por Cabral; porque, não é crivel que, se já tivessem sido descobertas por portuguezes, esta noticia estivesse áquelle tempo de todo apagada entre a população maritima da costa de Portugal.

E' sabido que, tanto em Portugal como em qualquer outro paiz de uma grande costa maritima, a arte de navegar se conserva como que vinculada aos povos da mesma costa, passando de paes a filhos durante muitas gerações; e que, consequentemente, a tradição de acontecimentos notaveis é transmittida pelos velhos aos novos marinheiros, como parte da sua instrucção, ou é contada pela mãe a seus filhos no lar da familia.

O costume de relatar aos mais novos as proprias façanhas, e muitas vezes as historias que já seus avós lhe contaram, é tão geralmente usado entre os povos da peninsula, senão da Europa, que raro se encontra um palheiro da costa, ou uma choupana do campo onde as creanças se não agrupem, logo ao anoutecer, em derredor da mãe ou da avó.

(1) Cordeiro. Historia Insulana. Liv. 1. cap. 1.

sinha, para ouvirem, com absurdas e phantasticas historias, muitos contos que, como pergaminhos antigos, fazem parte da historia verdadeira da propria familia.

Cabral, ou o seu piloto Diogo de Senill, ou de Sevill, deve necessariamente tel procurado entre estes povos os tripolantes para o seu navio; poisque, sendo portuguezes como o proprio snr. Major assevera, e devendo ser entendidos nas cousas do mar, decerto não foram escolhidos entre a gente do campo. Posto isto, custa a crer que se não achasse, entre os marinheiros com quem Cabral fez a sua primeira viagem, um sequer, que lhe transmittisse, vagamente que fosse, a noticia de já ter havido outro descobrimento d'aquellas terras, sendo-lhe preciso emprehender segunda viagem para descobrir a ilha de Santa Maria, assim como lhe aconteceu com a ilha de S. Miguel.

Pois será crivel que, tendo a noticia de tantos outros factos, relativamente menos importantes, chegado até nós, atravez de muitos seculos e em condições mais difficeis, só o descobrimento de uma terra fronteira a Portugal e effeituado por portuguezes se olvidasse de todo em menos de um seculo, como se a immensidade dos tempos lhe tivesse feito passar por cima a esponja do esquecimento?!

O nome de San Jorzo, com que se designa uma das ilhas do Atlantico na carta catalan de 1375, citada pelo snr. Major no cap. xiv do seu livro, The life &c., que poderá provar, se não que tal indicação fôra alli inserida muito tempo depois de 1375? E quem nos assegura que esta data não fosse collocada n'aquella carta para designar simplesmente o começo de uma obra, onde successivamente se fossem lançando todos os descobrimentos que de futuro se fizessem?

O proprio exame d'aquellas cartas o-

ziginaes, feito hoje por desenhadores peritos na especialidade, seria infructifero para provar o contrario d'esta opinião; mas, quando mesmo se reconhecesse não ter havido n'estas cartas inserções posteriores á sua construcção, como poderá assegurar-se que taes cartas não tenham sido executadas no seculo immediato áquelle da era, que n'ellas se designa.

Pois não poderiam aquellas cartas ter sido copiadas e reformadas, bem ou mal, na parte que diz respeito ás ilhas dos Açores e Madeira, conservando-se-lhes comtudo os nomes de seus autores e as datas primitivas? A comparação de algumas das muitas edições que se teem feito da geographia de Ptolomeu, todas successivamente extrahidas umas das outras, mas muito differentes, em consequencia de as terem sujeitado ás formas dos continentes novamente descobertos, provará ao leitor que esta ideia, pela primeira vez emittida a respeito das cartas da collecção Laurenciana, Catalan e outras não é absurda.

Se attendermos, porem, á posição geographica dada nas referidas cartas ás differentes ilhas dos Açores, cairá por terra toda a supposição de que aquellas ilhas já estivessem designadamente conhecidas e por consequencia descobertas; poisque, estendendo-se todas ellas na direcção aproximada entre oes-noroeste e noroeste, nas referidas cartas acham-se dispostas na direcção norte-sul, sendo a Corvimarini (Corvo), bem ao contrario da verdade, a que n'aquellas cartas occupa uma posição geographica mais oriental e a que é representada como a maior de todas as ilhas dos Açores! e as de Sanzorzo, Delaventura, Licolumbi (? S. Jorge, Fayal e Pico), como julga o snr. Major, aquellas a que nas mesmas cartas se dá uma posição geo-

graphica mais occidental; mostrando, assim tanto a desorientada disposição d'estas ilhas, como os seus disparatados tamanhos, que taes indicações não merecem mais confiança do que as muitas ilhas semeadas ao acaso pelo oceano atlantico nas cartas antigas até ás supposta costas occidentaes da India (Cathai), cuja excessiva proximidade da Europa os geographos antigos suppunham.

Entendemos, portanto, que as ilhas desenhadas nas cartas em questão podem unicamente indicar a crença antiga e confusa da existencia de ilhas no atlantico, taes como a S. Brandão, a ilha Encoberta, a Antilha &c, a algumas das quaes se appropriassem depois os nomes das que se foram descobrindo; mas sem se terem emendado ou eliminado outras, cujo numero posição e dimensões se oppoem tenazmente a que se supponha terem sido lançadas alli com verdadeiro conhecimento da sua existencia.

Capitulo VIJ

Descobrimento de Cabo Verde e reconhecimento de alguns pontos da costa d'Africa – 1445.

Lançarote, um dos estrangeiros que, attrahidos pela fama dos descobrimentos portuguezes, viera a Portugal, obteve por este tempo licença do infante para ir com Gil Eannes e outros navegantes á Guiné. Chegando á ilha das Garças fizeram preza de muitos indigenas, passaram depois á ilha de Tidez, onde apprehenderam mais alguns, foram a cabo Branco e voltaram a Lagos; ahi deu o infante o grau de cavalleiro ao capitão Lançarote.

Em 1445 saiu Gonçalo de Cintra por capitão de uma caravella, com ordem do infante para ir directamente á Guiné; mas passando por cabo Branco determinou ir ás ilhas d'Arguim, e comquanto os companheiros lhe contrariassem o desejo, não poderam fazer com que elle seguisse, como lhe cumpria, a sua derrota até Guiné. Dirigiu-se, portanto, a uma das ilhas, mas tendo sido apercebido pelos naturaes, passou a outra onde lhe succedeu o mesmo; e

indo por fim para a ilha de Naar metteu-se n'um esteiro, onde ficou em secco quando vazou a maré, de maneira que, sendo atacado pelos indigenas em numero de duzentos, succumbiu na peleja com mais sete companheiros.

Por este tempo reconhecia Nuno Tristão a costa d'Africa, desde cabo Branco até Palmar.

Diniz Dias, a quem quasi todos os historiadores, seguindo Barros, chamam Diniz Fernandes, tambem havia obtido do infante D. Henrique licença para ir em uma caravella á Guiné. Este navegante foi, com effeito, de mar em fóra, e, sem ter tocado em ponto algum dos que anteriormente tinham sido descobertos, correu ao longo da costa de Guiné, até que foi visto de terra pelos negros, que, maravilhados do aspecto da caravella, cousa para elles mui estranha, se metteram alguns n'um pequeno batel, para irem ver de perto o que seria aquelle objecto que tanto excitava a sua admiração, mas aproximando-se da caravella e divisando que dentro ia gente, puzeram-se em precipitada fuga. Seguiu assim Diniz Dias sempre perto da costa, até chegar a um grande cabo, ao qual, pelo viçoso arvoredo que ostentava, deu o nome de Cabo Verde; desembarcou em uma ilha que ficava perto, e fazendo seu refresco, voltou para o reino trazendo quatro negros d'aquellas paragens.

Fr. Francisco de S. Luiz fixou o descobrimento de Cabo Verde em 1443 ou 1444, porque, não estando ainda publicada a Chronica d'Azurara ao tempo em que este illustre escriptor compoz o seu Indice Chronologico das navegações portuguezas, teve de se guiar pelas falsas Relações de Cadamosto, que, entre outros erros, commetteu o de dizer que este cabo tinha sido descoberto um anno antes da sua primeira viagem, que elle diz ter fei-

to em 1445.

Por muito tempo se julgou que as Relações de Cadamosto, escriptas em Vicenza em 1507, eram o primeiro escripto que se occupava dos descobrimentos portuguezes na costa d'Africa; mas a apparição da Chronica d'Azurara destruiu esta suppoſição e reduziu as mentirosas asserções d'aquelle autor á consideração que merecem.

A Chronica d'Azurara desappareceu do seio pouco tempo depois de ter sido escripta, como já dissemos, e só em 1837 é que o illustre Ferdinand Deniz encontrou uma copia na bibliotheca de Paris, que foi dada á luz pelas diligencias do conde da Carreira e do visconde de Santarem.

Entretanto as Relações de Cadamosto foram tidas por muito tempo como verdadeiras, e os autores, que por ellas escreveram sobre os descobrimentos da costa d'Africa, assignaram-lhes differentes datas, porque em vez de estrella que os guiasse, só encontraram a luz de um fogo fatuo que os lançou em caminho errado.

Já então muitos navegantes, alguns bem conhecidos pelos seus descobrimentos, corriam a costa d'Africa, para assentarem trato de mercadoria com os indigenas; chegando a cincoenta e tantas, as embarcações que no anno de 1446 sulcaram o mar denominado, pouco antes, tenebroso.

Capitulo VIII

Descobrimento dos rios Senegal e Gabite, — 1446 a 1448.

O capitão Lançarote e alguns armadores de Lagos pediram ao infante licença para irem á Guiné, e sendo-lhes concedida, trataram de armar 14 caravellas e de as provêr de todo o necessario para esta empresa. A 10 de agosto de 1446 sairam de Lagos estas caravellas sendo seus capitães Soeiro da Costa, Alvaro de Freitas, Gomes Pires, Rodrigo Eannes de Travassos, Gil Eannes, Estevão Affonso, Pallenço, Lourenço Dias, Vicente Dias e outros: indo Lançarote como capitão de toda a frota.

A este tempo sairam para egual fim outras caravellas de Lisboa e da Madeira, e como fosse perigoso e quasi impossivel navegarem de conserva umas ás outras, assentaram os capitães de todas ellas em se juntarem em cabo Branco.

Quando alli se acharam reunidas nove caravellas, tomou Lançarote o conselho de seus capitães que decidiram ir esperar mais tres dias na ilha das Garças pelas embarcações

que faltavam. Chegados a esta ilha encontraram quatro caravellas que já alli os esperavam, e reunindo Lançarote de novo o conselho, foi resolvido irem assaltar a ilha de Tider, o que fizeram com boa fortuna primeira e segunda vez, aprehendendo depois de um pequeno combate uns 57 naturaes. Foram depois a Tira e ainda ahi puderam tomar mais alguns escravos.

Lançarote fez dividir a preza, e por esta occasião alguns capitães, temendo que o inverno os surprehendesse n'aquellas pequenas e fracas embarcações, manifestaram o desejo de voltar ao reino; mas Gomes Pires, capitão de uma das embarcações, que era esforçado e de grande saber, por tal guisa fallou aos capitães das outras caravellas, que Lançarote, Alvaro de Freitas, Rodrigo Eannes de Travassos, Lourenço Dias e Vicente Dias o seguiram em procura do rio Nilo, correndo os mais companheiros varia fortuna.[1]

Entretanto Alvaro Fernandes, que capitaneava a caravella que seu tio João Gonçalves Zarco tinha armado, seguira sua viagem adeante de todos os outros, e descobriu o rio Senegal, que n'aquelle tempo se julgava ser uma das bocas do rio Nilo; taes eram, na época dos primeiros descobrimentos portuguezes, as erroneas noções geographicas dos antigos. Fernandes, depois de encher duas pipas da supposta agua do Nilo, passou á ilha de Beseguiche, hoje denominada Gorée, onde fez seu refresco, deixando, para signal da sua passagem, gravadas em uma arvore as armas e o moto do infante D. Henrique, Talent de bien faire; objecto que os das caravellas de Gomes Pires acharam, quando tocaram na ilha. Seguiu depois para o sul e descobriu ainda um cabo a que

(1) Azurara. Chron. da D. e C. de Guiné. cap. LI a LVIII.
Barros. Dec. I. Liv. I. Cap. XI.
Candido Lusitano. Vida do I. D. Henrique. Liv. III

poz o nome de cabo dos Mastros, poz tez alli encontrado uns troncos de palmeiras seccos e despidos como mastros.

Nuno Tristão passou 60 legoas alem de Cabo Verde e entrou em um grande zio, onde lançou ancora.

Indo depois n'uma lancha, com 20 homens pelo zio acima, encontrou 13 almadias com uns 80 negros que, vendo os portuguezes, se afastaram dissimuladamente em diversas direcções, mas logo que puderam, atacaram a lancha e, pelejando com armas hervadas, causaram tanto damno a Nuno Tristão e aos seus que, achando-se mal feridos quasi todos os que não tinham sido mortos, voltaram ao navio, onde foram morrez incluindo o capitão.

O escrivão do navio e quatro moços, que escaparam a esta catastrophe, a custo trouxezam a Portugal a embarcação, dando ao insante a noticia do desastre.

Alvaro Fernandes tornou á Africa, foi direito a Cabo Verde, tocou em cabo dos Mastros e descobriu o zio Gabite, ou de Lagos, onde lhe sairam ao encontro 5 almadias de negros arzemessando suas flechas hervadas, uma das quaes alcançou o capitão e o feriu; mas não houve maioz consequencia d'este ferimento, poz se tez logo tratado com triaga, que poz prevenção levára do zeino. Continuou a sua viagem, e a 110 legoas de Cabo Verde tentou saltaz em uma ponta d'areia, que fica junto d'uma enseada, mas como os negros lhe defendezam a saída em terra, voltou ao zeino onde zecebeu 200 dobras de premio, dadas pelos insantes D. Pedro e D. henrique.

Poz este tempo Gomes Pires, João Fernandes, Antão Gonçalves, Fernando Affonso e Ballarte, subdito dinamarquez, foram á Africa para diversos fins. Ballarte, porem, ia com Fernando Affonso propôz um tratado de segu-

rança ao rei de Cabo Verde. Chegando alli foi recebido com muita curiosidade por parte dos naturaes; mas estes, na ausencia de um que entre elles parecia ter certa autoridade e que tinha dado seguro aos portuguezes, armaram-lhes uma cilada prendendo o capitão Ballarte e os que tinham ido a terra com elle, alguns dos quaes foram mortos, segundo o testemunho de um d'aquelles que, para escapar, teve de fugir a nado para o navio.

Fernando Affonso, não tendo outro batel em que pudesse ir a terra nem podendo lá chegar a embarcação, entendeu dever voltar ao reino.

Capitulo VIIII

Descobrimento das ilhas Terceira e de S. Jorge, provavelmente em 1449.

Julga-se que em 1449 se descobriu a ilha Terceira por diligencias do infante D. Henrique; mas não se sabe ao certo o nome do descobridor, e mesmo é só por conjecturas que se fixa n'este anno a época do seu descobrimento; é, porem, possivel que tenha sido seu descobridor João Vaz Corte Real,[1] dando-se á ilha o nome de Terceira, (depois de ter tido o de Jesus Christo), por ser a terceira na ordem dos descobrimentos das ilhas d'aquelle archipelago.

Jacomo de Bruges, cavalleiro flamengo, foi em 1450 o seu primeiro capitão donatario.

N'este mesmo anno se diz ter sido descoberta a ilha de S. Jorge pelo capitão donatario da ilha Terceira.

Quanto ás outras ilhas d'este archipelago não se sabe ao certo a época dos seus descobrimentos, nem quaes fossem os descobridores.

Em 1459 recebia-se em Portugal a bulla,

(1) Antonio Herrera. Historia Generale de las Indias occidentales. Liv. I., Dec. I., cap. III.
Cordeiro. Historia Insulana. Liv. VI., Cap. I.
Candido Lusitano. Vida do I. D. Henrique Liv. V.

em que Pio II confirmava a egreja de Belem, mandada construir na praia do Rastello pelo infante D. Henrique, para ministrar aos navegantes que alli chegassem, ou que d'alli partissem, todos os soccorros espirituaes.[2]

A deploravel batalha d' Alsarrobeira, onde pereceu o infante D. Pedro, irmão de D. Henrique, acontecimento que por algum tempo trouxe acirrados os animos da nobreza d'este reino, e a conquista d' Alcacer-Seguer pelos portuguezes em 1458, concorreram poderosamente para a interrupção dos descobrimentos portuguezes até 1460.

(2) Visconde de Santarem: Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal, &c. vol. x.
Archivo da Torre do Tombo. Caixa VII da coll. especial.

Capitulo X

Descobrimento das ilhas de Cabo Verde, e fallecimento do Infante D. Henrique — 1460.

Antonio de Nolli, cavalleiro genovez ao serviço de Portugal, descobriu nos primeiros dias de maio de 1460 tres ilhas do archipelago de Cabo Verde, sendo a ilha de Maio ou Mayas, a ilha de S. Thiago, e a ilha do Fogo ou de S. Filippe. As outras ilhas d'este archipelago foram descobertas mais tarde por uns criados do infante D. Fernando.[1]

Dissemos já que Cadamosto escrevera a relação dos seus pretendidos descobrimentos, e que esta relação fôra publicada em Vicenza no anno de 1507. Estas relações deveram a reputação de verdadeiras, em que foram tidas por muito tempo, á desapparição da Chronica

(1) Barros: Dec. 1., Liv. 1j., Cap. 1.. "E no de quatro centos & sessenta, sez o Infante dom Henrique doação ao Infante dom Fernando seu sobrinho & filho adoptivo destas duas ilhas: Jesu & Graciosa,".....
"Neste mesmo tempo achamos que se descobrirão as ilhas a que ora chamamos do Cabo Verde, por hum Antonio de Nólle Genoues de nação & homem nobre: que pez algũs desgostos da patria veo a este Reyno com duas naos & hum barinel, em companhia do qual vinha hum Bartholomeu de Nólle seu irmão & Raphael de Nólle seu sobrinho. Aos quaes o Infante deu licença q. fossem descobrir, & do dia que partirão da cidade de Lisboa a dezaseis dias foram ter a ilha de Mayo: á qual poserão este nome, porque a virão em tal dia. E no seguinte q. era de Santiago & S. Philippe descobrirão duas que tem ora o nome destes Sanctos. No qual tẽpo erão tambem idos ao descobrimento dellas hũs criados do infante dom Fernando os quaes descobrirão as outras que por todas são dez".

da Descoberta e Conquista de Guiné composta por Azurara. Damião de Goes foi um dos autores que, desconhecendo a existencia d'esta Chronica, relatou o descobrimento das ilhas de Cabo Verde tal como Cadamosto o imaginára.

Em 1812 foram as relações de Cadamosto publicadas pela Academia Real das Sciencias, na Collecção de Noticias para a historia e Geographia das nações ultramarinas, precedidas de um prefacio, onde um illustre academico as considerou como documento de summa autoridade.

Fr. Francisco de S. Luiz tambem por ellas escreveu, no seu Indice Chronologico, o descobrimento das ilhas de Cabo Verde e de parte da costa d'Africa.

Concebe-se que não podendo ter estes autores, no tempo em que escreveram, conhecimento da Chronica d'Azurara, por se ignorar ainda a sua existencia, forçoso lhes fosse o referirem-se nos seus escriptos ás relações de Cadamosto; mas estas, e outras citações de escriptores autorisados, conservaram áquellas relações o credito que o acaso lhes tinha fornecido.

Cadamosto fixou os annos de 1445 e 1446 ás suas duas viagens, dizendo que Vicente Dias fôra o patrão da sua caravella, para poder confundil-a com alguma das 14 caravellas, que em 1446 sairam de Lagos, uma das quaes era capitaneada por Vicente Dias.[2]

Azurara relatando todos os successos do descobrimento da costa da Guiné até 1448, e dando conta dos capitães de todas as caravellas que foram a este descobrimento, não menciona entre elles o nome de Cadamosto, o que autorisa a suppôr que se elle foi na caravella de Vicente Dias, foi como simples mercador ou com emprego muito secundario, de

(2) Vide Cap. VIII.

quem Azurara nada achou que contar.

E', porem, preciso notar que Tiraboschi e Ramuzio, publicando estas relações em 1550, lhe substituiram as datas de 1445 e 1446, em que Cadamosto diz ter feito as suas viagens, pelas de 1455 e 1456: mas ainda mesmo que queiramos dar credito a quaesquer d'estas datas, as épocas d'alguns descobrimentos anteriormente feitos, que Cadamosto refere á data das suas viagens, são por tal forma desconcertadas que, quer se acredite a época que elle fixou, quer a de Tiraboschi, o resultado é sempre a confusão.

Analysemos:

Concedamos que Cadamosto tivesse feito a sua primeira viagem em 1445, como elle diz, e, "5 annos antes que eu fizesse esta jornada", diz Cadamosto, "foi descoberto o Senegal". Esta asserção iria collocar o descobrimento do Senegal em 1440, quando elle succedeu em 1446, como claramente diz Azurara nos cap. LXIII a LXXV.

Fallando de Cabo Verde diz que fôra descoberto no anno anterior, attribuindo por consequencia este successo ao anno de 1444, quando elle se realisou em 1445.

Se acceitarmos a data que Tiraboschi e Ramuzio lhe assignaram, isto é, a de 1455 para a primeira viagem, teremos o Senegal descoberto em 1450 e Cabo Verde em 1454, o que será um absurdo em presença das datas fornecidas pela Chronica d'Azurara e pelas Decadas de Barros.

Julgamos portanto inacreditaveis as relações de Cadamosto por contradictorias e incoherentes, e para o provar até á saciedade ouçamos ainda o que diz o illustre Lopes de Lima no cap. 1 da 2 Parte dos Ensaios estatisticos das possessões portuguezas no ultramar.

"Que o Cap. 1 da segunda navegação de

Cadamosto é um episodio tão farto d'erros, contradições e incoherencias, que por elle só se demonstra—que Luiz de Cadamosto nunca viu as ilhas de Cabo Verde, nem sabia como ellas eram, nem como estavam arrumadas no Mappa"—quod est demonstrandum.—Eu entro na analyse do capitulo apontado."

"Diz-nos o mercador Veneziano,—"que partiu de Lagos no principio do mez de Maio;—"passou as Canarias;-chegou a Cabo Branco, e estando ao mar delle, nessa noute o assaltou um temporal furioso do Sudoéste;—aguentou-se duas "noutes na volta de Oes-Noroeste;—e no terceiro "dia avistou duas Ilhas grandes: aportou a "uma, a que pôz o nome de Boavista: do alto de "uma montanha della os seus exploradores avistaram mais tres—uma ao Norte,—e duas ao "Sul, e pareceu-lhes vêz outras para o Poente, "mas muito mettidas pelo mar dentro: no dia seguinte chegou á vista das duas do Sul, e foi a "uma dellas, a qual denominou S. Thiago; porque lançou ancora nella no dia de S. Filippe e "S. Thiago. Achou nesta Ilha um Rio d'agoa doce, da qual se proveu,—Rio grande, no qual podia entrar á vontade um Navio de setenta e "cinco toneladas: ao longo desse Rio encontraram os seus—pequenas lagôas de sal branquissimo, e bello,—de que trouxeram grande "quantidade, e tambem acharam muitas tartarugas, de que fizeram diversos guizados, e elle "gostou"—....."Até aqui Cadamosto: agora a critica.—1.º—Como é possivel que quem partiu de Lagos no principio do mez de Maio, depois d'alguns dias de viagem, e uma tormenta, fosse lançar ancora em uma Ilha das de Cabo Verde em dia de S. Filippe e S. Thiago,—Festa que tanto pelo nosso kalendario, como pelo de Veneza, a Christandade celebrou sempre no primeiro dia do mez de Maio?!...—2.º—Como é que achando-se este navegador ao mar de,

Cabo Branco—e por conseguinte em mais de 20 graus e meio de Lat. N.—(e 4 graus e meio ao Norte da Boavista) e descahindo o seu Navio tres dias para Oesnoroeste, com vento furioso de Sudoeste, foi avistar entre outras a Ilha da Boavista, que lhe demorava antes no Ponto da partida cem legoas ao Sudoeste,—exactamente donde soprava o vento?!!... Isto é nauticamente impossivel; ainda a vapor seria difficil: mais facil lhe fôra iz avistar a Ilha Encoberta, da qual tão seriamente nos falla o bom do Faria e Sousa—3°—Da ilha da Boavista avista-se ao Norte, em tempo claro, a Ilha do Sal, que lhe fica a oito legoas; mas desde Cadamosto até os nossos tempos nunca mais de lá se pôde vêr a Ilha de S. Thiago, a qual jaz ao Sudoeste, a mais de vinte e cinco legoas de distancia: da mesma ilha do Maio, que só dista quinze legoas, apenas se devisa a sombra em tempo mui claro: ao Poente fica S. Nicolau quasi tão longe como S. Thiago: assim os exploradores da Boavista nunca podiam della avistar mais que uma Ilha ao Norte, e quando muito a sombra de uma ao Sul ...—4°—Nem na Ilha de S. Thiago, nem em alguma das Ilhas de Cabo Verde, ha um só Rio d'agoa doce; mas apenas pequenas zibeiras ou riachos no interior, que só na força das agoas (que não é ainda em Maio) desaguam no Oceano com tão pouco cabedal, que nem uma pequena canôa poderia mesmo então nadar sobre ellas: Um Rio grande, e largo d'agoa doce, no qual podia entrar à vontade um Navio de setenta e cinco toneladas—é um bello presente poetico, que Cadamosto liberalisou à Ilha de S. Thiago, cujos habitantes muito lho agradeceriam, por certo, se elle podesse realisar tal sonho,—e muito mais topando-se ao longo desse zio dilicioso lagôas de sal branquissimo e bello,—producção que nunca houve na Ilha de S. Thiago, aonde se não vê um só pal-

mo de terra propria para salina, bem como nunca em suas pequenas praias se apanhou uma tartaruga; pois que só acodem ellas ás grandes praias de arêa das Ilhas do Sal e Boavista, e outras de Barlavento.... E merecerá ainda credito uma tal narrativa?!!... Demasiado tempo tem ella illudido Escriptores de boa fé."

"Estou por todas estas razões convencido, que Luiz de Cadamosto, como mercador que era, mercadejando em viagens alhêas, e demorando-se em Lisboa até 1463, assim como publicou por sua conta a viagem de Pedro de Cintra, fez tambem cabedal proprio da de Antonio de Nolle, Genovez, primeiro descobridor da Ilha de S. Thiago; a qual enseitou a seu modo, (mas como quem nunca vira o que descreveu), e nella tomou um quinhão, que lhe não cabia, forçando para esse fim a data do descobrimento."

"Elle contentou-se de ir em dous annos successivos com Pilotos Portuguezes praticos já daquellas partes ao resgate nos Rios de Guiné, melhor cevadeira para um experto armador Veneziano, do que o descobrir Ilhas desertas. Tal é a minha persuasão."

Esta é a opinião de Lopes de Lima, a respeito da qual diz o illustre escriptor inglez no seu livro, The life of Prince henry &c., citando a proposito a relação de Diogo Gomes, do ms. de Valentim Fernandes, "É uma circumstancia feliz que os promenores fornecidos por este ultimo documento coincidam e confirmem a escrupulosa critica feita em 1844 por um sabio portuguez" (Lopes de Lima), "sobre a narrativa de Cadamosto, isto na completa ignorância da existencia do manuscripto acima alludido." Mas se concordamos com o snr. Major sobre não ter sido Cadamosto o descobridor das primeiras ilhas de Cabo Verde, discordamos comtudo em assentar que fosse Diogo Gomes o seu verdadeiro descobridor.

O snr. Major dá, no cap. XVI do seu livro, a traducção da relação de Diogo Gomes, para provar ter sido este o descobridor das primeiras ilhas do archipelago de Cabo Verde.

Esta relação, escripta em latim, acha-se incorporada na collecção de V. Fernandes, da qual tambem tirámos uma copia, que nos habilita a fixar a nossa opinião a tal respeito.

A relação é um pouco extensa e por isso damos aqui, só a traducção da parte que interessa saber.

. . . . . .

...'Eu' (Diogo Gomes) e Antonio de Nolli d'aquelle porto de Zaza navegámos dois dias e duas noutes em direcção a Portugal, e vimos ilhas no mar, e porque a minha caravella era mais veleira do que a outra cheguei primeiro a uma d'aquellas ilhas, onde vi areia branca e parecendo-me bom porto, lancei ferro e bem assim Antonio, e disse-lhe que queria ser o primeiro a ir a terra e assim fiz, e nenhum indicio alli encontrámos de homens.'

'A esta ilha demos o nome de Santiago, que ainda hoje conserva.'

. . . . . .

'Depois vimos a ilha Canaria que se chama Palma e depois fomos á ilha da Madeira, e querendo ir para Portugal por causa do vento contrario fui parar ás ilhas dos Açores.'

'Antonio de Nolli esperou na ilha da Madeira, e com melhor tempo chegou antes de mim a Portugal e pediu ao rei a capitania da ilha de S. Thiago que eu tinha descoberto, e o rei lh'a deu, e elle a conservou até á sua morte. Eu com grande trabalho cheguei a Lisboa.'.....

E' notavel que, sendo a caravella de Gomes mais veleira que a de Nolli, occorresse logo um vento contrario que a afastasse para os Açores, dando assim logar a que Nolli, aproveitando melhor occasião, chegasse primeiro a

Lisboa.

E' egualmente notavel que, tendo Gomes chegado a Lisboa, já se vê não muito depois de Nolli, pois que se elle partiu adiante, foi com o intuito de chegar primeiro, já encontrasse a capitania das ilhas concedida e tudo concluido na pessoa de Nolli sem remissão possivel.

Maravilha-nos, sobre tudo, que Diogo Gomes não fosse relatar a el-Rei o successo, reclamando para si a partilha da capitania que, em tal caso, de direito lhe pertencia; e se limitasse a fazer uma relação, que nunca constou em Portugal e que parece ter sido feita só para figurar no estrangeiro, deixando Nolli na posse mansa e pacifica da honra e do proveito do descobrimento.

Mas, o escripto de Gomes, accreditado que fosse como verdadeiro, mesmo assim, não poderia servir para provar o exclusivismo do descobrimento em seu favor; porque, Diogo Gomes é o proprio a confessar que tanto elle como Antonio Nolli viram ilhas no mar. "Eu e Antonio de Nolli d'aquelle porto de Zaza navegámos dois dias e duas noutes em direcção a Portugal e vimos ilhas no mar, e, porque a minha caravella era mais veleira do que a outra, cheguei primeiro a uma d'aquellas ilhas."

Ambos viram as ilhas, e chegou primeiro a uma d'ellas aquelle que tinha embarcação mais veleira. Isto é o que relatou o pretendido descobridor.

Como é então que a honra d'este descobrimento podia pertencer só a um, se ambos viram as ilhas ao mesmo tempo?

A relação de Gomes pode muito bem não ser apocripha; mas não merece por isso maior credito que a de Cadamosto. Gomes e Cadamosto iam cada um em sua caravella; ambos nos contam as proprias saça-

nhas; e, se a apparição de seus escriptos tivesse seguido a ordem contraria, isto é, se a relação de Cadamosto fosse a que apparecesse depois, seria então possivel que ella, na falta de outros documentos, tivesse annullado a de Gomes, assim como, á primeira vista, parece que a relação d'este autor annullaria todas as asserções em contrario. E' preciso notar porem que, ambos estes autores escreveram de si e a seu talante, o que, por via de regra, confere muito menos credito ás proprias façanhas do que ás attribuidas aos outros.

Posto isto, notaremos em primeiro logar que, tanto Cadamosto como Gomes, provam a favor de Nolli, ao passo que nenhum d'aquelles prova a favor um do outro, pois que nem Cadamosto falla de Gomes nem este menciona aquelle; mas ambos confessam ter Nolli tomado parte no descobrimento que se attribuem.

Ora o descobrimento de Nolli, assim testificado, nada menos que pelos seus dois rivaes, torna-se incontestavel.

Alem de que, não será claro que ambos estes pretendidos descobridores se disseram companheiros de Nolli para lhe roubarem a gloria do descobrimento? Estes planos falharam, talvez, porque no intento se encontraram dois, e é porisso que ambos forjaram para o estrangeiro as relações que em Portugal não podiam ter curso legal.

O que é certo, é que ambos se contradizem, mas ambos apresentam, como tendo parte no descobrimento, aquelle, a favor de quem e unicamente, provam, alem das Decadas de Barros, os irrefutaveis documentos officiaes, que em seguida transcrevemos, e com os quaes nos parece dever fechar a questão em favor de Nolli.

Primeiro documento: — T. do Tombo. Registro da Chancellaria d' el-Rei D. Manuel — Liv. 8o pag. 62

"D. Branca daguiar ff.ª de myce ant.º"....

"Dom manuell &c. A quantos esta nossa carta virem sazemos sabez quep.z morte de mice antoneo genoez capitan dailha d santiaguo na p̃teda zibeyra grande sicou baga hadita capitanya p.z quanto delle nam sicou s.º barom que a p̃ dirto devesse derdaz porem abendo nos consiraçom como odito micez ant.º soi o prim.ro que hadita ylha vese eha começou de povoaz nos".....

"Dada em a nossa cidade devora aos 8 dias do mez dabril de 1497."

Não nos consta que este zegistro da chancellaria d'el-Rei D. Manuel já tivesse sido exhibido poz escriptoz algum, o zegistro do livro das ilhas é que soi citado poz Lopes de Lima no cap. 1. da 2.ª parte do seu Livro, e nós damos agora o traslado siel da parte importante d' este zegistro extrahido do livro das ilhas existente tambem na Torre do Tombo.

Segundo documento:

"Doña Branca deguiaz silha de myce ant.º doaçam da capytania da ilha de santiaguo na p.te da Rib.ª"

"Dom manuel &c. A quantos esta nossa carta birem sazemos sabez que poz parte de myce Antoneo genoez capitam da ilha de sãnt'ago na parte da Ribeira grande sicou baga a dita capitania põ quanto delle nom sicou silho barõ que a pez dirto devesse derdaz. ¶ Porem abendo nos ensormaçom como ho dito mice Antoneo soi o primeiro que hadita ilha achou. E começou de povoaz nos prouve de sazez mercee dadita capitania A donna branca daguiaz sua silha para seez capitam quem com ella cassasse ho qual cassamento ella ha desazez com aquela pessoa

que lhe nos pera isso escolhermos. E ha dita capitania lhe demos pa filhos e neto barões lidimos'.....

'E por suagarda e segurança lhe mandamos dar esta Carta assynada per nos. E assellada do nosso sello pemdente dada em anossa çidade deuora aos oito dias do mez dabrill. Lopo mexia asez.'

Anno do naçimento de nosso senhor ihuu xpõ de mil e quatrocentos e noventa E sete annos.'

A 13 de novembro do anno de 1460 falleceu, no seu posto de honra na villa do Infante, o incançavel iniciador dos arrojados descobrimentos portuguezes, o infante D. henrique. Muito poderia a sua falta concorrer para o esquecimento e abandono de tão grandes emprezas, se o infante não tivesse sabido desenvolver por meio de favores e mercês pouco communs, o ardor pelos descobrimentos de novas terras.

Ao tempo do seu passamento já eram descobertas muitas ilhas e 360 legoas da costa occidental d'Africa, que tantas são as que se contaram entre o Cabo Bojador e a enseada descoberta por Alvaro Fernandes. Tão grandes feitos suscitavam na mente emprehendedora dos portuguezes a idéa de commetter outros ainda maiores.

Capitulo XI

Continuação do descobrimento da costa d'Africa até aos reinos do Congo e Angola; e das ilhas de S. Thomé, Principe, Fernão do Pó e Anno-Bom.—1461 a 1485.

El-Rei D. Affonso V despachou Pedro de Cintra para ir explorar a costa d'Africa até descobrir novas terras.

Partiu este navegante em 1461, reconheceu a costa já descoberta por Alvaro Fernandes, e descobriu a Serra Leôa, cabo e rio Vermelho, ilha Vermelha, rio de S.ta Maria das Neves, cabo de S.ta Anna, rio das Palmas, rio de Fumos, cabo do Monte, cabo Mesurado e Bosque de S.ta Maria; d'onde trouxe um negro em cumprimento das ordens que tinha recebido d'el-Rei.

Os descobrimentos do capitão Pedro de Cintra foram escriptos por Cadamosto e publicados nas relações das suas viagens. Não consta que escriptor algum tenha contestado estes descobrimentos, salvo porem o da Serra Leôa, ao qual precisamos fazer algumas considerações em separado.

Quem lêr a nota posta pelo Visconde de Santarem no cap. LXXXVII da Chronica da Descoberta e Conquista de Guiné por Azurara,

julgará que foi Alvaro Fernandes em 1447, e não Pedro de Cintra em 1461, que descobriu a Serra Leõa.

Barros muito bem attribue este descobrimento a Pedro de Cintra,[1] Azurara diz só que Alvaro Fernandes chegára a uma "ponta d'areia que se fazia em direito de uma grande enseada",[2] cuja distancia era de 110 legoas para o sul de Cabo Verde; e só a nota do Visconde de Santarem, posta na mesma Chronica, é que nos diz ser esta ponta d'areia a que está alem da Serra Leõa.

Não foi Azurara, note-se bem, que o disse, e as duvidas, que a este respeito se nos offerecem, não affectam por forma alguma o credito d'este auctor.

Não se julgue, porem, que vamos lançar a culpa ao Visconde de Santarem: as suas obras, bem como a Chronica d'Azurara, teem sido os nossos principaes guias n'esta peregrinação, tendo-as sempre como as mais verdadeiras; mas é preciso attender a que o Visconde de Santarem se soccorreu ás cartas geographicas antigas, de Juan de la Cosa, de Freire e de Vaz Dourado, para encontrar a posição da enseada que a Chronica menciona, e estas cartas, feitas na infancia da cartographia portugueza e corrigidas muitas vezes por informações pouco seguras, poderiam não estar tão exactas quanto se requeria para supprirem o texto d'Azurara.

Era possivel que Alvaro Fernandes, tendo chegado em 1447 até á Serra Leõa, tentasse saltar na ponta d'areia que lhe ficava contigua, e que Pedro de Cintra fosse em 1461 examinar mais detidamente a costa, e explorar então a Serra Leõa: comtudo não me parece que devamos dar vulto a uma supposição,

(1) Barros: Dec. 1. Liv. 1. Cap. XVI.
(2) Azurara: Chron. da D. e C. de Guiné. Cap. LXXXVII.

que se baseia apenas no desenho caprichoso e convencional das cartas hydrographicas quinhentistas.

Concorre em abono da nossa opinião o seguinte raciocinio.

Se Alvaro Fernandes tivesse dado fé da Serra Leôa, sendo este um ponto tão notavel, não só pelas circumstancias especiaes do seu aspecto, mas pelo rugido das trovoadas que de continuo se fazem sentir sobre o seu cume, elle decerto faria d'aquelle ponto especial menção.

Alem d'isto persuade tambem não ser aquella, a ponta d'areia em que esteve Alvaro Fernandes, o dizer-nos a Chronica d'Azurara que ella demora no legoas para o sul de Cabo Verde.

Ora a Serra Leôa fica a 150 legoas proximamente de Cabo Verde, e portanto parece que a ponta d'areia encontrada por Alvaro Fernandes não é a da Serra Leôa, mas talvez alguma outra que esteja na mencionada distancia d'aquelle Cabo.

D'esta opinião parece ter sido tambem o illustre engenheiro hydrographo, A. M. de Castilho, quando escreveu o seu livro intitulado Descripção e Roteiro da Costa Occidental d'Africa — no prologo do qual a pag. 24, tratando do fallecimento do infante D. Henrique que foi em 1460, diz: "Deixando descoberto em seu tempo toda a costa occidental d'Africa desde o Cabo Bojador quasi até á Serra Leôa." Opinião que é tambem confirmada a pag. 224 do mesmo livro; e que concorda com as medições que fizemos sobre as cartas d'estes e d'outros autores.

Nós não insistiriamos tanto n'estas averiguações, se o illustre Visconde de Santarem não tivesse dito na já mencionada nota, que o ponto, onde Alvaro Fernandes havia chegado em 1447, era a Serra Leôa; mas, como a opinião d'aquelle erudito escriptor é para nós

de muito peso, alem dos raciocinios que acabamos de fazer, contrapomos ainda, como prova decisiva, as palavras de um escriptor coevo, o qual fallou com o proprio descobridor da Serra Leôa. Duarte Pacheco Pereira, no seu ms. intitulado Esmeraldo de Situ Orbis, diz: "Pero de Sintra hum cavalleiro do Infante Dom Anrique q. por seu mandado esta Serra descobrio por vez huma terra tam aspera e braua lhe poz nome Lyoa e nom pez outra causa e isto se nom deue duuidar porq. he verd.e, porq. elle mo disse assim"[3]

Em novembro de 1469 concedeu el-Rei D. Affonso V a Fernão Gomes, o arrendamento por 5 annos do commercio da costa d'Africa, com as condições de pagar ao estado 500 cruzados, e de mandar descobrir 100 legoas de costa em cada um anno.

Fernão Gomes encarregou este descobrimento a Pedro Escobar e a João de Santarem, os quaes, saindo cada um em seu navio, descobriram a costa da Mina, a aldeia de Sammá e a aldeia de Duas Partes em 1471.

Fernão do Pó descobriu em 1472 a ilha Formosa, que depois veio a ter o nome do seu descobridor. As ilhas de S. Thomé, Principe, e Anno Bom foram tambem descobertas por este tempo; e Sequeira chegou até ao Cabo de S.ta Catharina, ultimo descobrimento do tempo de D. Affonso V.[4]

El-Rei deu a Fernão Gomes no anno de 1474, em que terminou o seu arrendamento, o titulo de nobreza com brazão d'armas.

Referem alguns escriptores a 1480, e outros a 1484, o descobrimento casual da America, pelo piloto Affonso Sanches. Adiante trataremos mais detidamente d'este successo.

---

(3) Duarte Pacheco Pereira: Esmeraldo de Situ Orbis, Liv. I., cap. XXXIII.
(4) Barros: Dec. I., Liv. III., cap. II
Antonio Galvão: Liv. C., pag. 25
Duarte Pacheco Pereira: Esmeraldo de Situ Orbis, Liv. III., cap. X.

Tendo D. João II succedido a D. Affonso V em 1481, mandou Diogo d'Azambuja construir o castello, que se denominou de S. Jorge da Mina, indo todos os materiaes para esta construcção preparados de Portugal.

Em 1484 mandou el-Rei a Diogo Cão, cavalleiro da casa d'el-Rei seu pai, continuar o descobrimento da costa d'Africa. Este navegante, tendo descoberto o rio Zaire e o reino do Congo, fez collocar no lado sul da bocca d'aquelle rio o primeiro dos padrões de cantaria, que levára do reino para collocar nas terras que descobrisse. Constavam estes padrões de uma columna, encimada por uma cruz com o escudo das armas portuguezas tendo na base duas inscripções, uma em latim e outra em portuguez, que rezavam do descobridor e da época do descobrimento. Diogo Cão fez saber aos indigenas que deixava alli uma embaixada d'alguns portuguezes, para dizerem ao rei do Congo que elle Diogo Cão vinha autorisado pelo seu soberano, o Rei de Portugal, para tratar com elle paz e amizade; que entretanto levava quatro habitantes d'aquelle paiz para os apresentar a el-Rei, e que os tornaria a trazer passadas que fossem 15 luas, época em que tencionava tornar alli.(5)

Voltou com effeito Diogo Cão ao Zaire no anno seguinte, e, sendo muito bem recebido pelos indigenas, continuou depois o descobrimento da costa para o sul, collocando mais dois

---

(5) Barros: Decada 1, Liv. III, Cap. III. ..... "e o primeiro descobridor que leuou este padrão, foi Diogo Cã caualleiro de sua casa (d'el-Rei D. João) o anno de quatro centos e outenta e quatro, indo ja pela Mina como lugar onde se podia prouer dalgũa necessidade, e dahi foi demandar o cabo de Lopo Gonçalvez que está hum grao da banda do sul. Passado o qual cabo e assi o de Catherina q foi a derradeira terra q se descobriu em tempo delRey dom Affonso: chegou a hũ notauel rio na boca do qual, da parte do sul meteo este padrão, como quẽ tomaua posse por parte delRei de toda a costa que leixaua atras. Por causa do qual Padrão, pero que elle se chamaua são Jorge, por a singular deuação que elRey tinha n'este sancto, muito tẽpo foi nomeado este rio do Padrão: e ora lhe chamão de Congo por correr por hum Reyno assi chamado q Diogo Cam esta viagẽ descobriu, posto que o seu proprio nome do rio entre os naturaes he Zaire;" .....

Torre do Tombo: Liv. II, dos Misticos, pag. 224 V.

Duarte Pacheco Pereira: Esmeraldo de Situ Orbis Liv. III, cap 1.

Rui de Pina: Chronica d'el-Rei D. João II, cap. LVII.

padrões, o de S.ᵗᵒ Agostinho e o do cabo de Padrão, perto de Cabo Negro, descobrindo n'esta viagem mais 200 legoas de costa, que, com as descobertas por este mesmo capitão no anno anterior, prefaziam 365.

Na volta para o reino tratou Diogo Cão pessoalmente com o rei do Congo, e tão habilmente desempenhou a sua missão que em 1491 se estabelecia, n'aquellas então consideradas remotas paragens, a primeira egreja christã e uma fortaleza; indo muitos missionarios e operarios de differentes officios ensinar alli os seus misteres.

Capitulo XIJ

Descobrimento do Cabo da Boa Esperança e embaixada ao Preste João, viagem por terra ao Oriente.—1486 e 1487.

Em agosto de 1486 desaferraram do Tejo Bartholomeu Dias, Pedro Dias e João Infante, cada um em sua embarcação, com o fim de descobrirem o termo da Africa pelo lado do sul. Passaram toda a costa anteriormente descoberta, ao sul de Cabo Negro descobriram a Serra Parda, e assentaram o padrão que denominaram S. Thiago; seguindo depois para o sul chegaram á altura de uma angra, onde o tempo, que então corria contrario, os obrigou a navegar em bordos durante 5 dias, dando por esse motivo o nome de Angra das Voltas áquella localidade.

Tendo cessado o tempo contrario, endireitaram novamente para o sul; e, seguindo n'este rumo por espaço de 13 dias, começaram a sentir muito frio, o que obrigou Bartholomeu Dias a demandar terra pelo rumo de leste, julgando que a costa n'aquella altura corria ainda de norte a sul; mas, navegando por algum

tempo no rumo de leste e, não vendo apparecer terra, mandou seguir para o norte, indo então dar a uma angra, que demora para lá do procurado cabo, e a que puzeram o nome de angra dos Vaqueiros, por terem visto alli muito gado vaccum, e alguns negros, como pastores, que fugiram para o interior, logo que houveram vista das embarcações. Bartholomeu Dias continuou a sua viagem até chegar a um ilhéo, onde poz um padrão, que ficou sendo conhecido pelo nome de ilhéo da Cruz. N'este ponto foi o capitão obrigado a reunir o conselho, cedendo aos clamores da tripolação que lhe pedia para voltarem ao reino; e tendo-o assim decidido unanimemente o conselho, pediu o capitão para correr mais dois dias n'aquella direcção antes de voltar, em consequencia do que chegou até á bocca do rio Infante, o qual assim se ficou chamando, por ter alli saído primeiramente João Infante.

Repetindo a tripolação os seus queixumes, navegou Bartholomeu Dias para o reino, e depois de alguns dias de viagem, chegou ao grande cabo, o qual denominou cabo Tormentoso, em lembrança das tormentas que n'elle passára, deixando alli o padrão de S. Filippe.

Bartholomeu Dias chegou a Portugal em dezembro de 1487 tendo descoberto 350 legoas de costa, e dobrado o famoso cabo que el-Rei D. João II denominou Cabo da Boa Esperança, por esperar que esta descoberta lhe franqueazia o caminho para a India.[1]

Tinha el-Rei tão grande desejo de obter informações das terras do Preste João das Indias, que se dizia christão e senhor de grandes

(1) Barros: Dec. I, Liv. III, cap. III.
Castanheda: Historia do Descobrimento e Conquista da India, tom. I, cap. I.
Antonio Galvão: D. Antigos e Modernos: pag. 26.

territorios que antes de Bartholomeu Dias voltar da passagem do Cabo da Boa Esperança, mandou dois criados seus, Pero da Covilhã ou João Peres da Covilhã e Affonso de Paiva, por terra e cada um por caminho diverso, descobrir a India e tratar pessoalmente com o Preste João, a quem deveriam fazer sciente de quanto o rei de Portugal desejava tratar paz e amizade com elle.

Partiram estes criados em direcção a Veneza, d'ahi foram como mercadores á Turquia, passaram a Mecca e seguiram depois cada um por seu caminho differente.

Affonso de Paiva foi á India, esteve em Calecut, e em Ormuz onde falleceu; tendo antes encarregado um judeu, que o acompanhára em parte de sua viagem, de ir dar conta a el-Rei de Portugal, do que tinha descoberto.

João Peres da Covilhã tomou o caminho do Egypto, chegou em 1490 á Abyssinia e apresentou a sua credencial ao supposto Preste João, de quem recebeu muitos obsequios e mercês de grandes terras e senhorios de escravos, mas sem lhe permittir que voltasse a Portugal.

Capitulo XIIJ

Descobrimentos na America por Christovão Colombo.—1492.

Com quanto os descobrimentos feitos por Christovão Colombo pareçam mal cabidos sob o titulo do nosso livro, temos comtudo necessidade de analysar o que alguns escriptores disseram a tal respeito, visto havermos já indiciado a descoberta de uma terra occidental, feita por um piloto portuguez, que um temporal arrojou áquellas paragens, em 1480.

O receio de que se nos attribua o intento de prejudicar a gloria alcançada por Christovão Colombo leva-nos a fazer, primeiro do que tudo, o nosso protesto em sentido contrario.

Não se julgue que tenhamos vindo aqui arrastado pelo mal entendido amor patrio, com o fim unico de destruir a gloria adquirida por um estrangeiro, para a conferirmos depois aos portuguezes.

Não! Jámais precisaria d'isso uma nação, que, na época dos descobrimentos effectuados por Colombo, tinha já a gloria de se ha-

vez arrojado ao descobrimento de mares, terras e povos até então desconhecidos, sem guia nem meios proprios para o conseguir, legando aos estrangeiros o que a ella ninguem tinha legado.

Quanto a nós, se seguissemos a opinião de Avezac, Charton, Dechanel e outros, que consideraram a conquista das Canarias por Bethencourt como o preludio das grandes descobertas que assombraram o mundo, seriamos por ventura mais suspeito de parcialidade, do que reclamando para Portugal o quinhão que lhe cabe nas glorias adquiridas por Colombo.

A noticia do achado de uma estatua equestre na ilha do Corvo, com o braço tendido, como que apontando para o occidente, que Damião de Goes menciona na Chronica do principe D. João, e cujo fundamento poderia ter sido unicamente a fórma extravagante de um penedo, fez com que, mais tarde, alguns escriptores, e entre elles o snr. José de Torres, attribuissem á invenção d'aquelle achado o proposito de roubar a Colombo uma parte da gloria da descoberta da America.

Nós não acreditamos no achado da estatua da ilha do Corvo, nem entendemos que fosse preciso soccorrermo-nos ás fórmas caprichosas, que a natureza poderia ter imprimido a um penedo, para provar que Portugal concorreu com uma boa parte, senão a maior, para o descobrimento da America: reconhecemnos esta honra muitos escriptores nacionaes e estrangeiros, alguns dos quaes não podem ser tidos por suspeitos.

Christovão Colombo era genovez, maritimo e conhecedor do mar Mediterraneo; e, segundo diz Muñoz, cursou a universidade de Pavia, dedicando-se depois ao estudo da marinharia, na qual se empregou por espaço de 23 annos. Da sua vinda a Portugal fallam-

quasi todos os autores por conjecturas, incluindo o proprio filho, Fernando Colombo, na Vida do Almirante. Nós cremos que a sua vinda fôra motivada, como diz Gomara, pela necessidade de traçar, com mais certeza, nas cartas maritimas que fazia com seu irmão Bartholomeu, a costa occidental da Africa, então recentemente descoberta pelos portuguezes; e quiçá para tomar parte tambem nos descobrimentos.

Colombo veiu pois a Portugal, na época em que esta nação era geralmente considerada como o principal motor do renascimento da geographia. Portugal era o ponto onde então concorriam os principaes navegadores e cosmographos da Europa, vindo uns para estudarem os descobrimentos, e outros para tomarem parte n'elles. E que outro logar do mundo poderia então facilitar ao navegador genovez o contacto com os peritos na sciencia da navegação?

Christovão Colombo casou com D. Filippa Moniz Perestrello, filha do capitão donatario da ilha de Porto Santo, e foi estabelecer-se na cidade do Funchal, d'onde saiu algumas vezes para os Açores, ou para os outros pontos então recentemente descobertos.[1]

Este vantajoso enlace, dizem alguns escriptores hespanhoes, forneceu a Colombo meios para illustrar-se, e elevar seu espirito a cousas maiores: a leitura dos papeis de seu fallecido sogro, Bartholomeu Perestrello, fez-lhe suppôr a existencia de terras no occidente:[2] e, desde então Colombo entregou-se a profundas meditações, interrogando todos os pilotos, que vinham do occidente ou dos mares dos Açores, sobre os successos da sua viagem. Martim Vi-

(1) Edouard Charton: Voyageurs Anciens et Modernes: Tom. III.
(2) Historia de la Marina Real Española: Editada por D. C. Vila; 1849 Cap. I.
Las Casas: Historia de las Indias: Tom. I., Cap. III.
J. B. Muñoz: Historia del Nuevo Mundo: Tom. I.

cente disse-lhe que, achando-se uma vez quatrocentas e cincoenta legoas ao poente do cabo de S. Vicente, achára no mar um pedaço de madeira, que parecia ter sido lavrada sem ferro.[3] Seu cunhado, Pedro Correia, deu-lhe noticia de terem vindo ás praias de Porto Santo, quando dominavam os ventos do poente, algumas canas de extraordinaria grandeza e desconhecidas na Europa.[4]

Na ilha das Flores, constou-lhe terem vindo á costa, impellidos pelos ventos occidentaes, os cadaveres de dois homens, cujas feições eram dissemelhantes das dos europeus; apparecendo tambem alli, por outra occasião, duas almadias ou canôas abandonadas.[5]

Martim de Behaim, autor do celebre globo de Nuremberg, concorreu tambem muito com a sua opinião esclarecida para exaltar o espirito ardente de Colombo, fazendo-lhe antever a possibilidade de se descobrirem terras no occidente.

Colombo dedicou-se então a indagar por todos os meios da distancia e qualidade d'aquellas terras, e sabendo que el-Rei D. Affonso V já tinha mandado consultar um sabio florentino, chamado Toscanelli,[6] sobre a possibilidade de ir á India pelo rumo d'oeste, determinou tambem consultal-o, communicando-lhe o projecto que tinha formado de se abalançar áquelle descobrimento, e pedindo-lhe que, como pessoa entendida em cosmographia, lhe désse o seu conselho.

Toscanelli respondeu a Colombo elogiando muito o seu intento, e enviando-lhe uma copia da carta que, em tempo, tinha dirigido a el-Rei de Portugal, mandou-lhe tambem com

(3) A. Herrera: Descripcion de las Islas &c.: Liv. I, Cap. IJ.
(4) J. B. Muños: Hist. del Nuevo Mundo: Tom. I.
(5) Rosseley de Lorgues: Vie et voyages de Christophe Colomb, cap. IJ.
(6) J. B. Muños: Hist. del Nuevo Mundo: Tom. I.
Edouard Charton: Voyageurs Anciens et Modernes, Tom. IIJ.
A. Humboldt: (Œuvres de — &c) Histoire de la Géographie du Nouveau Continent. Tom. I.

outras informações. um mappa, onde desenhára as ilhas que se poderiam encontrar n'aquelle rumo, para o caso de lhe ser preciso arribar a algum ponto intermedio.

Não achámos em autor algum provas, nem sequer indicios de valor tal, que nos levassem a acreditar haver tido Colombo noticia, pelas tradições da Islandia, da existencia de uma terra occidental em frente d'aquelle paiz, como alguns escriptores conjecturaram; antes pelo contrario, achámos em escriptores respeitaveis, alguns hespanhoes e por isso insuspeitos, a indicação de ter sido a idéa inicial d'este descobrimento devida aos estudos que Colombo fizera em Portugal.

É certo ter havido na Scandinavia e Islandia noticia de uma terra fronteira do lado do oeste: existem n'aquelles paizes tradicções muito antigas da terra occidental, das quaes falla Humboldt no seu Cosmos[7]; mas este mesmo autor, assim como outros, é de opinião que, se Colombo, quando viajou pelo norte, tivesse tido conhecimento de taes tradições, elle não dirigiria o rumo da sua primeira viagem para sudoeste e se inclinaria antes para o noroeste.

Cabe relatar aqui a chegada á ilha da Madeira do piloto Affonso Sanches, que muitos escriptores antigos, portuguezes, hespanhoes, e brazileiros referem; porque, só das informações d'este primeiro viajante transatlantico poderia Colombo obter a certeza, com que assegurava aos seus tripolantes, que nunca esperára encontrar terra senão depois de percorridas 750 legoas no rumo d'oeste.

Este piloto era mestre de uma caravella, crêmos que de Cascaes[8], e occupava-se no commercio da Europa com alguns dos paizes

(7) A. Humboldt - Cosmos, Som. II, Parte II, cap. VI.
(8) Francisco da Fonseca, Evora Gloriosa, pag. 124.

então recentemente descobertos. Acossado por um temporal para o alto mar, foi obrigado a correr tanto para o oeste que chegou a avistar terra no occidente. Sanches diligenciou arribar áquella terra, não sabemos porem se o conseguiu e se chegou a tomar n' ella os refrescos que necessitava, como dizem alguns autores; o que parece certo é que, tendo arrumado a nova terra nas suas cartas, voltou a prôa ao oriente, abordando á ilha da Madeira depois de uma viagem longa e trabalhosa, com trez ou quatro companheiros que restavam enfermos e extenuados.(9)

Christovão Colombo, que então habitava na cidade do Funchal, recebeu estes navegantes em sua casa, e os agasalhou muito bem; mas não obstante o bom tratamento que elle lhes fez, pouco tempo poderam viver depois da sua chegada, morrendo uns após outros, das enfermidades adquiridas em tão longa como trabalhosa viagem; legando o piloto ao seu hospedeiro a derrota e a relação de todos os successos da mesma viagem.

A naturalidade d'este mareante não se acha precisamente determinada pelos autores coevos; mas, pelo que elles dizem, não póde deixar de ter-se como peninsular; e nós cremos até poder sustentar-se que tivesse sido portuguez.

Aquelles historiadores, pela maior parte hespanhoes, citam como patria provavel do piloto, promiscuamente Portugal, a Biscaia ou

(9) Ovledo: Historia de las Indias: Tom. I. cap. II e III.
Gomara: Istoria de las Indias.
Acosta: Istoria Indiana, Liv. I. cap. XVIII.
Garcilasso de la Vega: Commentarios de los Incas, Liv. I, cap. III.
Mariana: Historia General de España, Liv. XXVI, cap. II.
Aldrete: Antiguidad d' España, Liv. III, cap. XVI.
E. Garibay: Compendio Historical d' España, Liv. XVIII, Cap. XXX.
Torquemada: Monar. Indiana, Tom. III, Liv. XVIII. cap. I.
Pizarro y Orellano: Varones Ilustres del Nuevo-Mundo. cap. II.
P. Mariz: Dialogos de Varia historia, Dial. III. cap. III.
Simão de Vasconcellos: Chronica da Comp.ª de Jesus do Estado do Brasil.
Gaspar Fructuoso: Saudades da Terra, Liv. III.
Fr. Gaspar da Madre de Deus: Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil. – ms. publicado na Revista de Historia e Geographia do Brasil. 1840.

a Andaluzia. Ora é para notar que nenhum d'estes historiadores, sendo como eram contemporaneos do acontecimento, tivesse podido encontrar no seu paiz qualquer testemunho ou elemento que servisse para assegurar exclusivamente á Hespanha a gloria de ter sido a patria d'aquelle primeiro descobridor da America: a falta de um tal documento torna inadmissivel a addição dos dois paizes a Portugal para concorrerem á mesma gloria. E não se diga que aquelles autores trataram o caso de leve pelo terem em menos conta, pois que não é o facto que elles deixaram em duvida, mas sim a naturalidade do piloto. Mas como duvidar de que o piloto em questão tivesse sido portuguez, se é Las Casas, autor hespanhol e coevo, que diz ter visto nos papeis de Colombo, que este havia colhido de pilotos portuguezes os indicios das terras occidentaes?

A Evora Gloriosa[10] vem pois rematar a questão, preenchendo a lacuna ou a duvida d'aquelles autores hespanhoes com a indicação da villa de Cascáes como patria do alludido piloto.

Ha escriptores que guardam completo silencio a respeito da viagem d'este piloto; mas só um nos consta que a contradiga formalmente.

Este autor é Washington Irving, unico que sabemos ter refutado terminantemente a historia do piloto, attribuindo o credito que esta noticia grangeou a ter sido a relação de Garcilasso adoptada por muitos historiadores, cujas asserções encontraram echo em outros autores mais modernos, fazendo sobretudo remontar a origem da accusação de fraude e de impostura, que elle diz pesar sobre a memoria de Colombo, a Gomara, por ter repetido um

(10) L. Coreal: De la découverte de l'Amérique: pag. 24. "Il n'est pas juste" &c. Francisco da Fonseca: Evora Gloriosa, pag. 124.

boato que Oviedo havia desmentido 17 annos antes de Gomara tez escripto a sua, General y Natural Historia de las Indias; e como argumento decisivo, faz notar a circumstancia de haver Colombo communicado as suas idéas de descoberta a Toscanelli em 1474, emquanto Garcillasso assigna á volta do piloto uma data 10 annos posterior.[11]

Comquanto seja bem notoria a reputação de tão habil escriptor, n'esta parte sentimos não concordar com a sua opinião.

Os escriptores antigos que sabemos terem relatado o facto do piloto são: Oviedo, Gomara, Acosta, Garcilasso, Marianna, Alorete, Garibay, Torquemada, Garcia, Pisarro y Orellano e R. Caro historiadores hespanhoes; Simão de Vasconcellos, chronista da Companhia de Jesus do Estado do Brazil, Gaspar Fructuoso e Pedro Mariz escriptores portuguezes, e Fr. Gaspar da Madre de Deus escriptor brazileiro.

Não nos parece que a reputação de taes historiadores e escriptores permitta suppôr-se, como Washington suppõe, que todos tivessem seguido o echo dos primeiros que admittiram a historia do piloto; e ainda mesmo que a respeitabilidade d'estes autores podesse ser contestada, pelo que elles dizem do caso, se vê não terem todos copiado uns dos outros, pois que não são concordes na época, nome nem naturalidade do piloto.

Não obstante, Washington attribue á opinião de alguns d'estes autores a accusação de fraude e de impostura, que elle diz pesar sobre a memoria de Colombo.

Só duas, nos parece, serem as razões que levaram este escriptor a julgar assim. — Ou por nos deixarem aquelles historiadores

(11) Washington Irving: A history of the life and voyages of Christofer Columbus. T. III Appendix XI.

na perſuaſão de que, Colombo não ſôra o primeiro deſcobridor da America,—ou por nos fazerem acreditar, que elle não foi o iniciador d'aquelle deſcobrimento.

Quanto á primeira razão, temos para obſervar que, o facto de ter o piloto chegado á ilha da Madeira 10 annos depois de Colombo ſe ter lembrado de ir deſcobrir as terras occidentaes, não pode concorrer para que a honra do deſcobrimento lhe ſeja conferida, e, quanto á ſegunda razão, ſabemos não ter ſido elle o primeiro que ſuppôz a exiſtencia de terras occidentaes, pois que el-Rei D. Affonſo V já a eſſe reſpeito tinha mandado fazer as ſuas indagações, facto de que Colombo ſó teve noticia em Portugal; e, foi auxiliado por eſtas e outras informações, que lhe miniſtraram os portuguezes e muito principalmente pela leitura dos papeis de ſeu fallecido ſogro, que Colombo concebeu a idéa de ir fazer um novo deſcobrimento.

E' portanto claro que tambem não foi o iniciador, e que ſe Affonſo Sanches não ſuſcitou a idéa do deſcobrimento da America, póde muito bem ter ſido elle quem confirmaſſe a exiſtencia d'aquellas terras, e a diſtancia a que ellas ſe achavam.

Waſhington diz que Oviedo deſmentira o acontecimento do piloto 17 annos antes de Gomara o ter mencionado. Revendo pois o cap. 11 do tomo 1 da obra d'aquelle autor, achamos que Waſhington tomou por deſmentido o ter Oviedo terminado o capitulo em que relata o caſo do piloto, pela ſeguinte forma: "Que eſto paſſaſſe aſſi ó no, ninguno con verdade lo puede aſirmar; pero aqueſta novella aſſi anda por el mundo entre la vulgar gente de la manera que es dicho. Para mi yo lo tengo por falſo, e como dice el Auguſtino: Melius eſt dubitare de occultis, quam

litigaze de Incertis."

Pois quando um autor diz, que isto se passasse assim ou não, ninguem o pode affirmar, poder-se-ha por ventura interpretar estas palavras como um desmentido? Se este autor quizesse contradizer o caso do piloto, parece-nos que o podia ter feito de uma maneira clara e terminante. Elle que não o fez, e se refere á tradição, advertindo unicamente que para si o não acredita, por entender ser melhor duvidar do que está occulto do que questionar sobre o incerto, é porque estava duvidoso.

Que a asserção de Oviedo não importa um desmentido, parece-nos claro.

Ha ainda um outro ponto que não convem deixar de pé. Washington assegura que Herrera nada diz da historia do piloto, do que conclue que este autor a rejeita.

Isto não é assim; Herrera não guarda silencio absoluto a este respeito, nem do que elle diz se pode concluir, que rejeite a historia do piloto.

A opinião d'este historiador, passando por uma das mais autorisadas, convem muito não a ter contra, comquanto se não possa dizer decididamente a favor. Washington n'esta parte não estava bem informado, e sirva isto de sobre-aviso para se terem na devida conta as suas objecções. Herrera no cap. VIII, Liv. 1, Dec. 1 da sua Descripcion de las Islas &c., diz o seguinte: "Los que tienen por invencion, que D. Christoval supo este secreto de vn Piloto Portúgues, que com fortuna descubriu estas Tierras, dicen a este proposito, que si D. Christoval lo supiera con tanta certidumbre, no lo pusiera en disputa, ni esperara una exclusion como esta de los Reies Catolicos."

Pondo de parte o argumento, por não

se colhez d'elle instrucção para o caso, temos provado; primeiro, que Herrera não guarda silencio absoluto a respeito do piloto, como Washington diz; segundo, que tambem o não contradiz e antes se abstem de dar a tal respeito a sua opinião, parecendo pela maneira porque começa o referido capitulo. "Los que tienen por invencion &c.", que Herrera não pertence ao numero dos que teem aquelle caso por invenção.

Os historiadores Oviedo e Herrera, em cuja autoridade pretendeu Washington fundar a sua negativa, são decerto autoridades tão respeitaveis que poderiam bem servir para decidir a questão; mas se taes historiadores se não prestam a provar o que Washington pretende, como havemos de dar mais credito a este escriptor, que escreveu 340 annos depois do caso, do que a Garcilasso que, seguirmos sem criterio a opinião de Washington,[12] escreveu 120 annos depois; mas que, se raciocinarmos de outra maneira, veremos que tendo nascido 60 annos depois do facto pode tel-o ouvido contar a parentes ou visinhos coevos, de idade de 75 a 80 annos.[13]

O facto de Washington ter escripto trez seculos e meio depois do successo de que trata, não desautorisaria a sua opinião, se elle a tivesse reforçado com a apresentação de algum documento ainda não exhibido, visto não poder sustentar-se o desmentido de Oviedo, nem o silencio de Herrera; mas não tendo succedido assim, ficam por consequencia subsistindo as asserções em favor da historia do piloto, encontradas nos escriptores coevos, ou nos que escreveram em uma época mais proxima do successo.

Colombo tinha emfim decidido ir desco-

(12) Washington Irving: A history of the life and voyages of Christopher Columbus, Tom. III, Appendix nº XI.
(13) Garcilasso nasceu em 1540. Prescott's: History of the conquest of Peru.

briz as terras occidentaes; mas antes dedicou-se ao estudo de todos os livros de geographia antiga que poude obter, cuja leitura lhe permittiu formar uma idéa, uma supposição menos exacta, mas que elle jamais abandonou.

E' sabido que alguns autores antigos, Aristoteles, Séneca e outros asseguravam que a Asia tinha uma extensão longitudinal muito maior do que realmente tem, e que as ilhas adjacentes á India se estendiam tanto na direcção oriental, que as ultimas d'estas ilhas deveriam ficar perto das costas occidentaes da Europa. Esta opinião combinada com a d'Alfragano, que dava a cada grau do equador 54½ milhas em vez de 60; e com a de Séneca e de outros que affirmaram poder chegar-se á India em poucos dias, largando de Hespanha com vento favoravel, levou Colombo a acreditar que a terra occidental não podia ser outra senão a ilha de Cypango (Japão), ou alguma das 7458 ilhas do mar de Mangy, cujas maravilhas elle tinha lido em Marco Paulo, no cap. ij do seu iij livro.

Colombo asagou esta supposição sem mais criterio, e desde então na sua mente exaltada pela possibilidade de vir a ser o descobridor de uma terra importante, jamais coube um argumento, que podesse concorrer para alongar a distancia da terra appetecida.

Firme, em tão falsas quão lisongeiras supposições, se apresentou Colombo a el-Rei D. João ij requerendo-lhe navios e gente para ir descobrir a ilha de Cypango; e, á força de importunações, confiou el-Rei aquelle negocio ao juizo de uma junta de mathematicos,[14] composta do bispo de Ceuta, D. Diogo-

(14) Garção Stockler: Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal, pag. 21

d'Ortiz, e dos mestres José e Rodrigo, medicos e doutos nas sciencias da mathematica e cosmographia, os quaes julgaram erronea a proposta do navegador genovez, e, segundo a phrase de Barros, "por tudo ser fundado em imaginações e coisas da ilha de Cypango de Marco Paulo."(15)

A. M. y Vasconcellos, que escreveu a Vida e acciones del Rey Don Juan el segundodecimotercio, diz no seu livro III que el-Rei mandára reunir um conselho, a que presidira o bispo de Ceuta, para discutir as propostas de Colombo, onde, entre outras razões, o referido bispo ponderou que, não achava bastantes os fundamentos que offerecia Colombo, para prender-se em negocio de tanto peso um principe cordato e prudente, sem mais exame nem experiencia. O conde de Villa Real, D. Pedro de Menezes, impugnando a opinião de D. Diogo, com toda a força do seu illustrado espirito, não contrariou o pouco fundamento que o bispo achára nas pretenções de Colombo, dizendo apenas que, "quando não admittissem o que offerecia Colombo, por incerto, era justo proseguir no que havia principiado o snr. infante D. Henrique," isto é, nos descobrimentos de novas terras.

Alguns escriptores, e entre elles o nosso illustre amigo e consocio, o snr. Luciano Cordeiro, não acreditam na reunião d'este conselho.

Para se admittir a possibilidade de se encontrar a ilha do Japão, ou Cypango, na mesma longitude em que se acha a America, ou a 750 legoas, como Colombo dizia; era preciso attribuir ao equador menos de dois terços da sua verdadeira grandeza.

Esta importantissima razão não po-

(15) Barros: Dec. I, Liv. III, Cap. XI.

dia decerto ter escapado aos mestres José e e Rodrigo, sendo, como dizem escriptores respeitaveis e insuspeitos, doutos em geographia, e n'uma época em que Portugal concorria com os maiores subsidios para o estudo d'esta sciencia. E, para os justificar, mesmo á luz da sciencia moderna, lá está a opinião da junta,[16] de sabios letrados e marinheiros, que os reis de Hespanha mandaram reunir pelo prior do Prado, para ouvirem Colombo e informarem suas altezas sobre a possibilidade de "llegar á las comarcas del Mango y Cipango á través del Atlantico."[17]

Que Colombo se enganára a respeito da terra que queria ir descobrir, já hoje está provado por autoridades irrefutaveis.

D'Anville diz a este respeito que "o maior dos erros geographicos levou o homem ao maior dos descobrimentos de novas terras."[18]

O snr. Latino Coelho dizia em 1863, 'sempre é certo que o Novo Mundo se patenteou aos europeus, por um d'estes erros felizes que valem mil vezes mais do que a verdade.'

Humboldt diz ainda mais, que Colombo morrera sem ter tido conhecimento do que havia descoberto, e na firme persuasão de que a costa de Veragua fazia parte do Cathaio.[19]

Quem poderá, portanto, attribuir ainda á imprevidencia do rei portuguez, ou ao seu "indigno" conselho, segundo a phrase do snr. Pinilla,[20] a perda d'aquelle descobrimento; se, como diz Barros, Colombo foi considerado na corte como "homem fallador, e glorioso em mostrar suas habilidades, e mais fantastico e de imaginações com a sua ilha de Cypan-

(16) F. R. Pinilla: Revista Occidental, 1º anno 2º fasciculo "Colon en Valcuevo" pag. 189
(17) Ibid. Ibid 1º anno 6º fasciculo "Colon en Valcuevo. pag. 715
(18) D'Anville: Antiquités géographiques de l'Inde.
(19) Humboldt: Histoire de la géographie du nouveau continent. Tom. III.
(20) F. R. Pinilla: Revista Occidental, 1º anno 4º fasciculo. pag. 479.

go do que certo no que dizia."(21)

Mas, reservará o snr. Pinilla responder que, para el-Rei mandar descobrir mais aquella terra, pouco lhe devia importar que ella fosse o Mango, o Cipango ou outro qualquer paiz, visto haver já em Portugal a certeza, tanto da sua existencia como da pequena distancia a que ella se encontraria.

Pois não é assim. O fito d'el-Rei D. João II não era já o de descobrir quaesquer terras ao acaso, como nos primeiros tempos d'estas empresas. D. João seguia um plano formado desde muito tempo; e, dirigindo um golpe decisivo aos mercadores de Veneza e de Genova, preparava-se para ir direito ao emporeo das riquezas e especiarias do Oriente, annullando, no commercio d'aquella parte do mundo, a interferencia dos mahometanos, cujas armas ameaçavam a independencia das potencias christãs da Europa.

Constantinopla tinha caído em poder dos mussulmanos; a Grecia assim como muitas outras nações haviam-se curvado ao jugo que o audacioso Mahomet II lhes lançára; e, a Allemanha e a Italia principiavam a temer uma invasão por parte d'aquelles inimigos. Era, pois, do maior alcance politico, para salvaguardar a Europa de vir a ser invadida pelos mussulmanos, o distrahir-lhes o commercio, e entreter-lhes as hordas aguerridas para o oriente.

Para tal fim já havia quasi meio caminho andado no rumo do sul, faltava comtudo navegar para alem do famoso cabo da Boa Esperança, mas ao tempo, já o rumo d'esta navegação era quasi de todo sabido no reino, pelas muitas informações que el-Rei obtivera de pessoas competentes, confirmadas mais tarde pelas relações de Affonso de

(21) Barros: Decadas da India, Dec. I, Liv. III, Cap. VIII.

Paiva e de João Peres da Covilhã.

Seria, pois, temerario abandonar o plano já de ante-mão concebido, e todos os annos acrescentado, e com elle as derrotas mais certas e mais curtas, para se adoptarem rumos novos, desconhecidos e quiçá mais longos[22]; e, dos quaes, se não conheciam ainda os perigos: sendo alem d'isto certo que, no rumo da navegação de Colombo, não se offerecia nenhuma alliança politica que auxiliasse os planos do esclarecido rei D. João II, em quanto que este monarcha esperava conseguir do Preste João, pela sua visinhança do mar Vermelho, assim como de outros reis do Oriente, allianças que divertissem para aquellas regiões a attenção dos mussulmanos, assim de os poder ferir nas suas principaes arterias commerciaes.

E, a este respeito, permitta-nos o snr. Major que citemos as suas palavras do cap. XVIII, com as quaes muito nos apraz estarmos de acordo, assim como em muitos outros pontos da sua apreciavel obra, The life &c.

"Não é difficil de comprehender a razão porque el-Rei de Portugal hesitára em acceitar a proposta de Colombo. Quasi setenta annos de continuos esforços da parte dos portuguezes para realisar o grande pensamento do infante D. Henrique provaram cabalmente o quanto estavam convencidos da solidez d'esse pensamento. Muitos annos antes de Colombo se propor ou se offerecer a chegar á India por mar, tinha o infante D. Henrique terminado os seus dias, que foram passados em tentativas para alcançar o mesmo resultado, mas por outro caminho maritimo. Esse caminho, se bem que de nenhuma sorte aplanado de grandes perigos

(22) E' preciso lembrar que se trata da distancia de Portugal á India pelo rumo do occidente comparada com a do rumo do oriente.

para os portuguezes, como que encerrava suas esperanças no futuro, e suas predilecções quanto ao passado. Que admiração recusarem elles abandonar uma derrota tão esperançosa, tão simples, se comparada com outras, e tão essencialmente sua, em favor de um projecto repleto de perigos, e que reputavam por chimera de um visionario."

Colombo saiu secretamente de Portugal pelos fins de 1484 ou principios de 1485, foi a Genova, sua terra natal, a cujo senado offereceu o descobrimento que tinha imaginado fazer, mas, não lhe sendo tambem alli acceita a sua proposta, mandou seu irmão Bartholomeu Colombo a Inglaterra para tratar com henrique VII, emquanto elle se dirigia a hespanha.

Em 1486, quando os reis de hespanha D. Fernando e D. Izabel se achavam na Andaluzia, para accelerarem com a sua presença a conquista de Granada, foi-lhes apresentado Colombo, o qual propoz ir descobrir, pelo rumo de oeste, as terras que elle julgava serem o Japão.

Os reis catholicos ordenaram então a reunião de uma junta presidida pelo prior do Prado, "y que el llamasse las personas que le pareciessen más entender en aquella materia de cosmografia"[23], para informar sobre a possibilidade de se executar aquella empresa: esta junta contrariou os projectos de Colombo, e, segundo dizem F. Colombo e Muñoz, por ser immenso o oceano e serem precisos, pelo menos trez annos, para, com os meios que então se empregavam na navegação, se poder ir a India e voltar pelo rumo d'oeste.[24]

---

(23) Historie del signor D. Fernando Colombo. Nelle quali s'há particolare, & vera relatione della vita, e de' fatti dell'Ammiraglio D. Christoforo Colombo suo Padre. Cap. XIJ. "Ma, perciò che la cosa douea trattarsi piú con fondamento di dottrina, che con parole, ó fauori, le altezze loro la comisero al Prior di Prado, che poi fú Arciuescouo di Granata, commandandogli, che insieme cogl'intendenti della Cosmographia s'informassero di cio à pieno, & poi gli riferissero quel, che sentissero".....
F. R. Pinilla: Revista Occidental, 1.º anno, Tomo 2.º, 2.º Fasciculo, "Colon en Valcuevo" pag. 189.

(24) F. Colombo: Hist. do Almirante, Cap. XIJ. "Altri, che piú s'accostauano alla regione della Cosmografia, diceuano, il mondo esser di cosi immensa grandezza, che non era credibile, che trè anni di nauigatione bastassero, per giunger al fine dell'Oriente, dou'egli volea nauigare."
J. B. Muñoz: Historia del Nuevo Mundo, Tom. 1.

Parece que a estas razões de ponderação se juntaram algumas outras a que a superstição da época dava logar, chegando a discussão da junta a fazer dividir os seus membros em dois partidos.

Em resultado foi Hernando de Talavera encarregado de communicar a Colombo, que as grandes despezas, que a Hespanha estava fazendo com a conquista de Granada, não permittiam aos reis catholicos o lançarem-se em novas empresas.

O snr. Pinilla, na sua excellente Memoria, recentemente publicada na Revista Occidental, sustenta não ter sido o corpo cathedratico da Universidade de Salamanca que reprovou as propostas de Colombo, conforme alguns historiadores asseveraram. Vai n'isto a deseza da autoridade scientifica dos cathedraticos d'aquella Universidade.

Nós não contrariamos, n'esta parte, a opinião do snr. Pinilla, e acceitamos até que tivesse sido o referido corpo cathedratico, que pozesse as propostas de Colombo em via de poderem ser acceitas, informando a seu favor, como entendeu o mesmo snr. Pinilla.

Mas, o prior do Prado e as pessoas que lhe pareceram entender mais n'aquella materia de cosmographia, ao juizo dos quaes os reis catholicos commeteram primeiramente o negocio de Colombo, de certo não podiam ser, para o caso, consideradas menos competentes que os lentes da Universidade de Salamanca que, por via de regra, deviam estar mais habituados á cega corrente das doutrinas da geographia systematica dos antigos, não podendo tambem serem de todo julgados isentos das influencias ultra-religiosas, que negavam a existencia dos antipodas: temos, é verdade, á testa da junta, que os reis catholicos mandaram reunir, um ecclesiastico, o pri-

or do Prado, mas collocado fóra das influencias universitarias, pensando em meio de atmosphera mais livre, seguindo os conhecimentos mais modernos de então e resolvendo segundo os dictames da sua consciencia e responsabilidade, o que é muito differente da responsabilidade collectiva de uma academia.

Esta junta, pois, se differia do corpo cathedratico de Salamanca, era em ser, para o caso, mais competente na parte pratica, ter mais liberdade de pensamento e conhecer melhor pela experiencia as muitas excepções, que, na maior parte das vezes, alteram as regras invariaveis dos compendios universitarios.

Se na Universidade de Salamanca se lia, ao tempo, por Ptolomeu, Aristoteles e Séneca, como diz o snr. Pinilla[25]; sendo estes os cultores das idéas que concorreram para o erro de Colombo sobre a verdadeira posição de Cipango e do Cathai, parece-nos fóra de duvida que, não podiam ser os lentes d'esta universidade os mais competentes para decidir em uma questão de geographia, em que as doutrinas d'aquelles geographos se achavam em conflicto com os conhecimentos positivos dos praticos do XV seculo.

Concordamos, portanto, com a opinião do snr. Pinilla, na parte que diz respeito aos membros da junta e ao seu presidente; mas discordando em outros pontos da mesma Memoria, sentimos ter de repellir a classificação de argumentos de broxa gorda, com que o mesmo snr. designa as objecções que as juntas de Hespanha e de Portugal opposeram ás propposições de Colombo.

O snr. Pinilla que annulle, se poder, a supposição errada de Colombo, sobre a pequenez do mundo, como elle o designou sempre na

(25) S. R. Pinilla: Revista Occidental, Tomo 2º Fasciculo 2º "Colon en Valcuevo". pag. 189.

sua phrase habitual, "El mundo es poco; digo que el mundo no es tan grande como dice el vulgo;"—e sobre a posição em que julgou poder encontrar o Mango, o Cipango e o Cathai que elle propunha ir descobrir pelo occidente, e que até morrer julgou ter descoberto; e diga-nos então que a junta portugueza condemnou mal as proposições de Colombo, quando as julgou ineptas.

Se a junta portugueza tivesse acceitado as propostas de Colombo, taes como elle as apresentava, ao erro manifesto d'este descobridor teria hoje de juntar-se a classificação de ignorantes, que em tal caso, de justiça, caberia aos membros da junta; e, embora o acaso se tivesse encarregado de coroar o successo de Colombo, lá viria, de futuro, a opinião publica lançar à memoria da junta portugueza o labéo de um erro geographico, que assim, só poude ser attribuido, por D'Anville, Humboldt e outros, a Colombo.

Fique Colombo, muito embora, com a gloria de ter descoberto o que não buscava; mas não se negue às juntas portugueza e hespanhola o bom senso com que condemnaram as propostas impossiveis d'aquelle navegador — aliás emprehendedor, arrojado e feliz.

Colombo dispoz-se a partir para França ou para Inglaterra, d'onde ainda não tinha tido noticias de seu irmão, e indo despedir-se de Fr. João Peres, foi por elle instado a demorar-se mais algum tempo, emquanto elle ia ao Campo de Santa Fé, onde se achava a côrte, para ver se convencia a rainha a acceitar as suas propostas.

Fr. João Peres alcançou a quantia de 20:000 maravedis, que a rainha cedeu do seu bolsinho, para as despesas da empresa, mas as condições que Colombo impoz, foram consideradas exorbitantes, e nada chegou a com-

binar-se então. Exigia Colombo, para si e para os seus herdeiros, o titulo de almirante de todas as ilhas e terra firme que descobrisse; ser nomeado vice-rei e governador geral de todas as terras, que por sua industria se descobrissem; poder intervir em todos os pleitos; receber a decima parte de todos os objectos que se colhessem no limite das suas descobertas; e ser interessado, na razão de um oitavo, em todos os carregamentos que se fizessem n'aquellas terras.

Em 1492 tomava Colombo o caminho de Cordova, resolvido a sair de Hespanha, mas tendo Luiz de Sant'Angel conhecimento d'este designio, partiu logo para o paço e auxiliado por Quintanilha, com tal convicção fallou á rainha, sobre as vantagens que podiam advir á Hespanha d'aquella empresa, que a rainha annuiu a tudo, cedendo para os gastos da viagem as joias da sua camara.

Despachado assim Sant'Angel, mandou um correio a toda a pressa ao encontro do navegador genovez, com a noticia d'esta resolução.

Voltando Colombo a Santa Fé ahi lhe foram outorgadas, por carta regia, todas as honras, regalias e interesses que elle exigia; saindo de Saltes para os mares do occidente a 3 d'agosto de 1492.

Com tão amplas concessões jamais descobridor algum tinha partido.

Levou Colombo, para este descobrimento, trez navios tripolados por 120 homens, sendo a Santa Maria capitaneada pelo almirante, a Pinta por Martin Alonso Pinson, e a Niña por Vicente Yanes Pinson.

A distancia que Colombo tinha a percorrer no oceano, ou aquella a que esperava encontrar terra, prova bem que havia tido informações muito exactas da posição das ter-

ras occidentaes, informações que o levaram a considerar como erradas as fornecidas por Toscanelli. Seriam as informações do piloto Affonso Sanches?

O que é effectivamente certo é que, tanto Toscanelli como Colombo se enganaram na melhor parte das suas suppoſições: o primeiro dizia que da cidade de Lisboa em direcção ao poente, á distancia de 26 espaços de 250 milhas cada um, 6500 milhas, se encontraria a grande cidade de Quisai, capital do imperio de Mogol; sem saber que um outro continente se encontraria primeiro, e embargaria a passagem ao navegador que pretendesse ir á India pelo rumo d'oeste. Colombo sabia que as terras occidentaes se encontrariam a um terço da distancia indicada por Toscanelli, 750 legoas ou 2250 milhas, mas combinando as noticias de duas localidades diversas, enganava-se na suppoſição de serem ellas communs ao mesmo paiz. E' evidente portanto que Colombo obteve informações muito exactas da distancia a que poderia encontrar as referidas terras occidentaes, do que, nos parece podermos deduzir bem uma affirmativa para responder á pergunta que fizemos acima — Seriam as relações do piloto Affonso Sanches?

Quando Colombo tinha apenas percorrido metade da distancia a que esperava encontrar terra, a marinhagem já não se limitava a murmurar, dizia alto e bom som, que o almirante se queria tornar grande senhor á custa de suas vidas, e tramava lançal-o ao mar, julgando que desembaraçando-se do principal motor d'aquella empreſa, poderia voltar ás suas terras.

A apparição de passaros em grandes bandos, outras vezes a herva, que fluctuando, seguia a corrente do oceano, indicios da

proximidade de terra, serviam a Colombo para conjurar estes males, provando com taes meios, que a providencia lhe ministrava, quão loucos eram aquelles que desesperavam nas vesperas do dia que a todos tornaria felizes, pelo encontro das terras que buscavam.

N'uma occasião em que os tripolantes se achavam mais obstinados, declarou-lhes Colombo que ainda tinham a percorrer na mesma direcção mais algumas legoas, pois que nunca pensára encontrar terra antes de ter andado 750 legoas.[26] A convicção, com que o almirante affiançou isto, conteve os marinheiros até que ás 10 horas da noute de 11 d'outubro, estando Colombo em observação sobre a a tolda, avistou uma luz que, pelo seu movimento, lhe pareceu ser um facho que alguem conduzia.

Foi este o primeiro e mais certo indicio de haverem chegado ao termo da sua viagem.

Passaremos de relance os descobrimentos das ilhas de S. Salvador, Cuba, Haiti e outras, que Colombo fez n'esta sua primeira viagem ao occidente, por isso que o espaço que temos dedicado a este descobrimento já vae longo, em consequencia de haver n'elle differentes pontos que nos pareceu conveniente tocar, porque, prendendo com os estudos de geographia, astronomia e com os descobrimentos feitos pelos portuguezes, provam o estado de adiantamento em que estas sciencias se achavam n'aquella época em Portugal.

Dissemos no principio d'este capitulo, que a Portugal competia uma boa parte da gloria do descobrimento da America.

E' incontestavel.

Abstrahindo mesmo do facto do piloto-

(26) A. Herrera: Descripcion de las Islas, &c. &c. Liv. 1, cap. 11.
J. B. Muñoz: Hist. del Nuevo Mundo. Liv. 1.
F. Colombo: Vida do Almirante. Cap. XX.

Affonso Sanches, nós perguntaremos: Não foi em Portugal, como diz Humboldt, que Colombo apurou os seus estudos? Não foi em presença das viagens dos portuguezes que o almirante concebeu a idéa de ir descobrir terras no occidente; como relata Fernando Colombo na Vida de seu pâe? Não foi em Portugal, como diz Muñoz, que de seu vantajoso enlace proveio a Colombo nova occasião para illustrar-se e elevar seu espirito a cousas maiores? Não foi em Portugal que Colombo obteve as informações de Martim Vicente, de Pedro Correia e de Martim de Beheim, como contam Rosseley, Muñoz, Herrera e Humboldt? Não foi tambem em Portugal que Colombo veio a saber, que D. Affonso V havia já pedido informações a Toscanelli ácerca da passagem para a India pelo oeste? Como poderá então deixar de conferir-se a Portugal a gloria de ter concorrido em grande parte para o descobrimento da America?

E poderá por ventura affectar esta nossa opinião a honra e gloria alcançada por Colombo? Não foram quasi todos os grandes descobrimentos portuguezes precedidos de noticias e indicios similhantes, e ficaram sendo por isso menos considerados? Cremos que não. A gloria de Colombo, como diz Humboldt, assenta sobre as suas qualidades moraes, sobre o seu espirito, audacia, força de vontade e firmeza de caracter. Sem estas qualidades elle não teria ido á America. E' a ellas, que Colombo deveu principalmente aquelle descobrimento; sejam portanto ellas que formem o pedestal do seu monumento.

Capitulo XIII

Tratado de Tordesilhas—1494.

Arribou Colombo a Portugal em 1493 na volta da sua viagem ao occidente, e trazendo a Lisboa alguns naturaes das ilhas que tinha descoberto, julgaram os portuguezes, pelo seu aspecto, serem aquelles individuos verdadeiramente naturaes da India asiatica, e, como só o rei de Portugal tinha o direito de ir descobrir a India pelo mar, causou isto na côrte algum ciume, cujas consequencias el-Rei soube evitar, chamando Colombo ao paço e fazendo-lhe muita mercê.(1)

Os descobrimentos, que Colombo acabava de fazer na America, provocaram as reclamações que D. João II fez á côrte de Hespanha, por isso que o senhorio de todas as terras, que se descobrissem desde o cabo Bojador até ás Indias, havia sido concedido pelo Papa Nicolau V e seus successores á corôa de Portugal, concessão que os reis catholicos se

(1) Barros: Decada I, Liv. III, Cap. III.
Ruy de Pina: Chronica d'el-Rei D. João II. Cap. LXVI.

tinham obrigado a respeitar pelo tratado de 1481[2]; e Colombo jactava-se de ter descoberto a India!!

D. João II chegou a fazer apprestar uma armada, para tomar satisfação d'aquellas offensas, mas sabendo o rei de Hespanha de taes disposições bellicas, propoz ao de Portugal a nomeação de embaixadores para tratarem da questão.

Entretanto o Papa Alexandre VI fazia doação perpetua a Castella, por bulla de 3 de maio de 1493, de todas as terras descobertas no occidente, pelos hespanhoes, com privilegios e regalias eguaes áquellas que seus antecessores haviam concedido a Portugal.[3]

Chegaram com effeito a ir os nossos embaixadores a Barcellona, onde se achava a corte dos reis catholicos, mas o rei de Castella queria, talvez, ganhar tempo, emquanto esperava saber se a terra descoberta valia a pena de algum sacrificio, poisque, os embaixadores voltaram a Portugal, sem terem podido combinar cousa alguma.

Colombo já então se achava pela segunda vez no occidente, e tendo mandado a el-Rei catholico noticias satisfatorias de mais algumas ilhas, que elle ia descobrindo por aquelles mares, determinou por isso este monarcha accelerar as negociações com Portugal sobre o objecto, e para o que convidou el-Rei D. João II a mandar a Tordesilhas os seus embaixadores. Foi tambem instado Francisco I de França, pelo Papa Alexandre VI, para tomar parte n'este congresso, e entrar na partilha das conquistas e descobrimentos de novas terras, se isso lhe aprouvesse.

---

(2) Rocha Pita: Historia da America Portugueza: Liv. 1, N.º 92
Garcia de Rezende: Vida e Feitos del Rei D. João II; Cap. CLXV
Bulla de Sixto III de 1481: Archivo da Torre do Tombo, mac. 26 n.º 10.
João Baptista Muñoz diz na sua Historia del Nuevo Mundo, Tomo III: que o tratado era de 1479.

(3) J. B. Muñoz: Hist del Nuevo Mundo, T III.

Francisco I não quiz mandar ao congresso os seus embaixadores, reunindo-se em Tordesilhas, em 1494, só os representantes dos reinos de Portugal e Hespanha.

Disputaram-se n'este congresso, acaloradamente, todos os direitos e interesses das duas nações contratantes, e só depois de muitos debates, poderam os seus representantes concordar na divisão do globo, por um meridiano que passasse 370 legoas a oeste das ilhas de Cabo Verde; ficando o hemispherio oriental pertencendo aos portuguezes e o occidental aos hespanhoes.(4)

Este famoso tratado, em que se demarcaram os termos da navegação e conquista das duas nações, foi confirmado pelos respectivos monarchas, e approvado por bulla do Papa Alexandre VI, o qual fulminava com a excommunhão todos os seus contraventores.

O direito do descobrimento de novas terras, que até aqui havia sido propriedade exclusiva dos portuguezes, começou desde então a ser dividido por ambas as nações da peninsula, não só com a autorisação da côrte de Roma, mas sem que nenhum dos estados da Europa reclamasse contra as estipulações do famoso tratado de Tordesilhas; contentando-se Francisco I de França, com dizer pouco tempo depois graciosamente aos seus cortezãos, que desejava conhecer o artigo do testamento d'Adão, que legava a Portugal e á Hespanha o direito de dividirem entre si a parte do mundo que se achava por descobrir!

---

(4) J. B. Muñoz: Hist. del Nuevo Mundo, Liv. III.
Rocha Dita: Hist. da America Portugueza, Liv. I, 21º 92

Capitulo XV

Descobrimento da costa oriental d'Africa e do novo caminho maritimo, para a India, por Vasco da Gama — 1498.

No tempo em que as negociações com a Hespanha chegavam a seu termo, mandava el-Rei D. João II construir, sob a direcção de Bartholomeu Dias, dois navios que resistissem aos mares austraes, para irem ao descobrimento da India; mas el-Rei falleceu em 1495, e a empresa ficou para mais tarde se effeituar.

Succedeu el-Rei D. Manuel a D. João II, e achando aquelle monarcha quasi promptos os navios que seu antecessor mandára construir, determinou fazel-os completar e seguir seu destino o mais breve possivel; e, nomeando Vasco da Gama capitão-mór da expedição, saiu esta do Tejo a 8 de julho de 1497.

Compunha-se a armada da nau capitania S. Gabriel, da S. Raphael, commandada por Paulo da Gama, da caravella Berrio, dirigida por Nicolau Coelho e da nau que conduzia os mantimentos; sendo esta pequena esquadra tripolada por cerca de 160 homens, entre militares e mareantes. Partiu a arma-

da em direcção ás ilhas de Cabo Verde, ponto de reunião indicado por Vasco da Gama, para, d'alli em deante, seguirem todas as embarcações em conserva umas das outras. A 7 de novembro chegaram á bahia de S.ta Helena, a 22 passaram o cabo da Boa Esperança e a 25 entraram na angra de S. Braz, onde desmancharam a embarcação dos mantimentos.

Largando da angra de S. Braz foram accommettidos pelas correntes do oceano indico, que embravecido por um grande temporal os obrigou a retrogradar, debatendo-se perto de um mez com a furia d'aquelles agitados mares.

O trabalho que os marinheiros tiveram para vencer estas difficuldades, aggravado ainda pela necessidade de esgotar os navios da muita agua que estavam fazendo, desalentou tanto as tripolações, que julgaram não poder escapar á morte senão voltando a Portugal.

A idéa de rebellião passou pela mente de uma grande parte dos tripolantes, e os marinheiros da caravella Berrio chegaram a conluiar-se para a porem em pratica, logo que podessem communicar os seus intentos ás tripolações das outras naus.

Nicolau Coelho teve denuncia do caso; e vindo á falla da nau capitania, poude dalo a entender ao capitão-mór, fazendo-se ao largo, antes que os tripolantes tivessem tempo de communicar os seus intentos.[1]

Vasco da Gama percebeu o perigo que o ameaçava, viu que era preciso um acto de coragem para o conjurar, não hesitou: chamou á sua camara os pilotos e todos os marinheiros que se julgassem mais entendidos para os consultar; acceitou-lhes as suas declarações contra o proseguimento da viagem, fez

(1) Gaspar Correia: Lendas da India, Vasco da Gama 1497. Cap VIII.

lavrar de tudo uma acta pelo seu escrivão e mandou, em acto continuo, pôr a ferros os pilotos. Formou em seguida o resto da guarnição sobre a tolda, e na sua presença fez lançar ao mar todos os instrumentos de pilotagem que levava, declarando á marinhagem que tendo mettido os pilotos em ferros, não carecia d'aquelles petrechos; e que, d'aquella hora em deante, Deus era o piloto de toda a expedição.

Amedrontada e quasi machinalmente, seguiu a tripolação o seu destino, mas a agua doce escasseava, e as embarcações estavam tão deterioradas que se tornava indispensavel reparal-as.

Passaram a costa do Natal a 25 de dezembro, pelo que lhe deram aquelle nome; e tendo corrido por um grande espaço de tempo sem tomarem porto, gastou-se-lhes de todo a agua, sendo obrigados a demandar terra, para fazerem aguada e proverem-se de outras cousas de que vinham necessitados.

A 10 de janeiro descobriram a terra que denominaram da Boa Gente, e o rio de Cobre; fizeram ahi aguada, e a 19 descobriram o rio dos Bons Signaes (Quelimane), onde se demoraram um mez concertando as embarcações.

Depois de collocarem n'este ponto o padrão de S. Raphael, seguiram para o norte, e foram surgir a 2 de março na ilha de Moçambique. Vasco da Gama fez alguns presentes ao Xeque, pediu-lhe pilotos para continuar a viagem, e com elles seguiu sua derrota pelos fins de março, mas não sem ter tido antes algumas escaramuças com os mouros, por elles haverem conhecido que os da expedição eram christãos.

Chegaram a Mombaça e ahi lhes fugiram os pilotos que tinham levado de Moçambique, estando a ponto de serem victimas de

uma traição que os mouros lhes quizeram armar. Aportando depois a Melinde houve-se o rei d'esta terra com muita cortezia e amizade com os portuguezes, trocando-se muitos presentes e concedendo o rei aos portuguezes um piloto christão, com o qual encetaram a travessia do golfão a 24 d'abril, indo avistar as costas occidentaes da India a 20 de maio.

Surgiu a frota em Calecut e ahi mandou Vasco da Gama a terra um degradado, o qual dirigindo-se a uns mouros de Tunis, que alli encontrou, ficou maravilhado de ouvir dizer a um d'elles, ao diabo que te dou, quem te trouxe á cá?

O degradado levou a bordo este mouro, o qual, saudando o capitão-mór, lhe disse: Boa ventura, boa ventura; muitos rubins, muitas esmeraldas, muitas graças deveis dar a Deus por vos trazer a terra onde ha tanta riqueza.(2)

Comtudo nada estava ainda concluido, pois que em Calecut novos perigos e trabalhos esperavam os portuguezes.

O Samorim de Calecut era então um dos maiores senhores da costa occidental da India. No seu reino residiam muitos dos mais abastados mercadores musulmanos, os quaes monopolisando o commercio dos mares e paizes orientaes, iam ao mesmo tempo fazendo a propaganda tacita das doutrinas do Alcorão.

A população nobre da India era a dos nayres; uma outra raça, a dos pariás, era alli tão vilmente despresada que, qualquer nayre podia matar um pariá só porque o encontrasse no caminho sem se ter feito annunciar por meio de certos gritos. Esta condição fatal, peior que a da escravidão, levou muitos pariás a abraçarem o islamismo, com o

(2) Gaspar Correia: diz que o degradado encontrára na cidade um castelhano, que tendo sido captivo dos mouros passava alli como tal.
A. Herculano: Roteiro da Viagem de Vasco da Gama, Edição de 1861, pag. 51.

fim de se egualarem em direitos aos mouros.

Resultava portanto que, comquanto o Samorim fosse senhor absoluto de grandes territorios, tanto elle como as suas principaes autoridades eram completamente dominadas pelos mercadores musulmanos, tanto porque uma grande parte da população indiana professava outra religião, como porque os mouros poderosos conseguiam d'aquelle ambicioso rei e do seu catual, á força de peitas, tudo quanto por justiça não podiam esperar.

Era, pois, muito facil aos mouros de Calecut o machinarem a ruina de Vasco da Gama, pois que, alem de serem inimigos figadaes dos christãos, pela raça e pela crença, ficava-lhes imminente a perda do commercio d'aquelles paizes, logo que os portuguezes lograssem estabelecer feitorias, em Calecut ou em qualquer outro ponto da costa indostanica.

O capitão-mór havia desembarcado, e por entre muito povo seguia por uma rua larga da cidade, com a sua comitiva em procissão, levando patente os presentes que el-Rei de Portugal mandava ao rei indiano. Chegado que foi ao paço do Samorim o catual, autoridade sem a intervenção da qual se não podia entrar no paço, introduziu na sala de recepção o embaixador e os mais portuguezes.

O luzimento das joias e adereços, que adornavam o Samorim, respondia á louçania dos trajos do embaixador e das mais pessoas da sua comitiva.

Vasco da Gama comprimentou o Samorim, o qual, estendendo o braço direito, tocou as pontas dos dedos do embaixador; e, recebendo a carta que este lhe apresentou da parte d'el-Rei de Portugal, respondeu que el-

le a veria e lhe responderia depois, e mostrando-se muito satisfeito, fez dizer a Vasco da Gama que podia ir descançar.

O catual, porem, peitado como estava pelos mouros para comprometter os portuguezes, fez, logo ao outro dia, conduzir o capitão-mór e o mais pessoal da embaixada por uns caminhos invios, dizendo-lhes que o Samorim os mandava chamar; alojando-os em casas separadas e immundas, onde haviam só umas redes esteiras; isto com o fim de provocar os portuguezes a que se queixassem ou praticassem algum desmando, que podesse justificar perante o Samorim, o ter-lhes o catual mandado cortar as cabeças.

Os portuguezes, porem, que tinham sido avisados por um castelhano que passava por mouro, soffreram sem queixa todos estes maus tratos; até que o catual, vendo que não poderia justificar o acto barbaro que meditava commetter com o auxilio dos mouros, por tal forma intrigou os portuguezes com o Samorim, que este ordenou a morte do capitão-mór e a de todos os portuguezes que o acompanhavam. O seu brahmane, porem, fez ver ao Samorim a injustiça que ia praticar, mandando matar aquelles estrangeiros sem que elles o tivessem merecido. Os mouros levantaram sobre isto grandes contestações; mas os reféns que até então tinham estado nas naus, e que eram nayres honrados, haviam sido mandados pôr em terra por Paulo da Gama, irmão do capitão-mór, e, chegando n'esta conjunctura ao paço do Samorim, declararam-lhe que, tendo ficado por penhor do embaixador portuguez, se matariam todos na sua presença se o Samorim, seguindo o conselho de traidores, faltasse ao seu dever mandando matar os estrangeiros que n'elle tinham confiado.

O Samorim revogou então a sentença de morte; e, mandando vir á sua presença Vasco da Gama, fez-lhe muita mercê e deu-lhe muitas satisfações por ter acreditado as intrigas que contra elle se levantaram; promettendo-lhe de fazer justiça em quem tivesse a culpa do mal que se lhe havia causado; e assim se despediu do capitão-mór e dos portuguezes affectando maneiras muito prasenteiras e obsequiosas.

Vasco da Gama descobriu assim o decantado grão-Cathay de Marco Paulo; o paiz maravilhoso das joias e da especiaria, que Colombo julgou ter encontrado, indo por um caminho opposto.

Não se houve Vasco da Gama n'esta empresa com menos pericia valor e firmeza de caracter, do que Colombo mostrou possuir na sua primeira viagem de descobrimento; mas Colombo, seja-nos permittido dizel-o, não teve na sua ida uma viagem de perto de 11 mezes que fazer supportar aos seus mareantes; não teve uma tormenta que lhe avariasse os navios todos, não perdeu a maior parte da sua tripolação, não esteve prestes a ser victima d'uma traição d'estrangeiros, não chegou a ser-lhe preciso metter em ferros os seus pilotos para suffocar uma revolta, e finalmente não chegou a ser suspensa sobre a sua cabeça a espada traiçoeira de um <u>ca</u>tual assalariado para o perder.

Estas e outras circumstancias, que não teem sido apreciadas, ou mesmo comparadas, pelos autores que escreveram de qualquer dos dois descobridores, teem dado occasião a julgar-se que a viagem de Vasco da Gama, por ter sido, em parte costeira, foi menos difficil, menos embaraçosa e até menos importante — quando o contrario d'isto é que é a verdade.

Vasco da Gama só depois de ter voltado

do seu primeiro descobrimento é que teve licença para usar de dom, e uma pensão de trezentos mil reis de juro e herdade. Tudo isto contrasta singularmente com as grandes mercês e regalias concedidas a Colombo antes mesmo de se saber o que elle descobriria.

Alguns escriptores, e entre elles o snr. Rosseley de Lorgues, elevam tão alto os serviços de Colombo que, dando vulto á missão divina que o almirante se attribuia, para levar á supposta India o culto da religião catholica, não duvidam em lembrar á curia romana a sua canonisação.

Com effeito: quão maiores e bem mais importantes serviços não deve a Europa a Vasco da Gama, sem que a humanidade tivesse de lamentar o sacrificio de innumeras victimas.

Bem sabemos que as deshumanidades commetidas na America por Cortez, Alvarado e outros, quasi sem necessidade, não podem ser lançadas á conta de Colombo; comtudo cremos que nos será licito julgar que, de uma missão divina, outras deveriam ter sido as consequencias proximas, que não a devastação e a morte que affligiram os povos indigenas da America.

Os portuguezes nunca fizeram guerra de extreminio na India asiatica, e se os governadores mais insoffridos applicaram alli algumas penas demasiadamente severas, foram estas, pela maior parte, infligidas aos mouros, intrusos n'aquellas terras e inimigos irreconciliaveis dos portuguezes pela crença e pelos interesses.

Se a curia romana tivesse de fazer recair n'algum d'estes descobridores o premio da egreja, de certo preferiria aquelle a quem o christianismo deveu se não a sua conservação na Europa, ao menos o não terem

ſido de novo opprimidos, e martyriſados os ſeus deſenſores.[3]

Os autores que conſultámos não concordam na maneira por que Vaſco da Gama foi nomeado capitão-mór da expedição. Garcia de Rezende diz que Vaſco da Gama tinha ſido deſignado por D. João II para ir áquelle deſcobrimento.[4] Barros diz que el-Rei D. Manuel o nomeou eſtando em Eſtremoz, e que, ſegundo dizia o páe de Vaſco da Gama, já el-Rei D. João aſſim o tinha ordenado.[5] Caſtanheda diz que el-Rei D. Manuel aproveitara muito dos regimentos que ſeu anteceſſor tinha feito para aquella viagem, e que dera a capitania a Paulo da Gama, mas que eſte ſe eſcuſara por motivo de doença, indicando para aquelle ſerviço ſeu irmão Vaſco da Gama, a quem el-Rei conferiu a capitania.[6] Damião de Goes diz que el-Rei D. Manuel teve conſelho ſobre quem deveria ſer o capitão-mór da eſquadrilha, e que ſe aſſentou dever conferir-ſe a Vaſco da Gama.[7] Gaſpar Correia diſſere de todos eſtes autores, attribuindo ao acaſo a nomeação de Vaſco da Gama. Diz Gaſpar Correia que, quando el-Rei penſava em quem deveria mandar áquelle deſcobrimento, por acaſo paſſava Vaſco da Gama pela ſala onde el-Rei ſe achava, o qual logo o chamou e lhe confiou a direcção d'aquella empreſa.[8]

Como o noſſo fim é unicamente tratar dos deſcobrimentos, não profundámos eſta queſtão da nomeação de Vaſco da Gama, por iſſo que, ella em nada influe na viagem e

(3) G.T. Reynal: Hiſtoire philoſophique et politique des établiſſements et du commerce des européens dans les deux Indes: Tom. I Cap VII. ...'Sans la découverte de Vaſco de 'Gama, le flambeau de la liberté s'éteignoit de nouveau, & peut-être pour toujour. 'Les Turcs alloient remplacer ces nations féroces, qui, des extrémités de la terre, é-'toient venuës remplacer les Romains, pour devenir, comme eux, le fléau du genre-hu-'main: & à nos barbares inſtitutions auroit ſuccédé un joug plus peſant encore. Cet 'evenement etoit inévitable, ſi les farouches vainqueurs de l'Egypte n'euſſent été 'repouſſés par les Portugais dans les différentes expéditions qu'ils tentérent dans 'l'Inde.'

nos acontecimentos que deixamos referidos.

Quanto á relação dos descobrimentos, preferimos a do Roteiro da Viagem de Vasco da Gama, publicado por Alexandre Herculano e B. de Castello de Paiva, ampliando-a na parte em que elle é omisso com o que a este respeito se acha nas Lendas de Gaspar Correia, por termos visto na advertencia collocada por Alexandre Herculano no principio do mencionado Roteiro, que: "Em relação á viagem do descobrimento, como em relação a tantos outros pontos da nossa historia da India, as Lendas levam decisiva vantagem ao que escreveram Barros e Castanheda."

Seguimos portanto esta opinião, que ninguem ousará julgar menos autorisada.

Ha, porem, uma differença notavel com relação á partida de Vasco da Gama de Melinde e á chegada a Calecut, entre o mencionado Roteiro e as Lendas referidas, mas nós seguimos n'esta parte a data de 24 d'abril, citada no Roteiro pela razão já exposta.

O mosteiro de Belem foi o monumento destinado a perpetuar a memoria do descobrimento que D. Vasco da Gama acabava de fazer.

El-Rei D. Manuel fez acquisição da ermida do Rastello, que havia sido mandada construir pelo infante D. Henrique a expensas da ordem de Christo, e, dando em troca o terreno onde se fez a egreja da Conceição, mandou logo construir á sua custa, em redor da ermida, os alicerces para um monumento de grandiosa fabrica; determinando depois que muitos rendimentos do estado fossem applicados á sua continuação.

Na porta principal, a do poente, mandou el-Rei esculpir a sua figura e a da Rai-

nha, e na porta lateral mandou collocar a estatua do infante D. Henrique como primeiro fundador d'aquella casa; commemorando tambem assim os descobrimentos portuguezes de que elle havia sido o primeiro iniciador.

Assim como os feitos portuguezes levaram esta nação pequena, como era, a ser obedecida de muitas nações barbaras, e respeitada de outras civilisadas; assim a humilde capella do Rastello, por effeito da mesma causa, foi elevada ás proporções de um sumptuoso mosteiro.

---

(4) Garcia de Rezende:
(5) Barros: Decada 1, Liv. 1j, Cap. v.
(6) Castanheda: Historia e Descoberta e Conquista da India, Liv. 1, Cap. 1.
(7) Goes: C. do S. Rey D. Emanoel; Parte 1, Cap. XXIIIJ.
(8) Gaspar Correia: Lendas da India, Cap. v.

Capitulo XVI

Descobrimento do Brazil, da ilha de Madagascar e do golfo de Aden, por Pedro Alvares Cabral e Diogo Dias — 1500.

Em março de 1500 saiu do porto de Lisboa, com destino á India e sob o commando de Pedro Alvares Cabral, uma grande armada que se compunha de dez naus, e trez navios pequenos com mantimentos; foram por capitães d'estas naus Simão de Miranda, Sancho de Toar, Braz Mattoso, Vasco d'Athayde, Nuno Leitão da Cunha, Simão de Pina, Nicolau Coelho, Pedro de Figueiró, Bartholomeu Dias e Diogo Dias. Iam por capitães das embarcações que levavam os mantimentos Luiz Pires, Gaspar de Lemos e André Gonçalves.

Pedro Alvares Cabral, porque se excedesse no cumprimento das instrucções e conselhos que Vasco da Gama lhe havia dado, para evitar as grandes calmarias da costa da Guiné; ou porque no seu espirito alguma desconfiança houvesse já da existencia das terras occidentaes, que lhe excitasse a curiosidade e quiçá o desejo de

as descobriz; ou, finalmente, porque alguma ordem secreta d'el-Rei o levasse a endireitar o rumo da sua nau para o occidente; o que é certo, é que pelos fins d'abril foi avistar as costas de uma grande terra occidental a qual lhe pareceu que ainda não teria sido observada por navegante algum. Cabral fez signal aos capitães das outras naus para que o seguissem, e correndo ao longo da costa encontrou um porto seguro onde surgiu com toda a armada.

Nicolau Coelho foi explorar o paiz e encontrou gente parda, de cabello corredio, mansa e muito simples, que vivia em choças; mas que ninguem da expedição poude entender.

Cabral saiu em terra, fez arvorar uma cruz em logar elevado e mandou armar um altar, onde se disse missa a que assistiu toda a guarnição; sendo por essa occasião tomada a posse solemne d'aquella terra, sob a denominação de S.ta Cruz, em memoria da maior festividade que a egreja catholica celebra no principio de maio. Depois mandou para Portugal uma das naus com a noticia do descobrimento, ordenando ao capitão que corresse toda a costa da nova terra, descrevendo quanto visse e encontrasse, para entregar a el-Rei uma relação exacta da extensão, portos, sondagens e mais condições d'aquella costa.

Partido que foi o emissario para Portugal, largou o capitão-mór com o resto da esquadra para o cabo da Boa Esperança, e quando navegavam já na altura do cabo, foram acommettidos por um tão grande tufão que, não obstante andarem ligeiros na manobra, perderam-se as naus de Bartholomeu Dias, de Simão de Pina, de Vasco d'Athayde e de Gaspar de Lemos; ficando

as que escaparam muito avariadas no velame e na mastreação.[1]

Correram assim por espaço de vinte dias, passando o cabo da Boa Esperança sem d'elle haverem vista, e, encontrando a costa oriental d'Africa perto do cabo das Correntes, seguiram até Moçambique com excepção da nau de Diogo Dias, que depois da tormenta não fôra mais vista das outras naus.

Diogo Dias correu com a sua nau por fóra da ilha de Madagascar, julgando ser aquella costa a oriental d'Africa, do que só se apercebeu quando viu que ella rodeava para o lado de oeste. Então voltou a traz e entrou em um porto onde teve trato com a gente do paiz.

Largando d'esta ilha, a que poz o nome de S. Lourenço, por a ter visto no dia d'este Santo, demandou a costa oriental d'Africa; mas só conseguiu alcançal-a muito ao norte de Melinde; e seguindo sempre sem que o piloto soubesse onde se achava, passou o cabo de Guardafui, entrou no golfo d'Aden, e foi surgir em Barborá. Aqui perdeu Diogo Dias o batel com muita da sua gente e fazenda, por se ter fiado nos protestos d'amizade que o rei lhe fizera com o intuito de o roubar.

Diogo Dias largou de Aden com muita difficuldade, porque a gente que lhe restava era muito pouca, e achava-se tão doente que mal podia fazer a manobra da embarcação. Navegando para o sul dobraram o cabo da Boa Esperança, sem terem encontrado as outras naus, vindo aportar ás ilhas de Cabo Verde, onde tomaram alguns tripolantes, sem os quaes não teriam logrado chegar a Lisboa.

As seis naus, que restavam, das treze

que tinham ido de Lisboa sob o commando de Pedro Alvares Cabral, chegaram em julho a Moçambique, e, temendo o Xeque que o capitão-mór se vingasse das offensas que elle tinha deixado fazer aos da armada de Vasco da Gama, veiu a bordo da nau capitania protestar fidelidade, e jurar vassalagem ao rei de Portugal, desculpando com as intrigas dos mouros os maus tratos que receberam os portuguezes n'aquella ilha.

Se com verdade servires el-Rei meu Senhor, d'isso tirarás muito proveito; lhe respondeu o capitão-mór; mas se pelo contrario o atraiçoares, eu arrazarei a tua cidade; e, fazendo-lhe muita honra e dando-lhe muitos presentes o despediu.

Concertadas as pazes com o Xeque de Moçambique saiu o capitão-mór para Melinde, sendo logo á sua chegada visitado pelo rei d'aquelle paiz. Trocaram-se por essa occasião muitos presentes, e passou-se todo o tempo que alli esteve a esquadra, em festas publicas e folgares de que os portuguezes muito gostaram.

A 7 d'agosto tinha a esquadra largado para a India, e chegando a Cananor, foi muito bem recebida pelo rei, o qual concedeu ao capitão-mór que estabelecesse uma feitoria portugueza no seu porto.

Em quanto a esquadra portugueza se demorou alli recebeu Cabral uma mensagem do Samorim de Calecut, na qual pedia muitas desculpas dos seus erros passados, assegurando desejar muito a boa paz e amizade com o rei de Portugal, e pedindo-lhe que fosse á sua cidade, onde seria muito bem recebido, e se faria tudo que elle desejasse.

Em vista de um tal convite largou o

capitão-mór com a sua esquadra para Calecut, e ahi tratou o estabelecimento da feitoria, mandando para terra toda a fazenda que levava, um feitor e alguns portuguezes para o ajudarem, mas como o Samorim désse ordem para que as embarcações portuguezas fossem as primeiras a carregar de especearia, houve por isso algumas desavenças, promovidas pelos mouros que não cessavam de procurar por todos os meios comprometter e intrigar os portuguezes; e taes traças armaram para com o Samorim, homem ambicioso, voluvel e de pouco tacto politico, que lhe fizeram acreditar que elle poderia obter um rico despojo, se, dando-se por escandalisado com alguma cousa que os portuguezes fizessem, lhes mandasse atacar a feitoria, e tomar toda a sua fazenda.

O Samorim assim o poz em pratica, e, mandando assaltar a feitoria, tomou toda a fazenda que Cabral tinha mandado para terra, morrendo no conflicto o feitor, e todos os portuguezes que não poderam escapar-se a nado para bordo das embarcações.

Em represalia mandou o capitão-mór pôr o fogo a todas as embarcações que se achavam no porto, e, desfraldando as velas, bombardeou a cidade, tendo antes mandado para terra, generosamente, os reféns que o Samorim lhe confiára.

Forçado assim o capitão-mór a deixar Calecut, passou a Cochim, onde assentou paz e amizade com o rei, que, não obstante ser vassalo do Samorim, facilitou a carga que o capitão-mór desejava, e concedeu que os portuguezes deixassem uma feitoria naquella cidade.

Emquanto a esquadra se demorou

alli, recebeu o capitão-mór uma carta da rainha de Coulão, convidando-o a ir áquelle reino; mas sabendo o rei de Cochim que em Calecut se armava a toda a pressa uma esquadra de cem navios, para ir atacar os portuguezes, instou com o capitão-mór para fazer sua carga e sair do porto sem dar logar ao combate.

Saiu com effeito a esquadra para Cananor, onde recebeu a carga de gengibre que alli se achava prompta; seguiu depois para Melinde, mas não podendo alcançar a costa d'Africa senão muito alem d'aquella cidade, determinou seguir seu rumo sem perda de tempo.

Indo assim a esquadra, encalhou a nau de Sancho de Toar num baixo e não a podendo safar teve de abandonal-a largando-lhe previamente fogo.

Sancho de Toar substituiu no commando Luiz Pires, que se achava muito doente, indo depois a Sofala e a Melinde encarregado de uma missão do capitão-mór.

Entretanto largava Cabral de Moçambique com as quatro naus que lhe restavam da sua esquadra, chegando a Lisboa umas apoz outras, e entrando tambem em setembro de 1501 a nau onde Sancho de Toar fôra a Melinde.

Chegado ao ponto de termos de descrever as viagens e descobrimentos feitos pelos portuguezes na America, não podemos deixar correr sem exame, uma das circumstancias da primeira viagem attribuida a Americo Vespucio, que alguns escriptores fazem prender com a viagem de Pedro Alvares Cabral.

As descobertas d'aquelle navegador florentino foram já analysadas por abalisados escriptores, e entre elles figura o il-

lustre visconde de Santarem, que escreveu uma refutação completa dos seus pretendidos descobrimentos nos Bulletins de la Société de Géographie de France, de outubro de 1835 e de fevereiro de 1837; e no livro intitulado Recherches historiques et critiques sur Americ Vespuce.

Que Americo falsificára as datas das suas exageradas aventuras, e compozera a sua narrativa de sorte que parecia dever-se-lhe a gloria do primeiro descobrimento do novo mundo, dizem-no Herrera e Robertson, cujas opiniões por nos parecerem insuspeitas, julgamos dever invocar de preferencia.

A Navegação de Pedro Alvares Cabral, impressa na Colleção de Noticias para a Historia das Nações Ultramarinas, relata no cap. xxi o seguinte:

"Chegámos ao cabo da Boa Esperança dia de pascoa de flores, e ahi achámos bom tempo com o qual viajámos para deante e abordámos na primeira terra junto com Cabo Verde que se chama Besenegue, onde achámos tres navios que el-Rei de Portugal mandára para descobrir a terra nova, que nós tinhamos achado quando iamos para Calecut."

Não se diz n'esta relação, nem achámos em escriptor algum antigo, que taes embarcações fossem as d'Americo Vespucio; Barros não faz menção d'ellas; Damião de Goes tambem não, Castanheda, pela mesma forma, de tal se não occupa; mas quanto a este pode objectar-se que o seu fim era escrever a historia da India e não a da America. Nas lendas de Gaspar Correia falta egualmente a relação d'este encontro; e Antonio Galvão, que falla das trez embarcações, não diz que n'ellas tives-

se ido Americo Vespucio.[2]

O proprio Americo, na sua relação, diz ter estado em Besenegue, mas não menciona o encontro das naus de Pedro Alvares Cabral.

Só o academico, que escreveu em 1812 a Introducção á Relação da Viagem de Pedro Alvares Cabral, pretende que o encontro da armada d'este descobridor com a de Americo Vespucio se deve considerar mais bem averiguado, depois de publicada aquella relação; admittindo como prova, o dizer a mencionada relação que Cabral encontrára em Cabo Verde trez navios que se destinavam á continuação da descoberta da America.

Ora, se nem Americo na sua relação diz ter encontrado as naus de Cabral, nem na relação da viagem de Cabral se diz que os trez navios encontrados em Cabo Verde fossem os de Americo, como se pode concluir que este caso ficasse melhor averiguado com a publicação d'aquella relação?

Nós entendemos que os descobrimentos de Americo Vespucio se acham de tal modo refutados pelo illustre visconde de Santarem, que julgamos a sua exclusão da historia ponto, que deve ter-se por definitivamente assentado.

---

(1) Gaspar Correia: Lendas da India, Tom. 1, Liv. 1, Armada de P. A. Cabral, Cap. 1. e seguintes
Colleção de Noticias para a Hist. das Nações Ultramarinas. Tom. 1, n.º 3.
Barros: Dec. 1, Liv. 1, e Liv. V, Cap. VIII.
Carta de Pedro Vaz de Caminha a el-Rei D. Manuel
Damião de Goes: Chron. d'el-Rei D. Manuel. Parte 1, Cap. Lx.
Castanheda: Historia da Desc. e Conquista da India, Liv. 1, Cap. XXVIII e seguintes
Rocha Pitta: Historia da America &c. Liv. 1, n.º 5
Pero de Magalhães Gondavo: Cap. 1, pag. 2
Varnhagem: Historia do Brazil, pag. 13.

(2) Barros: Dec. 1, Liv. V, Cap. VIII.
D. de Goes: Chron d'el-Rei D. Manuel, Parte 1, Cap. Lx.
Gaspar Correia: Lendas da India: Arm de P. A. Cabral, Cap. XV.

Capitulo XVII

Descobrimentos na America do Norte.

Comquanto mui pouco possamos ainda avançar, sobre o descobrimento da America Septentrional, que se avantage ao que o nosso illustre consocio, o sr. Luciano Cordeiro, ultimamente escreveu na sua Memoria intitulada De la découverte de l'Amérique, é certo que a publicação d'esta memoria fez voltar para o assumpto as attenções de muitos estudiosos, tanto portuguezes como estrangeiros; e nós, apezar de um dos mais humildes que de tal objecto se teem occupado, tambem nos sentimos impellido, pelo influxo das mesmas idéas, a procurar elementos novos para formar opinião mais segura do caso, diligencia que, até certo ponto, foi coroada pelo encontro de um documento, o qual, se ainda não decide a questão, concorre muito para a restringir a uns certos limites.

O sr. Ernesto do Canto publicou ha pouco tempo um opusculo, em que noticiava o achado de um códice de 1570, intitulado 'Brata-

do das ilhas novas e descobrimento d'ellas e outras cousas" &c., escripto por Francisco de Sousa, feitor da capitania da cidade do Funchal.

Na livraria do marquez d'Abrantes existia um tratado como este, que, segundo diz Barbosa, se julgou ter ardido com a referida livraria pelo terremoto de 1755; felizmente escapou esta copia, de que o snr. Canto nos dá agora noticia. No prefacio do referido opusculo diz o snr. Canto assim. "Annos antes da primeira viagem de Colombo ás Antilhas, já em Portugal havia conhecimento da existencia de parte das costas da America do norte."

"Os Cortes Reaes, ultimos d'aquelles emprehendedores, tornaram apenas mais positivo e extensivo esse conhecimento."

"O facto, porem, de serem essas navegações feitas de iniciativa particular, de serem seus resultados reaes sempre inferiores á espectativa e aos que offerecia a costa occidental da Africa e promettia a passagem por longo d'ella, para o Oriente, tornaram quasi ignorados e deturpados por uma historia official os esforços dos portuguezes n'aquella direção".....

E' facto que alguns autores, como o padre Carvalho, J. A. d'Almeida e outros, dão nas suas obras de chorographia noticia de haver um João Alvares Fagundes descoberto a Terra Nova, com gente de Viana, de ter alli fortificação de que era senhor, e de correr por sua conta a pesca do bacalhau, emquanto a Inglaterra a não tomou para si; bem como de ser vulgarmente conhecido no Minho este João Alvares Fagundes pelo cognome de capitão da Terra Nova.

Tudo isto é tradicional em Viana do Castello.

Aquelles autores e mais D. Diviſco Nazau Barco, no ſeu Theatro Genealogico, crêem que eſte Fagundes era da caſa do Outeiro na freguezia de Moreira do concelho de Ponte de Lima.

Os Fagundes de Moreira eram fidalgos muito antigos, e crê-ſe até que foram os primeiros que fortificaram Vianna do Caſtello; nós encontrámos, em um livro de genealogias, um Jacintho Fagundes Bezerra, filho de Affonſo Gonçalves Fagundes e neto de João Fagundes, que fôra eſcrivão do deſembargo do Paço no tempo de D. João I.

Segundo diz o ſnr. Canto, o actual repreſentante d'eſta familia é o ſnr. conde de Bertiandos.

Por indicação obſequioſa do ſnr. viſconde de Pindella, ſoubemos da exiſtencia de uma carta de brazão dada, em Coimbra a 9 de ſetembro de 1557, por el-Rei D. João III a Pedro Pinto, na qual el-Rei declara João Alvares Fagundes cheſe da familia d'aquelle appellido em attenção aos deſcobrimentos que fizera.

O ſnr. Luciano Cordeiro informára-nos da exiſtencia, n'um cartorio de uma terra da provincia do Minho, de um proceſſo, em que um deſcendente dos Fagundes allegava ter um ſeu antepaſſado empenhado os rendimentos do morgado, para pagar as deſpeſas que fizera com o deſcobrimento da Terra Nova; e, ultimamente, tivemos occaſião de ouvir ao ſnr. conde de Bertiandos a confirmação da exiſtencia, no cartorio de um ſeu tio em Bertiandos, de uma carta regia, do tempo d'el-Rei D. Manuel, que conferia a João Alvares Fagundes a capitania de uma terra nova, com todas as regalias das capitanias da Madeira e de Cabo Verde, alvará em que tambem já nos havia fallado o

snr. Luciano Cordeiro.

Todas estas indicações nos fizeram sup. por um outro descobrimento da America.

Um novo personagem que, não obstante achar-se desde muito tempo indicado n'algumas obras portuguezas, e haver d'elle tradição em Vianna do Castello, só agora principiava a tomar vulto na questão dos descobrimentos das terras occidentaes, personagem cujo nome tambem figura como descobridor d'aquellas terras n'uma das cartas do atlas de Lazaro Luiz de 1563.

Não será pois para admirar que, á vista de taes indicações, se nos afigurasse que a terra, cuja capitania havia sido doada em premio do seu descobrimento a João Alvares Fagundes, fosse a terra do Lavrador e que este descobrimento fosse anterior a 1500. Desde que esta idéa se nos apossou do espirito, determinámos não pôr ponto na questão, sem vermos, pelo menos, a que conclusões nos levaria o confronto de todos aquelles indicios com o referido alvará d'el-Rei D. Manuel.

Pedimos, portanto, com todo o empenho, ao snr. conde de Bertiandos nos alcançasse do cartorio do seu parente, o alvará ou carta da concessão da capitania das terras descobertas pelo Fagundes, e nol-o confiasse por dias ou mesmo por horas para o copiarmos; e, com effeito, ficámos devendo á obsequiosa bondade de Sua Ex.ª o termos podido ver em Lisboa o famoso documento, o qual é uma publica-forma de uma carta de doação, feita por el-Rei D. Manuel, a João Alvares Fagundes, em 13 de março de 1521.

Que os peninsulares, e com toda a probabilidade, os portuguezes, tinham já aportado ás ilhas e ao continente americano, tanto septentrional como meridional, annos antes de Colombo, prova-o Las Casas quando-

diz que os indios asseguraram aos companheiros do Almirante, que poucos annos antes tinham alli aportado homens, assim brancos e barbados como os hespanhoes. Prova-o o cadaste de uma nau europêa que Muñoz diz ter sido encontrado pelos companheiros de Colombo no Guanahani; e, em summa, prova-o a existencia do portuguez João Ramalho no Brazil, em uma época anterior á do seu descobrimento official, facto este, que alem de se achar publicado na Revista de Historia e Geographia d'aquelle paiz,(1) é de alguma forma tambem confirmado pela noticia que encontrámos d'este acontecimento em um ms. da bibliotheca do fallecido marquez de Castello Melhor.(2)

Mas, como de nenhum d'estes casos resulte prova authentica da época, nacionalidade e nome do primeiro descobridor da America do norte, para não nos expormos ás consequencias do futuro achado de um documento, que prove em sentido diverso dos que até hoje se teem encontrado, nós vamos tratar a questão por uma forma menos terminante, mas tambem menos sujeita a controversias.

Dividiremos, pois, a questão em trez pontos, e tratal-os-hemos em separado e independentemente, juntando aos indicios já

---

(1) Dr. Fr. Gaspar da Madre de Deus. Artigo d'este autor publicado na Revista de historia e Geographia. Tomo 11, 4º trimestre. Brazil 1840.

(2) Ms. anonymo, intitulado Fundação da capitania de S. Vicente e acções de Martim Affonso de Sousa no Brazil - Livro primeiro. - Segundo Fasciculo.
Relatando o autor, n'este fasciculo, a apparição da esquadra de Martim Affonso de Sousa, no porto de Bertioga, Brazil; e a participação que d'este acontecimento deram os gentios d'aquella localidade a Tebyreçá, cacique dos campos de Piratininga, a quem os Goianazes deviam obediencia; diz no § 49. assim:
"Perto de Tebyreçá morava João Ramalho, aquelle Portuguez, que aqui chegou antes de se ter na Europa conhecimento de quarta parte do mundo: elle fazia vida material com uma filha do regulo, e este lhe participou sem demora a noticia que acabava de receber."
"Ouviu-a Ramalho com alvoroço grande porque logo assentou, que a esquadra era de Portuguezes; e como até ao tempo, em que elle saira do reino, nenhuma outra nação passava a linha, julgou com solido fundamento que a esquadra navegava para o Oriente, e impedida de ventos contrarios arribou a Bertioga. Firme n'esta opinião, e desejoso de evitar a guerra que se dispunha contra os brancos, sollicitou o soccorro, onde os barbaros buscavão o augmento das suas forças. Depois de persuadir ao sogro, que os forasteiros eram seus nacionaes, e lhes succedera o mesmo que havia acontecido a elle Ramalho",.....

encontrados pelos investigadores que se teem occupado d'este objecto, o testemunho do alvará que o snr. conde de Bertiandos nos confiou e a copia de uma outra carta de doação, feita por el-Rei D. Manuel a Gaspar Corte Real; extrahida obsequiosamente da Torre do Tombo a nosso pedido, pelo snr. Bastos.

Os trez pontos serão, pois:- Se os Cabots descobriram a America do Norte:- Se João Alvares Fagundes foi o primeiro descobridor da America:- Se foi Gaspar Corte Real que descobriu a America do Norte.

1.º Se os Cabots descobriram a America do Norte.

Sobre o descobrimento attribuido a Cabot é tal a confusão nos autores que o relatam, que se quizermos profundar o caso, mesmo sem nos soccorrermos dos judiciosos argumentos já empregados pelo nosso illustre amigo o snr. Cordeiro, acharemos razão bastante para o refutar in limine. E' notavel que de Cabot todos os autores fallem por terceira pessoa e o mais que adiantem seja,- diz-se,- foi visto,- os autores do tempo de Elisabeth encontraram,- existia em um mappa publicado por Mr. Jomard; mas este supprimiu a celebre legenda, &c. Ora não é facil de acreditar que um navegador illustrado como Cabot deixasse de fazer o diario de uma viagem de tal importancia, se n'ella se tivesse effectivamente feito o descobrimento que se lhe attribuiu depois; mais depressa se concordará que o diario de alguma das viagens de Cabot fosse destruido, para que a todo o tempo se não encontrasse uma prova em sentido contrario á invenção d'aquelle achado, pois que a primeira viagem de Cabot ao occidente foi necessariamente effeituada em época muito posterior a 1494.

A viagem de Cabot tem sido attribuida,

pelos diversos autores, que d'ella teem tratado, a differentes annos, entre o de 1494 e 1510; ao passo que o proprio Sebastião Cabot, que se attribue a gloria do descobrimento, falta á verdade nas suas relações até no que diz respeito a seu pae João Cabot.

Mr. d'Avezac diz que, João Cabot e Colombo tiveram quasi ao mesmo tempo a idéa de irem a Cypango pelo occidente; e, fundando-se em Navarrete, tomo II, pag. 193, diz que, emquanto Colombo explorava a ilha de Cuba, "Jean Cabot via pela primeira vez o continente da America". Accrescentando: "Este facto é comprovado por um monumento geographico-mappamundi elliptico-publicado em 1544 por Sebastião Cabot e conservado na bibliotheca nacional (Paris), publicado na collecção de Mr. Jomard, mas sem a legenda. Esta legenda, escripta em hespanhol e em latim, achava-se junta á terra dos bacalhaus e dizia assim:-"Esta terra foi descoberta por João Cabot e Sebastião Cabot, seu filho, no anno de Christo de 1494 em 24 de junho ás 5 horas da manhã, á qual se deu o nome de - Primeira terra vista - e a uma ilha que se achava perto se lhe poz o nome de S. João."

Nas Akluyt's voyages diz-se porem que, Henrique VII de Inglaterra concedera a João Cabot, piloto veneziano estabelecido em Bristol, uma carta patente para ir a descobrir terras no occidente; esta patente tem a data de 1496 e n'ella se faz menção de seus trez filhos Luiz, Sebastião e Sancius. Dois annos depois (1498) apparece outra patente ampliando a primeira, porem não consta que d'ellas fizesse uso, pelo contrario, sabe-se que fôra Sebastião Cabot depois da morte de seu pae, que fizera aquella viagem sem que todavia se lhe possa assignar

uma data preſixa. O teſtemunho mais circumſtanciado, e que parece mais authentico, d'eſta viagem é a parte de um diſcurſo, dirigido pelo proprio Cabot ao legado do papa em Heſpanha, que Ramuzio relata aſſim:.....“mori il padre in quel tempo che venne noua che'l ſignor don Chriſtopharo Colombo genoueſe hauea ſcoperta la coſta dell'Indie, ſubito ſui intender queſto mio penſiero alla Maeſtà del Re, ilqual ſu molto contente, & mi armò due carauelle di tutto cio che era dibiſogno, & ſu del mille quatrocento nouantaſei nel principio della ſtate.. .....,& mancandomi gio la vettonaglia, preſi partito de ritornarmene in Inghilterra: doue giunto trouai grandiſſimi tumulti di populi ſolleuati,& della guerra in Scotia: ne piu era in conſideratione alguna il nauigare a queſte parti, per il che mene venni in Spagna al Re catholico..... Queſto è quanto io inteſi dal ſignor Sebaſtiano Caboto.”

E' pois evidente que Sebaſtião Cabot ſaltou á verdade n'uma das precedentes relações do ſeu pretendido deſcobrimento; e ſoi talvez por eſſa razão que Mr. Jomard, publicando a carta de Sebaſtião Cabot, lhe eliminou a legenda; que, como diz Mr. d'Avezac, era eſcripta em heſpanhol e latim e dizia que o deſcobrimento tinha ſido ſeito por elle e ſeu pae (1494); emquanto que, na relação ſeita ao legado do papa aſſegurára que o caſo ſe déra depois da morte de ſeu pae (iſto é depois de 1498); e, note-ſe bem, quando havia chegado a noticia de Colombo ter ſeito o deſcobrimento das coſtas da India, iſto é, do continente da America.

Ora o facto de Sebaſtião Cabot não ſaber ſixar a data, em que diz ter ſeito eſte deſcobrimento, não é de pouca importan-

cia para o caso; pois que, pelo menos, devezia ter 20 annos a esse tempo; e, ainda que a edade lhe não permittisse reter de memoria a época de um acontecimento que, pela sua natureza e novidade, o deveria ter impressionado bastante, restava-lhe a patente, o diario da viagem, os documentos officiaes e muitos outros recursos, entre os quaes, não devia esquecer o testemunho dos companheiros, de que, na época do acontecimento facilmente poderia ter lançado mão para não errar as suas relações.

Não pode portanto esta falta de verdade ser-lhe relevada, nem como resultado de deficiencia de memoria; tornando por consequencia este facto uma pessima recommendação para o credito, em que devam ter-se as relações e tudo quanto possa derivar-se do testemunho de Sebastião Cabot; por outra, os escriptos d'este individuo não podem ter fé em questão propria.

O que é certo, como diz o snr. Cordeiro, é que S. Cabot obteve em os nossos tempos a gloria de um descobrimento que, não só lhe não foi conferida pelos seus contemporaneos, mas que elle proprio se não atreveu a exigir lhe fosse reconhecida.

Até o proprio compatriota de Cabot, Ramuzio, diz na sua Collecção de Viagens que o primeiro descobridor da America fôra Gaspar Corte Real, abstraindo completamente dos Cabots.

Com effeito, tudo quanto se tem escripto sobre o pretendido descobrimento dos Cabots é por tal forma intrincado e confuso que, a tal respeito, só uma unica resolução nos parece acertada; é excluir da historia similhante pretenção.

2: Se João Alvares Fagundes foi o primeiro descobridor da America.

Damos em seguida a copia da publicaçorma da carta regia d'el-Rei D. Manuel que concedeu a João Alvares Fagundes a capitania de todas as terras e ilhas que descobrisse; por nos parecer que ella responde precisamente ao ponto em questão.

Segue a copia:

"Estas terras descobrio Joam aluarez por um seu pilloto que elle.....capitães da ilha da madeira."

"Saibam quantos este estormento de trellado de doaçam dado em pubrica forma per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mill v^{c}xxi annos aos xxij dias do mes de mayo em a praça da villa de Viana de foz de lima perante affonso lopez vereador e loguo tente de juiz em a dita villa em ausencia do doutor Francisco Mendez juiz de fora com alçada em a dita villa e sseu termo por elrrei nosso Senhor etc. pareceo Joam aluarez ssagundez caualeiro da casa do dito Senhor e apresentou e per mim taballiam leer e pubricar ssez ao dito loguo tente de juiz huma carta de doaçam escripta em purgaminho e assinada com o proprio sinall delrrey nosso Senhor e aseellada do sseu seello pendente da quall o trellado de verbo a verbo tall he como sse ssegue.= Dom manuell per graça de deus Rey de purtuguall e dos alguarues daaquem e daalem mar em affrica Senhor de guinee e da conquista nauegaçam comercio detiopia arabia persia e da india etc. a quantos esta nosa carta virem ssazemos saber que nos demos a Joam aluarez sagundes caualeiro da nosa casa huum nosso aluara em que sse contem que sintindo nos asy por seruyço de deus e nosso e por lhe ssazermos mercee nos praz que indo elle descobrir terras lhe darmos e ssazermos

mercee da capitania de todas aquellas ilhas e terras que elle descobrisse asy e pella maneyra que sam dadas aos capitães das nossas Ilhas da madeira e açores e asy nos prazya porquanto elle nom tinha ffilho machossenam huma ffilha que a dita sua ffilha e todos sseus ssocessores asy por linha mascolina como ffeminina podessem herdar a dita capitania ssem embarguo da ley mentall e que isto sse entendesse naquellas cousas de que ja nom ffosse pasada alguma carta de mercee. E que nom podesse ir nem sse entendesse esta mercee da primeira terra do brasill da banda do norte des contra o sull ssenam pera o norte ssegundo vimos per o dito aluara por bem do quall aluara elle ffoy a descobrir terras e ilhas haa dita parte nelle conteudo e ora nos ffez certo per testemunhas dinas de ffee que elle achara as terras e ilhas sseguintes, a saber, a terra que sse diz ser ffirme que he des a demarcaçam de Castella que parte da banda do sull com a nossa demarcaçam atee viir partir com a terra que os corte reaes descobrirom que hee da banda do norte aas tres ilhas na baya dauguoada na costa de nordeste e sudueste e as ilhas a que elle pos nome ffagundas sam estas, a saber, sam Joam e sam Pedro e santa ana e santo antonio e as ilhas do arçepelleguo de sam panteliom com a ilha de pitiguoem e as ilhas do arçepelleguo das honze mill virgeens E a ilha de santa cruz que esta no pee do banco E outra ilha que sse chama tambem de santa ana que foy vista e non apadroada das quaes terras e ilhas lhe ffazemos doaçam e mercee da capitania dellas asy e pella maneira que teemos dadas as capitanias da nosa ilha da madeira e das outras ilhas com todas as crausssolas e condições declarações graças e mercees priuilegios e

liberdades conteudas e declaradas nas cartas das ditas capitanias asy no que toca haa jurdiçam como aas rendas E em todo o mais nellas conteudo E quanto ha ssocesam auella ha como no dito aluara ffiz mençam e mais nos praz de lhe ffazermos mercee E doaçam pella mesma maneyra ssobredita das saboarias brancas e pretas de juro e dedade das ditas terras e ilhas. E porem mandamos aos veedores da nosa ffazenda e a todollos nossos corregedores juizes e justiças contadores vizinhos e moradores das ditas ilhas e terras que ora sam e ao diante forem que cumpram e guoardem e ffaçam em todo comprir e guoardar esta nosa carta ao dito Joam aluarez ffagundez e a sseus ssocessores e o metam em posse dellas ssem lhe nisso poerem duuida nem embarguo algum por que asy he nosa mercee auendo respeyto a sseus sserviços E como a ssua propria custa e despesa elle descobrio as ditas terras e ilhas e ffez nisso muyto gasto e despesa E por ffirmeza de todo lhe mandamos dar esta carta per nos asynada E asseellada do nosso sseello pendente. Dada em a nosa muy nobre e ssempre leall cidade de lixbõa aos xiij dias de março manuell da fonsseca a ffez anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Ehristo de mill v^{c}xxi. E quanto haa jurdiçam que toca ao ciuill entenderssea que a aja e que vsara della asy e na maneira que ora vsam os capitaes da ilha da madeira e lhe he limitado por nos.— A quall carta asy apressentada o dito Joam aluarez requereo ao dito loguo tente de juiz que lhe mandasse della dar o trellado em publica forma por que lhe era neçesario E uisto per o dito loguo tente de juiz sseu dizer e a dita doaçam como era careçente de todo uicio e ssospeiçam interpos em mim taballiam sua autoridade hordinaria e mandou que lhe as-

se o trello (sic) que pidia em pubrica forma o quall mandaua que valleſſe e ffizeſſe inteyramente ffee como o proprio originall teſtemunhas que eram preſentes gonçallo pereira caualleiro. Egas lopez .....
.....anes piloto.....
...pubrico e judiciall.....senhor que eſta eſpreui e aqui meu pubrico ſinall...=Logar do ſignal publico=

Trez concluſões importantes ſe tiram do documento que ſe acaba de ler: A primeira é que, João Alvares Fagundes foi deſcobrir terras ao Occidente depois dos Corte Reaes lá terem ido, Gaſpar e Miguel: ſegunda, que o Brazil já a eſſe tempo ſe achava deſcoberto; concluindo-ſe por conſequencia, que os deſcobrimentos de Fagundes são poſteriores a 1500: terceira, que João Alvares Fagundes comquanto não foſſe o primeiro deſcobridor da America, como ſe julgou ao principio, tem comtudo direito a ſer incluido no catalogo dos noſſos deſcobridores de terras occidentaes no começo do ſeculo XVI, como mostraremos no ſim d'eſte cap.º, para não interromper a ordem que tinhamos eſtabelecido.

3.º Se foi Gaſpar Corte Real que deſcobriu a America do Norte.

Gaſpar Corte Real, filho do capitão donatario da ilha Terceira, João Vaz Corte Real, homem nobre e de animo aventuroſo, propoz-ſe a ir deſcobrir terras para o norte, porque para o ſul já outros tinham deſcoberto muitas; eſperando naturalmente encontrar por alli alguma paſſagem, ou eſtreito que conduziſſe à India.

Era eſta a idéa que principiava a preoccupar, n'aquella época, os mareantes em Portugal, e foi eſta meſma idéa que levou mais tarde Fernão de Magalhães a procurar

uma passagem pelo rio da Prata, e depois pelo estreito, a que deixou vinculado o seu nome. Os mareantes mais intelligentes julgavam poder-se encontrar pelo occidente, ou por entre os gelos do norte, uma passagem, que conduzisse á India; aquelles, porem, cujo arrojo e força de vontade era superior á intelligencia, acceitavam sem criterio os ditames da geographia antiga, e julgavam poder encontrar nas costas da terra occidental o Cypango ou o Cathai;[3] sem contarem com a grandeza do equador, e, por consequencia, com a distancia que separa a India ou o Japão dos extremos occidentaes da Europa.

Era, pois, muito natural, que sob a influencia das idéas d'aquelle tempo, Gaspar tivesse dirigido o rumo do seu navio para o noroeste, quando, no principio do verão de 1500, foi pela primeira vez ao descobrimento das terras occidentaes.

Gaspar Corte Real conseguiu descobrir n'esta viagem um paiz muito fresco e de grandes arvoredos, a que poz o nome de terra Verde ou do Lavrador; e, tendo costeado uma grande parte d'esta terra, é provavel que visse tambem a terra do Bacalhau, e que, deparando-se-lhe o golfo e depois o rio de S. Lourenço, o embocasse logo, persuadido de ter achado o estreito ou passagem que buscava; vendo, porem, que o rio estreitava cada vez mais, e que não era um estreito, mas sim um rio commum, se não é provado, é, pelo menos provavel, que n'esta occasião lhe pozessem os marinheiros o nome de canada, cuja significação portugueza de vereda ou passagem estreita lhe assentava perfeitamente.

Gaspar Corte Real voltou ao reino onde

(3) Séneca, Aristoteles e outros geographos antigos asseguravam que, partindo-se de Hespanha com vento favoravel se lograria chegar em pouco tempo ao Cathai.

el-Rei o premiou; e, em maio de 1501 singrava de novo no mesmo rumo. D'esta vez, porem, não voltou, succedendo o mesmo a seu irmão Miguel Corte Real que, com licença d'el-Rei, fôra em sua procura.(4)

Em 1503 mandou el-Rei duas naus em busca d'estes navegantes, e como voltassem ao reino sem nada terem conseguido achar, dispunha-se Vasco Eannes Corte Real a ir procurar seus irmãos; mas el-Rei não consentiu que elle pozesse em pratica o seu designio.

E' possivel que antes d'este descobrimento tivessem havido outros devidos á iniciativa particular, como presume o snr. Canto; nós, porem, não tendo provas de egual força a favor de outras viagens, entendemos que a carta regia, que adiante damos á estampa, é a bastante prova do descobrimento authentico d'aquella região por Gaspar Corte Real.

Segue a copia da carta regia:

"Gaspar corterreall Doaçam de qualquer Ilha ou Ilhas ou terra firme que ele descubriz ou achar."

"Dom manuell etc. A quamtos esta nosa carta de doaçaaom virem fazemos saber que por quamto gaspar corterreall fidalguo da nosa casa os dias pasados se trabalhou per sy e a sua custa com nauyos e homes de

---

(4) D. de Goes: Chron. d'el-Rei D. Manuel, Parte 1, Cap. LXVI.
"Gaspar Corte Real filho de Joam Vaz corte Real, foi homẽ auẽtureiro, esforçado, & desejoso de ganhar hõra, pelo q̃ propos de ir descobrir terras pera bãda do Norte, porq̃ pera do Sul tinhão ja outros descubertas muitas, & assi de sua fazẽda, como de merces, que lhe el-Rei fez, cujo criado ja fora em sẽdo Duque de Beja, armou hũa nao cõ a qual bẽ esquipada de gẽte, & de todo o mais necessario, partio do porto de Lisboa no começo do verão do anno de mil, & quinhẽtos. Nesta viagẽ descobrio, peraquella bãda do Norte, hũa terra q̃ por ser muito fresca, & de grãdes aruoredos, como o são todas as q̃ jazẽ peraquella bãda, lhe pos nome de terra verde." .....
"E tornãdo a Gaspar corte Real, de pois q̃ descobrio esta terra & costeou hũa boa parte della se tornou ao reyno, & logo no ãno de M D I deseiozo de descobrir mais desta provincia, & conhecer milhor o modo o trato della, partio de Lisboa aos XV, dias do mes de Maio, mas o q̃ nesta viagẽ passou se não sabe. porq̃ nũca mais apareceo, nẽ se soube delle nouã" .....

buſcar e deſcubrir e achar com muyto ſeu trabalho e despesa de ſua fazenda e peryguo de ſua peſoa algumas ilhas e terra firme e pelo comſyguynte o quer ainda agora comthenuar e por em hobra e fazer niſo quamto poder por achar as ditas ilhas e terra e comſyramdo nos quamto noſo ſeruiço homra e acrecentamento de noſos Regnos e Senhorios pera ſemelhamtes ilhas e terras ſerem deſcubertas e achadas por noſos naturaes e como o dito gaſpar corte rreall por o aſy querer fazer com tamto trabalho e perygno he merecedor de toda honra e merce e acrecentamento por tamto nos praz que deſcobrimdo ele e achamdo alguma ilha ou ilhas ou terra firme nos de noſo proprio moto poder reall e aſaluto temos por bem e lhe fazemos mercee e doaçaaom e lhe outorgamos que em quaeſquer ilhas ou terra firme que aſy nouamente achar ou deſcobrir ele tenha e aja de nos de juro e de herdade pera todo ſempre as capitanyas com as couſas ſeguintes, a ſaber, a jurdyçam cyuell e cryme com toda alçada e ſoperioridade alta e baixa ſem dele nem de ſeus herdeiros e ſoceſores poderem apelar nem agrauar em nenhum caſo nem comthya que ſeja pera nos nem per outra alguma peſoa que noſo poder tenha e queremos que ele e ſeus herdeiros e em noſo nome e de noſos ſoceſores tenham aſy e gouernem e rejam a terra ou ilhas que aſy achar liuremente e ſem limitaçam alguma na maneira que dito he ſycando ſomente a nos reſguardado quamdo neceſario nos parecer mamdarmos la huma peſoa noſa que ſayba como o dito gaſpar corte rreall huſa da dita jurdiçam e gouernamça da terra e nos trazer delo recado pera que achamdo que nom huſa ou gouerna as ditas ilhas e terra como deue a ſeruiço de deus e noſſo

nos o castigarmos como virmos que he rrezam em sua pesoa somemente sem nunca lhe ser tirada a dita jurdyçaaom nem ser dela suspeinso porem sendo caso que por nom viver asy bem como deue o mandemos vir a nos per asy lhe darmos na sua pesoa aquele castiguo que merecer como dito he e entam ele podera leixar e leixara nas ditas ilhas e cada huma dellas ou terra firme pesoa sua que por ele ouça e se chame e tenha amanistraçam das cousas da justiça e gouernamça da terra em seu nome e asy como ele per sy o sarya sendo porem tal pesoa de que nos seiamos contente e outrosy queremos e nos praz que pola dita maneira de juro e herdade de toda rrenda que nos hy ouuermos ou ordenarmos que se aja asy em nosso tempo como em tempo de nosos socesores asy por sorall que disto prazendo a deus fazemos o sezerem como per quallquer outra maneira que de nosas rendas e direitos nas taes terras ou hilhas ordenarem ou sezerem ou ouuerem per quallquer titollo ou nome que tenha aja o dito gaspar corte rreall e seus herdeiros a quarta parte liuremente de todo o que asy nas ditas ilhas ou terra em quallquer tempo podermos auer e sendo caso que nas ditas ilhas ou cada huma delas ou terra firme que asy descobriz se abram e achem alguns rezgates e tratos taes que nos per nos somente ou per nosos oficiaes quisermos trautar e negocear em tall caso nos mandaremos pagar e dar ao dito gaspar corterreall e a todos seus socesores a quarta parte de todo aquelo que nos taes trautos e rezgates se ouuer de ganho tirados os cabedaes e todos os custos que nos taes trautos e rezgates sezermos e isto mesmo se entendera e guardara no caso que nos os ditos trautos e rezgates aremdemos ou pera serem trautados

per outras algumas pesoas dermos nosas licenças e lugar semdo caso que os ditos trautos e resgates sejam de calidade que todas e quaesquer pesoas asy das ditas ilhas como terra firme ou de nosos regnos e senhorios hos ajam e posam trautar e negocear asy como nos emtam nom ficarmos obrigados a pagar o dito quarto somente lhe daremos aquele direito que as outras pesoas ouuerem de dar e pagar em nos ditos trautos e resgates lhe for posto e ordenado etc. Outrosy nos praz e queremos que ele e seus herdeiros ajam o direito das moendas sall e fornos e injenhos e setias dagoaa e todo aquelo que os capitaes das outras ilhas ora tem e husaam per nosas doações com suas alcaidarias mores e direitos delas e com todalas outras onras liberdades e preiminemceas que por nos lhe sam outorgadas e por firmesa de todo lhe mandamos dar esta nosa carta e doaçaaom per nos asynada e aselada de noso selo pemdemte pela quall queremos e nos praz reallmemte com todo noso reall e asaluto poder que o dito gaspar corte reall aja asy as capitanyas das ditas hilhas e terra com todallas ditas jurdyçoes cyues e crimes e soprioridades e remdas e direitos e imsyçoees como nesta carta se comthem pera ele e todos seus herdeiros e socesores que dele por linha direita mascolina descenderem. E nom avendo hy filho baraaom a que todo asy posa ficar queremos que sigue ha sua filha maior e nom avemdo hy filho nem filha que em sigue a seu parente mais chegado macho ou semea segumdo em cyma se comthem e asy se guarde e regulle e esta socesaaom dy por diamte pera todo sempre sem embarguo da ley mental nem de quaesquer lex capitollos de cortes hordenações seitas e por fazer que em quallquer ma-

neira poderem contrariar a qualquer cousa do que dito he desta nosa doaçam a quall emcomendamos a nosos socesores que por nosa bemçaaom a cumpram e guardem como nela he comtheudo. Dada em a nosa uilla de symtra a xij de maio Aluoro fernandez a fez Anno do nacymento de noso Senhor Jesu Christo de mill e quynhemtos annos."

—Chancellaria de D. Manuel. Liv. xiij f. U.

Este documento é o mais antigo e authentico de todos os que até hoje de taes descobrimentos se tem encontrado; confirmado pela carta de doação feita a João Alvares Fagundes, confirma elle mesmo a relação do chronista Damião de Goes.

Na Torre do Tombo existe uma outra carta regia da chancellaria d'el-Rei D. João iij, Liv. n.º 35, a qual, transcrevendo a carta regia d'el-Rei D. Manuel, ratifica as concessões de terras ao seu descobridor, Gaspar Corte Real.

Eis quatro documentos, uns officiaes outros authenticos, de differentes datas e todos de accordo; poucos factos d'esta ordem contam em seu favor tão solidas provas.

Cremos, pois, que o descobrimento da America do Norte, por Gaspar Corte Real, deve considerar-se provado, emquanto se não apresentarem documentos de maior autoridade contra elle.

Ha, comtudo, um escriptor portuguez, que aventou a idéa de ter sido a America do Norte descoberta em 1462 ou 1463 por João Vaz Corte Real. Este escriptor, que encontrou echo em obras mais modernas, é o Padre Cordeiro, o qual, na sua Historia insulana, dá á concessão das duas capitanias d'Angra e da Praia, da Ilha Terceira, feitas a João Vaz Corte Real e a Alvaro Martins Homem, o caracter de uma graça concedida por des-

cobrimentos, que elle diz haverem feito estes cavalheiros nas terras do Bacalhau, apresentando-nos em seguida a copia da carta da concessão feita a João Vaz Corte Real. Esta opinião, pela primeira vez emittida por aquelle historiador, foi seguida depois pelos snrs. Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, em um Ensaio sobre os descobrimentos e commercio dos portuguezes em terras septentrionaes d'America, publicado nas memorias da litteratura portugueza; e J. J. G. de Mattos Corrêa, em um artigo publicado nos n.os 6 e 9 dos Annaes maritimos e coloniaes de 1841, onde este escriptor adduziu mais alguns argumentos, com o fim de provar que o descobrimento do Canadá succedera em uma época anterior á de 1500. Os raciocinios, empregados pelo snr. Mattos Corrêa, para demonstrar que João Vaz Corte Real fôra o primeiro que descobrira o Canadá em 1462 ou 1463, não podemos nós seguir por lhes faltar testemunho, ou documento irresutavel, em que se baseiem, o que o mesmo escriptor tambem assim parece ter entendido, quando diz no seu artigo; .. "este feito, quanto ás provas historicas não fica completamente estabelecido, segundo as regras d'uma critica rigorosa, todavia, a observação e estudo de todas as circumstancias da época, nos fazem acreditar que devera ter existido como consequencia natural e indispensavel do systema de descobertas, maduramente pensado na escola de Sagres, organisado e executado pelo genio superior do Infante D. Henrique, e coroado a cabo pelos resultados brilhantes e completos, que tanto influiram na fortuna das nações e tão alto alevantaram a gloria do nome portuguez."

Ambos estes escriptores se baseiam, principalmente, na asserção do padre Cor-

deiro, asserção, para a qual se não encontra fundamento algum na carta regia, que concede as referidas capitanias da ilha Terceira.

Cordeiro copia textualmente, na sua *Historia insulana*, a mencionada carta regia, indicando, no artigo que a precede, as razões pelas quaes julga ter sido feita aquella mercê. A apresentação da copia da carta regia, depois do apresentante ter indiciado o supposto descobrimento de João Vaz Corte Real em 1462, dá logar a que, á primeira impressão, pareça provado este descobrimento pelo documento apresentado, quando é certo que n'elle se não encontra expressão alguma que autorise a asserção do padre Cordeiro.

D'onde veiu, então, ao historiador das ilhas a noticia de terem João Vaz Corte Real e Alvaro Martins Homem effeituado descobrimentos na America? Os documentos, onde esses feitos deviam achar-se mencionados, não só guardam silencio a tal respeito, mas nem um indicio sequer n'elles se encontra, que conduza a similhante supposição.

Goes, na Chronica d'el-Rei D. Manuel, expressa-se de uma maneira clara e positiva, dizendo: Gaspar Corte Real propoz ir descobrir terras para a banda do norte, porque para a do sul tinham já outros descobertas muitas, sem dar a menor idéa de que este descobridor tivesse sido precedido por seu pae. Não se comprehende que este chronista ignorasse um facto de tanta importancia, nem que, se o tivesse sabido, o occultasse, visto não sair a gloria da familia dos Corte Reaes.

A carta regia passada a favor de Gaspar Corte Real, cuja integra já apresentámos, tambem não faz a menor allusão a

descobrimento algum effeituado na America do norte, por João Vaz Corte Real; quando, se os tivesse feito, era tão natural a menção d'elles n'esta carta, como a do trabalho, despeza e perigo de vida com que, na mesma, se diz ter Gaspar conseguido o descobrimento de algumas ilhas e terra firme.

Succede, porem, que n'algumas cartas de atlas e portulanos antigos, se encontra, na parte da costa sul dos esquimaus, o nome de João Vaz, como designação de uma terra ou de uma bahia.

Pode ter sido esta indicação, que suscitasse na mente do historiador das ilhas a supposição de ser este João Vaz o pae de Gaspar Corte Real e de serem aquelles os pontos descobertos por elle. Pode tambem ter sido esta mesma indicação, que concorresse para os snrs. Mattos Corrêa e Mendo Brigoso acceitarem a opinião menos fundada do padre Cordeiro; é, porem, preciso notar que, alem d'esta simples indicação não poder, por si só, constituir prova bastante, o nome de João Vaz, collocado n'aquellas cartas, pode referir-se a outro individuo, visto não se achar seguido do appellido de Corte Real, nem acompanhado do seu supposto amigo e companheiro, Alvaro Martins Homem, quando nas mesmas cartas abundam os nomes de muitos portuguezes, designando pontos da costa, taes como; I. dos Bareiros, b. de Brandão, b. de Manuel Pinheiro, I. de João Esteves, I. de J.º Alvares, I. de Frei Luiz, Costa que descobriu Estevão Gomes, &c.

Todas estas indicações nos estão provando, que foram os portuguezes os primeiros que aproaram áquellas paragens; mas o que taes indicações nos não podem mostrar, é se todos estes nomes são de descobridores, ou se o são uns e outros não; e, n'este

caso, quaes os que devem ser excluidos.

Parecendo-nos, portanto, muito aventurosa a asserção do padre Cordeiro, seguimos, de preferencia, os documentos de alguma forma authenticados, como as cartas regias, as chronicas, &c.

Podem taes documentos, devido ao segredo que os nossos monarchas exigiam se guardasse de alguns descobrimentos, não serem de todo o ponto acreditaveis, ou occultarem uma ou outra parte da verdade; mas, alem do segredo ter perdido toda a sua importancia para o caso, desde que a tal respeito se passou uma carta regia; o que sobre tudo entendemos é que nos não consideramos autorisado a emendar ou suppriz o texto das chronicas e documentos officiaes, por meras indicações que, no caso sujeito, podem não se referir ao supposto individuo.

Descobrimentos effeituados na America por João Alvares Fagundes.

A publica-forma da carta de doação, feita por el-Rei D. Manuel a João Alvares Fagundes, menciona as seguintes terras e ilhas, achadas por este descobridor: "a terra que se diz ser firme, que é desde a marcação de Castella, que parte da banda do sul com a nossa marcação, até viz partir com a terra que os Corte Reaes descobriram, que é da banda do norte;"–"as trez ilhas na bahia d'aguada, na costa do nordeste e sudoeste;" –"e as ilhas, a que elle poz nome Fagundas, são estas, a saber, S. João, S. Pedro, S.ta Anna e S.to Antonio; e as ilhas do archipelago de S. Pantaleão, com a ilha de Pitiguoem;"–"as ilhas do archipelago das Onze mil virgens, e a ilha de S.ta Cruz, que está no pé do Banco e outra ilha que se chama tambem S.ta Anna."

De todas estas ilhas mui poucas se acham nas modernas cartas geographicas ou maritimas.

Nós encontrámos, nos portulanos e cartas antigas, algumas das ilhas mencionadas na referida publica-forma da carta regia, taes como: a Fagunda, a S. João, a S.ta Anna, e as S.ta Cruz e S.ta Anna, do Banco; mas não podémos identifical-as com eguaes terras das cartas modernas, por se não encontrarem n'estas cartas ilhas ou terras, cujas posições possam corresponder áquellas das cartas antigas.

A terra, que na carta regia se diz fizme, e que, segundo o dizer da mesma carta, fica entre a demarcação de Castella e a terra descoberta pelos Corte Reaes, acha-se precisamente marcada em uma carta do atlas de Lazaro Luiz, de 1563, da qual damos aqui um fac-simile.

N'esta carta vê-se desenhado o pavilhão de Castella, para indicar a demarcação alludida na carta regia, e, em grandes caracteres gothico-manuscriptos lê-se a seguinte inscripção, "A terra doo Laurador q̃ descobrio Joaom Aluerẽz."

Poderiam, a respeito d'este João Alvares, suscitar-se as mesmas duvidas que pozemos a respeito do nome de João Vaz, das cartas quinhentistas, se, com relação áquelle, não houvesse um documento authentico que identificasse o nome de João Alvares, da carta de Lazaro Luiz, com o de João Alvares Fagundes, da carta regia.

Seguem-se as trez ilhas da bahia d'Aguada, que não podémos saber onde seriam, por não se encontrar nas cartas que consultámos bahia alguma com esta designação.

As Fagundas, S. João e S. Pedro acham-

se indicadas, perto do cabo Bretão, em duas das cartas do atlas de Kunstmann, (P. x e P. xi.); em uma outra carta do mesmo atlas (P. iv), encontra-se a ilha de S.ta Cruz; na carta do Breve tratado de Marinharia vêem-se a S.ta Cruz a S. Pedro e a Fagunda.

Esta ultima ilha tambem se acha indicada n'uma carta do atlas de Vaz Dourado.

Não podémos encontrar em carta alguma, antiga ou moderna, o archipelago de S. Pantaleão.

Em uma carta moderna da Nova Escócia vimos, perto de Halifax, uma pequena peninsula, cuja denominação é Highland of Aspotagoen. Será esta a supposta ilha de Petiguoem?

Ha pontos das costas da America do norte, onde é inteiramente impossivel reconhecer hoje, nas cartas modernas, muitos dos nomes das cartas antigas. A colonisação, principalmente ingleza, da maior parte das costas e terras da America do norte occasionou alli uma tão rapida e completa mudança de nomes que, junta á deficiencia das cartas e portulanos antigos, torna completamente impossivel o reconhecimento de muitos pontos d'estas cartas. Por acaso resistiram algumas denominações geraes, taes como, Terra Nova, Terra do Bacalhau, Terra do Lavrador &c.; mas quanto ás denominações de bahias, cabos, rios, ilhas e archipelagos onde não mudaram completamente os nomes, deturparam-nos.

Seguem-se as ilhas do archipelago das Onze Mil Virgens, as quaes não podémos encontrar em carta alguma, n'aquella latitude. Comprehende-se que este nome só poderia ter sido posto a um grupo muito numeroso de ilhas; e, n'este caso, encon-

tram-se muitas por aquellas costas, mas nenhumas com a referida indicação.

As ilhas de S.ta Cruz e de S.ta Anna tambem se acham indicadas ao pé do Banco, nas cartas x e xi do atlas de Kunstmann, mas nas cartas modernas não se vêem taes ilhas.

Na carta do atlas de Lazaro Luiz acha-se a ilha, que na carta do atlas de Kunstmann se denomina Fagunda, mas n'aquella, para maior certeza de que se refere ao mesmo descobridor, denomina-se "y.° alvẽz", João Alvares.

Capitulo xviij

Continuação do descobrimento da costa do Brazil; e descobrimento das ilhas da Concepção, de João da Nova e de S.ta Helena – 1501.

Uma expedição, composta de trez caravellas, e commandada por Gonçalo Coelho, partiu de Lisboa em maio de 1501; reconheceu a costa do Brazil até ao 5.º grau e descobriu a continuação da mesma costa até ao grau 32.º de latitude austral. Devem ter sido estas as embacações que Pedro Alvares Cabral encontrou em Beseniegue quando voltou da India.

No tomo iij da Collecção de noticias para a historia das nações ultramarinas e nos Dialogos de varia historia de Pedro Mariz, acham-se indicados os descobrimentos effeituados, por Gonçalo Coelho e Christovão Jacques, nas costas do Brazil, depois da viagem de Pedro Alvares Cabral; mas estes autores dizem que Gonçalo Coelho voltára da sua descoberta já em tempo de D. João iij. Ora isto não pode ter succedido assim. O reinado de D. João iij começou em 1521, e, tendo o Brazil sido descoberto em 1500, não é crivel

que se tivessem passado 21 annos sem que este descobrimento fosse continuado. Houve, por certo, confusão da parte d'estes autores com uma outra viagem, que Christovão Jacques fez mais tarde, e da qual voltou ao reino já em tempo de D. João III.[1]

Pero de Magalhães Gondavo, fallando do descobrimento de Cabral, diz: "e d'ahi por diante começou logo a mandar alguns navios a estas partes, e assim se foi descobrindo a terra pouco a pouco,".... Ayres de Casal, Antonio Galvão e Damião de Goes são da mesma opinião;[2] e o illustre visconde de Santarem esclarece o ponto, e remove todas as duvidas, que possam levantar-se a tal respeito, dando-nos a ordem chronologica das primeiras viagens que succederam á de Pedro Alvares Cabral, pela forma seguinte. -"1501- uma expedição, commandada por Gonçalo Coelho, partiu de Lisboa para explorar a costa da terra de S.ta Cruz".... -1503 Depois do regresso da expedição que deixamos mencionada, saiu de Portugal uma outra, composta de 6 vasos e commandada por Christovão Jacques, que explorou e reconheceu a costa até ao cabo das Virgens, á entrada do estreito de Magalhães." -"1503, 10 de junho- Segunda expedição de Gonçalo Coelho. Goes diz que el-Rei D. Manuel mandou por este capitão reconhecer a terra de S.ta Cruz, e que saiu de Lisboa a 10 de junho com seis navios." Seguem-se ainda outras em- 1503,-1505,-1506, &c.[3]

Quando Pedro Alvares Cabral chegava ao reino com o resto da sua esquadra,

(1) Rocha Pitta: Hist. da America Portugueza. Liv. 1, 21º 93.
(2) Pero de Magalhães Gondavo, Cap.º 1, pag. 2.
Ayres do Casal: Chorographia Brazilica, Edição de 1845 pag. 28.
Antonio Galvão: Descobrimentos Antigos e Modernos.
(3) Vicomte de Santarem: (Continuation des notes additionnelles à la lettre de Mr. le) etc. Bulletin de la Société de Géographie. Février, 1837.

já haviam saído, em março de 1501, para a India, quatro naus commandadas por João da Nova, homem fidalgo e que servia a esse tempo o cargo de alcaide de Lisboa. Duas d'estas naus foram armadas por conta do estado, e as outras duas eram pertença de particulares, que as armaram com aprazimento d'el-Rei.

João da Nova navegou com a sua pequena esquadra em direcção ao Brazil, descobriu, aos 8 graus de latitude austral, a ilha da Concepção, que parece ser a mesma que depois se denominou ilha d'Ascenção, seguiu pela costa do Brazil até cabo de S.to Agostinho, como se achava determinado no regimento que levava, e velejando depois até ao cabo da Boa Esperança, encontrou na aguada de S. Braz uma carta mettida n'um sapato que se achava pendurado n'uma arvore. Esta carta prevenia os navegantes portuguezes,-que outros não podiam ser os que por alli passassem-, do que succedera em Calecut á armada de Pedro Alvares Cabral.

Largou depois para Moçambique, esteve em Quilôa e Melinde, descobrindo n'este trajecto a ilha, que se ficou chamando de João da Nova; atravessou para a costa occidental da India e foi surgir em Batecalá a 8 d'agosto do mesmo anno.

Passou depois a Cananor, e ahi lhe deram noticia da guerra que os de Calecut moviam ao rei de Cochim, para haverem ás mãos os portuguezes que tinham ficado na feitoria d'aquella cidade: recebeu um nayre de Calecut, que lhe levou uma embaixada, em que o Samorim rogava muito ao capitão-mór, que fizesse com elle paz, promettendo restituir toda a fazenda que tinha sido tomada na feitoria portugueza, ou outra que elle desejasse em troca d'aquella; at-

tribuindo a culpa de todo o succedido a intrigas de seus inimigos.

O capitão-mór, ouvindo o conselho de seus officiaes, decidiu que a esquadra fosse a Calecut, levando tudo prestes para o combate, e mandando primeiramente espiar o que alli se fazia, a fim de poder haver de tudo exacta informação, quando chegasse áquelle porto.

A esquadra aportou a Calecut, e sendo avisado o capitão-mór de que o Samorim lhe preparava uma cilada, informou-se da maneira porque as cousas estavam combinadas, e soube que, no outro dia se haviam de dirigir a cada uma das naus dois zambucos carregados de materias inflammaveis, com fardos de especiaria postos por cima; e que obtida a licença para atracarem e baldearem a fazenda, os tripolantes ligariam muito bem os zambucos ás naus, e lhes lançariam o fogo, fugindo depois a nado para terra.

Appareceram com effeito os zambucos e se dirigiram dois a dois para cada uma das naus, mas foi-lhes intimado de bordo, que se dirigissem para o lado da ré, e alli aguardassem emquanto se desoccupava o logar que devia receber a carga que elles traziam, e quando as cousas estavam assim dispostas, mandou o capitão-mór fazer fogo sobre os zambucos, dos quaes arderam alguns, por causa das materias que levavam, sendo os restantes perseguidos e tomados pela gente que se achava prestes nos bateis, e apprehendida a fazenda que não ardeu.

O capitão-mór mandou depois bombardear a cidade, e queimar todas as embarcações que se achavam no porto; e largando d'alli com alguns dos tripolantes negros

que aprisionára nos zambucos, foi a Cochim e a Cananor, onde fez constar por elles aos reis d'estas terras, como as cousas se passaram em Calecut.

Emquanto a esquadra se demorou em Cananor, mandou o Samorim armar todas as embarcações que se achavam nos portos dos seus dominios, para fazer guerra á pequena esquadra portugueza; e tendo juntado até duzentas embarcações, entre grandes e pequenas, esperava o commandante d'esta numerosa armada desbaratar os 4 navios portuguezes, na sua passagem de Cochim para Cananor; mas constando-lhe que os portuguezes se achavam já n'este ultimo porto, determinou ir alli atacal-os.

João da Nova achou-se inesperadamente bloqueado pela numerosa armada indiana, comtudo não perdeu o animo, dispoz as suas quatro naus de forma que, embaraçando ao inimigo a juncção das embarcações pequenas com as grandes, obrigasse estas a navegar para terra, emquanto batia as outras, tendo porem o cuidado de conservar-se sempre a distancia, que os inimigos lhe não podessem lançar materias inflammaveis, tactica de guerra usada na India; e aproveitando habilmente a superioridade da sua artilheria, conteve as embarcações inimigas entre o fogo das suas naus e o perigo de darem á costa, até que por duas vezes tremulou a bandeira branca na capitania indiana. Os portuguezes, porem, não afroxaram o fogo e só a noute poude facilitar a fuga dos inimigos, os quaes deixaram a esteira assignalada pelos innumeros destroços da armada.

João da Nova partiu de Cananor em

dezembro de 1501, entrando gloriosamente em Lisboa em agosto de 1502, com todas as quatro naus com que havia saido d'este porto.

Só Barros e Antonio Galvão relatam o descobrimento das ilhas de João da Nova e Concepção, deixando comtudo em duvida se esta ilha foi a que depois tomou o nome d'Ascenção, nós não duvidámos em assim o suppôr, por isso que a ilha que João da Nova encontrou aos 8 graus sul, como diz Barros, só poderia ter sido aquella que hoje se acha indicada nas cartas geographicas com o nome d'Ascenção.

Quanto á ilha de João da Nova só Barros e Antonio Galvão fazem menção d'ella, devido isto talvez á sua pouca importancia.

Castanheda não falla no descobrimento de nenhuma d'estas ilhas, dizendo no cap. XIII, que João da Nova saíra de Lisboa, e chegára á aguada de S. Braz sem lhe acontecer cousa que fosse digna de se contar. Attribuimos o silencio d'este autor a ter por objecto o seu escripto, tratar só das cousas da India.(4)

Gaspar Corrêa descrevendo a viagem da armada de Garcia de Noronha em 1511, faz menção do descobrimento de uma ilha aos 16 graus de latitude sul, a qual, diz elle, os pilotos denominaram S.ta Helena por a terem visto no dia d'esta Santa; mas isto é manifesto engano, porque esta ilha já tinha sido descoberta em 1501.(5)

Desde que Vasco da Gama effectuou a passagem do cabo da Boa Esperança, os feitos portuguezes constam mais de bata-

(4) Gaspar Corrêa: Lendas da India. Armada de João da Nova. cap. I e seguintes. Castanheda: hist. da Descoberta e Conquista da India. Liv. I, cap. XIII.
(5) Gaspar Corrêa: Lendas da India. Tom. II. 1.ª Serie; Armada de D. Garcia de Noronha, cap. XXV.

lhas, assaltos ou conquistas, que de descobrimentos propriamente ditos.

Encontraram os portuguezes, ao chegarem á India, uma forte opposição da parte dos mouros alli estabelecidos, e principalmente dos moradores de Calecut; porque, bem sabiam elles, que da frequencia dos portuguezes n'aquelles mares lhes resultaria o perdimento do commercio da especiaria, que até então seguia o caminho da Europa pelo mar Vermelho.

Presentindo portanto os mouros de Calecut, que a sua ruina seria inevitavel, se os portuguezes continuassem a ser bem recebidos pelos rajás indianos, não houve meio que não empregassem junto do Samorim para evitarem os carregamentos dos navios portuguezes, alcunhando-os de piratas, e de homens em quem nenhum rei podia confiar, porque, quando alli se achassem com bastantes forças lhe saqueariam o reino, como sabiam terem feito em outros paizes onde tinham estado antes.

O Samorim acreditou, ou fingiu acreditar, estes embustes, e tão traiçoeiramente se conduziu com os portuguezes, que, não podendo estes ter fé nos seus protestos, assentaram não dar mais quartel aos mouros e indios de Calecut.

Capitulo xviiij

Segunda viagem de Vasco da Gama á India — 1502.

Para punir as offensas praticadas pelo Samorim de Calecut contra os portuguezes, mandou el-Rei D. Manuel armar dez naus d'alto bordo, dando o commando d'esta armada a Vasco da Gama, em cumprimento da carta regia que lhe conferia a capitania de todas as esquadras, que do reino se expedissem para a India.

Provido D. Vasco da Gama no almirantado do mar das Indias, saiu, na primavera do anno de 1502, com a armada que elle havia já elevado ao numero de quinze navios.

Afóra esta armada devia em abril ou maio sair outra de cinco navios, que se estava apromptando em Lisboa, e cuja capitania el-Rei deu a Estevão da Gama.

A esquadra do almirante tocou em Moçambique, fez tributario o rei de Quilôa, reduziu á obediencia Batecalá, esteve em Cananor e passou depois a Calecut. Des-

presando n'este ultimo reino as resalsadas mensagens do Samorim, bombardeou a cidade durante dois dias.

Foi depois a Coulão negociar um tratado de paz com a rainha; e sabendo ahi que o Samorim fazia apromptar a toda a pressa uma grande armada, dispoz-se a ir ao seu encontro.

Tendo o almirante avistado a armada do Samorim, a qual vinha dividida em dois grandes esquadrões, sendo o primeiro de setenta e tantos navios, acommetteu-a com tal pericia e valentia, que em poucas horas tinha mettido no fundo todas as embarcações que não poderam salvar-se na fuga.

O fim principal d'esta viagem foi infligir ao Samorim um severo e exemplar castigo, o qual tendo terminado assim, gloriosamente para as armas portuguezas, deu logar a que o almirante fosse a Cananor desembarcar a sua artilheria e prover Vicente Sodré na capitania de uma esquadrilha de guarda-costas, largando depois para o reino com as embarcações carregadas de especiaria e de muitas outras preciosidades. Chegando ao reino apresentou a el-Rei D. Manuel, em acto solemne, o ouro das páreas do rei de Quilôa, de cujo tributo el-Rei mandou fazer uma magnifica custodia que dedicou ao mosteiro de Belem.

Esta custodia pesa quasi 32 marcos, segundo a certidão passada na casa da moeda, onde ella esteve muito tempo depositada.[1]

Os nossos historiadores não são concordes nas épocas em que sairam estas armadas, e ainda n'outras particularidades, Barros diz que a armada saíra em 30 de ja-

(1) F. A. Varnhagem: Noticia hist. e descriptiva do mosteiro de Belem. Nota 9.

neiro. Goes dá-a saida em 10 de fevereiro e Gaspar Corrêa em março.

Vicente Sodré fez muitas presas e queimou todas as embarcações de mouros, que encontrou, pertencentes a Calecut.

Foi a Cananor concertar os navios e partiu depois para o mar Vermelho com a sua esquadrilha, composta de trez naus e trez caravellas.

Logo que o Samorim teve conhecimento de que a armada portugueza havia partido, ordenou um grande armamento e foi atacar o rei de Cochim.

Ao cabo de uma encarniçada lucta, onde pereceram 15:000 homens, incluindo os principes herdeiros de Cochim, teve o rei d'este paiz de ir refugiar-se na ilha de Vaipim, com os portuguezes da feitoria e o resto de seus vassallos.

Entretanto descobriu Vicente Sodré a ilha de Socotorá, onde refrescou, indo invernar nas ilhas de Curia Muria. Passados dois mezes aconteceu vir o mestre de um barco de pescadores, d'aquella localidade, aconselhar o capitão-mór a sair quanto antes d'aquelle porto, assegurando-lhe ter observado signaes de uma proxima tempestade, que se alli os encontrasse os perderia sem remedio algum. Avisado, como estava o capitão-mór, das intrigas dos mouros, não acreditou na sinceridade do conselho: o temporal, porem, appareceu quasi de subito, deu com todas as embarcações em terra, avariando muito duas naus que ficaram em secco, e fez pedaços a nau de Vicente Sodré, na qual se perdeu com elle toda a tripolação.

Gaspar Corrêa e Barros são os unicos que fazem menção do descobrimento da ilha de Socotorá.

Capitulo xx

As esquadras dos Albuquerques. O heroe Duarte Pacheco Pereira - 1503.

Largaram em 1503 as aguas do Tejo 6 naus commandadas por dois capitães-móres, sendo Affonso d'Albuquerque o capitão de trez d'estas naus, e Francisco d'Albuquerque o das outras trez.

A esquadrilha d'Affonso d'Albuquerque foi tocar no Brazil e demorou-se muito n'esta travessia, emquanto a de Francisco d'Albuquerque, sendo mais veleira, chegou primeiro á India. Francisco d'Albuquerque, informado do que succedera ao rei de Cochim, tratou immediatamente de o restituir aos seus estados, expulsando d'elles os subditos do Samorim, e, aproveitando a opportunidade, obteve licença do rei para fortificar com uma trangueira a barra de Cochim, afim de que os portuguezes podessem defender a cidade no caso de voltarem os de Calecut.

Chegando depois Affonso d'Albuquerque, foi logo, com 800 nayres e 1:800 portuguezes, pôr fóra de todas as terras de Co-

chim os ſubditos de Calecut que ainda lá ſe mantinham.

Vencidas as forças do Samorim, fingiu-ſe este arrependido, e de novo mandou os ſeus embaixadores com os costumados protestos d'amizade, mas Albuquerque respondeu negativamente a todas as suas instancias.

Vendo o Samorim que nada podia conseguir já dos portuguezes directamente, mandou uma embaixada ao rei de Cochim, fazendo-lhe muitos offerecimentos e pedindo-lhe que instasse com os portuguezes, visto que tanto lhe obedeciam como ao seu Rei, para fazerem com elle a paz.

El-rei de Cochim, não obstante as prudentes observações que os portuguezes lhe fizeram, poude por fim obter d'elles o consentimento, e a paz foi aceita de ambas as partes, saindo logo para Calecut algumas embarcações portuguezas, para receberem a carga que o Samorim tinha promettido.

Ainda outra vez saltou o Samorim a todos os seus protestos, e conduzindo-se sempre traiçoeiramente, chegou a mandar fazer armamento d'alguns paraus, para perseguir os portuguezes e estorvar que obtivessem a pimenta que elle lhes promettera em Calecut, e que subrepticiamente fazia afastar d'aquelle ponto.

Foi sempre este, com poucas excepções, o caracter dobre e traiçoeiro que os portuguezes encontraram em Calecut, Coulão, Dabul, Onor e outros reinos da costa indiana.

Este procedimento, mais selvatico que patriotico, obrigou os portuguezes a praticarem na India alguns actos, que poderiam ser tidos por extremamente crueis, se, alem de não poderem ser de todo estranha-

veis, em vista dos costumes pouco civilisados da época, não fossem em grande parte justificados pelas muitas traições, de que os portuguezes eram constantemente victimas.

Vendo os capitães-móres, Francisco e Affonso d'Albuquerque, que as naus não podiam esperar mais tempo pela carga, mandaram a Coulão carregar as que estavam devolutas, e largaram para o reino, deixando por capitão-mór em Cochim, Duarte Pacheco Pereira, com uma nau, seis caravellas e 600 homens! Esta insignificante esquadrilha, e os seus poucos defensores, ficaram como que votados a perecerem no seu posto, sem esperança alguma de serem soccorridos, e ainda menos de poderem resistir ás grandes hostes do Samorim.

Affonso d'Albuquerque chegou ao reino em junho de 1504 com 4 naus, perdendo-se n'esta viagem Francisco d'Albuquerque, sem que ao certo se soubesse a onde; julga-se, porem, com algum fundamento, que fosse a nau d'este capitão-mór que, corrida pelo temporal, levasse á Australia aquelles portuguezes; cujos descendentes os hollandezes alli encontraram em 1606.(1)

Entretanto uma expedição composta de 6 velas, commandada por Christovão Jacques saiu de Portugal em 1503, e reconhe-

(1) Mr. E. Hamy, na Nature de novembro de 1867, diz-nos o seguinte. Traducção: "Foi o navio almirante de Cornelios Matelief, a quem o nosso portuguez (Heredia) chama Corneille Malodine, que, arrastado pelas correntes, se afastou do resto da frota, que seguia para Malaca; e, precisando os hollandezes fazer provimento d'agua e de madeira, desembarcaram em uma terra desconhecida, onde foram bem recebidos por um povo branco semilhante aos portuguezes, mal vestidos e cobertos com umas roupas tecidas de hervas; usando unicamente azagayas, arcos e flechas, mas bem aprovisionados. Estes individuos empregavam grande numero de vocabulos portuguezes, e tinham em seu poder muita artilheria de bronze com as armas de Portugal. Os corsarios hollandezes maravilhados por um tal encontro, forneceram-se do que precisavam e seguiram a sua derrota para Malaca (1606)."

"Estes homens achados, pelo menos de baixo de certas razões, n'um estado semibarbaro, eram, ao que parece, descendentes dos portuguezes naufragados dos dois navios da esquadra de Francisco d'Albuquerque perdidos em 1503."

"Em 1506 deu el-Rei D. Manuel ordem a E. Barboza e a P. Coresma para irem procurar aquelle capitão, tanto na costa da Boa Esperança como na de S. Lourenço (Madagascar); mas não poderam descobrir nenhum indicio, e só em 1560 Rui de Mello de Sampaio, commandante do navio S. Paulo, vindo da Serra dos Papagaios, poude ver alli os meios-selvagens de que Matelief nos dá a descripção, 46 annos mais tarde."

ceu a costa do Brazil até ao cabo das Virgens.(2)

Em seguida à esquadra dos Albuquerques saiu a de Antonio Saldanha, que se compunha de 3 navetas commandadas por Diogo Fernandes Pereira, Ruy Lourenço Ravasco, e o capitão-mór Antonio Saldanha.

O destino d'esta esquadrilha era o de cruzar na embocadura do mar Vermelho, para estorvar que a especiaria seguisse o seu antigo caminho para a Europa.

Estas embarcações separaram-se umas das outras antes de chegarem ao cabo da Boa Esperança, por causa de um temporal que as acossou.

Antonio Saldanha entrou em uma angra áquem d'aquelle cabo, a qual se ficou chamando aguada de Saldanha, e dirigindo-se depois a Melinde encontrou ahi Ruy Lourenço Ravasco.

Diogo Fernandes Pereira errou a derrota, e passando a leste da ilha de Madagascar, foi invernar em um porto da mesma ilha, tendo depois muito trabalho para chegar à India, o que só poude conseguir em setembro de 1504.

Alguns autores portuguezes dizem que Diogo Fernandes Pereira fôra o primeiro que descobrira a ilha de Socotorá, mas não é assim. Vicente Sodré foi quem primeiramente a descobriu, indo alli fazer aguada; bem como foi o primeiro portuguez que aportou ás ilhas de Curia Muria, como já dissemos, sob a autoridade de Gaspar Corrêa e de Barros. Goes e Castanheda não fazem menção de Vicente Sodré ter ido á ilha de Socotorá.

Foram tão homericos os feitos pratica-

(2) Ayres do Casal: Chorographia Brasilica, edição de 1845 pag. 31, 32, 33.
Visconde de Santarem: Continuation des notes additionelles, Bulletin de la Société de Géographie, Février 1837.

dos na India por Duarte Pacheco Pereira, que julgamos não dever privar os nossos leitores de uma rapida descripção d'elles, esperando que nos será relevado o termos de abandonar alguns momentos o preceito da concisão que nos impozémos ao começar este livro.

Duarte Pacheco Pereira, sabendo do armamento que o Samorim fazia para vir sobre Cochim, tratou de se preparar com os seus poucos companheiros para a defeza, e logo que lhe constou terem as forças de Calecut atravessado o rio de Repelim, e estarem proximas a passar o vão de um outro rio, saiu de noute em muito segredo com os seus, e foi dar tão de subito sobre os de Calecut, que pondo-os em desordem, quando os nossos retiraram, ainda elles se matavam uns aos outros, julgando-se inimigos.

Tentou o Samorim por duas vezes passar o vão; mas sendo repellido de ambas ellas com muita perda, ordenou então entre outras traições e ciladas, o envenenamento da agua dos poços, bem como o do arroz, e outras provisões de que os portuguezes se haviam de manter; mas Duarte Pacheco conhecia bem a indole malevola do Samorim, e já se havia prevenido contra os seus perversos intentos.

Exasperado o rei indiano por não poder conseguir, nem pela força nem pela traição, exterminar aquelle punhado de bravos, reuniu todas as suas tropas e ordenou uma batalha em que elle devia commandar pessoalmente.

Avançou portanto o Samorim á frente das suas numerosas hostes, mas, logo que chegou ao alcance da artilheria portugueza recebeu tão grande surriada de pelouros que, se tão veloz se não lança fóra

do palanquim em que ia, decerto teria sido morto sem chegar sequer a vêr as exiguas forças com que os portuguezes lhe causavam tanto damno.

Já a este tempo se achavam mouros, indios e christãos empenhados n'uma luta vertiginosa, cujo desenlace esteve por muitas horas bem duvidoso; mas os gritos de S. Thiago, resoando de novo na campina, animaram os portuguezes, que n'um esforço heroico fizeram percipitar o inimigo na fuga.

Aproximava-se a época em que as naus do reino deviam chegar; e temendo o Samorim que taes soccorros o viessem encontrar ainda na falsa posição em que se achava, e o constrangessem a abandonar não só as terras de Cochim, mas o proprio reino, tomou conselho com dois italianos, transfugas da feitoria portugueza, que lhe fundiam as bombardas, e estes lhe prometteram armar dois castellos de madeira sobre os cascos d'umas embarcações, os quaes elles conduziriam de noute até ao passo do vão, para, logo ao romper d'alva, lançarem fogo ás caravellas portuguezas, que alli se achavam afim de embaraçar a passagem das forças de Calecut.

Duarte Pacheco teve d'isto conhecimento, e sabendo qual era o dia destinado para o ataque, mandou lançar na noite precedente, no campo proximo ao vão, muitos abrólhos e estrepes; e, para annullar o mal que os castellos lhe podessem fazer, offereceu 100 cruzados de premio aos marinheiros que se aventurassem a lançar-lhes o fogo.

Proximo da hora, em que a surpresa devia effeituar-se, principiaram os castellos a mover-se, e, era ainda escuro, já elles vinham rio abaixo; mas logo que os portu-

guezes os sentiram perto, fizeram-lhes tanto fogo que os seus conductores se viram obrigados a abandonal-os.

Foi n'esta occasião que os mestres das caravellas portuguezas lhes pozeram o fogo, o qual se ateou repentinamente e fez suppôr aos de Calecut, que eram as caravellas portuguezas que ardiam. Sendo já dia claro avançaram os indios, fazendo grande algazarra, para passar o vão; mas entrando o campo dos abrólhos, caíram uns apoz outros, antes de chegarem a meio do campo que os separava do vão, feridos uns pelos abrólhos, e outros pelos arremeços que sobre elles choviam.

O Samorim, mal podendo comprehender a causa de tão grande destroço, metteu-se pelo palmar e veiu até meio do campo, mas vendo ahi quasi toda a sua gente por terra, dando gritos lastimosos e sem ao menos poder fugir, ficou tão aterrado que, largando precipitadamente o campo da batalha, só parou ao meio dia em Cranganor, onde abandonou o governo do reino a seu irmão, retirando-se depois em penitencia para um pagode.

As diversas forças, de que o Samorim dispoz n'esta campanha, chegaram ao elevado numero de cem mil homens, e, segundo constou em Cochim, soffreram a perda de vinte mil, não contando os feridos.

Os portuguezes que ficaram com Duarte Pacheco Pereira em Cochim foram uns seiscentos, e os alliados indios chegariam, quando muito, a mil homens; não podendo os reforços, que, por ventura, receberam durante a campanha, exceder a mais algumas dezenas de combatentes.[3]

(3) Gaspar Correia: Lendas da India, Armada dos Albuquerques, Cap. XXIJ. Barros: Dec. 1, Liv. VIJ, Cap. VIIJ.

Tendo aportado á India Lopo Soares com uma esquadra de 14 velas, foi logo procurado pelos embaixadores do Samorim para tratar a paz com os portuguezes. Lopo Soares propoz a entrega dos transfugas italianos, e, como o Samorim se esquivasse a satisfazer esta exigencia, bombardeou a cidade.

Em Cochim foi novamente instado para fazer a paz; mas o capitão-mór bem sabia que estes pedidos só tinham por fim enganal-o, fazendo-lhe suppôr que quem pedia a paz não queria fazer guerra, e por isso não se deixou illudir.

Emquanto se trocavam estes recados, tratava o irmão do Samorim de fazer preparar, secretamente e a toda a pressa, uma armada de 80 paraus, para ir sobre Cochim. Soube o capitão-mór d'este apercebimento, e partiu logo ao encontro dos paraus com todas as caravellas e bateis que poude armar, e, ainda que os portuguezes fossem em numero muito inferior, com tanta arte dirigiu o capitão-mór a batalha, que o inimigo foi derrotado.

Capitulo xxi

O Soldão do Egypto—1504.

As repetidas victorias, alcançadas pelos portuguezes na India, reduziram ao ultimo extremo o commercio dos mouros n'aquellas terras; tornando tão cheias de eventualidades e de perigos as poucas carregações que ainda faziam, que não merecia a pena emprehendel-as. As náus dos mouros eram perseguidas a tiro de bombarda pelos navios do cruzeiro portuguez do mar Vermelho, ou tomadas nos proprios portos onde as mercadorias se carregavam; sendo logo saqueadas, queimadas e mortos todos os seus tripolantes.

O islamismo via-se portanto constrangido a ir, pouco a pouco, abandonando o Indostão, recolhendo-se a Mecca, ou a algum dos portos do mar Vermelho, onde ainda não tivessem chegado as armas portuguezas.

Bem percebia o Samorim que um tal estado de cousas, que já compremettia seriamente os interesses commerciaes de Calecut,

acabaria por lhe fazer perder tambem o throno, se uma potencia forte lhe não viesse servir de esteio. Obrigado pelas proprias necessidades, e pelos clamores e suggestões dos mouros que restavam em Calecut, tentou o unico recurso que elles lhe aconselharam. Preparou secretamente uma embaixada e mandou-a ao soldão (sultão) do Egypto, enviando-lhe muitos presentes, e pedindo-lhe que, pelo amor da casa de Mecca e como seu calisa e defensor, lhe concedesse a protecção necessaria para expulsar da India os portuguezes, que ameaçavam com as suas repetidas victorias anniquilar todo o commercio e poderio dos mouros na Asia.

De todas as localidades da costa indiana concorreram, por esta occasião, ao Cairo muitas caravanas de mouros, os quaes, com grandes alaridos, se queixaram ao sultão de que os portuguezes lhes tomavam todas as suas naus, roubavam as mercadorias e queimavam as embarcações e tripolantes; e que, se o sultão não attendesse quanto antes ás suas queixas, dentro em pouco se veriam obrigados a abandonar todo o indostão.

O sultão, a quem já preoccupava bastante o dominio portuguez na India, ouvindo as informações dos mouros que todos os dias o procuravam e as imprecações da embaixada de Calecut, incendiu-se de cholera e, prometteu tomar séria vingança dos portuguezes se elles não abandonassem, quanto antes, as suas empresas na Asia.

Fr. Mauro Espano, guardião do mosteiro de S.ta Catharina do monte Sinay, foi immediatamente chamado ao Cairo, e ahi ouvio da boca do proprio sultão a tremenda ameaça de mandar reduzir a cinzas o mosteiro, o santo sepulchro de Jerusalem e tudo quan-

to alli se encontrasse; se elle recusasse ir, no mais breve espaço de tempo a Roma, entregar ao chefe da egreja christã uma carta, na qual o sultão repetia as suas ameaças e intimava o Papa a fazer com que os portuguezes abandonassem as viagens da India.

O Papa, assustado por tão estranha missiva, mandou logo o mesmo Fr. Mauro a Portugal para informar el-Rei D. Manuel do que se passava, pedindo-lhe que, na sua alta sabedoria e grandeza d'animo, lhe aconselhasse o que devia fazer.

El-Rei D. Manuel respondeu a Sua Santidade, em uma extensa carta, tranquilisando-o e dizendo-lhe esperar que, em mui breve tempo, exterminaria da India os inimigos da fé; e que não duvidaria reputar esta grande victoria da egreja christã como certa, se, para esse fim, visse reunidos o Santo Padre e todos os principes da christandade.

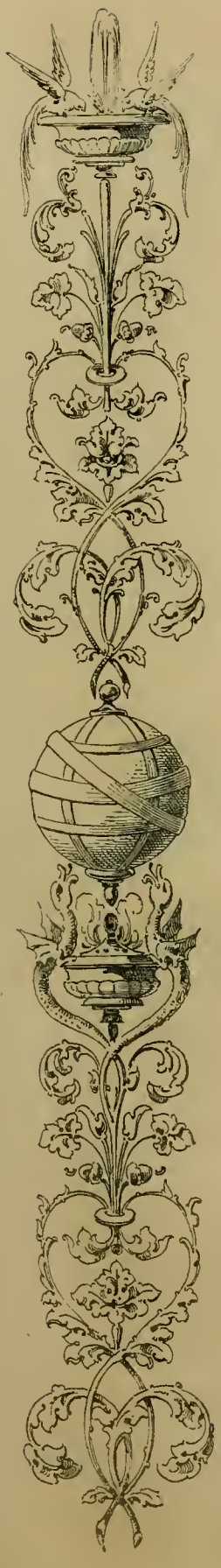
Que, se as victorias alcançadas pelos portuguezes na India já principiavam a inquietar o sultão, muito maior razão de queixa elle viria a ter, quando os portuguezes fossem a Mecca arrazar o sepulchro do seu propheta.

Esta carta terminava por agradecer a Sua Santidade a deferencia que tivera em lhe pedir conselho, e certificava ficar fazendo votos para que o sacro collegio o inspirasse melhor.[1]

---

(1) Visconde de Santarem: Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas, tom. x.
Archivo da Torre do Tombo: maço 36, n.º 27, coll. m. de Bullas.
Bibliotheca d'Ajuda: Portugal Velho; copia contemporanea, tom. 1, pag. 106.
Barros: D. 1, Liv. VIII, cap. 1 e 11.
Diogo Mariz: Dialogos de varia historia, Dial. III.
Damião de Goes: Chron. d'el-Rei D. Manuel. Parte 1, cap. LXIII.

Fim do livro primeiro.



Livro ij

Livro IJ

Capitulo I

Primeiro vice-reinado da India.
Vice-rei D. Francisco d'Almeida.
Descobrimento das ilhas de Tristão
da Cunha e de Ceylão, 1505 e 1506.

A segurança, com que el-Rei D. Manuel havia respondido ao Papa, tornára urgente e necessario pôr o dominio portuguez da Asia a salvo de qualquer tentativa, que o Sultão do Egypto por ventura se lembrasse de emprehender contra os portuguezes.

Tratava el-Rei de mandar á India uma pessoa nobre d'estes reinos, com poderes superiores aos dos capitaēs-móres, assim de provêr de momento a tudo que fosse indispensavel para evitar que a bandeira portugueza soffresse na India algum desaire.

Para desempenhar esta missão foi escolhido D. Francisco d'Almeida, o qual partiu com oito naus, seis navetas e seis caravellas em março de 1505, provido por 3 annos no vice-reinado da India.

Aportando a Quilôa depoz o rei, que se havia recusado a pagar as páreas ajustadas, coroou solemnemente o novo rei como vassallo de Portugal, e deu alli principio á construcção de uma fortaleza.

Largou depois para Mombaça e ahi tambem

teve de obrigar o rei a prestar obediencia a Portugal.

Atravessando o golfão foi surgir em Angediva, ordenou a construcção de uma fortaleza, e, depois de castigar Onor, seguiu para Cananor, onde tambem fortificou a feitoria, passando desde então a usar o titulo de vice-rei da India.

Causou grande sensação em Calecut a noticia da chegada do vice-rei.

O Samorim convocou os mouros de Calecut, e alguns de outras localidades que alli se achavam, e todos decidiram fazer construir secretamente uma grande armada para combater os portuguezes.

Foi com bastante surpresa que o vice-rei teve, por uma carta do feitor de Cochim, a noticia de haver saido de Calecut uma grande armada, que se dizia ir atacar os portuguezes. O vice-rei mandou logo aprestar vinte e sete navios, dos quaes só onze eram naus grandes, e com estas embarcações velejou ao encontro da armada indiana.

Esta armada, composta de oitenta naus, duzentos paraus e cento e vinte zambucos, seguia vagarosamente ao longo da costa do Malabar, mas sendo-lhe cortada a passagem pelos navios portuguezes, respondeu logo ao fogo que estes lhe fizeram.

Os paraus que mais se adiantaram foram mettidos a pique, e os outros temendo sorte egual acolheram-se ao grosso da armada, que havia parado por falta de vento. O vice-rei mandou então conduzir as caravellas pelo bergantim para proximo das naus inimigas, ordenando aos capitães que só atirassem ao lume d'agua para as afundar, porisso que tinha encarregado aos commandantes de outras embarcações o atirarem pelo alto a desmastrear. Esta sabia disposição fez sossobrar muitas naus inimigas, ficando quasi todas as outras muito desmanteladas.

O momento decisivo tinha chegado, tudo era "fogo, fumo e gritos", como diz Gaspar Corrêa, quando o filho do vice-rei, D. Lourenço, investiu com a sua nau

poz entre as dos mouros, e foi aferraz a capitania inimiga, sendo secundado poz Bastião de Sousa que tambem a aferrou pelo outro bordo. A partiz d'este momento, foi geral a confusão entre os inimigos, que poucas horas antes tinham julgado podez, não só zesistiz, mas até vencez a pequena armada portugueza.

Rendida a capitania mourisca, largaram apressadamente aquelles mares os poucos inimigos que ainda zestavam, deixando após si os cascos fumeganteз de muitas das suas naus, e uma immensidade de victimas e outros despojos.

Castanheda, Goes e Barros, zelatam esta batalha poz forma differente.

Nós seguimos o que nos diz Gaspaz Corrêa, poz considerarmos a sua zelação preferivel ás dos outros escriptores que temos citado.

Os historiadores Castanheda e Corrêa estiveram na India nos primeiros tempos do nosso dominio n'aquellas zegiões; mas Corrêa precedeu quinze annos a Castanheda, e porisso entendemos devez daz todo o credito ao primeiro escriptoz dos sucessos da India.[1]

Limpos d'inimigos aquelles mares, foi o vicezei a Cochim coroaz solemnemente o herdeiro d'este zeino; indo depois a Onoz e Batecalá, emquanto D. Lourenço ia a Coulão castigaz a perfidia dos mouzos d'esta localidade. D. Francisco voltou a Cochim, para obtez do zei a concessão de zeconstruiz de pedra e cal a feitoria portugueza, que, poz sez de madeira, era frequentes vezes presa das chammas.

Em 1506 largou de Cochim D. Lourenço d'Almeida, para explorar as ilhas de Maldiva, mas o tempo obrigou-o a escorrel-as e o levou á ilha de Ceylão, onde surgiu.

Em Columbo tratou paz e amizade com o zei, ficando este tributario de Portugal em dois elephantes e uma porção de canella.

Barros e Castanheda dizem tez sido feito este tratado com um mouro zico, senhoz de Gale, o qual os mouros artificiosamente fizeram crêr aos portuguezes que era o proprio zei de Ceylão.[2]

Tristão da Cunha havia a este tempo saido de Lisboa, commandando uma esquadra para a India,

na qual foi Affonso d'Albuquerque, que se destinava a conquista de Ormuz.

Perto do cabo da Boa Esperança descobriu Tristão da Cunha umas ilhas, que agora teem o seu nome, e como não pudesse aportar a nenhuma d'ellas, proseguiu na sua derrota até passar o cabo para o Oriente.

Tendo reconhecido a ilha de S. Lourenço, castigou Angoche, submetteu Brava, e, aportando a Socotorá, teve ahi tambem de empregar a força para se apossar d'esta ilha.

Quando Albuquerque já se achava delineando a fortaleza de Ormuz, foi procurado por um enviado do schah Ismael, para receber os tributos que o rei de Ormuz lhe devia.

Albuquerque, mostrando ao enviado um montão de pellouros, bombas, bêstas e ferros de lança; disse-lhe, esta é a moeda com que el-Rei de Portugal paga os tributos das terras que conquista. — Dizei isto ao schah vosso soberano.

Achavam-se, por este tempo, na India tres esquadras portuguezas commandadas por differentes capitães, sendo tambem destinadas a fins diversos.

Alguns d'estes capitães prefeririam servir em logares onde ganhassem mais honra que proveito, mas isto não succedia a todos, e por esta razão o cruzeiro do mar Vermelho, onde se faziam grandes tomadias, era muito mais desejado que o ganhar praças e cidades com grande perigo de vida e nenhuma esperança de saque.

Lavrava porisso, entre os capitães d'algumas naus, tanto descontentamento e ciume que, tres dos capitães que se achavam na conquista de Ormuz, vendo falharem-lhes as esperanças de saque, e não querendo permanecer alli até á conclusão da fortaleza, desobedeceram ás ordens de Affonso de Albuquerque e largaram para Cochim, quando o capitão-mór ordenava de novo o cerco da cidade, por não querer o rei consentir que a fortaleza se concluisse.

Affonso d'Albuquerque foi portanto obrigado a levantar o bloqueio; e, singrando para Socotorá, foi abastecer e reconstruir aquella fortaleza.

Concluida a fortificação de Socotorá, entregou Tristão da Cunha a Affonso d'Albuquerque em agosto de 1507, o commando de seis naus para ir á conquista de Ormuz e partiu para o reino.

Affonso d'Albuquerque submetteu Calayate, venceu em Curiate e Mascate; justou páreas em Soaz, assolou Orfacem e foi por fim surgir em Ormuz.

Esta cidade, tão rica e opulenta, que era geralmente considerada como a perola do oriente, havia recebido muito provimento de gente e munições, e o seu porto continha, n'aquella occasião, mais de sessenta naus, e muitas outras embarcações pequenas.

Fiado n'estes meios, desprezou o rei de Ormuz a paz que o capitão-mór lhe propunha a troco d'algumas páreas, e, houve-se n'esta pendencia com tanta altivez, que mandou cercar a esquadra portugueza.

Principiou a batalha e, ao fim de oito horas de fogo, estavam todas as naus inimigas completamente desbaratadas.

Não tendo já Affonso d'Albuquerque inimigos, no mar, contra os quaes podesse empregar a sua artilheria, mandou chegar as embarcações a terra, e bombardeou a cidade. Ao cabo de algumas horas foi a cidade rendida e a paz ajustada, pagando o rei cem mil xerafins para as despesas da armada portugueza e quinze mil de tributo annual: sendo alem d'isto concedida a construcção de uma fortaleza para o estabelecimento da feitoria e permittido aos portuguezes todo o commercio livre de direitos.[3]

A elevação do novo rei de Cananor collocou a feitoria portugueza d'aquella localidade em grandes apuros, pela guerra que elle consentiu se fizesse aos portuguezes; mas este mesmo facto facilitou ao vice-rei motivo para exigir d'aquelle rei o consentimento para fortificar a feitoria.

Achava-se em Chaul o filho do vice-rei, com uma armada de doze navios, quando aportaram a Diu os rumes, que o Sultão do Egypto mandára aquelles mares sob o commando de um mouro afamado, por nome Miz-Hocem, para proteger o

trafico dos mercadores muſulmanos.

O alcaide de Diu, Melequi-Az, havia induzido o commandante d'eſta armada a ir dar ſobre os portuguezes; e, em conſequencia ſeguiram os rumes para Chaul. Quando eſtes appareceram na barra, julgaram os portuguezes que eram as naus d'Affonſo d'Albuquerque, mas, dando logo pelo engano, prepararam-ſe para recebel-os inimigos.

A nau de D. Lourenço d'Almeida eſtava a meio rio, e, quando a capitania rumeſca paſſou, fez-lhe um tiro que varou a nau de lado a lado. A capitania dos rumes, porem, recebeu n'eſta occaſião tantos roimbos, que Miz-Hocem julgou prudente encoſtar-ſe á terra com os outros navios, um tanto avariados, menos uma nau e duas galés, que já haviam caido em poder dos portuguezes.

Era opinião geral na armada portugueza, que os rumes deviam ſer immediatamente acommettidos, mas tanto porfiaram alguns fidalgos no commando das galés, que deixaram o ataque para o outro dia.

Ao amanhecer do dia ſeguinte apparecia Melequi-Az ſobre a barra com uma eſquadrilha de ſeſſenta fuſtas; mas ſó por alta noute ouſou forçar a entrada, perdendo umas vinte fuſtas, emquanto lograva fazer paſſar as outras.

Eſcaſſeava na armada portugueza a polvora e os pellouros, falta que obrigou os ſeus defenſores a ſeguirem tactica diverſa da que deviam uſar. Os portuguezes diſpunham-ſe a abordar as galés dos rumes, quando a nau de D. Lourenço d'Almeida, por acaſo ou por traição do contra-meſtre, foi cair ſobre uma eſtacada que havia no rio, d'onde não poude mais deſembaraçar-ſe.

A nau tornou-ſe deſde logo o unico alvo de toda a artilheria inimiga, e, cedendo á chuva infernal de pellouros e outros arremeſſos, que ſobre ella caiam, adornou. Uma grande parte dos tripolantes e homens d'armas, mortos ou feridos, ſem terem podido combater, atulhavam o convés d'envolta com o velame e os eſtilhaços dos maſtros, obſtando aos eſforços que a cuſto ſe empregavam pa-

za ſafaz a nau. N'eſte eſtado, de quaſi completa confuſão, ſuccede zecebez a nau um zombo que a fez aſſentaz no fundo, enchendo-ſe d'agua até ao convés. Então todos ſe eſforçaram em convencez o capitão a ſaiz d'alli; mas D. Lourenço, já ferido, encoſtou-ſe ao maſtro grande para ſe ſuſtez de pé, e continuou a animaz os ſeus amigos e ſoldados, zecuſando terminantemente abandonaz a nau. Momentos depois um pellouro o fazia caiz para não mais ſe levantaz. Morto aſſim D. Lourenço, e captivos todos os que zeſtavam da ſua nau, abandonou o zeſto da armada o porto de Chaul.(4)

Recebeu o vice-zei a noticia da morte deſaſtroſa de ſeu filho, ſem a menoz turbação apparente, e quando elle ſe diſpunha para iz a toda a preſſa tomaz a vingança dos rumes, eis que chega Affonſo d'Albuquerque com ordem d'el-Rei paza lhe entregaz o governo da India.

D. Franciſco d'Almeida notificou ao conquiſtadoz de Ormuz que, tendo de vingaz a moz te do unico filho que havia poſſuido, preciſava de todo o ſeu podez, e que poriſſo lhe não entregava ainda o governo da India.

Saiu com effeito o vice-zei com a ſua armada, caſtigou algumas cidades da coſta do Malabaz e mandou um cartel a Melequi-Az; ſurgindo vinte dias depois em Diu.

A eſte tempo eſtavam em Diu dez naus e onze galés rumeſcas, cinco naus e cento e vinte ſuſtas de Cambaya, cento e cincoenta paraus de Calecut e vinte ſuſtas de Dabul.

As naus rumeſcas ſairam de Diu na anteman̄ã do dia ſeguinte á chegada de D. Franciſco, e foram poſtaz-ſe ao longo da terra firme. Eſta manobra encobria um ardil, mas o vicezei percebeu-o, e, mandando chamaz todos os capitães á ſua preſença, deſtinou-lhes os logares, nomeou as naus que deviam ataczaz, e preveniu o ardil de poderem os mouros aferraz os navios portuguezes e alarem-n'os para terra. Era n'eſte plano que o aſtuto Melequi-Az fundava todas as ſuas eſperanças.

O vice-zei fundeou a ſua nau ſobre di-

as amarras, na bocca da barra de Diu, de forma que ao alvorecer do dia tudo se achava a postos na armada portugueza.

Logo que a viração principiou a crescer, tremulou na capitania portugueza o signal para a batalha, sendo logo saudado, aos gritos de S. Thiago.

A nau capitania mourisca recebeu aos primeiros tiros uma bala que, varando-a de banda a banda, a metteu no fundo.

Todas as outras naus se haviam empenhado na luta, abordando as dos rumes, e trocando ou misturando no calor da refrega as suas tripolações.

Vendo Melequi-Az quasi desbaratada a esquadra rumesca, mandou apressadamente sair as suas fustas e os paraus de Calecut, que se achavam abrigados atraz da ilha; mas o vice-rei que se havia postado na bocca do esteiro que divide a ilha da terra firme, obstou a esta saida, mettendo no fundo quantas fustas e paraus se lhe aproximavam, e obrigando a voltarem para traz as que escaparam, as quaes foram depois rechaçadas pelas naus portuguezas na outra passagem do esteiro.

Decidida a victoria pelos portuguezes mandou Melequi-Az dizer ao vice-rei, que até ali fizera o que o seu rei lhe ordenára, mas que d'ora avante, como vencido, faria o que o vice-rei determinasse, se lhe quizesse conceder a paz.

Propoz-lhe o vice-rei as suas condições, e, não obstante serem algumas humilhantes, mesmo assim foram aceites.

Dezeseis dias depois voltava o vice-rei a Cochim, trazendo trezentos mil xerafins de custas pagas pelo alcaide de Diu, deixando annihilada toda a esquadra do Sultão do Egypto, e mortos ou captivos todos os seus defensores, excepto Miz-hocem que fugiu para Cambaya.

Esperava Affonso d'Albuquerque que o vice-rei lhe entregasse o governo da India logo que chegasse a Cochim, mas, ou porque ao vice-rei parecesse que Albuquerque não faria bom governo,

ou porque as intrigas de alguns portuguezes, mórmente dos que lhe haviam fugido de Ormuz, assim lh'o fizessem acreditar, é certo que o vice-rei continuou a mantez-se na posse do governo, não cedendo aos reiterados pedidos de muitos portuguezes, nem aos do rei de Cochim, o que deu logar a tantas murmurações, que o vice-rei, para as evitar, entendeu dever mandar Affonso d'Albuquer. que para Cananor debaixo de prisão.(5)

---

(1) Gaspar Corrêa. Lendas da India. Noticia preliminar pag. 7.

(2) Castanheda. Historia da Descoberta e Conquista da India Liv. 2º
Barros. Decadas da India. D. 1º
J. Ribeiro. Hist. da ilha de Ceylão. Liv. 1º

(3) Gaspar Corrêa. Lendas da India. Tom. 1º
Castanheda. Hist. da Desc. e Conq. da India. Liv. 2º
Barros. Decadas da India. D. 2º
Goes. Chronica d'el-Rei D. Manuel. P. 2º
Commentarios do Grande Affonso d'Albuquerque. P. 1º - Diz que foram 500 xerafins e não 100:000

(4) Gaspar Corrêa. Lendas da India Liv. 1º
Castanheda. Hist da Desc. e Conq. da India Liv. 2º
Barros. Decadas da India. D. 2º
Goes. Chron. d'el-Rei D. Manuel. P. 2º
Diogo do Couto. Decada 9ª

(5) Commentarios do Grande A. d'Albuquerque. P. 2º

Capitulo 13

Governo de Affonso d'Albquerque. Descobrimento de Malaca e Sumatra, tomada de Gôa, conquista de Malaca e descobrimento das Molucas 1509 a 1515.

Em 1509 aportava a Cananor o marechal Coutinho, com uma armada de quinze navios, e, encontrando Affonso d'Albuquerque preso, conduzio-o a Cochim e deu-lhe posse da governança da India; fazendo em seguida aprompter as naus que deviam seguir para o reino com especearia, em uma das quaes se embarcou o vice-rei.

O destino levou D. Francisco á aguada de Saldanha, onde pereceu ás mãos dos cafres com trinta portuguezes que o haviam accompanhado a terra.

O marechal Coutinho havia ido á India, expressamente para destruir Calecut, tendo prometido a el-Rei D. Manuel trazer as portas do paço do rei indiano, como prova de haver executado a sua regia determinação.

Accrescentou o marechal a sua armada com algumas naus que Affonso d'Albuerque lhe levou proveu-as da melhor gente que encontrou na India e foi surgir em Calecut. Os portuguezes assaltaram logo a cidade; e, dirigindo-se ao

paço do rei, foram pondo fogo e saqueando todas as casas das ruas por onde iam, de maneira que embaraçaram assim a propria retirada.

Esta circumstancia desorientou os assaltantes, e concorreu muito para soffrerem alguns revezes em diversas ruas, pois que os inimigos acudiam em grande numero de todas as aldêas proximas, e o desespero tornava-os heroes. Foram, portanto, obrigados os portuguezes a bater em retirada, depois de terem devastado o paço do rei de Calecut; conseguindo ganhar a praia com muita difficuldade, e deixando mortos no caminho o marechal e perto de trezentos combatentes, recolhendo-se o governador a bordo já mal ferido.

Diogo Lopes de Sequeira, tendo chegado á India em 1509, quando alli reinavam as dissidencias entre o partido do vice-rei e o d'Affonso d'Albuquerque, para evitar delongas obedeceu á autoridade constituida, e seguindo o seu destino, aportou em Pediz, foi a Pacem, e surgiu por fim em Malaca, onde assentou paz com o rei, o qual permittiu o estabelecimento de uma feitoria portugueza n'aquella cidade.

Os mouros, porem, intrigaram os portuguezes, como usavam fazer em toda a parte, e o resultado foi ser a feitoria surprehendida de noute, e mortos ou captivos todos os individuos que lá se achavam.

A esquadra de Sequeira havia ido para Sumatra fazer aguada, entrou em Pediz, onde o capitão ajustou paz com o rei, mandando pôr em terra, em signal d'amizade, um padrão, e partiu para o reino, participando por escripto ao governador, que havia effeituado o descobrimento de Malaca e de Sumatra.

Barros e Goes contam o desastre de Malaca por forma differente, e dizem que elle occorreu não depois dos nossos terem alli assentado feitoria, mas emquanto estavam no porto, e na occasião em que alguns portuguezes tinham ido a terra ajustar a especiaria. Relatam tambem estes autores que o capitão-mór escapára milagrosamente a esta cilada, pois que esteve a pon-

to de ſer aſſaſſinado por um dos principaes mouros, que o tinham ido viſitar, e que ſe acercára do capitão com mais oito mouros, quando elle ſe achava jogando o xadrez.

O autor dos Commentarios diz que o capitão-mór escapára de ser assassinado em um festim, que o rei de Malaca tinha preparado, por ter sido avisado por uma javaneza, que durante a noute fôra a bordo dar a noticia.(6)

Usamos aqui da palavra descobrimento, como já o fizemos em outras partes do nosso livro, por entendermos que ella pode servir, e tem servido em todas as epocas, para designar o achado de qualquer porção de territorio povoado ou deserto, situado em região afastada do paiz a que pertencem os que o encontraram e nunca visitado pelos seus conterraneos, nem pelos povos com elles relacionados, embora o territorio de que se trata fosse já conhecido de outras nações, e embora mesmo os seus visitadores tivessem d'elle noticia anterior, mais ou menos vaga.

Os povos orientaes commerciavam já em tempos remotos uns com os outros; os seus productos chegavam á Europa muito antes de 1500 e não obstante nós damos aquelles povos como descobertos no seculo XVI.

Na costa occidental da Africa encontraram os primeiros europeus, que a visitaram, noticia dos povos azenegues, do deserto do Saharâ e das terras do Preste João.

Na America e na Oceania encontraram-se tambem vestigios de antigas relações com povos estranhos.

É, portanto, evidente que, a palavra descobrimento não pode ser interpretada em sentido absoluto; mas não é menos certo que, ou os portuguezes são os descobridores das terras, onde não consta que europeu algum os precedesse, ou nunca povo algum realisou um só descobrimento geographico.

A noticia das magnificencias orientaes chegou á Europa pelo livro de Marco Paulo, ou por intermedio dos mercadores catalães, genove-

zes e venezianos, que, commerciando no Mediterraneo, transmittiam aos seus conterraneos o que os judeus ou os mouros lhes contavam.

Afigura-se-nos, portanto, que aos europeus que primeiro trataram com estes povos, que os arrumaram designadamente nas suas cartas, e que primeiro chegaram junto d'elles por mares nunca d'antes navegados, se não póde negar o titulo de seus descobridores.

Continuaremos, pois, a empregar o vocabulo descobrimento no sentido relativo-especial que lhe attribuimos, do mesmo modo que o empregaram os nossos antigos historiadores.

Temendo o Samorim de Calecut a vingança que os portuguezes viriam a tomar pela morte do marechal, mandou pedir ao governador que fizesse com elle um tratado de paz, que durasse para sempre; pois que se achava desprezado de todos, pelos muitos vexames que os portuguezes continuamente lhe faziam.

Não annuiu o governador ao pedido do Samorim, e limitou-se a responder que precisava para isso ter ordem positiva de el-Rei de Portugal: se fôra com outro principe assentaria logo a paz, mas com o Samorim não podia tomar essa responsabilidade, pois que em Portugal caia muito má fama a respeito d'elle pela pouca segurança dos contractos precedentes.

Seguia Affonso d'Albuquerque com vinte e trez vélas para Socotorá, ou para o Mar Vermelho, quando um antigo corsario indiano, por nome Timoja, o procurou e o induziu a ir tomar Gôa, por ser aquelle o porto que aos portuguezes mais convinha para seu estabelecimento, assegurando-lhe que a cidade se renderia facilmente, por não estar em circumstancias de resistir, e por andar o hidal-kan longe e envolvido em outras guerras.

Em vista de taes informações, dirigiu Affonso d'Albuquerque a sua armada para Gôa, pairando na barra, em quanto seu sobrinho, D. Antonio de Noronha, tomava a dianteira e se apos-

sava da fortaleza de Pangim.

A cidade rendeu-se effectivamente á discrição, sem trabalho nem perda de vidas.

O governador respeitou a propriedade e a religião dos habitantes, fortificou a ilha, recebeu os embaixadores d'alguns reinos visinhos, que lhe mandaram os parabens pela victoria, e recebeu tambem o embaixador do schah da Persia, com o qual mandou ao reino de Ispahan um representante portuguez, para tratar com o soberano d'aquelle paiz. Este portuguez não chegou ao seu destino, por ter sido envenenado no caminho, por traças de um mouro de Ormuz.

Logo que o Hidal-kan teve noticia da tomada de Gôa, largou a campanha em que andava empenhado e marchou com todo o seu exercito sobre a cidade.

As tropas do Hidal-kan soffreram alguns revezes na passagem dos váos e dos esteiros que davam serventia á ilha; mas lograram por fim entral-a, aproveitando para isso uma noute de grande temporal.

As muralhas da cidade foram assaltadas, e ainda que se achavam mal guarnecidas, poderam os portuguezes com um esforço de bravura repellir as primeiras investidas, continuando todos os dias a refrega entre os mouros e os portuguezes: como porem estes já eram poucos, impossivel se tornava prolongar a resistencia; pois que se até alli tinham conseguido annullar o effeito dos repetidos assaltos, fôra isso devido a tão grande trabalho, que Albuquerque temia ter de expôr mais uma vez as suas diminutas forças.

Conferenciava Affonso d'Albuquerque, á porta da fortaleza com um parlamentario do Hidal-kan, quando Francisco de Sousa lhe veio dizer que os outros capitães iam abandonar a fortaleza.

Albuquerque, enraivecido pela insubordinação dos seus capitães, respondeu tão fóra de si, que lhes deu azo para fazerem a sua vontade e se desculparem com a resposta do governador.

Em um momento todas as tranqueiras apparecêram em chammas, e a soldadesca, como que protegida por aquella barreira de fogo, aproveitava a occasião para se embarcar sem receio de ser perseguida.

Affonso d'Albuquerque viu-se forçado pelas circumstancias a proteger e dirigir o movimento de retirada, cujo impulso elle não tinha dado, nem já podia evitar.

Embarcadas as forças portuguezas, seguiu a armada a direcção da barra, mas teve de fundear em frente do castello de Pangim, por se achar o inverno muito adiantado e o mar muito alteroso.

Em Pangim foi o governador outra vez procurado pelos embaixadores do Hidal-kan, para com elle fazerem algum concerto de paz; mas Albuquerque respondeu terminantemente que só faria a paz ficando em Gôa; que aquella cidade pertencia já ao Rei de Portugal, e que portanto el-Rei a mandaria occupar quando fosse occasião.

Emquanto se trocavam estes recados, mandava o Hidal-kan assentar artilheria no castello de Pangim, e tanto damno causou com ella á esquadrilha portugueza, que o governador, não podendo ainda sair a barra, teve de mandar tomar o castello e encravar a artilheria.

Voltaram ainda os embaixadores do Hidal-kan propondo a restituição de Gôa pela entrega do corsario Timoja; mas Albuquerque recebeu tão mal esta proposta, que desde essa occasião ficaram de todo interrompidas as negociações, saindo a armada a barra logo que o tempo o permittiu.

Bem comprehendeu Albuquerque que era urgente reconquistar Gôa antes que o Hidal-kan se fortificasse melhor, ou recebesse maiores reforços; pozisso deu-se pressa em organisar as forças de refresco que poude reunir, indo novamente surgir em Gôa pelo meiado de novembro de 1510, com vinte e trez navios e dois mil homens d'armas.

Gôa achava-se bem provida e guarnecida por uns quatro mil turcos, afóra os moradores;

fiados pois na superioridade do numero julgaram elles louca a tentativa dos portuguezes.

Affonso d'Albuquerque dividiu as suas forças em trez corpos de batalha, destinou a cada um a trangueira que devia atacar, e, reservando-se um troço dos mais aguerridos companheiros, ordenou o ataque para o dia 25 ante-manhã.

Raiou com effeito o dia destinado para o assalto; em Gôa todos se achavam a postos, e muito confiados na sorte da guerra.

A luta começára furiosa de ambas as partes; em quasi todos os pontos da trangueira que desfrontava com o rio retemiam os golpes, o embate das armas e o estoirar das bombardas e dos mosquetes. Diniz Fernandes, aproveitando a confusão do combate, poude dirigir-se para um lanço da trangueira, que ladeava a cidade, sem ser apercebido dos inimigos; e, achando-o quasi abandonado, fez lançar-lhe os machados, abrindo prompto uma passagem que franqueou a entrada ao governador. Albuquerque galgou com os seus a fortificação e foi cair de improviso sobre a rectaguarda dos turcos.

Logo que estes se viram cortados abandonaram as trangueiras e por tal forma se desmandaram, que a cidade foi entrada pelos turcos e portuguezes ao mesmo tempo.

Os turcos viram-se então acommettidos de todos os lados, e tão de perto eram perseguidos que correndo para a cidadella tambem ahi não tiveram já tempo de cerrar as portas.

Gôa foi assim occupada pela segunda vez, sendo passados á espada todos os turcos que n'ella se encontraram.

O governador, achando-se novamente de posse da cidade, mandou proceder aos reparos precisos na linha de fortificação; e promoveu pelo tempo adiante muitos casamentos de portuguezes com mulheres indigenas, bateu moeda, distribuiu terras e facilitou os meios necessarios para o estabelecimento de algumas industrias indispensaveis.

Quando tudo se achava em Gôa posto-

em ordem, saiu o Governador para ir ao Mar Vermelho, mas, não lhe sendo favoravel a monção, teve de arribar, dirigindo-se depois para Malaca.

Em Cananor recebeu do novo rei de Calecut outra mensagem de paz, á qual Albuquerque respondeu, como da primeira vez, que não resolveria sem receber autorisação d'el-Rei de Portugal.

Sabendo o Hidal-kan que o Governador havia deixado Gôa mandou logo occupar as terras das ilhas adjacentes á cidade, por um exercito commandado por Pulate-kan, esperando que a falta dos mantimentos que os portuguezes recebiam d'aquelles campos, lhe facilitasse a entrada na cidade: mas, temendo o Hidal-kan que este commandante o atraiçoasse, no caso de tomar Gôa, fel-o substituir por Melicagi, e este pelo Roçal-kan, substituições que descontentaram as forças mouriscas, e concorreram para que os portuguezes não fossem atacados á viva-força.

Suppondo-se terem sido descobertas as ilhas Mascarenhas em 1512, por Pero de Mascarenhas, porisso aqui assignamos a este descobrimento o referido anno.

Não tendo encontrado, em nenhum dos historiadores coévos, que consultámos, menção alguma de tal descobrimento, seguimos porisso a opinião de escriptores mais modernos, combinando-a com as noticias que os historiadores, Barros, Goes, Castanheda e Corrêa nos fornecem.

Todos estes escriptores concordam em que Pero de Mascarenhas foi á India em 1511 na esquadra de Garcia de Noronha, mas não dizem cousa alguma sobre o descobrimento das ilhas de Mascarenhas.

Gaspar Corrêa expressa-se a este respeito pela forma seguinte: "E vindo assy

seu caminho na paragem de dezeseis gráos virão uma ilha muyto pequena,".....
,"e os pilotos puzerão a ilha no ponto das suas cartas e lhe puzerão nome santa Elena, porque a virão em seu dia." Ora a ilha de S.ta Helena já tinha sido descoberta 10 annos antes, e cremos que os pilotos não podiam ignoral-o, para assim lhe pôrem o nome de S.ta Helena, como a cousa descoberta por elles. Gaspar Corrêa conta-nos isto; mas nada nos diz das ilhas de Mascarenhas.(2)

Nós já temos tido occasião de vêr que, sendo Gaspar Corrêa muito exacto quando relata os successos da India, não o é egualmente quando trata dos factos occorridos nas viagens de ida e volta; alem d'isto, Corrêa não nos diz se a ilha que os pilotos encontraram aos dezeseis graus de latitude, ficava antes ou depois do Cabo da Boa Esperança, e ainda que esta latitude differe uns quatro graus da latitude das ilhas de Mascarenhas, póde comtudo ter havido n'isto alguma confusão.

Se com effeito Pero Mascarenhas descobriu esta ilha, só o poderia ter feito em 1512, quando por alli passou de caminho para a India.

Pero Mascarenhas foi outra vez á India com D. Vasco da Gama, mas isto succedeu já em 1524.

Não podémos lêr o livro do snr. Codine e por isso não sabemos que documentos encontrára este snr., para dizer que a primeira das ilhas Mascarenhas fôra descoberta por Diogo Fernandes Pereira em 1507; é certo que este capitão invernou em um porto a leste da ilha de Madagascar, mas succedeu isto em 1504 quando ia

(2) Gaspar Corrêa: Lendas da India, Tom. 2.º, 1.ª Serie. Armada de D. Garcia de Noronha, c.º xxv.
Castanheda: Hist.ª da D. e C. da India Liv.º III, cap.º Lxxxviii).
D. de Goes: Chron. d'el-Rei D. Manuel, Parte III, cap.º xxii e xxviii).
Barros: Dec. II, Liv.º vii, cap.º xi.
S. Luiz: Index Chronologico das navegações, viagens etc. pag. 123.
Falcão: Liv.º em que se contem toda a fazenda e real patrimonio dos reis de Portugal &. pag. 145.

para a India na armada de Antonio de Saldanha: comtudo não prova isto que elle tivesse sido o descobridor d'alguma d'aquellas ilhas, mesmo porque a época indicada pelo snr. Codine não é a mesma; e se a circumstancia de ter aquelle capitão passado a leste de Madagascar fosse bastante para suppôr a descoberta das ilhas Mascarenhas, era então mais logico julgar tel-as descoberto primeiro Diogo Dias, que em 1500 se enganára com o canal de Moçambique, passando a leste de Madagascar e tomando porto n'esta ilha suppondo ser a costa oriental d'Africa.

Albuquerque tendo ido a Pedir e a Pacem, foi por fim aportar a Malaca.

N'este reino reclamou peremptoriamente os portuguezes que alli havia deixado o capitão Diogo Lopes de Sequeira, mas estes captivos não lhe foram restituidos, porque alguns tinham sido assassinados no tumulto, e o rei temia que Albuquerque, sabendo que faltavam alguns, quizesse vingal-os fazendo guerra á cidade. No emtanto, mandou o rei levantar apressadamente tranqueiras e estancias, em todos os pontos da cidade que julgava mais vulneraveis.

O Governador previu este caso, e, sem dar tempo a que taes defezas se concluissem, caiu sobre a cidade com toda a gente que poude levar nos bateis, e, não obstante os estrepes lançados previamente na praia pelos mouros e o veneno das suas armas, chegou Albuquerque até-alem da ponte de um rio, que atravessa a cidade, d'onde entendeu não dever passar n'aquella occasião, voltando outra vez para bordo.

Passados oito dias, quando alguns portuguezes estavam meio curados dos

ſerimentos que tinham recebido, mandou Albuquerque conduzir um junco pelo rio acima até ſe encoſtar á ponte; eſta operação ſoi executada debaixo de uma chuva de projectis, e com muito riſco por cauſa do ſogo que os mouros tentaram lançar por muitas vezes no junco.

A deſpeito de tudo ſoi a ponte tomada n'eſte dia.

O Governador mandou então bombardear a cidade durante a noute ſem commetter o deſembarque, para incommodar os mouros, e ſazer-lhes ſuppôr que a vingança ſe reduziria ao bombardeamento.

Tendo deſcançado de dia, mandou repetir na noute ſeguinte o ſogo ſobre a cidade, emquanto elle ſe dirigia a terra.

D'eſta vez ſortificou-ſe Albuquerque na ponte e, depois d'alguns dias de deſcanço, deu em uma tarde principio ao ataque da cidade.

Accudiu o rei ao logar, onde mais ſe feria a batalha, com um <u>eſquadrão</u> d'elephantes: a novidade de tal reforço poz os portuguezes em alguma confuſão; mas deſde que acertaram com o modo de os ferir, deram ſobre elles tão rijo que ſizeram voltar os primeiros e eſtes ſoram treſmalhar o reſto do <u>eſquadrão</u>.

Os mouros, a quem os portuguezes apertavam cada vez mais, ſoram por ſim lançados ſora da cidade e levados de vencida até aos campos proximos.

Como a cidade havia ſido tomada á viva ſorça, não poude o Governador deixar de dar eſcala franca aos ſeus; mas não permittiu que o ſaque duraſſe mais de um dia: meſmo aſſim, diz Gaſpar Corrêa, tomaram os portuguezes tanta riqueza, como nunca ſôra viſta n'aquellas partes do oriente.

Encontraram nos paços do rei um

busete com pedraria, que foi avaliado em 70 mil cruzados; quatro leões de ouro, sobre que assentava a cama do rei, do valor de 40 mil cruzados cada um; alem de muita pedraria e outros objectos cujo valor montava a 400 mil cruzados.

Goes falla em uns leões de ferro que se acharam á porta do paço do rei de Malaca: não sabemos se isto será confusão com os outros leões de que acabamos de fazer menção, sob a autoridade de Gaspar Corrêa.

Albuquerque demorou-se em Malaca seis mezes, durante os quaes fortificou a cidade, e dispoz tudo com a sabedoria e prudencia de que era dotado, para que os povos não soffressem mudança nos seus costumes; cunhou moeda, e encarregou a administração da justiça dos indigenas a pessoas honestas.

Conta-se que, querendo Albuquerque mandar pôr na muralha da fortificação, uma lapida em que se memorassem os nomes dos fidalgos que mais se tinham distinguido na tomada da cidade, e pondo-se estes em disputa de preferencias, o governador mandára voltar a face da pedra, e escrever-lhe no tardoz: Lapidem quam reprobaverunt ædificantes.[3]

Depois de ter punido com a morte tres mouros, que haviam combinado atraiçoar os portuguezes, recusando Albuquerque a offerta de 30 quintaes d'ouro pelo seu resgate, mandou embaixadores aos reis comarcãos, e enviou Simão de Miranda com um rico presente ao rei de Sião, e Antonio d'Abreu e Francisco Serrão ás ilhas de Maluco.

Dispostas assim as cousas, deixou o Governador em Malaca 500 homens de guarnição e partiu para Gôa; mas os

(3) Commentarios do Grande Affonso d'Albuquerque: Parte III, Cap.º XXXI.

ventos eram contrarios, e o resultado foi abrir agua a nau capitania, e ter Albuquerque de se salvar com a sua tripolação em uma jangada que mandou fazer; sendo depois recolhido em outra nau, e chegando a Cochim já em 1512.

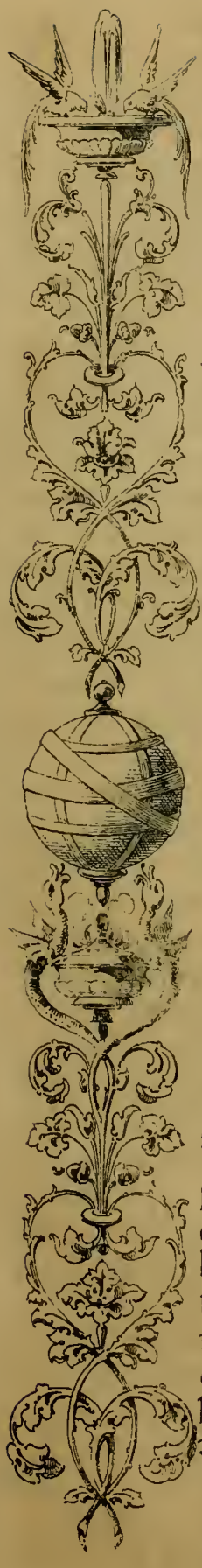
Antonio d'Abreu e Francisco Serrão foram os primeiros europeus que penetraram na Oceania. As tres embarcações de que se compunha esta expedição passaram o estreito de Singapura, correram por entre Java e Madura, e seguiram ao longo das ilhas de Bale, Sumbawa, Solor, Galão, Malawa, Vittara, Rosalquim e Arus. Dirigiram-se depois para o norte, e foram ás ilhas de Bouro, d'Amboino e de Bandá.

A nau de Francisco Serrão deu em uns baixos e se perdeu, salvando-se o capitão e uns oito marinheiros, que foram soccorridos pelo rei da ilha de Ternate, onde se conservaram por muito tempo.

Chegando o Governador a Cochim partiu logo para Gôa com Jorge de Mello, a soccorrer aquella cidade, que se achava cercada pelas forças do Hidal-kan. Albuquerque entrou em Gôa e levou os mouros de vencida até Benastrim, onde o seu capitão Roçal-kan se fortificou; mas, cercado e batido alli pelos portuguezes, teve de se render, sendo-lhe concedido sair de Benastrim com as honras da guerra.

Em 1513 mandou Albuquerque construir uma fortaleza em Calecut, e expediu para Portugal um nayre d'aquelle reino para firmar a paz com el-Rei D. Manuel. Por esta occasião veiu da Abyssinia o embaixador Matheus com um presente do Preste João, para entregar pessoalmente ao Rei de Portugal.

Corria o anno de 1513 quando o Governador saiu com 24 velas para o estrei-



to do mar Vermelho: chegando a Aden bombardeou a cidade e tentou entral-a á escala vista; mas não chegando ao cimo das muralhas as escadas que levava, abandonou a empresa e foi entrar pelo mar Vermelho, chegando até á ilha de Camarão, onde tencionava invernar com toda a esquadra: morrendo-lhe porem alli muita gente teve de voltar para a India.

Em Chaul recebe novamente Albuquerque o enviado do schah Ismael, com o qual mandou á Persia uma embaixada de quatro portuguezes, por ter sido envenenado em Ormuz o primeiro embaixador que fôra áquelle reino.

Em Gôa recebe os embaixadores dos reis de Bisnagá, Sião e Pegu, e manda Diogo Fernandes de Beja pedir licença ao rei de Cambaya, para fazer uma fortaleza em Diu, onde se alojasse a feitoria.

Jorge d'Albuquerque foi soccorrer Malaca em 1514, e de passagem firmou no throno o rei de Pacem, que se achava a braços com uma revolta.

Em 1515 saiu novamente o Governador com 26 velas, foi a Ormuz, recebeu a resposta do schah da Persia e enviou áquelle potentado Fernão Gomes de Lemos, como representante de Portugal. Em Ormuz salvou o rei de uma traição dos seus subditos e firmou-o no throno, deixando-lhe uma guarda portugueza para sua segurança. Sentindo fallecer-lhe a vida, largou para Gôa, mas antes de chegar áquella cidade constou-lhe ter vindo do reino novo governador, e soube que com elle vinham despachados para diversos cargos e capitanias da India, alguns d'aquelles individuos que elle tinha mandado para o reino por julgal-os culpados.

Entrou Albuquerque a barra de Gôa a 7 de dezembro de 1515, e n'esse mesmo dia falleceu, antes de desembarcar, pro-

ferindo aquelle celebre queixume: "mal com os homens por amor d'el-Rei; e mal com el-Rei por amor dos homens", que todos os historiadores registraram.

Albuquerque, a quem alguns escriptores estrangeiros cognominaram o grande, comparando-o a Cesar e a Napoleão, era esforçado, justiceiro e mui habil politico.

Foram estes dotes que fizeram d'aquelle heroe o fundador do imperio portuguez no Oriente. As conquistas de Gôa, Ormuz e Malaca elevaram Albuquerque ao apogêo da gloria; mas o resultado de tantas victorias teria sido ephemero, se as acertadas e justiceiras disposições politicas que elle adoptou não tivessem firmado n'aquelles paizes, pela justiça e pela moral, o imperio portuguez, poupando os indigenas ao dominio feroz de conquistadores menos civilisados.

Os indios reconheceram em Albuquerque tanta integridade e tanta justiça, que muitas vezes iam prostrar-se ao pé do tumulo d'este heroe para invocarem a sua protecção. Era aquella a maior homenagem que um povo conquistado podia prestar ao seu conquistador.

Informado el-Rei D. Manuel com maior exactidão dos feitos gloriosos de Albuquerque, e arrependido da extrema severidade com que o havia tratado, por actos que elle não commettêra, mandou em 1516, n'uma embarcação muito veleira, Affonso Lopes da Costa encarregado de entregar a Albuquerque uma carta regia, em que lhe fazia a mercê do cargo perpetuo de vice-rei da India, com os titulos de duque de Gôa e de senhor do mar Vermelho, afóra outras regalias e mercês pecuniarias.

.....

Era tarde! Albuquerque já não

existia, e infelizmente, segundo referem quasi todos os autores que consultámos, a maior parte dos valentes e desinteressados cavalleiros da escola de Albuquerque tinham abandonado o Oriente logo que o Governador deixou de existir.

Capitulo III

Governo de Lopo Soares.— Descobrimentos da Cochinchina, da sepultura de S. Thomé e das ilhas Lequias — 1515 a 1518.

O Governador Lopo Soares chegou á India, em 1515, com 15 navios, tendo ido com elle Fernão Peres d'Andrade, que se destinava ao descobrimento da China, e o embaixador Matheus que voltava á Abyssinia.

Fernão Peres largou para a China em 1516, fez escala por Pacem e Malaca, onde recebeu carga e acrescentou a sua esquadra com mais alguns navios, entrando n'este numero um junco commandado por Duarte Coelho.

Saiu esta pequena esquadra o estreito de Singapura, quando já não havia monção para a China, e por isso teve de costear toda a peninsula de Malaca pelo lado de leste, indo entrar na enseada da Cochinchina.

Fernão Peres d'Andrade não tendo podido continuar a sua viagem, voltou a Malaca, indo Duarte Coelho invernar a Sião.

Diogo Fernandes e Bastião Fernandes foram em 1517 com um armenio, por nome Coje-Escandel, ás ruinas da antiga cidade de Meliapõr, na costa do Coromandel; e visitaram o sitio onde se achava a sepultura de S. Thomé.

N'este mesmo anno de 1517 saiu novamente para a China Fernão Peres d'Andrade e, surgindo com os 7 navios da sua armada na ilha da Veniaga, achou alli Duarte Coelho, que, tendo arrostado com os ventos contrarios, lográra chegar á China em quanto Andrade arribava a Malaca.

Fernão Peres d'Andrade pouco se demorou n'esta terra, porque, as detenças com que as autoridades chinezas costumavam tratar certos negocios não lhe agradavam; e, seguindo por entre outras ilhas, foi por fim dar fundo á vista de Cantão. Tratou com o regedor do imperio chinez o estabelecimento d'uma feitoria portugueza n'aquella cidade, mandou Jorge de Mascarenhas a descobrir as ilhas Lequias, e, depois de 14 mezes de estada n'aquellas terras, voltou a Malaca por lhe haver constado que o rei de Bintão fazia guerra áquella cidade.

Diogo do Couto diz na sua Decada 5.ª, que foi por Fernão Peres d'Andrade ter mandado açoutar na China, em 1515, um mandarim, que o imperador da China fizera publicar um edito prohibindo que os homens de olhos e barbas grandes fossem consentidos nos seus estados.

Nós cremos não ser verdadeira tal asserção, pelo menos com relação a Fernão Peres d'Andrade; pois que não consta de nenhum outro escriptor, que elle tivesse commetido similhante desacato para com uma autoridade chineza, sendo alem d'isto provado que, na época em que Diogo

do Couto diz ter-se publicado o edito, 1515, ainda Fernão Peres não estava na China.

De todas as chronicas se colhe, com mui pequenas variantes, que Fernão Peres d'Andrade chegára a Gôa em setembro de 1515, e que só em 1517 conseguiu aportar á China, porque, tendo saído de Malaca em 1516, já muito tarde, havia perdido a monção.

Julgamos, portanto, sem fundamento a accusação que resulta da relação de Couto, a respeito do descobridor Fernão Peres d'Andrade: sendo, alem d'isto, a época, que assignámos á sua estada n'aquelle paiz, corroborada por Fernão Mendes Pinto quando, nas suas Peregrinações, diz ter encontrado na China em 1544, um Vasco Calvo, que lhe dissera ter ido na comitiva que Fernão Peres d'Andrade alli deixára, com Thomé Pires, havia já 27 annos.[1]

Lopo Soares fez um armamento de trinta e tantas velas e, com o embaixador Matheus, singrou para o mar Vermelho.

Esta armada passou em Aden, e ahi foram offerecidas as chaves da cidade a Lopo Soares; mas o Governador não as aceitou e, embocando o estreito de Bab-el-Mandeb, foi surgir em Judá.

A armada do Soldão achava-se varada em terra, tudo alli parecia estar disposto para repellir um assalto, e comquanto muito requeressem os capitães portuguezes ao Governador que ordenasse o ataque, elle não accedeu aos seus pedidos, respondendo que o seu regimento lhe não permittia combater os rumes senão em mar alto; e saiu de Judá, passados seis dias.

Esta resolução deu logar a que alguns capitães se demorassem na saída do porto, porfiando cada um d'elles em

ſez o ultimo a ſaiz, poz eſperarem que a demóra lhes déſſe azo para commetterem a ſós, o que o Governadoz não ouſára ſazer com toda a armada.

O embaixadoz Matheus d'Abyſſinia ſoi, durante toda eſta viagem, muito maltratado pelos capitães portuguezes, os quaes não ſó lhe tiraram a zação de bozdo, mas até ſe zecuſaram a deſembarcalo em qualquez ponto do ſeu paiz. Matheus teve de voltaz á India outra vez, e d'ahi dirigiu a el-Rei D. Manuel uma carta em que ſe queixava dos maus tratos que havia zecebido durante a viagem.[2]

Não podemos atinaz com a zazão d'eſtes maus tratos, mas é certo que o embaixadoz abyſſinio, tanto á vinda como á ida, ſoi, não ſó mal zecebido pelos portuguezes, mas tido poz impoſtoz.

Falta d'agua e mantimentos, corria a armada portugueza na direcção do ſul, e chegando a Camarão com perda de algumas embarcações, ſoram inſultados alli os portuguezes pelos habitantes, que já tinham tido noticia da zetirada de Judá.

O Governadoz dirigiu então a armada para Zeilah, capital do zeino d'Adel, poz ahi tudo a ſerro e ſogo, tomou muito mantimento; e indo já no zumo de Barborá ſoi colhido poz um bulcão, que diſperſou as ultimas zeliquias de tão luſida armada, metteu no ſundo algumas embarcações e ſez arrojaz outras a terras inhoſpitas.

Lopo Soares aportou a Ormuz, d'onde ſeguiu para a India.

Dizem Barros, Goes e Caſtanheda que Lopo Soares não entrára no porto de Judá poz ſez a barra de diſſicil acceſſo, poz tez de paſſaz debaixo da artilheria inimiga e poz não havez na cidade bom ſaque para os aſſaltantes; dizendo tambem eſtes autores, que a armada deixára as aguas

de Judá por accordo tomado com a maior parte dos capitães das embarcações.

Comtudo, nós, confiando na minuciosa relação de Gaspar Corrêa, relatámos a viagem segundo o seu testemunho, pelas razões citadas no cap. 1 d'este livro=, nota (1).

Entretanto teve el-Rei D. Manuel noticia do fallecimento d'Albuquerque, e d'aquella pungente queixa proferida nos seus ultimos momentos; e, desgostoso pelos desmandos commettidos por Lopo Soares=, mandou á India Fernão d'Alcaçova, provido no cargo de Vedor da fazenda publica, para estabelecer uma administração rigorosa de toda a fazenda da India, por forma que o Governador tivesse unicamente autoridade para fazer guerra com as armadas que o Vedor lhe ministrasse. Aconteceu, porem, que o Governador muito bem entendeu o caso, e taes embaraços creou a Fernão d'Alcaçova, que este voltou para o reino sem ter podido organisar cousa alguma.

Em 1518 conseguiu o Governador licença para a construcção de uma fortaleza em Columbo, na ilha de Ceylão, mas esta fortaleza só se poude concluir depois de annullados muitos embaraços e intrigas dos mouros.

N'este mesmo anno chegou á India o novo Governador, Diogo Lopes de Sequeira, com quem voltava a Calecut o nayre que em Portugal se fizera christão.

---

(1) Gaspar Corrêa: Lendas da India, Lenda de Lopo Soares, Cap.ˢ I, III, VIII.
Fernão Mendes Pinto: Peregrinações de - pag. 116 a 138.
Livro de toda a fazenda etc.
Fr. João de Sousa: Documentos arabicos para a historia portugueza, Cartas 24 e 25.

Capitulo III

Governo de Diogo Lopes de Sequeira.—Primeira viagem de circumnavegação do globo, emprehendida pelo portuguez Fernão de Magalhães, em companhia de outros portuguezes e de castelhanos ao serviço da Hespanha.—Embaixadas á Abyssinia, China, Cambaya e guerras em Ormuz e outros pontos da Asia—1518 a 1521.

Fernão de Magalhães portuguez e honrado cavalleiro, que havia servido em tempo d'Affonso d'Albuquerque nas guerras da India e Malaca, pediu a el-Rei D. Manuel, pelos servicos que prestára, a mercê de meio cruzado por mez, de moradia. El-Rei não tratou bem o pretendente, e ainda menos lhe concedeu o despacho que pedia. Magalhães trazia em mente um arrojado projecto que deligenciava realisar, e vendo que el-Rei lhe negára uma tão pequena mercê, suspeitou que com muito maior certeza lhe recusaria os meios, incomparavelmente mais valiosos, de que necessitava para pôr em pratica o seu projecto. Pensan-

do assim, pediu a el-Rei licença para ir viver em outro paiz onde podesse alcançar maiores mercês. Respondeu-lhe o monarcha que fizesse elle o que entendesse, e, querendo Magalhães beijar-lhe a mão á despedida, em signal de respeito, el-Rei lh'o não consentiu.

Já n'este tempo se retribuiam miseravelmente em Portugal os pequenos funccionarios que prestavam ao paiz serviços valiosos, e não seria difficil provar que outros funccionarios havia, cujos serviços não justificavam os grandes proventos que a nação lhes pagava.

E ousaram alguns historiadores, que viveram sempre protegidos dos calores orientaes sob o docel do throno real, invectivar, como traidor e desleal, o pobre servidor, a quem a tez se bronzeára nas guerras do oriente, e que por não achar galardão condigno em Portugal, fôra offerecer os seus serviços á Hespanha?!...

Barros e Fr. Luiz de Sousa dizem que Magalhães pedira meio cruzado por mez.

Damião de Goes, porem, diz que elle pedira a el-Rei 200 reis por mez e que el-Rei lhe concedera só 100 reis; não diz que elle tivesse pedido licença para sair de Portugal, nem que el-Rei recusasse a mão, que elle pretendia beijar.

Esta versão tambem em parte pode ser aceite, porque não sendo, com relação ao quantum do pedido, contraria ás de Barros e Sousa, de alguma maneira explica a versão de Gaspar Corrêa e de outros, que dizem ter sido de um tostão por mez o despacho que el-Rei lhe negára.[1]

Fernão de Magalhães partiu logo para Sevilha, e fazendo saber aos regedores que as terras de Maluco, pela demarcação feita entre os monarchas de Portugal e Hespanha, pertenciam a este ultimo paiz, elles lhe retorquiram que

d'isso estava o imperador inteirado, mas que não podia mandar os seus capitães áquellas terras, por não ter mar na demarcação hespanhola por onde as embarcações podessem ir.

Dae-me navios e gente, replicou Magalhães, que eu mostrarei á Hespanha os mares por onde se pode lá ir!

Sendo informado d'isto o imperador mandou dar a Magalhães tudo o que elle pedisse, e em setembro de 1519 saía Magalhães de S. Lucar, com cinco navios tripolados por portuguezes e hespanhoes em numero pouco inferior a 300. Os navios eram: Trinidad capitania, Santo Antonio, Concepcion, Victoria e S. Thiago.

Os capitães e pilotos d'estas naus eram quasi todos portuguezes, assim como a maior parte dos marinheiros.

Magalhães fez aguada nas Canarias, atravessou para o Brazil, tocou em o Rio de Janeiro, explorou o Rio da Prata até onde lhe pareceu que poderia dar passagem para o outro mar, foi ainda sondar a bahia de S. Mathias, e fundeou por fim no rio de S. Julião.

Quando alli chegaram já os capitães de duas naus e alguns tripolantes andavam descontentes, desejando mais voltar á Hespanha do que continuar uma viagem, que começava a tornar-se demasiado trabalhosa; e, em uma manhã, a Concepcion, a Victoria e a Santo Antonio manifestaram-se em completa rebellião.

Magalhães fez sorprender e matar, na propria embarcação, o capitão Luiz de Mendonça, que era um dos amotinados, prendeu os outros tripolantes mais criminosos, mandou esquartejar, com pregão de traidor, Gaspar de Quesada, e deixou desterrados na Patagonia João de Cartagena e o capellão de uma das naus, promet-

tendo-lhes o perdão, se, correndo pela terra dentro, lhe trouxessem noticia do outro mar.

Magalhães havia perdido a nau S. Thiago, que encalhára, seguiu pois com as quatro que lhe ficaram até ao cabo das Virgens, embocou o estreito, e, ordenando a Alvaro de Mesquita que entrasse por um esteiro com a sua embarcação, em demanda da outra saída, este não appareceu mais, porque a tripolação se insurreccionou, e voltou para Hespanha.

O capitão-mór tomou então conselho por escripto com os outros capitães que lhe restavam, e ainda que nem todos foram favoraveis ao proseguimento da viagem, Magalhães continuou a navegar pelo estreito, indo sair ao outro lado em novembro de 1520. E' este o estreito que em honra do seu descobridor se ficou chamando estreito de Magalhães. Entrando a esquadrilha no mar Pacifico, navegou por espaço de algum tempo sem encontrar terra, até que descobriram uma ilha, para a qual se dirigiram e que depois se denominou de S. Paulo.

Seguindo sua viagem, foram descobrindo outras ilhas e, penetrando no archipelago das Filippinas, surgiram na ilha de Zebu.

O rei de Zebu não só recebeu muito bem os hespanhoes, mas até se fez christão por seu conselho.

Achavam-se, pois, as trez embarcações hespanholas em Zebu, quando correu a noticia que os da ilha de Mentan se levantavam contra os europeus. Magalhães foi com uns cincoenta a sessenta homens á mencionada ilha, mas o rei juntou alguns milhares de gentios e com elles fez frente aos poucos europeus que lhe saltearam a terra.

Depois d'algumas investidas, dadas com pouca fortuna, achavam-se os castelhanos já desanimados, emquanto que o gentio crescia, crescia sempre, e a tão subido numero chegou, que os europeus tive-

ram de retroceder, deixando mortos na praia Fernão de Magalhães e oito dos que com elle se achavam; tendo, os que escaparam a este desastre, de metter-se á agua para tomarem os bateis e seguirem para bordo das naus.

Tratavam os hespanhoes de abandonar aquellas ilhas, quando o rei de Zebu mandou convidar os capitães, pilotos e mais pessoas de importancia da esquadrilha, para assistirem a um banquete, onde devia fazer-se a entrega dos presentes para o rei de Hespanha.

Taes traças havia armado o rei de Mentan com o seu collega de Zebu, que este, disposto a acabar com os hespanhoes, julgando poder ficar-lhes com os navios, simulou uns festejos onde attrahio os castelhanos e os fez assassinar.

João de Carvalho, piloto portuguez, que havia ficado a bordo, tendo aceitado a capitania-mór da esquadrilha, mandou queimar a Concepcion por falta de gente, e seguiu com a Victoria e com a Trinidad para as Molucas.

Em Borneu foi a capitania da Victoria conferida a Sebastião del Cano, e a da Trinidad a Espinosa, sendo João de Carvalho destituido da capitania geral.

Em Ternate encontraram um portuguez, João de Lourosa, que lhes deu muitas informações dos perigos que corriam n'aquella navegação, offerecendo-se-lhes para os conduzir á Hespanha; e sendo embarcado na nau Victoria seguiu esta até ás ilhas de Bandá, d'onde partiram para o Cabo da Boa Esperança, ficando a Trinidad em Timore por não estar em estado de seguir.

A nau Victoria foi a unica que voltou á Europa, entrando em S. Lucar em 1521.

Em toda esta longa viagem, só na

pequena distancia que medeia entre Borneu e Ternate parece não ter sido a navegação dirigida por portuguezes; mas como estes já alli se achavam quando as naus castelhanas chegaram á Oceania, podemos dizer sem receio de contradição que no periodo de 1519 a 1521 tinham os capitães portuguezes completado o giro á roda do globo, em navios portuguezes e hespanhoes.

Os companheiros de Magalhães foram os primeiros europeus que, depois dos portuguezes, entraram na Oceania.

Seguimos com todo o cuidado a narração que Barros fez d'este commettimento, tendo em attenção o que nos diz Gaspar Corrêa, Herrera e Pigafetta, por sabermos que João de Barros tivera na sua mão a relação d'esta viagem, feita a bordo por André de S. Martin.[2]

O Governador da India, Diogo Lopes de Sequeira, depois de ter mandado construir uma fortaleza em Coulão, partiu para o mar Vermelho com uma armada de quarenta e duas velas, e foi pôr em Arkico o embaixador Matheus, para d'alli seguir viagem por terra até á corte do imperador da Abyssinia.

Com o embaixador abyssinio foram, alem de outros portuguezes, o embaixador D. Rodrigo de Lima e o padre Francisco Alvares, que depois escreveu a Verdadeira informação das terras do Preste João, obra que teremos de citar quando tratarmos dos descobrimentos das fontes do Nilo.

Por esta occasião partiu tambem para a China o embaixador Thomé Pires, encarregado d'uma missão especial.

Em 1520 fez Jorge d'Albuquerque erigir em Pacem uma fortaleza; e Jorge de Brito e Antonio de Brito foram mandados

ás ilhas Molucas e de Bandá para alli levantarem fortalezas; mas Jorge de Brito desembarcou em Pedir e foi morrer n'um combate que teve com os achens.

Como el-Rei D. Manuel muito porfiava em mandar construir fortaleza em Diu, o Governador fez apprestar em 1521 uma armada de quarenta e tantos navios e com elles se dirigiu áquella ilha; mas, encontrando a barra embaraçada com cadeias e barcos, desconfiou das intenções do capitão de Diu, e, sem desembarcar, mandou pedir-lhe da parte d'el-Rei de Portugal, permissão para construir alli uma casa forte para alojamento da feitoria portugueza.

Melique-Az respondeu que só o rei de Cambaya, seu senhor, poderia conceder a licença para aquella construcção; que elle não tinha poder para consentil-a; mas que o rei não teria duvida em permittir que fizessem a feitoria, se lh'o pedissem.

Sequeira mandou então um embaixador a Cambaya, afim de solicitar do rei autorisação para construir a fortaleza, e dispondo-se para entretanto ir a Ormuz, deu ordem ao feitor que tivesse tudo prestes para se partir com elle, quando voltasse, se a resposta do rei de Cambaya não fosse favoravel; e, deixando alli algumas embarcações, commandadas por Diogo Fernandes de Beja, levantou ferro e velejou em direcção do golfo Persico.

Diogo Fernandes de Beja teve denuncia de que o capitão de Diu premeditava prender o feitor e todos os portuguezes que alli se achavam; por isso, fez embarcar uma noute todo o pessoal da feitoria e poz-se ao largo.

Melique-Az, a quem um tal expediente acabava de annullar os meios de pôr em pratica os seus nefandos projectos, mandou muitas mensagens a Dio-

go Fernandes de Beja, instando-o para que voltasse a Diu, e mandou-lhe dizer que, não tendo ainda vindo resposta de Cambaya, não tinham os portuguezes razão para retirarem a feitoria que haviam estabelecido em Diu; mas Diogo Fernandes de Beja insistiu em ficar onde estava até que viesse resposta de Cambaya.

Desesperado Melique-Az de poder conseguir que os portuguezes voltassem a Diu, mandou atacar as embarcações de Diogo Fernandes de Beja por 60 fustas, muito bem artilhadas; mas o capitão portuguez conseguiu desbaratal-as, velejando depois para Ormuz.

O Governador fazia entretanto render Baharem á obediencia do rei d'Ormuz, exigindo por este serviço o pagamento das páreas em divida, para o que se tornava necessario tomar posse da alfandega e receber, durante um anno, os seus rendimentos.

Declarada, como tinha ficado, a guerra com Cambaya, pareceu conveniente ao Governador mandar levantar fortaleza em Chaul, afim de que os portuguezes podessem acolher-se n'ella e repellir as correrias, que já esperavam lhes fizesse o capitão de Diu.

As fustas de Melique-Az appareceram com effeito em Chaul; mas pouco estorvaram as obras da fortaleza, porque a esquadra portugueza de guarda-costa as varreu de Chaul.

Em Ormuz rebentou então uma guerra de exterminio contra todos os portuguezes. O morticinio principiou em uma noute, previamente destinada para a matança, por volta das 12 horas e durou até pela manhã: todos os portuguezes que moravam na cidade e que não poderam acolher-se á fortaleza foram

assassinados.

De manhã seguiu-se o ataque á fortaleza; mas ahi pagaram os mouros caro o sangue que haviam feito derramar, e tão avessa lhes saiu a sorte que, apoz muitos dias d'assedio, em que lhes não valeu nem a astucia nem a superioridade numerica, commeteram uma ultima investida, na qual, graças á tenacidade dos defensores, perderam os mouros toda a esperança de entrar a fortaleza, abandonando a cidade aos portuguezes para não serem por elles expulsos mais desastrosamente; indo com o seu rei estabelecer-se na ilha de Quixome.

---

(1) Damião de Goes: Chron. d'el-Rei D. Manuel, Parte III, Cap. XXXVII.
Barros: Dec. III, Liv. V, Cap. VIII.
Fr. Luiz de Sousa: Parte I, Liv. I, Cap. X.
Gaspar Corrêa: Lendas da India, Tom. II, Parte II, Cap. XIII.

(2) Barros: D. III, Liv. V, Cap VII, VIII, X.
Gaspar Corrêa: Lendas da India, Tom. II, Parte II, Cap. VIII a XIII.
A. Pigafetta: Primo Viaggio in-torno al globo terraqueo.
Herrera: Historia general de los hechos de los Castellanos &c. D. III, Liv. I, Cap. III a X, e Liv. IIII, Cap. I.

Capitulo V

Governo de Duarte de Menezes — 1521 a 1524.

Na China tinha o embaixador Thomé Pires sido preso por ordem do imperador, sendo as embarcações portuguezas, que se achavam commerciando na ilha de Veniaga, tomadas, saqueadas e mortos os seus tripolantes.

A guerra no Oriente ia-se tornando geral, e tudo parecia conspirar contra o poderio e autoridade dos portuguezes n'aquellas paragens; mas ainda assim, se o desejo de fazer fortuna por todos os meios não principiasse a contaminar a maior parte dos portuguezes que alli se achavam,[1] a decadencia do dominio portuguez na India não teria ainda fixado n'esta época o seu começo, porque n'esse mesmo tempo voltava o rei de Ormuz a occupar de novo a sua cidade, por effeito da concessão dos portuguezes; em Ternate construiam estes uma fortaleza, e na costa do Coromandel fundavam, sobre a sepultura de S. Thomé, uma egre-

ja e junto d'ella uma povoação de chris-tãos, que depois se denominou cidade de S. Thomé.

Calecut tambem se havia armado contra os portuguezes, os quaes tiveram de encerrar-se na fortaleza; mas como esta entestava por uma das faces com o mar, recebiam por alli os sitiados frequentes, ainda que pequenos, soccorros dos capitães das fortalezas vizinhas, resistindo assim até á chegada das naus do reino.

Em 1522 saiu de Malaca o segundo embaixador para a China, Martim Affonso de Mello, o qual foi recebido n'aquelle paiz com eguaes affrontas ás que os chins haviam feito ao seu antecessor, tomando-lhe parte das embarcações e obrigando as restantes a retirarem desbaratadas para Malaca.

Em Pacem soffriam os portuguezes apertado cerco, que terminou pela perda da fortaleza.

Malaca tambem se achava cercada pelas forças do rei de Bintão; mas os portuguezes, ainda que extenuados pela fome e pela sede, triumpharam das armas de Bintao, fazendo levantar o cerco e arrojando para longe aquelles inimigos.

---

(1) Fr. João de Sousa: Documentos arabicos para a historia portugueza, Cartas 14, 31, 34, 38, 48, 49, 50 e 51.

Capitulo VI

Segundo Vice-reinado da India —Vice-rei o Almirante D. Vasco da Gama—Descobrimento provavel da Australia—1524.

Quando os povos da costa occidental da India se achavam em uma conflagração que podia tornar-se geral, aportou a Gôa o almirante D. Vasco da Gama, provido no vice-reinado d'aquellas possessões, com poderes discricionarios; levando em sua companhia, para exercerem cargos honrosos, seus dois filhos, D. Estevam e D. Paulo da Gama.

Proveu o vice-rei algumas capitanias e empregos como vinha determinado do reino; e, a par de uma certa ostentação de autoridade, fez reprimir muitos dos abusos de que se achava eivada a administração da fazenda e da justiça na India.

D. Vasco da Gama podia ainda tornar respeitado na India o nome portuguez; mas este grande homem, de quem tanto se esperava, finou-se trez mezes e vinte dias depois de ter inaugurado o seu vice-reinado, e o pouco, que n'este cur-

to espaço de tempo poude fazer, foi logo destruido pelas ambições de seus successores.

Entretanto chegava a fortaleza de Calecut aos ultimos apuros; as machinas e artificios inventados por um veneziano, que o Soldão havia mandado ao Samorim, punham todos os dias esta fortaleza em risco de perder-se, e os portuguezes n'ella encerrados eram já tão poucos, que mal podiam tentar uma sortida.

Eram estas as precarias circumstancias, em que se achavam os sitiados, quando viram surgir no porto de Calecut mais de cem velas portuguezas, das esquadras do reino e da India.

Passados dois dias, durante os quaes os recem-chegados se concertaram, para o ataque que iam emprehender, sairam em terra e, em ordem de batalha, investiram as trincheiras inimigas, tão de rijo, que lançaram os seus defensores nas cavas, que estes mesmos tinham aberto para embaraçarem a passagem aos portuguezes.

Vendo o Samorim quasi perdidos todos os seus esforços, acudiu á refrega com os nayres, e tantos eram elles que de novo se cobriu o campo de inimigos. Indecisa esteve então a victoria, porque os nayres constituiam uma especie de ordem de cavallaria indiana, para a qual se requeria o juramento de se baterem até morrer, pelo feito em que se empenhassem.

Formavam a vanguarda portugueza uns setenta bravos que, depois de um momento de hesitação, a mão tente e ainda meio envolvidos pelas hostes inimigas, principiaram a abrir campo entre os nayres.

Vendo o Samorim, que o desanimo

entrava os seus amoucos, envolveu-se na peleja para os exaltar; mas, um pelouro que n'esta occasião partiu da fortaleza, passou sibilando por sobre a cabeça do rei indiano, e tal destroço fez nos nayres, que o Samorim vendo-se repentinamente desamparado e com as vestes tintas de sangue, julgou achar-se ferido e tratou logo de fugir, aproveitando a confusão, que em breve se tornou geral.

O Governador poz então a bom recato todo o material e pessoal da fortaleza e fel-a voar, depois de ter obrigado o Samorim a aceitar as condições de paz que lhe impoz.

O capitão de Ternate mandou, em 1525, o piloto Gomes Sequeira em uma fusta com 25 portuguezes, a commerciar com os Celebes. Aquelles navegantes foram ao principio bem recebidos pelos naturaes; porem, temendo elles que os portuguezes voltassem alli para se assenhorearem da terra, tentaram de noute encalhar a fusta e matar os tripolantes; mas os portuguezes pressentiram-nos e mesmo de noute se fizeram ao largo. A fusta escorreu então por entre muitas ilhas, impellida por um grande temporal, que a arrojou a mais de 300 legoas para o nascente, onde os portuguezes encontraram uma formosa ilha, cuja população benignamente os recebeu. Depois de 4 mezes de demora n'aquella terra, voltaram a Ternate deixando á ilha que haviam descoberto o nome de Gomes Sequeira.

Não são tão explicitos os historiadores, que tratam d'este descobrimento, quanto conviria que o fossem, para nos fazerem conhecer a terra onde Gomes Sequeira fôra parar. Nós mal poderemos fazer accreditar a opinião que for-

mãmos sobre a situação geographica da referida ilha, se não relatarmos os raciocinios que a escassa luz dos nossos historiadores, n'esta parte, nos permittiu fazer.

Gaspar Corrêa, Castanheda, Andrade e Fr. Luiz de Sousa[1] dizem-nos que a ilha era muito fresca, muito arborisada, e que os seus habitantes, mais brancos que pretos, vestiam tunicas da cintura para baixo, e eram muito mansos e tratáveis, acrescentando a estas noticias a vaga informação de ter Gomes Sequeira corrido, com o temporal, obra de 300 legoas para o nascente.

Ora desconhecendo nós o ponto onde Sequeira começou a desgarrar, não podemos atinar com a terra que elle encontrou n'aquella distancia para o lado do nascente, pois que tanto podia ser a Papuasia como a Nova Guiné ou alguma das ilhas Carolinas.

Não se podendo, pois, designar a terra em questão pela distancia e direcção indicadas, tratámos de comparar os predicados de côr, trajo e caracter dos habitantes d'aquella ilha, com os que Malte-Brun, Dampier e Busson attribuem aos habitantes da Nova Guiné, Papuasia e Australia;[2] e d'esta comparação resultou para nós o convencimento de que nenhuma d'estas terras foi a descoberta por Sequeira.

Resta agora investigar se a terra descoberta seria alguma das Carolinas, visto não estarem as primeiras d'estas ilhas fóra da direcção e distancia indicadas.

Barros já nos havia fallado do descobrimento effeituado por Gomes Sequeira, na sua decada III[3], e na decada IV[4] diz-nos, como se fallasse de outro descobrimento succedido um anno mais tar-

de, que D. Jorge mandára Gomes Sequeira buscar mantimentos ao Mindanau, e que desgarrando o navio, fôra parar a umas ilhas que jaziam a 9 ou 10 graus da banda do norte. Diogo do Couto diz-nos o mesmo[5]; e tanto estes historiadores como Herrera[6], fallando do navegante Saavedra, que fôra aportar em 1528 a uma das ilhas Carolinas, nos dizem que elle encontrára nos habitantes d'aquella ilha circumstancias de trato, côr e trajo que combinam com as que Castanheda, Andrade, Corrêa e Sousa nos disseram ter alli observado o descobridor portuguez; que a terra era muito fresca e que tinha grandes arvoredos, o que fez com que Saavedra a designasse com o nome de Beljardim. Malte-Brun, nas informações que nos dá dos povos das Carolinas mais occidentaes, não contraria a possibilidade de ter sido uma d'estas ilhas a descoberta; e, quanto á confusão que parece resultar da comparação das relações das duas decadas de Barros III e IIII, não deve embaraçar-nos porque; mesmo no caso pouco provavel de Gomes Sequeira ter feito duas viagens; ou o descobrimento de que Barros se occupa na III decada é o mesmo que se acha mencionado na IIII, ou se effeituou em alguma outra ilha do mesmo archipelago, como nos levam a crêr as circumstancias de distancia e latitude alli indicadas.

Julgamos, portanto, em presença de taes subsidios, que o descobrimento das ilhas Carolinas foi effeituado por Gomes Sequeira em 1525; isto é, trez annos antes de alli aportar o navegador hespanhol Saavedra.

Descobrimento da Australia effeituado pelos portuguezes,

provavelmente no começo do seculo XVI.

O descobrimento da Australia não se acha precisamente indicado pelos historiadores coevos portuguezes; saltam em geral nas chronicas noticias sufficientemente desenvolvidas dos descobrimentos feitos no oceano Indico-Austral; o que sabemos ser devido, principalmente, a uma especie de precaução authorisada pelos nossos monarchas, para evitar as tentativas de descobrimentos e usurpações emprehendidas por individuos de outras nações, visto não poderem os portuguezes julgar-se bastante garantidos, só pelas bullas pontificias, na posse das terras que descobriam.

A este respeito diz o snr. Major, com muita razão, o seguinte:....."Que esta lacuna é devida principalmente a ciumes e a apprehensões de que terras de grande extensão e importancia nos mares austraes viessem a cair nas mãos de potencias emulas com destituição de Portugal e em prejuizo seu, pode-se não só suspeitar, senão ainda affirmar com testemunho historico."

"Escreve Humboldt (Histoire de la Géographie du Nouveau Continent, tomo III, paginas 70), auctorisando-se nas cartas de Angelo Grevigiano, secretario de Domenico Pisani, embaixador de Veneza em Hespanha, que os reis de Portugal prohibiam com pena de morte que saisse para fóra do reino carta hydrographica, que mostrasse o rumo de Calecut. Tambem achâmos em Ramusio (Discorso sopra il libro di Odoardo Barbosa, e no Sommario delle Indie Orientali, tom. 1, pag. 287 b), subentendida prohibição similhante. Diz elle que estes dois livros "estiveram guardados por muitos annos, sem licença de

se publicarem, por certas razões de conveniencia, que não devo agora particularisar?»—Tambem falla da grande difficuldade que teve em obter de Lisboa uma copia d'elles, e essa mesma imperfeita.—«Tanto possono»,—diz elle,—«gli interessi del principe».—Alem d'isto, no tomo III da mesma collecção, no passo que já tive occasião de citar, do—«Discorso d'un gran Capitano del Mare Francese del luogo di Dieppa»,—etc., que hoje se sabe ser a viagem de Jean Parmentier a Sumatra em 1529, e muito provavelmente escripta por Pierre Crignon, ha invectivas contra a cobiça e egoismo dos portuguezes.—«Parece»,—diz elle,—«que beberam o pó do coração do rei Alexandre, pois igualmente se afigura que julgam haver Deus feito o mar e a terra só para elles, e que se podessem ter fechado o mar desde o cabo Finisterre até á Islandia, de ha muito o teriam feito»—, etc.»

E' certo, sem comtudo ser para admirar, que os reis de Portugal prohibissem a publicação de noticias, roteiros, cartas maritimas ou quaesquer outros esclarecimentos, que podessem guiar os estrangeiros ás terras então recentemente descobertas; as quaes por não terem podido ser desde logo occupadas ficavam em risco de se perderem.

As outras nações, quando mais tarde vieram entrar na senda dos descobrimentos, não fizeram menos segredo dos seus achados.

Pois Portugal corria então tanto risco de perder as terras que descobria, quanto é certo que presentemente, em paz com todas as nações da Europa, os portuguezes não se podem julgar mais bem seguros contra as ambiciosas tentativas de usurpação nos seus dominios.

Sabe-se por alguns escriptos[7], que a nau hollandeza do almirante Cornelios, foi em 1606 arrastada, pelas correntes do Oceano Indico-Austral, a uma terra desconhecida, onde os hollandezes foram bem recebidos por individuos brancos, similhantes aos portuguezes, mal vestidos, usando azagaias, arcos e flechas, e empregando um grande numero de palavras portuguezas; tendo alem d'isto em seu poder muita artilheria de bronze com as armas portuguezas. Estes homens, diz o snr. Hamy, eram provavelmente descendentes dos portuguezes da nau de Francisco d'Albuquerque, que em 1503 se perdera sem se saber aonde; assim como muitas outras naus de que não houve mais noticia.

Antonio d'Abreu e Francisco Serrão tambem exploraram em 1511 todo o archipelago das ilhas da Sonda, e não é natural que estes descobrimentos terminassem aqui; principalmente sendo tao facil, como era aos que navegavam pelos canaes d'entre aquellas ilhas, o serem arrojados a paragens longiquas como succedeu a Francisco d'Albuquerque, Gomes Sequeira[8], Antonio d'Abreu[9], D. Jorge de Menezes[10], Martim Affonso de Mello[11] e outros.

O primeiro dos escriptores estrangeiros que nos dá mais desenvolvido conhecimento d'este facto é Malte-Brun que, no seu Précis de la Géographie diz o sufficiente para termos o descobrimento da Australia como realisado pelos portuguezes.

Este geographo menciona dois documentos que encontrou no museu britannico, dizendo-nos que n'um d'elles, que é o mappamundi de Mercator, escripto em francez, se vê uma grande ilha, cuja posição corresponde exactamente á da Australia; tendo porem a denominação de Grande

Java.

N'esta ilha, veem-se, entre outros, os seguintes nomes que designam pontos da costa. C. de Fremoso, e Coste de Gracal.

Malte-Brun diz que estes nomes lhe pareceram portuguezes e que o mappa é traduzido d'este idioma, o que julgou assaz provado pela confrontação que d'elle fez com a carta de um atlas, tambem existente no museu britannico, intitulado Hydrographie de John Rotz, de 1542, cujo exame lhe certificou a supposição em que estava, de ser a carta do atlas o original do mappa de Mercator, pois que n'ella encontrou muitos nomes portuguezes que n'este mappa se acham traduzidos em francez.

A conclusão inevitavel de todas estas provas, segundo a opinião de Malte-Brun, é que os portuguezes devem ter visitado as partes septentrionaes da Australia cerca de um seculo antes dos hollandezes; sendo até provavel que tivessem descoberto a costa oriental antes da viagem do capitão Cook, asserção que, segundo Malte-Brun, não poderá deixar de ser admittida por todos aquelles que se lembrarem de que a terra de Papuas e a Nova Guiné, que é separada da Australia pelo estreito de Torres, foram descobertas por D. Jorge de Menezes em 1526.[12]

Fr. Francisco de S. Luiz era d'esta opinião e o snr. Major tambem, antes de publicar um opusculo intitulado, Further facts for the history of the discovery of Australia.

O snr. Major, antes de fazer a referida publicação, expressava-se a tal respeito pela forma seguinte:

"Mas tudo isto, ainda que importante, e que está bem longe de ser impertinente ao nosso assumpto, é propriamente uma digressão, que nos tem afastado do ponto

mais interessante da historia, que nos relatam os inapreciaveis mappas manuscriptos do começo do XVI seculo. Apresenta-se esse ponto historico traçado por fórma identica em sete mappas, cinco em Inglaterra e dois em França. N'esses mappas, logo abaixo de Java, e separada d'aquella ilha só por um canal, está desenhada uma grande terra, que se prolonga para o sul em direcção á margem dos diversos mappas. O primeiro d'estes mappas, em que se fixou uma data, vem em duplicado em um atlas, feito em 1542 por um francez, chamado Jean Rotz ou Roty, que veiu a Inglaterra, e dedicou a sua obra a Henrique VIII. O outro, provavelmente mais antigo, mas sem data, é anonymo, mas como traz as armas do Delfim parece ter sido feito no tempo de Francisco I para o Delfim seu filho, que depois veiu a ser Henrique II. Tanto este mappa como o atlas de Rotz estão no museu britannico. Como os outros mappas expõem todos os mesmos factos, ou narram o mesmo successo, é escusado que eu continue a remetter-me a elles."

"Os dois mappas escolhidos bastarão para com o seu auxilio examinarmos qual é a grande terra, que assim vem desenhada ao sul de Java, quem foram os descobridores d'ella, e qual o tempo, approximadamente, do descobrimento. No mappa do Delfim chama-se a esta grande terra Jave la Grande, no de Rotz A Londe de Java, e distingue-se da ilha mais pequena de Java por se chamar a esta A lytil Java."

1 "A primeira pergunta, que naturalmente occorre é. qual a correspondencia d'esta grande terra com os nossos mappas actuaes da Australia, pelo que respeita á latitude, longitude e contorno?"

"E primeiro pelo que toca á latitu-

de. Em todos estes mappas a latitude norte de Java, que é o primeiro ponto certo de partida, está exacta. A costa ao sul da Ilha Java, ainda que separada da Ilha de Java, por um canal, não tem nomes, que denotem a mais leve apparencia de plano geographico."

"Os mappas mostram claramente que se ignorava, se as duas terras eram ou não unidas. Felizmente o mappa de Rotz é excepção aos mais, considerado debaixo de um aspecto importante. Emquanto os outros mappas ligam esta grande terra a um vasto continente, que occupa toda a parte meridional do globo, incluindo, e para assim dizer, emanando da Tierra del Fuego, de cujo descobridor lhe vem o nome de Magalanica; o mappa de Rotz mostra os graus de latitude, em que se suppunha cessar tanto a costa occidental como a oriental, e pela sua exactidão, testifica uma somma de explorações anteriores, que facilmente reportam o descobrimento primitivo a um periodo de tempo muito mais antigo que o anno de 1542, data d'este mesmo mappa. Para a banda de oeste a linha da costa cessa completamente a 35°, verdadeiro extremo sudoeste da Australia. Na costa oriental, que era a que ficava mais distante para a investigação dos portuguezes, ha maior inexactidão, pois a linha termina no sexagesimo grau, parallelo, que excede muito para sul a ponta, ainda a mais austral, de Tasmania, que jaz a 43° 35'. Mas ha fortes razões para crer que o lado oriental de Tasmania estava comprehendido n'esta linha. Quanto á longitude, póde dizer-se, que não havendo outra terra, senão a da Australia, jacente nos mesmos parallelos, e da mesma extensão, entre a costa oriental de Africa e a costa occidental da America, vem por

conſeguinte a Auſtralia a ſicar effectivamente entre os meſmos meridianos, como ſica o grande volume de territorio aqui traçado.'

"Ha tambem conformidade em muitos pontos do contorno. Pelo que respeita á coſta occidental, baſta apenas um lanço de olhos para deſcriminar a ſimilhança geral. Do lado oriental, como era de eſperar, as divergencias ſão muito maiores; mas nada ha tão digno de nota como o grande numero de ilhas e recifes, deſenhados ao longo da coſta de nordeſte, por coincidirem com os Great Barrier Reefs, e com as ilhas de Cumberland e de Northumberland, aſſim como com uma multidão de outras, que guarnecem eſta parte do litoral da Auſtralia.'

'2 Sendo, portanto, indubitavel que aquelle extenſo territorio, do modo porque está traçado, é a Auſtralia, continuaremos examinando quem ſoram ſeus deſcobridores. Todos eſtes mappas ſão francezes; e que todos procedem da meſma origem com pequenas variantes está demonſtrado pelo facto de ſerem as inexactidões identicas em todos elles. Mas poſto que os mappas ſejam em francez, ha veſtigios e ſignaes de portuguez em alguns dos nomes, taes como, Terre ennegade, dicção gallega de Tierra Anegada, iſto é, terra debaixo de agua ou baixo ſubmergido, Graçal e Cabo de Fromoſe. Lembra então perguntar: ſoram francezes ou portuguezes os deſcobridores? Vou reſponder."

"In limine, heide recordar ao leitor, que no anno de 1529 Jean Parmentier de Dieppe ſez uma viagem a Sumatra, e morreu n'eſſa viagem. Parmentier era poeta e verſado nos claſſicos, bem como navegador, e bom hydrographo. Foi com elle n'eſta viagem o ſeu intimo amigo,

o poeta Pierre Crignon, que, de volta a França, publicou em 1531 as poesias de Parmentier, com um prologo, que contém o seu elogio, e no qual diz que elle era semblablement le premier françois qui a descouvert les Indes jusqu'à l'Isle de Taprobane, et, si mort ne l'eust pas prévenu, je crois qu'il eust été jusques aux Moluques. Este periodo é de grande peso e auctoridade, na questão presente, vindo, como vem, de um homem de instrucção, companheiro de viagem, e intimo de Parmentier. Infere-se d'elle que os francezes não estiveram nos mares do sul para alem de Sumatra, antes de 1529. A data do mais antigo dos mappas que citámos, não é anterior a 1535, pois contém o descobrimento do rio de S. Lourenço por Jacques Cartier n'aquelle anno; mas supponhamos até que essa data não é anterior ao mappa de Rotz, datado de 1542, ainda assim não encontrámos viagens dos francezes nos mares do sul entre os annos que decorrem de 1529 a 1542. Nem o padre Raynal, nem nenhum outro escriptor francez moderno, nem ainda os antiquarios, que mais têem profundado a historia das primeiras explorações francezas, como é M. Léon Guérin, auctor da <u>Histoire maritime de France</u>, Paris, 1843, 8°, e da obra <u>Les Navigateurs Français</u>, 8°, Paris, 1847, pretendem, se quer levissimamente, que os francezes fizessem viagens áquellas paragens ou na primeira parte ou no meiado do XVI seculo. E com effeito a França estava n'esse tempo tão pobre e tão envolvida em angustiosas dissensões politicas, que não podia occupar-se de extensas explorações nauticas. Se d'ellas se occupasse, toda a America do norte e o Brazil podiam hoje pertencer-lhe. Ora sabemos por Barros e Galvão que pelos fins de 1511, Albuquerque mandára de Malaca Antonio de A-

breu e Francisco Serrão com tres navios a Banda e ás Molucas, os quaes foram pelo lado de leste de Sumatra a Java, e d'ahi por Madura, Bali, Sumbava, Solor, etc., a Papua ou Nova Guiné. D'ali passaram ás Molucas, e a Amboyna. Veja-se Barros, década 3.ª, livro 5.º, capitulo 6.º, pagina 131, e Antonio Galvão, traduzido por Hakluyt, pagina 378. D'estas ilhas temos algumas que estão encorporadas na parte norte da Grande Java; mas o que de todo falta, no intervallo de 1511 a 1529, é a noticia das diversas pesquizas e explorações dos portuguezes na costa oriental e occidental do vasto territorio descripto debaixo d'aquelle nome".....

.....

"Ao mesmo tempo sabemos que os portuguezes, já antes de 1529, tinham estabelecimentos nas ilhas das Indias orientaes. O encontrarem-se nomes portuguezes, designando os paizes de que sallâmos em razão do modo como os mesmos paizes estão marcados n'estes mappas francezes, é na essencia um attestado de que foram os portuguezes, que os descobriram, pois de certo o ciume que transluz no periodo do prologo de Pierre Crignon, ha pouco citado, persuadiria os francezes não só a serem muito mais promptos em se arrogarem direito a tudo quanto podessem a titulo de descobrimento, mas, tambem, a evitarem qualquer inserção infundada de nomes portuguezes para designarem paizes tão remotos, se elles (os francezes) tivessem descoberto esses paizes."

"Mas ainda que não tenhamos meio de provar que os francezes fizeram descobrimentos originaes nos mares do sul na primeira metade do XVI seculo, possuimos documento de que foram bons hydrographos. Crignon cita Parmentier como bon cosmographe et géographe, e diz, par luy

ont esté composez plusieurs mape-mondes en globe et en plat, et maintes cartes marines sur les quelles plusieurs ont navigué seurement. É' perigoso tirar conclusões de negativas; mas é tão justo como conveniente dar o devido peso a testemunhos de alta probabilidade, quando chegâmos a ter conhecimento d'elles. Se todos os mappas francezes, que havemos apontado, são provenientes, como fizemos vêr, de uma só fonte, visto conterem todos os mesmos erros; se Parmentier, que era bom hydrographo, foi o unico navegador francez que vemos mencionado por ter ido até Sumatra antes da data do mais antigo d'estes mappas; e ainda mais, se estes mappas mostram os nomes portuguezes marcados em um paiz para lá do sitio mais distante a que chegou a exploração de Parmentier, parece-nos não ser desarrazoado inferir que é possivel ter Parmentier tirado de mappas portuguezes as informações, que se têem copiado para os mappas que citámos, e que os dizeres ou letreiros postos n'esses mappas em torno da costa, que são todos (como se pode bem vêr) á excepção dos que têem o cunho portuguez, convertiveis em francez, foram naturalmente escriptos por cartographos francezes, n'essa lingua. Não podemos fazer mais que emittir esta opinião ou conjectura por quantum valeat. Faltam-nos todas as provas positivas, apesar de laboriosas pesquizas. Poucos são os nomes portuguezes, mas esses lá estão, para prestarem seu testemunho obstinado."

"Por conseguinte as nossas conjecturas levam-nos a ter como muito provavel, que a Australia foi descoberta pelos portuguezes entre os annos de 1511 e 1529, e a ter como certo (que pode demonstrar-se), que foi descoberta antes do anno de 1542."

Tudo isto é perfeitamente aceitavel, e nós, longe de todos os documentos que o snr. Major teve a fortuna de poder consultar, não poderiamos dizer tanto!

Mas o que estavamos bem longe de esperar, e nos deixou como que assombrado, foi a repentina mudança da opinião acima manifestada pelo mesmo illustre sabio, desde que se teve como certo não haver Heredia effeituado o supposto descobrimento em 1601. O snr. Major, nos seus Further Facts &c., esforça-se por nos desapossar da gloria, que elle mesmo nos havia conferido, combatendo todos os argumentos que antes empregára em prol do descobrimento portuguez da Australia, antes de 1542; como se a verificação d'este caso dependesse de que Heredia descobrisse mais tarde aquella mesma terra.

Ha porem factos que, comquanto se não achem provados até á evidencia, é forçoso aceital-os em vista das circumstancias lateraes que concorrem em seu favor, e da falta de provas evidentes que os condemnem.

O snr. Major faz, nos seus Further Facts &c., a relação dos antigos mappas manuscriptos, onde se encontra indicada a terra austral, dizendo que todos elles, e muito principalmente o de Jean Rotz de 1542, offerecem prova notavel de representarem descobrimentos na Australia, notando sobretudo, que o descobrimento da Nova Zelandia se acha n'este ultimo mappa claramente patenteado.

O illustre sabio inglez noticiando na mesma obra, já referida, a compra effeituada pelo Museu Britannico, de um pequeno mappa-mundi gravado em 1531, e denominado Nova et integra universi orbis descriptio, assignado por Orontius, diz que n'este mappa se encontram desenhados os dois hemispherios, na forma excentrica de

um coração; e que, no hemispherio austral se vê delineada a terra austral, que os mappas do XVI seculo representam cercando todo o polo austral, tendo, porem, a designação de 'Terra australis recentes inventa sed nondum plena cognita', assirmando que no mesmo mappa se acham mais duas indicações, muito significativas de effectivos descobrimentos, as quaes são a de um vasto golso, que faz lembrar o da Carpentaria e a presença de um nome especial designando aquelle paiz pelo nome "Regio Patalis".

O sm. Major é de opinião que se deve attribuir a tudo isto uma intenção, pois que, diz elle, terem muita semelhança aquellas indicações com a Australia; e, referindo-se aos antigos mappas manuscriptos, que indicam a Australia, diz que as legendas de todos elles são de tal sorte semelhantes, que mostram uma origem commum, e que são escriptas em um idioma parecido com o portuguez agallegado; como por exemplo, "Terre ennegade" por 'Terra anegada' (terra alagada), "Baie basse" por 'Bahia baja" (bahia baixa), 'Cap de Fremose" por 'Cabo Fermoso" (cabo Formoso); razão porque tinha julgado, havia 13 annos, ser muito possivel que o descobrimento da Australia tivesse sido portuguez, não só porque os portuguezes predominavam então n'aquelles mares, mas porque não era provavel que os francezes fossem pôr nomes portuguezes a um paiz, de que elles tivessem sido os descobridores. E, fazendo mais algumas considerações sobre a viagem de Parmentier, continua assim: 'Com taes factos como estes, offerecidos ao meu espirito, parece-me que mereço desculpa por ter advogado a muita probabilidade de que os portuguezes foram os descobridores da terra marcada n'estes mappas, e de que os mappas tinham sido copiados

por cartographos francezes de algum original portuguez, que por boa fortuna teriam obtido. E' certo que d'esta opinião participaram o capitão Mathew Flinders, Alexandre Dalrymple, hydrographo do almirantado e da companhia da India Oriental, e mr. Barbié du Bocage, que ultimamente escreveu uma memoria sobre o mappa de Talleyrand, que actualmente faz parte da collecção de sir Thomas Phillipps."

"Ainda ficava o facto inexoravel de que todos estes mappas Ms. eram francezes, e o novo apparecimento do descobrimento da Australia n'este mappa em gravura de Oronce Finé, tambem francez, fez-me reconsiderar mui seriamente na minha antiga conclusão. Comecei, pois, a dar mais importancia do que até então, ao facto de não estar apontada a mais leve indicação de Australia em um magnifico portulano portuguez existente no museu britannico, e feito por Diogo Homem, com a data de 1558, data bem remota para o caso de que se trata. Occorreu-me então que, <u>cæteris paribus</u>, era muito mais racional que nos mappas francezes as legendas fossem em francez do que em portuguez agallegado, e suscitou-se questão se era possivel serem francezas essas legendas, ainda mesmo que não fossem, como Chaucer diria, «Frenche de Paris». Com effeito algumas eram realmente em francez genuino, como, por exemplo, "Rivière de beaucoup d'isles"; "Coste dangereuse", n' aquella costa realmente perigosa de NE; "Coste des Herbaiges", etc. Tratei então de ver se não poderia provar-se que as suppostas legendas portuguezas pertenciam a alguns d'aquelles ramos da velha lingue romane que predominavam no Meio dia da França desde Gasconha até Provença. Resultou d'aqui descobrir que todas as que são decifraveis pertencem ao idioma

da Provença, merecendo duas menção mais especial. Em uma d'ellas, a saber, Coste de Gracal, temos uma palavra que ha em provençal, e quer dizer taça ou chicara, equivalente a "Graal" na celebre palavra "sangraal", mas para a qual, ainda que tivesse, e tenha, aos olhos de um espirito preoccupado, apparencia portugueza, não se encontra nenhum equivalente no diccionario portuguez(!) Em outra legenda, Baye de Gao, temos uma palavra que em provençal significa 'gallo,' e que a gente das Bocas do Rhodano applica a uma especie de carangueijo, o coq de mer, ou gallo do mar, assim chamado pelo feitio das garras. Dois dos mappas são dieppezes, e isto explica-se pela má grammatica de uma das legendas "Cab de Fremose", que no mappa provençal estaria de certo em verdadeiro provençal "Cap Fermoz"(?!), ou cabo formoso, devido naturalmente ao copista dieppez não saber o idioma do meio dia: Posso incidentemente declarar, não como argumento, mas apenas como facto significativo, que dois dos mappas Ms. juntamente com o mappa em gravura de Oronce Finé, natural do Dauphiné, têem as armas do delphim, assim como as do rei; e a contiguidade do Dauphiné á Provence faz-me suspeitar muito da probabilidade de terem sido primitivamente feitos por gente do Dauphiné. Em todo o caso, pelo que agora vos tenho exposto, parece-me que só resta a conclusão inevitavel de que a Australia foi descoberta por francezes, (!!!) e principalmente por homens da Provença, no anno de 1531 ou antes."

'Se alguem me perguntar como é que eu, que tenho tido presente ao espirito este assumpto da Australia ha quasi vinte annos, pude conservar-me em tal erro todo aquelle tempo, só posso dizer que,

pelas razões que vos expuz, estava na persuasão de que os descobridores eram portuguezes, e portanto nunca me passou pela idéa procural-os em outro paiz. Entretanto os proprios francezes, que foram inquestionavelmente os primeiros rivaes dos portuguezes nas explorações do mar do sul, nunca pretenderam para si o direito ao descobrimento da Australia, á excepção de um unico caso de viagem feita por um Binot Paulmier de Gonneville em 1503, direito que é, n'esse caso, absolutamente insustentavel, e que bons criticos francezes têem reconhecido referir-se a Madagascar, e mais tarde ao Brazil, mas de nenhum modo a Australia. De uma cousa estou bem convencido, é que o descuido em tal pretensão nunca proviria de falta de zêlo patriotico. Mas se vos disser que tres francezes distinctos, a saber, M. C. Coquebert Monbret em 1803, M. Fréderic Metz em 1805, e M. Barbié du Bucage em 1807, escreveram tres dissertações differentes sobre estes importantes mappas MS. não só sem terem a mais leve ideia de que os mesmos mappas representavam descobrimentos francezes, senão que até dois d'aquelles auctores reputaram portuguezas as legendas de que especialmente estou tratando, pelo que me toca, eu, como inglez, posso perfeitamente ter desculpa de não me haver occorrido a menor suspeita no assumpto sujeito. M. Fréderic Metz, comtudo, objecta, que se os portuguezes tivessem realmente visitado a Australia, deveriamos saber o nome do intrepido navegador e a data da viagem e visita. Do mesmo modo se me póde dizer, que se os francezes tivessem realmente feito o descobrimento, que se lhes attribue agora, deveriamos ter sabido o nome do navegador e a data da viagem e descoberta. Em resposta permitti-me que vos lembre, que n'esta mesma tarde tive

a honra de expor-vos, que só agora se encontrou na Belgica a confirmação documental d'aquelle primeiro descobrimento authentico feito em 1601 por Manuel Godinho de Eredia, confirmação ou documento cuja existencia os proprios portuguezes ignoravam completamente, até que eu tive a fortuna de o poder patentear ao mundo duzentos e sessenta annos depois. Agora só me resta esperar com paciencia, que possa algum dia encontrar-se similhante corroboração d'aquelle primitivo descobrimento, cujas indicações acabo de ter a honra de submetter á vossa consideração; e apenas acrescentarei, que se alguma vez apparecer tal confirmação, confio seriamente que não tomará a fórma de alguma infame falsificação franceza, como a que, a meu pezar, tive que expor na minha "Vida do infante D. Henrique o Navegador", com respeito á pretensão de primitivos descobrimentos feitos pelos francezes na costa occidental de Africa."

Como dissemos no começo d'este capitulo, a noção de terem sido os portuguezes os primeiros descobridores da Australia, antes de 1526, foi inicialmente emittida por Malte-Brun; e o supposto descobrimento d'aquelle mesmo paiz, em 1601, devem-no os portuguezes ao snr. Major pelo achado, no museu britannico, de um documento que parecia conferir a Heredia o referido descobrimento.

Nós, seja-nos permittido dizer aqui de passagem, concordamos que Heredia não chegou a descobrir pessoalmente a Australia; mas d'aqui a capitular com a classificação d'impostor dada pelo snr. Major áquelle cosmographo, e adoptada infelizmente por alguns portuguezes sem mais criterio nem exame de causa, vai uma grande differença, da qual em oc-

casião opportuna nos occuparemos

O snr. Major, antes de ter sido descoberto em Bruxellas pelo snr. Ruelens, conservador da bibliotheca da Belgica, o ms. portuguez intitulado Declaraçam de Malaca, defendia com grande calor, não só o supposto descobrimento authentico da Australia, más até o primitivo que, não obstante a habil argumentação empregada por este snr. nos seus Further Facts para refutar este presumido descobrimento, não pode adduzir razões que destruissem ou annullassem completamente as que o mesmo snr. Major havia antes empregado em prol do primitivo descobrimento. Alem d'isto as razões que este snr. empregou, mesmo absolutamente consideradas, não nos parece que sejam procedentes, e muito principalmente na parte que se refere á etymologia e nacionalidade de alguns nomes de pontos das costas da Australia, nas cartas francezas, ou copiadas pelos francezes.

Comtudo o snr. Major, lançando sobre a memoria de Heredia uma insinuação grave, inicia a ideia de terem sido os francezes os primitivos descobridores da Australia. Ora sobre este ponto vem a proposito notar que um illustre francez, M. E. Hamy, que a tal respeito escreveu um artigo no periodico La Nature de 1875, não entendeu que, para aceitar a concessão do problematico direito áquella gloria, lhe fosse preciso deprimir a memoria de Heredia, e antes pelo contrario, faz desasombradamente o seu elogio, explicando a razão por que este habil cosmographo não descobriu pessoalmente a Australia, mas foi o principal motor do moderno descobrimento d'aquelle paiz.

O facto, que o snr. Major adduz de novo para decidir a questão, limita-se unicamente á ausencia da Australia no portulano de Diogo Homem.

Nós não concordamos com a opinião do illustre sabio inglez, quando classifica de magnifico aquelle portulano, pois que entendemos deixar elle muito a desejar, pela sua delineação confusa e menos conscienciosa; cujas indicações, copiadas de Ptolomeu, e mal coordenadas ou misturadas com as de outros geographos concorreram para enganar o illustre conde do Lavradio quando, em uma carta escripta á Real Academia das Sciencias de Lisboa, se referiu á posição das nascentes do Nilo, da carta da Africa do referido auctor. Mas, ainda que este portulano estivesse muito exacto com relação a umas certas regiões do globo, não poderiamos por isso julgar se não que o auctor, desconhecia as regiões que deixára de indicar, ou que encobrira com o desenho de grandiosos thronos, de enormes escudos d'armas e de incommensuraveis estandartes e balsões de differentes nacionalidades; e, d'esta maneira, temos a fortuna de seguir o raciocinio do snr. Major, quando diz que é perigoso tirar conclusões de negativas.

Ora pois, as cartas em que o snr. Major julgou ter encontrado, n'outro tempo, nomes aportuguezados, são as mesmas em que este snr. julga descortinar agora nomes em provençal; e para provar esta asserção menciona de entre os nomes, que designam pontos da costa na carta de Orontius, os nomes de Gao e Gracal que, segundo a opinião do snr. Major, significam em provençal o primeiro-caranguejo-e o segundo, depois de passar por uma certa modificação, taça

Quanto á B. de Gao, como não conhecemos o provençal, apenas poderemos contrapor á ideia de querer provar por esta forma que a carta fôra escripta primitivamente em provençal a existencia na

mesma carta de muitos outros nomes, que parece não terem sido convertidos em francez, pois que se acham escriptos em bom e claro portuguez, como: R. Grande, C. de Flores, C. de Terra, Fim de Jaoa, C. de Fremoso e Canal da Sonda. Sem querermos encobrir que alguns d'estes nomes tambem assim se escreveriam em francez. Agora sobre o nome de Gracal, ou Graçal como o snr. Major escreveu na sua obra, The life of Prince Henry of Portugal, e que faz correspondez em provençal a taça ou chicara, como equivalente de graal na celebre palavra sangraal, e para a qual, diz este mesmo snr. não se encontraz nenhum equivalente no diccionario portuguez: diremos que, não podemos atinaz com o que pode havez de commum entre o nome de gracal e os de graal e sangraal, muito principalmente se se provaz que o c d'aquella palavra estava cedilhado, como o proprio snr. Majoz escreveu no tempo em que defendeu o descobrimento primitivo da Australia poz portuguezes; comtudo se aquelle argumento podez provaz a favoz da opinião do snr. Majoz, este mesmo snr. concordará que, destruido o argumento, ficará prevalecendo a opinião em sentido contrario.

Pois nós asseveramos ao snr. Majoz que em todos os diccionarios portuguezes, mesmo nos mais pobres, se encontra a palavra gral com significação semelhante, ou quasi egual á que se julga provençal; isto é, designando vaso, para pisaz ou moez; em quanto esta mesma palavra escripta assim ou com os dois aa se não encontra no diccionario francez. Quanto aos aa, cremos que o snr. Majoz como frequente leitoz dos livros portuguezes antigos, saberá tão bem como qualquez portuguez que as lettras dobradas foram muito tempo usadas no

idioma portuguez, em tempos em que a orthographia era menos apurada; e, a menos que nos não queira convencer que o dialecto ou patois provençal é mais competente para provar que a palavra é franceza, do que o diccionario portuguez para testificar que ella é portugueza, deve considerar a questão como prejudicada.

Temos ainda a designação do Canal da Sonda, que os francezes escreveriam Canal de la Sonde; sendo, n'esta denominação, só a palavra canal commum aos dois idiomas; mas-"canal da Sonda" só os portuguezes poderiam ter escripto por ser locução propriamente portugueza. Ainda mais, nós entendemos achar-se precisamente n'estas designações a prova de que taes nomes foram copiados de cartas portuguezas.

O snr. Major, fascinado pela ideia de considerar as cartas como francezas, chega a imaginar que a designação de C. de Fremoso, das mesmas cartas, deveria estar escripto em verdadeiro provençal,-Cap de Fermoz-, attribuindo aos copistas dieppezes, ignorantes do idioma do meio dia, o erro d'aquella designação. Isto não é mais que uma imaginosa supposição.

Nós, porem, achamos o erro muito grande para poder ser attribuido á ignorancia de um copista graphico, pois que os que copiam do estrangeiro, estão menos sujeitos a errar dos que os que inicialmente escrevem em um idioma que não conhecem bem. A grande razão, porem, é que o vocabulo Fremoso é portuguez, e foi usado na cartographia do XVI seculo.

Nós podemos desde já indicar o portulano do Tratado de Marineria, ms. portuguez do XVI seculo pertencente á bibli-

otheca do fallecido marquez de Caſtello Melhor, alem de outros, onde ſe acha a deſignação de um rio na terra do Bacalhau, eſcripto aſſim - R. Fremoſo - exactamente como na carta que ſe diz do Delphim, ſem tirar, ſubſtituir ou tranſpor lettra alguma, e ſó com a differença de ſer um rio em vez de um cabo. Logo, ſe pela mui problematica ſemelhança dos nomes de uma carta, o ſnr. Major pretende provar que ella era franceza, nós muito melhor poderemos avançar que a referida carta é de origem portugueza, pelo genuino de alguns dos nomes e locuções, que não foram traduzidas.

Quanto á poſſibilidade de que a Regio Patalis da carta de Orontius ſeja a America ou a verdadeira "Terra Auſtralis recentes inventa ſed nondum plene cognita", mal poderá julgar quem, como nós, não tiver viſto a carta de Orontius; mas ſe a referida indicação ſe achar em logar identico ao da "patalie regio" da carta de La Salla, do começo do XV ſeculo, será então facil reconhecer que eſta parte foi copiada de Ptolomeu e que, como alguns autores diſſeram, queria deſignar a região do inferno; e ſendo aſſim direi que eſta indicação nos não ſuggere, quanto á queſtão, ideia alguma que poſſa aproveitar-lhe.

Pode ter havido em tudo iſto uma intenção, como diz o ſnr. Major; mas á noſſa imaginação ſó ſe afigura que, a maneira confuſa ſob que os cartographos antigos deſenharam uma terra, que tanto podia repreſentar a Auſtralia, como a região polar ou a America, foi empregada para encobrir aquillo de que elles não ſabiam dar melhor conta.

Poſta a queſtão da nacionalidade ou da etymologia de gao, de graçal, de fremoſo e da ſonda n' eſtes termos, e excluida a prova negativa das cartas de Dio-

go Homem, pela sua insufficiencia, a esta saber:

Como poderiamos nós ter chegado á conclusão do sr. Major, sobre ter sido a Australia descoberta por francezes da Provença antes de 1531, se não ha noticia de elles lá terem ido senão muito tempo depois dos portuguezes dominarem nos mares austraes?

Os primeiros navios francezes que penetraram no mar indico foram: em 1503, uma nau commandada por um Paulmier de Gonneville, o qual não passou de Madagascar; em 1527 trez corsarios saidos de Dieppe, dois dos quaes eram commandados pelos portuguezes Brigas e Rosado; d'estas naus uma, a de Brigas, chegou a Diu onde foi apresada, a outra, a de Rosado, perdeu-se em Sumatra, e a terceira não passou de Madagascar d'onde voltou a Dieppe, depois de fazer algum concerto.

Em 1529 foi Jean Parmentier quem penetrou n'aquelles mares; mas ainda este não passou de Sumatra. E para provar que isto foi assim, bastam as palavras do proprio cantor de Parmentier, Pierre Crignon, que mui positivamente diz que, se elle não tivesse morrido teria chegado ás Molucas.

Como é então que os francezes descobriram a Australia?

Por onde é que lá foram? Se ainda assim os navios que mais se lhe aproximaram foram os commandados por portuguezes.

Se, como o proprio sr. Major confessa, os francezes até á época em que elle escreveu, nem sequer pretendiam levemente que os seus compatriotas tivessem feito descobrimentos na Australia.

Então para provar contra os portuguezes bastará dizer que, se estes tives-

sem sido os descobridores da Australia deveriamos saber o nome do descobridor e a época do descobrimento, em quanto que, para provar a favor do descobrimento francez, é sufficiente indicar as viagens em que elles chegaram á distancia de mil milhas da Australia; accrescentando-se que as cartas francezas que indicam esta terra são construidas no sul da França, Provence ou Dauphiné, e copiadas no norte, Dieppe, por francezes ignorantes do idioma do meio dia da França!

Nem os francezes foram os primeiros rivaes dos portuguezes nos descobrimentos de novas terras, porque esses foram em quasi toda a parte os hespanhoes.

Esta é a nossa humilde opinião, reservando-nos, como o snr. Major, esperar com paciencia que possa algum dia encontrar-se a corroboração d'esta opinião, e restando-nos sobretudo o sentimento de não podermos concordar a este respeito, com as idéas do illustre sabio inglez.

---

(1) Gaspar Corrêa: Lendas da India. Lenda vij.
Castanheda: Hist. do Desc. e Conq. da India. L. vij.
Andrade: Chr. d'Elrey D. João iij, P. j.
Fr. Luiz de Sousa: Annaes d'El-Rei D. João iii, P. j, L. iij.
Barros: D. da India. D. iij, L. x, C. v.

(2) Malte-Brun: Geographie Universelle: T. v, Liv xxxij.
Danvier: Voyage au tour du monde. T. iij.
Buffon: Histoire Naturelle générale et particuliere 8e v edition, T. vj.

(3) Barros: D. ij, L. x, C v.

(4) Barros: D. iiij, L. j, C. xvj.

(5) Diogo do Couto: D. iij, L. iij, C. iij.

(6) A. Herrera: Historia General de los Hechos de los Castellanos. D. iij, L. v, C. vj.
Barros: D. iij, L. j, Cap. xviij.
Diogo do Couto: D. iij, L. iij, C. viij.

(7) E. Hamy: Nature de novembro de 1867.
Mr. Ruciens: La Découverte de l'Australie. Anvers 1872.
Eredia: Declaraçam da Malaca: Tratado ij, C. iij, Ms. da Bibliotheca de Bruxellas.

(8) Barros: D. iij, L. j, C. xvj.

(9) D. do Couto: D. v, L. iij, C. ij.

(10) Barros: D. iij, L. j, Cap. xvj.

(11) Portulano do Tratado de Marineria ms. da bibliotheca do marquez de Castello Melhor.

(12) Malte-Brun: Precis de la geographie universelle. T. j.–1810.
Fr. Francisco de S. Luiz: Vol. iij. C. ij.
Barros: D. iij, L. j, C. vj.
Belroy: Revue des deux mondes, Juillet 1864.
D. do Couto: D. iij, L. iij. C. ij.

Capitulo VII

Governo de D. Henrique de Menezes — 1525. — Tomada de Bintan — 1526.

D. Henrique de Menezes, que se achava nomeado governador na primeira via de successão, falleceu dois mezes depois de ter tomado conta do governo; por este motivo foi aberta a segunda via de successão, e, achando-se n'ella indicado para governador Pero de Mascarenhas, que então andava em Malaca, assim se lhe mandou communicar. Mascarenhas, porem, não tinha já monção para vir a Gôa, e por isso determinou fazer entretanto a guerra a um dos reis visinhos que mais incommodavam Malaca com as suas correrias. Armou portanto alguns navios e, com 600 portuguezes e 400 malaios, singrou para Bintan.

Quando os de Bintan viram a pequena esquadrilha de Mascarenhas commetter a entrada de um esteiro, que conduzia até próximo da cidade, julgaram louca a tentativa, por confiarem demasiado nas

circumstancias especiaes d'aquellas terras.

A ilha de Bintan fica ao sul da peninsula de Malaca, a sua capital era situada no interior a tres legoas de distancia da costa, antepondo-se-lhe um terreno apâulado, e coberto de charcos, por onde quasi era impossivel transitar a pé.

O esteiro que os portuguezes embocaram, alem de ensseccar na vasante da maré, achava-se embaraçado por estacarias de madeira muito rija, sendo as margens defendidas por estancias onde os de Bintan haviam assentado muita artilheria.

A cidade achava-se defendida por tres linhas de fortificação e a sua guarnição calculava-se em 30:000 homens.

O rei de Pan, logo que viu passar a armada portugueza, mandou sair-lhe ao encontro uma frota de 30 lancharas, mas Pero Mascarenhas mandou arremetter com ellas e fazendo varar em terra todas as que não poude tomar, seguiu depois pelo esteiro até que a maré o deixou em secco.

Tomaram os portuguezes n'este trajecto algumas estancias, e destruiram uma ponte fortificada, cuja artilheria muito os incommodava; vindo a noute facilitar-lhes o repouso de que tanto careciam.

Prostrados de fadiga se deixaram os portuguezes adormecer, de maneira que os de Bintan vieram entrar-lhes as embarcações sem serem presentidos; e quando os portuguezes, dispertando aos gritos d'alarme, procuravam as suas armas, depararam com inimigos já quasi vencedores, tendo de os forçar a lançarem-se á agua.

Ao outro dia procurou o governador ter noticia do ponto mais vulneravel da linha inimiga, e destinando 400 portuguezes para o atacarem, simulou entretanto uma investida a um ponto diverso. Com esta manobra conseguiu Mascarenhas illudir os mou-

ros, os quaes, sendo tomados pelas espaldas na deseza do ponto onde o governador simulára o ataque, tiveram de retirar completamente desbaratados.

Entrada assim a cidade de Bintan, toda a riqueza que n'ella se achou foi presa dos portuguezes, fugindo o rei e as pessoas do seu séquito para o interior da ilha.

Gaspar Corrêa considera este feito como um dos mais notaveis, praticados na Asia, tanto pela desigualdade das forças belligerantes, como pelas circumstancias especiaes d'aquelle paiz, em que os de Bintan muito confiavam.

Pero Mascarenhas fez acclamar rei o de Bintan o antigo senhor d' aquella terra, cujo dominio andava usurpado por aquelle que os portuguezes accabavam de asthronar, e voltando a Malaca, foi alli recebido com grandes festas publicas concorrendo a apresentarem os seus protestos d'amizade todos os reis visinhos que até aquella época se tinham conservado neutraes.(1)

---

(1) Diogo do Couto: D. III, Liv. II, Cap. I, II, III.
Gaspar Corrêa: Lendas da India, Tom. III, Parte I, Cap. III e V.
Fr. Luiz de Sousa: Annaes de D. João III, Parte III, Liv. III
Andrade: Chron. d' El Rei D. João III, Cap. II.

Capitulo VIII

Governo de Lopo Vaz de Sampaio. — Descobrimento da terra de Papuas — A Hespanha cede a posse das Molucas a Portugal — 1526 a 1529.

Em quanto Pero Mascarenhas era festejado em Malacca, pela victoria de Bintan, abriam em Gôa a terceira carta de successão, por não estar presente a pessoa nomeada na segunda; e, como se achasse n'ella indicado Lopo Vaz de Sampaio, tomou este logo posse do governo, e manteve a sua authoridade com tanta pertinacia, que não só recusou entregar o govezno a Pero Mascarenhas, mas até o mandou prendez.

Neste mesmo anno de 1526 foi heitor da Silveira, com uma pequena armada ao mar Vermelho, a fim de conduzir para a India o embaixador portuguez, D. Rodrigo de Lima, que tinha ido á Abyssinia. Chegando a Maçuhá e encontrando alli resistencia, saiu em terra e obrigou os habitantes a pagarem páreas a elRei de Portugal, bem como o

aceitou as que os moradores de Malaca lhe foram offerecer.

Em Arkico recebeu D. Rodrigo de Lima a um embaixador Abyssinio, por nome Zagzabo, que vinha a Portugal.

A saida do estreito foram as embarcações d'esta esquadra separadas umas das outras, por um temporal que, entre outras avarias, causou a de quebrar alguns tanques d'agua na capitania, soffrendo por isso muita sede toda a tripolação, durante o resto da viagem.

Por este tempo chegava a Timor um dos navios da terceira expedição hespanhola á Oceania. Esta expedição, composta de cinco naus commandada por Frei Garcia de Loaysa, saiu de Hespanha em 1526, e dirigiu-se para o estreito de Magalhães. Quatro d'estas naus perderam-se no caminho, como succedeu a todas as da expedição precedente; de maneira que só uma logrou chegar á Oceania, indo o seu capitão estabelecer feitoria em Timor.

O capitão de Moluco ou das Molucas, D. Jorge de Menezes, indo com dois navios reconhecer uma passagem pelo norte de Borneo, depois de effeituar esta navegação, descaiu muito, com as correntes, e foi parar á terra de Papuas.

De França tambem por esta época haviam saido tres navios armados em corsarios, os quaes se dirigiram para a India, pelo cabo da Boa Esperança.

Duas d'estas embarcações eram commandadas pelos portuguezes Estevam Dias Brigas, e Rozado. A primeira aportou a Diu e, pedindo ahi os tripolantes seguro para commerciarem em terra, foi-lhes concedido; mas depois tiveram que apostatar fazendo-se mahometanos, afim de salvarem as vidas, ficando-lhes a nau e a fazenda tomadas.

Das outras embarcações, uma, a de Rozado, foi dar á costa em Malaca, e a terceira voltou a França, depois de ter feito algum concerto em Madagascar.

A guerra em Maluco continuava como herança de uns capitães para os outros, ora contra os hespanhoes, ora contra os indigenas; Tidore e Ternate soffreram as consequencias d'estas pugnas, até que D. Jorge de Menezes obteve, em 1528, sobre os hespanhoes e tidores, uma completa victoria.

Governava por este tempo em Diu um filho de Melique-Az, chamado Melique-Saca, o qual andava muito assustado e receioso de que o rei de Cambaya o mandasse matar, pelo julgar comprometido em uma conspiração, e parecendo-lhe que com o auxilio dos portuguezes, poderia conjurar o mal, mandou recado ao governador, pedindo-lhe para mandar alguem com quem podesse tratar sobre a concessão da tão desejada fortaleza de Diu.

Heitor da Silveira foi logo a esta diligencia, mas Melique-Saca ou já havia fugido de Diu, ou se achava de outro accordo, de modo que Silveira teve de abandonar por então a empresa, indo, em represalia, devastar Surrate, Reynel, Baçaim e Damão.

Em 1528, entrava Vasco Lourenço na cidade de Borneo, onde encontrou Affonso Paes, que já alli se achava commerciando.

O imperador Carlos V, vendo que os reis de Inglaterra e de França se colligavam para lhe fazerem guerra, mandou o embaixador, Lopo Hurtado de Mendonça, pedir a elRei D. João III a sua alliança e um emprestimo de dinheiro, navios e artilheria.

Respondeu el Rei com a sisudez que o caso requeria, para não envolver o paiz em uma guerra com aquellas nações, por motivos que não interessavam directamente a Portugal; dizendo que não podia annuir á alliança, por causa dos grandes armamentos que fazia todos os annos para a India; e, quanto ao emprestimo de dinheiro propoz ao imperador a cessão dos direitos que a Hespanha podesse ter sobre as ilhas Molucas, mediante uma indemnização razoavel, para assim se evitar de futuro contendas e maiores despezas a ambas as nações.

Celebrou-se com effeito um contracto n'este sentido em Saragoça, no anno de 1529, pelo qual a Hespanha cedeu a Portugal o direito, dominio e quasi posse que tinha sobre as Molucas pela quantia de 350:000 ducados de ouro; o contracto que foi confirmado pelo rei de Portugal em 1530.

Em quanto os portuguezes tratavam de obter novas concessões em umas partes, arriscavam-se a perder todo o prestigio que tinham alcançado em outras, pelas muitas extorsões e abusos praticados pelos seus mal-avisados capitães.

Os governadores de Ternate tinham entendido que, para governarem mais á sua vontade, lhes convinha terem presos na fortaleza os reis d'aquella terra. Estas violencias, e outras não menos revoltantes, fizeram-o com que Cachil d' Arões, mouro principal e filho de um rei, a quem os portuguezes muito deviam, se reunisse com outros mouros, tambem poderosos e tramassem todos com os de Geilolo a expulsão dos portuguezes e hespanhoes; esta conspiração foi descoberta e o seu chefe decapitado, ficando por este moti-

vo tão intimidados aquelles povos, que a rainha e os mais ricos moradores de Ternate fugiram para outro logar.[1]

(1) Gaspar Corrêa: Lendas da India, Tom. III, 1 Serie, Cap. XV.
Fr. Luiz de Sousa: Annaes de D. João III, Parte 1, Liv. III.
Barros: D. III, Liv. II, Cap. VI
Andrade: Chron: d'elRei D. João III, Parte II, Cap. LX.

Capitulo VIIII.

Governo de Nuno da Cunha. — Fundação da fortaleza de Diu — 1529 a 1538.

Nuno da Cunha, depois de havel tomado Mombaça, chegou a Ormuz em 1529, recebeu alli o Capitão Belchior de Sousa Tavares o qual lhe participou que, tendo entrado pelos rios Tigre e Euphrates, obrigára os reis de Gisaire e Bassorá, que andavam em guerra havia 10 annos, a fazerem a paz; mas que tendo este ultimo faltado ás condições que acceitára, entendeu dever castigal-o, e por isso saira de Bassorá devastando todas as povações por onde passára.

Nuno da Cunha regulou, não sem grande difficuldade, todos os negocios de Ormuz, de maneira que as cousas ficaram alli assentadas com muita justiça e não menos louvavel inteireza.

Concluidos assim os negocios d'Ormuz, foi o governador a Gôa ordenar a saida de tres armadas; uma para a costa do Malabar, commandada por

Diogo da Silveira; outra para Cambaya, capitaneada por Antonio da Silveira e a terceira para o mar Vermelho, onde foi por capitão-mór Heitor da Silveira.

Nuno da Cunha passou em seguida a Cananor, recebendo alli de Lopo Vaz de Sampaio a governança, e prendendo-o depois, em cumprimento de uma provisão que havia levado do reino.

A esquadra de Antonio da Silveira, que tinha sido mandada fazer guerra a Cambaya, destruiu Surrate, Reynel, Damão e Bombaim.

Sabendo Nuno da Cunha da guerra que o Nisamaluco movia ao rei de Cambaya, e acceitando o offerecimento que Melique-Saca lhe fizera de 15:000 cavallos e 50:000 peões para ir sobre Diu, se os portuguezes o auxiliassem e o fizessem capitão d'aquella ilha; deu-se pressa em apprestar 400 navios, tripolados por 3:500 brancos, 200 malaios e 8:000 escravos, e velejou com tão formidaveis forças, para a ilha de Bombaim.

O governador passou ahi revista ás suas forças, e foi depois fazer o primeiro ensaio de guerra na ilha de Bete, atacando e vencendo um rume, que alli se achava com 2:000 homens, fortificando a ilha por ordem do rei de Cambaya.

Antes que Nuno da Cunha chegasse á vista de Diu tinha alli aportado uma grande armada de rumes, commandada por Mustafá: este formidavel reforço habilitou Diu a resistir ás forças portuguezas, de maneira que, quando o governador Nuno da Cunha surgiu em Diu, já esta fortaleza se achava muito bem guarnecida de artilheria, e provida de gente e munições.

Depois de alguns dias de preparo,

fez o governador romper o fogo contra a desejada ilha; mas os portuguezes não poderam abrir brecha durante um dia inteiro de fogo, e menos ainda conseguiram fazer calar a artilheria inimiga, o que moveu o governador, ouvindo o conselho dos seus officiaes, a abandonar por então a empresa.

O throno de Cambaya não se achava então legitimamente occupado. O Baduz havia sido o terceiro na ordem de successão, e não obstante ter feito immolar á sua cubiça aquelles de seus irmãos que julgou mais perigosos, ainda assim, andava sempre receioso e desconfiado, parecendo-lhe que todos conspiravam para o derribar do throno: por esta razão nenhum de seus vassallos podia considerar-se seguro, poisque qualquer intriga bastava para os perder.

Melique-Tocão caiu, por motivos d'esta ordem, no desagrado do Baduz, e, tendo sido chamado a Cambaya, previu o que podia acontecer-lhe, fingiu-se doente, e, como seu irmão, mandou tambem recado ao governador portuguez, para com elle ir tratar secretamente da construcção da fortaleza em Diu. Em resultado foram mandados a esta ilha e a Cambaya alguns emissarios portuguezes, aos quaes respondeu o sultão que partia immediatamente a encontrar-se com o governador em Diu ou na ilha de Bete, e que portanto alli o esperasse.

Nuno da Cunha fez-se logo prestes com trinta naus e vinte fustas, e com os seus atavios de gala largou para Diu; o Baduz, porem, que tinha unicamente em vista entreter o governador, demorou a sua recepção, pretextando negocios frivolos e por fim mandou dizer-lhe que, tendo de ausentar-se para uma terra que distava d'alli dez legoas, só poderia

tratar com elle quando voltasse.

Os mogores ou mogoes, povos do interior da India, que sob a direcção e commando de Babor haviam formado um vasto imperio de todo o territorio que fica entre o Indo e as bocas do Ganges, assolaram por este tempo as terras do senhorio de Cambaya, e não podendo o Baduz oppôr-se á marcha victoriosa d'estes invasores sem se expôr a perder Diu, mandou outra embaixada ao governador da India, dizendo-lhe que, por elle se haver retirado tão precipitadamente com a sua armada não pudéra explicar-lhe os motivos importantes que o obrigaram a sair de Diu; mas que em compensação das despezas que o governador havia feito debalde com a esquadra, que levára áquelle porto, lhe cedia as terras da ilha de Baçaim, para receber suas rendas e fazer feitoria se isso lhe aprouvesse.

Pouco tempo depois teve o Baduz de abandonar os arraiaes que havia assentado contra os mogores, e refugiando-se na fortaleza de Mandou, escreveu novamente ao governador da India, rogando-lhe que fosse o mais depressa que podesse a Diu, com todas as suas forças, para o ajudar contra os seus inimigos, que lhe concederia a edificação da fortaleza que elle tanto desejava.

O governador havia tambem acceitado as terras de Bardez e Salsete que o Acede-kan, chefe poderoso que andava rebellado contra o Hidal-kan, lhe cedeu para que elle o protegesse; o Acede-kan, porem, compoz-se por fim com o seu senhor, e, instigado por elle, voltou a exigir as terras que havia cedido ao governador; o que provocou grandes

contendas e correrias que o capitão de Gôa teve de fazer reprimir, mantendo pela força d'armas a posse das mencionadas terras.

Martim Affonso, capitão das forças do mar da India, temendo que, por algum mau conselho, se voltasse a boa disposição em que o Baduz estava de consentir a construcção da fortaleza em Diu, e, não obstante ter mandado instar muito com o governador, para que se apressasse em ir tratar com elle sobre a promettida fortaleza, entendeu dever adiantar-se, e partindo logo para Diu, chegou ao mesmo tempo que tambem alli aportava o embaixador com a resposta do governador.

O Baduz, logo que soube da chegada d'estes emissarios, mandou-os ir ao paço, e recebeu-os com muita affabilidade; dizendo a Martim Affonso que fosse logo tratar de escolher o logar para a fortaleza, e que começasse as obras quanto antes, que elle lhe mandaria dar operarios e materiaes: e voltando-se para o embaixador disse-lhe que fizesse saber ao governador que só descançaria quando elle estivesse em Diu, porque precisava confiar-lhe sua mãe, thesouro e mulheres, para depois poder ir ao encontro dos mogores.

Chegou com effeito o governador a Diu e foi logo recebido pelo Baduz, o qual, tendo com Nuno da Cunha uma pequena conversação, disse-lhe que fosse repousar para depois tratarem dos artigos da alliança.

Assentadas as condições do tratado, permittiu o governador que uma força de 50 cavalleiros e 100 mosqueteiros, commandados por Martim Affonso, acompanhassem o Baduz na guerra contra os mogores.

El Rei de Cambaya partiu logo para o interior, com 8:000 cavalleiros e 15:000 peões; bateu a primeira posição, onde encontrou os mogores, e seguindo para outras terras assim os foi expulsando dos dominios de Cambaya.

Deu o caso da fortaleza de Diu logar a praticar-se uma façanha, que cabe bem referir aqui; Diogo Botelho, piloto muito instruido, que se achava como deportado na India, sem fez outra culpa maior que o haver-se instruido, e fez a presumpção do seu saber, lembrou-se de vir a Portugal remir as suas culpas pelas alviçaras que julgou el-Rei lhe daria, quando soubesse que o seu grande desejo de ter fortaleza em Diu estava satisfeito.

Construiu portanto em segredo uma fusta e tripulou-a com gente de sua confiança; e costeando a Africa, umas vezes remando e outras velejando, chegou a Portugal, depois de grandes vigilias e de muitos trabalhos, 20 dias antes de ter aportado a Lisboa o capitão, que fôra encarregado de trazer officialmente a noticia a el-Rei.

D. João III havia deportado Diogo Botelho por ter receio que elle, julgando-se menosprezado, abandonasse o reino e fosse offerecer os seus serviços á Hespanha; vendo, porem, que Botelho viera da India em sua liberdade, podendo ter navegado para outra nação, se essa tivesse sido a sua vontade, convenceu-se da lealdade d'elle e lhe perdoou; não obstante, houve ainda alguns fidalgos que não cessaram de o intrigar.

Os mogores haviam-se entretanto dirigido sobre Barroche, saquearam e arrazaram a cidade, e foram depois fazer o mesmo a Reynel e a Surrate; mas, constando-lhes que os patanes iam

sobre Delhi, tiveram de abandonar as terras de Cambaya para irem defender a sua Capital.

Julgando-se o Baduz desembaraçado d'aquelles inimigos, imaginou poder aproveitar a occasião para pôr fóra de Diu os portuguezes, ficando-lhes com a fortaleza e com as munições; e, dirigindo-se um dia ao governador, disse-lhe que os seus vassallos murmuravam muito de o verem metter tanta artilheria na fortaleza, e que, para evitar taes murmurações, convinha que o governador mandasse tapar as canhoneiras que tinha voltadas para a cidade. O governador repelliu esta exigencia, e o Baduz respondeu que então se veria obrigado a mandar levantar uma alta muralha entre a fortaleza e a cidade; mas Nuno da Cunha retorquiu que romperia a paz se o Baduz tal fizesse.

Proseguiu o governador na feitura da fortaleza com muito afan, e quando a viu quasi concluida entregou a capitania a Manoel de Sousa e se foi a lançar a primeira pedra na fortaleza de Baçaim, onde chegou já em 1556.

D. Estevão de Gama, Capitão de Malaca entrava a este tempo, de mão armada em Ujentana, onde se achava o rei de Bintan, e ahi vingou as correrias que este mouro constantemente fazia sobre Malaca, destruiu-lhe a fortaleza e obrigando-o a fugir para o interior.

Governava em Ternate Cristão d'Athaide quando os celebes, que por este tempo levavam ouro a Ternate para trocarem por outras fazendas, tiveram de recolher ás suas embarcações, perseguidos e mal tratados por alguns portuguezes, depois de lhes haverem roubado todo o ouro que levavam.

O rei e a familia real de Ternate foram tambem traiçoeiramente presos e mettidos na fortaleza por ordem do capitão, para fazer acclamar outro rei em seu logar.

Emfim, não havendo já em que entreter alli alguns dos portuguezes, que por habito andavam sempre seguiosos de sangue e de ouro, determinou o capitão fazer a guerra ao rei de Bachão, em que se não conhecia outra culpa senão a de ter confiado demasiadamente na paz jurada pelos portuguezes.(1)

Como se vê, cavavam já no oriente abysmo profundissimo as intrigas e abusos de alguns portuguezes ambiciosos. Muitos dos capitães e governadores commettiam na India e na Oceania, a paz de seus mui valiosos serviços, toda a casta de excessos e abusos. O poder era para elles o meio de enriquecerem mais depressa importando-lhes pouco os direitos d'aquelles povos, os tratados que com elles haviam celebrado e menos ainda o rigor disciplinar de seus subordinados.

Teve el-Rei de Portugal, por estes motivos, de ordenar a muitos dos governadores da India, que prendessem e enviassem immediatamente para o reino os governadores que iam substituir; mas d'estes actos, que poderiam ser exemplares, se fossem sempre justos, tambem no reino se abusou bastante, porque por intrigas de uns cortezãos, e represalias de outros, cujos parentes haviam sido presos na India, foram muitos capitães despojados da sua authoridade, ou mettidos em ferros, sem o haverem merecido.(2)

As atrocidades commettidas, ou permittidas por Tristão d'Athaide, levaram os povos e os reis de Bachão, Geilolo e

Ternate a formarem entre si uma liga secreta para expulsarem os portuguezes de todas as terras de Maluco.

Esta liga era tanto mais para temer, quanto era certo que o Baduz de Cambaya, de combinação com o Samorim de Calecut, havia mandado pedir ao sultão do Egypto forças e navios para exterminarem os portuguezes da India.

O Baduz de Cambaya era dado ao uso excessivo de bebidas espirituosas, e succedendo ir um dia muito embriagado á fortaleza, disse alli taes cousas que denunciou os seus planos de traição. Os portuguezes quizeram retel-o na fortaleza; mas o capitão entendeu que, para prender n'aquella occasião o traidor, era preciso tornar-se reu do mesmo crime, e por isso deixou-o sair no dia seguinte sem nada lhe dizer do que se tinha passado. Entretanto divulgou-se o caso entre os portuguezes, chegando por fim esta noticia aos ouvidos de Nuno da Cunha, que então se achava em Gôa.[3]

Martim Affonso dava n'esta occasião golpe decisivo no Samorim, obrigando-o a abandonar as terras que havia invadido e tomando na ilha de Repelim o altar e a umbella que serviam ás coroações dos reis de Calecut.

Confirmada pelo Acede-kan a noticia dos planos traiçoeiros do Baduz, partiu o governador logo para Diu, com o fim de prendel-o antes que elle puzesse em obra os seus nefandos projectos. O governador, para melhor conseguir o seu intento, fingiu-se doente, ao apportar áquella ilha; e mandou dizer ao rei de Cambaya que o não ia visitar por se achar muito mal. A fama de que o Baduz procurava apoderar-se

do capitão da fortaleza ou do governador, era já notoria entre os portuguezes; mas, não sabendo estes quaes fossem as intenções de Nuno da Cunha, limitavam-se a esperar os acontecimentos, para obrarem conforme o caso pedisse.

Entretanto corria o Baduz na sua <u>fustasinha</u> a visitar o governador, e quando entrava na capitania, viu ainda que alguns portuguezes cingiam apressurados as suas armas. Dirigiu-se á camara, saudou o governador, e, ou porque desconfiasse do alvoroço que havia notado ao entrar, ou porque reconhecesse não estar o governador tão doente como se dizia, saiu precipitadamente da camara, saltou para a sua fusta e mandou remar para terra a toda a pressa.

O governador appareceu logo no convés, e vendo que o Baduz se escapava, mandou ao capitão da fortaleza, que tambem havia chegado n'aquella occasião, que seguisse o rei de Cambaya e o levasse para a fortaleza, e, voltando-se para os seus officiaes, disse-lhes, segui Manuel de Sousa e ajudai-o no que elle precisar. Correram então os portuguezes e de tropel se lançaram nas fustas, seguindo todos o capitão Manuel de Sousa.

Quando o capitão se approximou da fusta do Baduz, convidou-o a passar para a sua embarcação, a fim de se dirigirem, lhe disse elle, á fortaleza, onde o governador precisava tratar com sua alteza, de cousas que muito urgiam; mas o Baduz replicou ao capitão que fosse elle para a sua fusta, que ambos chegariam muito a tempo.

As fustas abordaram uma á outra, e quando o capitão ia a passar para a fustinha do Baduz, embaraçou-

se e caiu ao mar. Todas as fustas rodearam então a do Baduz, para salvarem o capitão; mas isto causou um certo alvoroço, e como os animos andavam sobresaltados, pareceu talvez aos portuguezes, que se achavam mais distantes, haver peleja entre a fusta do Baduz e as dos portuguezes, e por isso correram exaltados e ameaçadores sobre a fusta real, a qual foi logo invadida, por se lhe haver atravessado na prôa um catur portuguez que da cidade accudia ao rebate.

Foi então que o conflicto se travou. Esta aggressão, cremos nós, motivada por um engano, deu occasião á defeza dos contrarios, e a defeza convenceu os portuguezes de se não terem enganado na supposição da peleja.

O capitão Manuel de Sousa e muitos outros portuguezes foram victimas d'este acontecimento, e os mouros foram quasi todos mortos no mar ás lançadas, soffrendo egual sorte o Baduz, a quem um marinheiro atravessou com uma chuça, por não o ter reconhecido senão depois de lhe divisar a aroaga de ouro que trazia á cinta.

A relação d'este acontecimento causou tanta impressão em Cambaya, que o povo a introduziu nas canções populares, perpetuando assim a sua indignação contra os portuguezes.

Nenhum dos auctores, que consultámos sobre este lastimoso acontecimento, contam o caso pela mesma forma, e até o deixaram envolvido em uma especie de mysterio que, se não é motivado pela ignorancia dos factos, parece querer encubrir algum acto criminoso.

Pode isto attribuir-se ao receio que alguns escriptores tivessem de incorrer no desagrado dos personagens, que an-

daram envolvidos n' esta tragedia; mas póde tambem ser que cada um escrevesse do caso segundo as varias informações que recebesse d'aquelles que, não obstante terem presenciado o conflicto, o relataram conforme a distancia, ou a perturbação do momento lhes permittiu comprehendel-o.

Nós seguimos, mais que qualquer outra, a relação de Gaspar Corrêa, por entendermos que, não tendo este auctor escripto na côrte as suas lendas da India, devia por isso ter-se achado muito mais desembaraçado de certas pressões, que por vezes teem concorrido para que os chronistas e historiadores palacianos desfigurem ou alterem a verdade; alem d'isto parece dever-nos merecer toda a consideração a relação de Gaspar Corrêa, pela circumstancia de elle se achar residindo no paiz, na mesma época do acontecimento.

Somos comtudo de opinião que, o destino ou o accaso dirigiu os successos d'aquelle malfadado dia, não tendo nenhum dos personagens que entraram na tragedia, procedido com proposito anticipado.(4)

Francisco de Castro foi mandado no anno de 1538, por Antonio Galvão, a tratar com os reis das ilhas Macaçares; mas sendo levado pelas correntes e pelos ventos, que seguiam n' outra direcção, foi parar a umas ilhas que ainda não eram conhecidas, e que demoram para o norte das Molucas cerca de 100 legoas.

Não são concordes os auctores, que temos visto, sobre quem fôra o descobridor do Mindanau e o anno em que o descobrimento se effectuou. Gaspar Corrêa nas suas lendas parece querer conferir este descobrimento a duas pessoas

diversas, João de Caminha e João da Cunha Pinto; Andrade menciona João de Caminha; Barros, Diogo do Couto, Galvão e S. Luiz indicam Francisco de Castro; e quanto á época, Barros não a indica, S. Luiz e Corrêa dizem 1536, Diogo do Couto 1540 e Galvão 1538.

Ora, quanto á primeira duvida, parece-nos que João de Caminha, em cuja menção concordam os dois escriptores Corrêa e Andrade, poderia ter sido o piloto do navio que foi áquelle descobrimento sendo Francisco de Castro o capitão da expedição.

Quanto á data, preferimos a de 1538 por ser a indicada no Tratado dos descobrimentos antigos e modernos, escripto pelo proprio Antonio Galvão, que mandou Francisco de Castro ao referido descobrimento.(5)

Antonio Galvão tinha acceitado a capitania das Molucas, na intenção de ir alli fazer uma missão evangélica e de conciliação; mas, encontrando todos aquelles povos levantados e colligados contra os portuguezes, teve de os subjugar primeiro por meio da força, tratando depois generosamente com os vencidos a desejada paz e amizade.

Gastou Antonio Galvão, durante o seu governo, perto de doze mil cruzados, da herança de seus paes, na construcção de um seminario e outras instituições que elle julgou indispensaveis á educação e catheqüese d'aquelles povos. O governo d'este benemérito varão fez um perfeito contraste com o do seu antecessor Cristão d'Athaide, e taes foram os principios de justiça e equidade que alli implantou, que lhe grangearam o bem merecido cognome de apostolo das Molucas.(6)

Coge Sofaz, homem importante e de grande influencia em Cambaya, havia-se conservado em Diu, e era alli muito bem quisto e recebido pelo governador e mais fidalgos portuguezes, graças á recommendação que Nuno da Cunha d'elle fizera, pelo valimento que tinha em Cambaya.

—Coge Sofaz era de origem christã; mas tendo em tempo sido captivo e levado ao Cairo, tão bem recebido foi pelo sultão, que em breve se elevou aos mais altos cargos do estado. Os mouros, porem, não o podiam vêr, e Sofaz, julgando conjurar este mal, renegou a crença de seus paes. Não obstante, o odio e a perseguição dos mouros não cessou, e Sofaz, tendo sido levado ao extremo de assassinar um mouro poderoso do Cairo, viu-se na necessidade de fugir para Cambaya, onde foi encontrar um lisongeiro acolhimento por parte do antigo Baduz.—

Coge Sofaz havia, pois, desapparecido de Diu, sem que ao certo se soubesse para onde fôra, mas o governador portuguez suspeitou o que poderia succeder, mandou logo aviso ao governador da India e tratou de se fortificar o melhor que poude.

Sofaz tinha ido a Cambaya e convencêra o Baduz a tentar a expulsão dos portuguezes de Diu, levantando para esse fim um poderoso exército, e pedindo ao sultão do Egypto o auxilio das forças turcescas, que o antigo Baduz havia mandado alistar.

O novo Baduz tinha, pois, acceitado o alvitre de Coge Sofaz, e, em consequencia, foi este caudilho estender, em frente da fortificação de Diu, o arraial das forças de Cambaya em numero

de 4:000 infantes e 3:000 de cavallo; marchando para alli em seguida 3 mais 10:000 infantes e 5:000 cavallos, sob o commando de Alu-kan.

A armada dos Turcos, composta de 85 navios com 400 bocas de fogo e 16:000 homens, completou o cerco de Diu por mar e por terra.

---

(1) Gaspar Corrêa: Lendas da India, Liv. III, Part. I.
Andrade: Chron. de el Rei D. João III, Part. III, Cap.s IV e VII.
Diogo do Couto: Dec. III, L. VIII, Caps XII e XIII.
(2) Diogo do Couto: D. III, L. V, Cap. I.
(3) Gaspar Corrêa: Lendas da India, L. III, Part. I.
Andrade: Chron. d'el Rei D. João III, Part. III, Caps XXVIII, XXVIII, XXXII, XXXIII e XXXVIII.
Diogo do Couto: D. III, L. VIII, C. III.
(4) Gaspar Corrêa: Lendas da India, L. III, Part. I. Cap. LXXXIII e LXXXV.
Andrade: Chron. d'el Rei D. João III, Part. III, Cap. XXXVIII, XXXX e XXXI.
Diogo do Couto: D. V, Liv. I, Cap. VIII e X.
(5) Gaspar Corrêa: Lendas da India, L. III, Part. I.
Andrade: Chron. d'el Rei D. João III, Part. III, Cap. XXVIII.
Barros: D. III, L. VIII, Cap XXI.
Diogo do Couto: D. V, L. VII, Cap. I.
Antonio Galvão: Tratado dos descobrimentos antigos e modernos, II Parte.
Fr. Francisco de S. Luiz: Indice chronológico dos descobrimentos portuguezes, &.
(6) Fr. Luiz de Sousa: Annaes d'el Rei D. João III, Part. II, Cap. III.
Gaspar Corrêa: Lendas da India, L. III, Part. I.

Capitulo X.

Terceiro Vice-reinado da India — Vice-rei D. Garcia de Noronha — Defesa heroica de Diu — Soccorro de Ceylão — 1538 a 1540.

Emquanto os portuguezes se preparavam em Diu para uma defesa tenaz, chegava a Gôa o novo vice-rei da India, D. Garcia de Noronha, o qual tomando posse do governo despachou Nuno da Cunha para o reino, e deu ordem aos apprestos da armada, que destinava a soccorrer Diu.

Os rumes haviam dado principio ao ataque d'aquella praça, bombardeando e investindo depois o baluarte de Francisco Pacheco, o qual resistiu a dois assaltos; mas, estando já o baluarte meio desmoronado, acceitaram os seus defensores, sem licença do capitão Antonio da Silveira, o partido que o rume lhes offerecêra para se renderem. Hibraim escreveu então a Antonio da Silveira offerecendo-lhe partido para se render; mas o capitão respondeu-lhe tão descommedida e ru-

demente que o zume, de exasperado que ficou, redobrou o fogo sobre a fortaleza durante 5 dias successivos, chegando a derribar parte do cubello de Gaspar de Sousa. Os zumes commetteram então o assalto ao cubello; e sendo rechaçados em todas as suas investidas, tentaram depois minar a base da muralha, para lhe metterem polvora e fazem-na voar.

Já os mouros tinham aberto uma grande lapa, naqual trabalhavam a coberto dos tiros dos sitiados; mas Antonio da Silveira, em quanto fazia construir por dentro uma segunda parede, mandou lançar na bocca da mina muita lenha e materias inflamaveis, a que depois lançou o fogo, ateando uma grande fogueira.

Os mineiros, não podendo supportar o calor da fogueira, tiveram de retirar, não voltando mais porque os portuguezes nunca deixaram extinguir o fogo.

Quasi todo o mez de outubro se passou assim, umas vezes tentando os zumes apagar o fogo para minarem as muralhas, outras vezes atacando a fortaleza com castellos de madeira, e por fim commettendo o assalto á escala vista.

As baterias mouriscas faziam aqui ou alli abater uma porção de muralha, pondo a descoberto as novas paredes que dentro resurgiam; vendo porem os inimigos que assim não podiam abrir uma ampla brecha, para entrarem, foram sobre o baluarte do mar e o assaltaram.

Chegaram os zumes no primeiro impeto a entreter a peleja sobre as muralhas; mas os portuguezes repelliram aquelles, e ainda outros que as-

embarcaram depois, ficando uma boa parte d'elles despedaçados pela explosão de uma mina.

Depois de alguns dias de descanço, que mal chegaram para curar os ferimentos, deram os turcos um ataque geral em toda a linha.

Mais de mil turcos subiram por amplas escadas, ao cimo das muralhas de Diu, e em um momento toda a linha superior das fortificações se achou envolvida n'um tremendo combate. Após estes mil turcos subiram outros, em dobrado numero, os quaes, como os primeiros, tambem attingiram o cimo das muralhas. — Emquanto estes atulhavam as escadas, outros tantos trepavam pelas paredes agarrando-se ás pedras e mettendo estacas nas fendas para lhes servirem de degraus.

Sobre a crista das muralhas era o espaço mesquinho para tamanha lida: cada portuguez disputava a entrada a cinco ou seis turcos; e cremos que, com vida, nenhum chegou a entrar.

Os turcos foram derrancados das muralhas e precipitados sobre os que ainda subiam, indo uns e outros, d'envolta com as escadas despedaçadas e os penedos que sobre elles lançavam os portuguezes, entulhar o fosso de corpos mutilados e esmagados..

No dia seguinte, ao romper da alva, surgiram no porto tres <u>catures</u> portuguezes, que haviam entrado de noute, á vóga furda, sem que da armada mourisca os tivessem sentido. Estes <u>catures</u> levaram — aos sitiados muitas munições de refresco, e como a penuria em que elles se achavam era extrema, tanto festejaram — aquelle auxilio com musicas embandeiramentos e outros folgares, que o chefe dos turcos, Hibraim, julgando ser aquella alegria devida a terem recebido noticia

da proxima vinda da esquadra do vice-rei, mandou logo metter em ordem toda a armada e o exercito do Coge-Sofar, e com elle foi tentar um ataque decisivo á fortaleza.

Logo de manhã dispararam os rumes sobre a praça toda a artilheria das suas embarcações, tentando depois o assalto geral.

A lucta prolongou-se mais do que comportavam as forças portuguezas, mas o capitão Antonio da Silveira fez ouvir a sua voz animadora, e os sitiados resistiram ainda esta vez.

No momento critico ninguem ficou ocioso na fortaleza: feridos, velhos, mulheres e mesmo creanças, todos serviam ou carregavam as armas aos seus parentes; os religiosos e algumas mulheres exhortavam os guerreiros mostrando-lhes os santos da sua devoção, que para isso tinham ido buscar á egreja.

As hostes de Cambaya succediam-se umas ás outras e todas eram despedaçadas e despenhadas do alto das muralhas; o fosso foi novamente entulhado d'armas, escadas, pedras e corpos humanos; e sobre esta massa informe e multicôr, fumegava ainda o lume dos artefícios que os sitiados, na força do combate, lhes haviam lançado.

Alguns dos rumes que escaparam a esta carnificina, informaram os seus cheses de que os portuguezes eram já tão poucos, que mal poderiam defender um novo assalto.

Fiados os mouros n'estas noticias, que muitos asseveravam ser verdadeiras, por tal forma ousados, investiram de novo as muralhas da fortaleza, que chegaram a gritar, victoria!

Em um momento, velhos, escravos e mulheres, todos correram ás muralhas,

e, animados pela voz do Capitão-mór, — Antonio da Silveira, oppuzeram aos zumes tal zesistencia que, de heroica, tocou o sobrenatural!

.....

Victoria!!!

D'esta vez o grito era portuguez.

Revellidos os zumes assim em todos os seus assaltos, sempre com exorbitantes perdas, entenderam devez zetiraz-se antes que a esquadra do vice-zei lhes viesse tolhez a passagem.

No dia 6 de novembro, depois de terem zecolhido os restos da sua destroçada armada, fizeram-se ao largo, e pela noute adeante velejaram no rumo do maz Vermelho.

Gaspaz Corrêa diz que Antonio da Silveira ganhára, na desensa d' aquella praça, sama de tanto valoz e merecimento quanta nenhum outro havia ainda alcançado na India. Fz. Francisco de S. Luiz, elogiando as qualidades d'este capitão diz, que Francisco I de França o mandára zetrataz em corpo inteiro, e collocaz o zetrato entre os de outros heroes, n' uma sala do seu palacio.

Chegou com effeito o Vice-zei a Diu em 1539, e tratou a paz com o Baduz, fazendo-lhe concessões de parte das zendas da alfandega e da construcção da muralha, que Nuno da Cunha não quizera permittiz se fizesse no seu tempo.[1]

Em 1539 velejou Miguel Ferreira com onze fustas e quatrocentos homens paza Ceylão, em soccorro do zei, a quem o irmão, Madune Pandaz, queria usurpaz o throno.

Miguel Ferreira venceu Patemarcaz, que desendia a entrada de um zio com 14 fustas, e acommettendo de improviso os 6:000 homens que se achavam no campo de Madune, conseguiu

desbaratal-os depois de uma pequena refrega. Madume pediu então a paz, e o capitão portuguez impoz a condição de lhe serem entregues os dois capitães, Vatemarcar e Cunhalemarcar, condição que o Madume acceitou depois de alguma relluctancia; mas que se executou por traição que elle mesmo ordenou, sendo entregues ao capitão portuguez as cabeças d' estes e de outros seus servidores.(2)

---

(1) Gaspar Corrêa: Lendas da India: L.º III, P. II, Cap. LXXXVIII a CXX; e L.º IV, P. I, Cap.º I a XXVIII.
Andrade: Chron. d' el Rei D. João III, III Parte, Cap. LII a LXVI e LXVII.
Diogo do Couto: Dec. V, L.º III, Cap. I e seguintes.—L.º IV. Cap. V a XIII.—L.º V, Cap. I a III, IV, V e VI.

(2) Gaspar Corrêa: Lendas da India: L.º III, P. I, Cap. XXVIII.
Andrade: Chron. d' el Rei D. João III, III Parte, Cap LXVIII.
Diogo do Couto: D. V, L.º V, Cap. VI e VIII.

Capitulo XI

Governo de D. Estevão da Gama — O governador entra o mar Vermelho e chega a Suez — 1540 a 1542.

D. Garcia de Noronha falleceu em 1540, de molestia que o atormentava havia muito tempo, e a sua morte, longe de ser sentida, foi antes estimada como alivio da humanidade.

D. Garcia de Noronha era fidalgo pobre, sobrecarregado de familia e pouco dado a acções de valor, porque a sua idade não lh' as permittia já, mas alem d'isso tinha ido á India só para ajuntar cabedal, que podesse legar a seus filhos e não para tentar emprezas temerarias: foi porisso que, só apparecêra em Diu com a sua esquadra quando o zume se achava já bem engolfado no mar Vermelho.

Procedendo-se com as solemnidades do costume á abertura das provisões d' el-Rei, sobre a successão do governo da India, e achando-se nomeado Martim Affonso de Sousa, que a este tempo não

estava na India, foi aberta a segunda carta de successão e n'ella se achou designado Estevão da Gama, o qual foi logo prevenido e investido no poder.

Parece que nos regulamentos encontrados na secretaria do governo, ou entre os papeis do fallecido vice-rei, se achára uma determinação de D. João III para que o vice-rei deligenciasse por todos os meios possiveis evitar que as galés dos rumes, que tinham logrado sair incolumes da batalha de Diu, e se haviam acolhido a Suez, pudessem vir a dar novos cuidados ao governo da India. Uma vez destruidas estas embarcações, ficariam os mares indicos livres de rumes por algum tempo, visto ser muito difficil ao sultão fazer construir nova armada, por não haver madeiras em Suez e sair muito cara e trabalhosa a sua condução, por terra, de qualquer porto do Mediterraneo.

Desejando, pois, D. Estevão da Gama emprehender feito que honrasse a sua memoria, mandou logo tratar da feitura de uma grande armada para ir a Suez destruir a esquadra rumesca.

No dia primeiro de janeiro desasseis saram de Gôa oitenta e duas embarcações, que tantas eram as de que se compunha a armada com que D. Estevão da Gama foi ao mar Vermelho. D. João Bermudes, embaixador do imperador da Abyssinia, a quem o Papa havia confirmado patriarcha d'aquelles povos, foi tambem n'esta armada; assim como o irmão do governador, Christovão da Gama e D. João de Castro.

Chegados a Maçuhá pelo meiado do fevereiro, fez D. Estevão da Gama castigar o rei de Suaquem, queimando-lhe a povoação, porque, sendo vassallo do imperador da Abyssinia, se havia colli-

gado com outros principes rebeldes para o guerrearem.

Alli encontrou o governador ventos contrarios, que o não deixaram romper, e por isso determinou deixar o grosso da armada em Maçuhá e seguir para Suez com as embarcações de remo. Partiu portanto em 14 d'abril, com 250 homens apenas, em 16 navios de remo, onde tambem se achava D. João de Castro, que arrumou todos os portos do mar Vermelho, fazendo o itinerario d'aquella viagem.

Chegando a Alcocer, fez provimento de munições e incendiou a cidade; foi depois a Toro e ahi pagou com usura a salva de pellouros com que de terra haviam festejado a sua chegada. Dispunham-se os portuguezes a levar deante de suas armas os mouros pela terra dentro; para depois lhe queimarem a povoação, quando uns venerandos religiosos da ordem de S. Bazilio, e irmãos na regra dos do proximo mosteiro de Sta Catharina do Monte Sinay, vieram com as suas supplicas obstar a que a povoação fosse abrazada.

Os portuguezes accederam ao pedido d'estes religiosos, e foram depois á sua capella, render graças ao Altissimo por terem chegado n'aquelle dia a logar onde, de toda a Europa, nunca haviam chegado outras armas nem bandeiras christãs.

Estevão da Gama armou alli alguns cavalleiros, a respeito dos quaes, dizem os chronistas, terem sido os primeiros christãos que foram armados cavalleiros no sopé do monte Sinay.

Largaram os portuguezes de Toro para Suez; mas, conforme iam singrando por aquelle mar, assim os iam precedendo por terra alguns espiões mouriscos, que avisavam todas as povoações,

por onde passavam, da chegada de taes hospedes. Por esta razão haviam os portuguezes encontrado toda a costa arabica eriçada de lanças e espadas para os receber; foi, porem, em Suez que o turco julgou conveniente reunir toda a sua força para obstar á entrada dos portuguezes.

A 24 d'abril houve Estevão da Gama vista de umas galés que, não obstante a distancia de tres legoas em que as julgou, lhe pareceu estarem varadas em terra, ou dentro d'algum porto; dois dias depois chegou ao tal porto e soube então que se achava em Suez.

Ouvido o conselho dos officiaes sobre a maneira de obterem informações d'aquella terra, acordaram em mandar á noute um catur, espionar a praia e tomar algum indigena que os podesse informar.

Assim se executou, mas a tripolação não poude em toda a noute fazer chegar o catur á terra, por causa do muito coral que havia na praia, e, como não tivessem ouvido rumor algum na povoação, nem ao menos o latir dos cães, entenderam por isso que os turcos estavam de sobreaviso, e assim o vieram annunciar ao governador.

Toda a tripolação dos catures se exaltou com a noticia, dizendo que haviam ido a Suez para queimarem as naus dos rumes, e não era de cavalleiros chegarem alli, e voltarem sem nada terem emprehendido.

O governador tomou aviso d'este conselho, dispoz tudo para o desembarque, e ao rompar do dia mandou entrar os catures por um estreito indo elle na frente da flotilha; mas logo que foram a operar o desembarque, sairam de seus esconderijos os rumes, pela maior parte cavalleiros, os quaes, em numero não inferior a dois

mil, occuparam toda a praia.

Ao mesmo tempo rompeu o fogo dos baluartes e tranqueiras que defendiam a cidade.

A' vista de um tal recebimento todos os capitães da flotilha bradaram ao governador que suspendesse, pois que era temeridade irem arriscar um desembarque com tão pouca gente, quando o inimigo podia matal-os a todos antes mesmo de terem podido pôr pé em terra.

Pede bem, lhes gritou Estevão da Gama, não digaes depois que por minha culpa perdestes a honra de queimar a esquadra dos rumes.

Não, não; bem basta o termos devassado este caminho ao Sultão, que de hoje para o futuro não terá mais descanço no seu porto; lhe responderam os capitães.

Ao outro dia voltou a flotilha para Maçuhá, e ahi foi encontrar o Bahar-Nagays, que a rainha, mãe do imperador da Ethiopia, havia mandado ao governador da India a pedir-lhe que a soccorresse contra os seus vassallos, que se haviam rebellado e colligado contra o imperador.

O rei d'Adel, ou, como julgam alguns autores, um tal Granhe, chefe poderoso que teve artes de se fazer acclamar rei, jurou vassallagem ao turco Solimão, para o ajudar na guerra que fazia ao seu antigo senhor. Este rebelde tinha já assolado e tomado uma grande parte das terras da Abyssinia, obrigando o imperador a refugiar-se em uma serra, onde se fortificára com alguns dos poucos defensores que lhe restavam. Outro tanto succedeu á rainha sua mãe, a qual teve tambem de fortificar-se em uma outra eminencia que julgára inexpugnavel.

O embaixador da rainha apresentou a rogativa de seus soberanos a D. Estevão da Gama, o qual ouvindo o conselho dos officiaes, decidiu que fosse prestado o

soccorro que o imperador da Ethiopia solicitava.

Em vista, pois, d'esta decisão foram logo escolhidos 400 portuguezes, uma bateria de 8 peças de campanha e 100 mosquetes encarretados; dando o governador o commando de toda esta força a seu irmão, D. Christovão da Gama.

Estevão da Gama seguiu para a India, onde foi receber com grandes honrarias o seu successor Martim Affonso de Sousa, partindo para o reino já em 1543 (1).

---

(1) Gaspar Corrêa — Lendas da India. Liv. III, Parte I, Cap. XVII, XVIII, XIX, XXIII até XXXI.
Andrade: Chron. d'el Rei D. João III, Parte III, Cap. LXXVI a LXXVIII.
Diogo do Couto: Dec. V, Liv. VII, Cap. V a VIII.
Fr. Luiz de Sousa: Annaes de D. João III, I Parte, Cap. XV e XVI.
Fr. Antonio de S. Roman: Historia general de la India oriental, Liv. III, Cap. XX.

Capitulo XIJ

Governo de Martim Affonso de Souza.—Os portuguezes salvam o imperio da Ethiopia de ser aniquilado pelos musulmanos. —1542 a 1545.

A 6 de julho de 1541 partiu de Maçuhá, para o interior da Abyssinia, o pequeno exercito de D. Christovão da Gama, acompanhando tambem a expedição o patriarcha D. João Bermudes. Durante os primeiros seis dias de marcha tiveram de atravessar serranias e valles muito fragosos, desfilando umas vezes por veredas estreitissimas, e outras como que resvalando pelas rochas cortadas quasi a prumo, por onde nem os camellos nem as mulas podiam tirar a artilheria e outrem de tão pequena expedição.

A sêde, a fadiga e o receio de poderem ser surprehendidos em terras de tão estranha structura, aggravava todos os dias o estado moral d'este pequeno exercito, tendo, alem d'isto, de fazer as marchas de noute para evitar a ardencia do sol.

Ao septimo dia entraram na planicie de Baróa ou Nebaróa, onde viram ainda fumegantes os restos da cidade d'este

nome, que o inimigo acabava de incendiar depois de ter devastado.

D. Christovão da Gama, tendo assentado o seu arraial no extremo da campina, fez saber á rainha, cujas forças se achavam fortificadas na serra de Damá, que a expedição portugueza se achava na planicie, onde esperava as suas regias determinações.

A rainha veiu logo ao acampamento portuguez, e, depois de passar revista á expedição, reuniu as suas forças e as do Bahar-Nagays, formando um só corpo de exercito, o qual continuou em dezembro a sua marcha ao encontro das tropas do inverador.

No principio de fevereiro de 1542 chegaram as forças alliadas ao primeiro ponto fortificado pelos mouros, o qual consistia em uma rocha muito alta, cortada a pique, por todos os lados, tendo apenas tres passagens ou desfiladeiros, que lhe davam um difficil e perigoso accesso.

Amba-Ganet, era o nome d'esta fortaleza, foi forçada a um tempo pelos tres desfiladeiros, e, como era de esperar, os mouros lançaram sobre os portuguezes muitos penedos, troncos d'arvores, artificios de fogo e tudo quanto podesse embaraçar-lhes a passagem; mas, não obstante, a fortificação foi entrada, morto o seu chefe, e passados á espada todos os mouros que não preferiram precipitar-se da escarpada rocha.

Posto o exercito alliado novamente em marcha soube D. Christovão que o levantado rei d'Adel procurava cortar-lhe a frente; e com effeito, as suas forças appareceram dias depois e em numero tal que pareciam cobrir todos os montes e campinas que a vista alcançava.

Os rebeldes cercaram o arraial abyssinio-portuguez, e assim permaneceram até ao outro dia, em que o rei d'Adel mandou um parlamentario com uma carta a D.

Christovão, na qual pretendia fazer-lhe suppôr que os abyssinios o haviam enganado, pois que, dizia elle, se D. Christovão soubera o numero das forças de que disponho, decerto não viera metter-se aqui com tão pouca gente.

Terminava a carta offerecendo ao exercito expedicionario a faculdade de poder retirar-se para a India, ou para onde lhe aprouvesse, comtanto que abandonasse immediatamente o territorio abyssinio.

O exercito d'Adel compunha-se de uns 15:000 infantes, frecheiros e lanceiros, 1:500 cavaleiros e cerca de 200 mosqueteiros, zumes; 17:000 homens ao todo proximamente.

O exercito abyssinio-portuguez contava apenas 400 portuguezes e cerca de 12:000 abyssinios mal armados e peior equipados.

D. Christovão respondeu á proposta do rei d'Adel, com o desprezo com que os portuguezes costumavam responder aos mouros; e vendo que o exercito inimigo não emprehendia movimento algum contra elle, mandou avançar em quadrado, levando a artilheria prestes, para principiar o fogo.

A cavallaria mourisca desdobrou então as suas duas grandes alas, e encurvando a linha que havia formado, ameaçava cingir com ella todo o exercito abyssinio-portuguez. A artilheria portugueza rompeu logo o fogo, fazendo com que a cavallaria inimiga, cujos cavallos não estavam habituados ao estampido dos canhões, se negasse a investir com o quadrado abyssinio-portuguez, causando no proprio exercito uma tal desordem, que tornou forçosa a retirada da cavallaria.

O rei d'Adel tinha em grande conta a sua numerosa cavallaria, pois que, tendo sabido de antemão que os portuguezes não levavam força alguma d'esta arma, julgou poder, só com ella, ganhar a victoria; vendo porem, que esta parte do seu exercito esta-

va innutilisada, mandou avançar os mosqueteiros.

Os zumes destacaram do campo inimigo, presumpçosos e atrevidos, e deram tão zijamente sobre os portuguezes que chegaram a tomar-lhes um guião. O combate assumiu n'este momento as proporções de uma encarniçada lucta; o fumo, as imprecações, o embate das armas e o estouro da artilheria não deixavam prever qual seria a sorte da batalha; os portuguezes tinham sido envolvidos por muitas vezes, mas outras tantas haviam retomado posições vantajosas, e tão embrenhados andavam alguns entre as hostes inimigas que, no mais renhido da peleja, um portuguez poude avontar ao rei e o derribou.

As bandeiras d'Adel foram logo abatidas, seguindo-se uma retirada tão desordenada, que bem pudera ter sido uma derrota, se os portuguezes tivessem 50 homens de cavallaria que picassem a retaguarda ao inimigo.

O rei d'Adel não tinha sido morto, fôra apenas ferido; e, reunindo novas forças, esperou outra vez o exercito alliado, para lhe dar batalha; a sorte, porem, quiz que ainda d'esta vez saisse desbaratado, deixando até o acampamento em poder dos alliados.

Bem reconheceu o astuto e corajoso rei d'Adel n'estas duas batalhas perdidas, que a superioridade das forças alliadas se devia mais á experiencia e aos habitos guerreiros dos portuguezes, do que á força numerica dos combatentes, em que os portuguezes tinham grande inferioridade. Corrigiu, pois, os defeitos do seu exercito, como a adversidade lhe havia ensinado, elevou o corpo dos mosqueteiros a 1:000 homens e muniu-se de 10 boccas de fogo, cuja vantagem elle fôra obrigado a reconhecer nas suas derrotas.

Entretanto tomava D. Christovão a fortaleza denominada Amba de Judeus, para não ter de ficar mettido entre dois fogos quan-

do os rebeldes voltassem ao ataque.

O exercito d'Adel, que já a este tempo estava novamente em marcha, despontou no horizonte, aproximou-se lentamente, e veiu por fim atacar os alliados no seu entrincheiramento.

Foi terrivel o primeiro choque de tão importantes forças; mas ainda assim não conseguiram os inimigos vantagem alguma, deixando na retirada o campo coberto de mortos. Vieram segunda e terceira vez á carga, mataram todos os capitães que tentavam embargar-lhes o passo, e por fim teve D. Christovão, ferido como se achava, de ir carregar o inimigo; mas, recebendo novos ferimentos sem nada poder conseguir, foi retirado do campo pelos seus amigos, sendo em seguida invadido o territorio que os portuguezes occupavam.

Os alliados foram a seu turno quasi que desbaratados!

A rainha, auxiliada pela noute, pode alcançar com alguns portuguezes e abyssinios a serra d'Amba de Judeus, que providencialmente havia sido tomada nas vesperas d'esta catastrophe.

D. Christovão e mais 14 companheiros, perderam-se da comitiva real e andaram toda a noute ao accaso, embrenhando-se por fim em uma matta, onde descançaram e trataram das suas feridas. Entretanto corriam os mouros em todas as direcções dando caça aos portuguezes que ficaram dispersos pelo campo, e devarando com os de D. Christovão aprisionaram-os todos.

O rei d'Adel, depois de commetter grandes injurias a D. Christovão, propoz-lhe ficar ao seu serviço com os portuguezes que restassem na Abyssinia, e, como elle repellisse esta ultima affronta, degolou-o com o proprio alfange.

Julgou o tyrano que o exercito alliado tivesse dispersado completamente, e por isso

licenciou logo as tropas extrangeiras que trazia, e recolheu-se a uma cidade perto do lago Dambea; mas o imperador da Ethiopia, que chegava a este tempo á fortaleza de Amba de Judeus, reorganisou o seu exercito com 10:000 infantes, 600 cavallos e 200 dos portuguezes que haviam escapado da catastrophe de D. Christovão da Gama, e deu tão de subito sobre o primeiro posto das forças inimigas que as derrotou, e, avançando logo sobre o grosso do exercito inimigo, foi acampar á vista do arraial do rei d'Adel.

Depois de algumas sortidas, e de pequenos combates emprehendidos de parte a parte com o fim de se experimentarem e sem maior resultado, determinou-se o rei a dar a batalha campal.

Os portuguezes, que muito desejavam vingar a morte de D. Christovão e dos outros seus compatriotas, marcharam na vanguarda do exercito abyssinio, e cairam tão valorosamente sobre o centro das fileiras inimigas que as romperam, fazendo o campo franco até encontrarem o rei, a quem um portuguez acommetteu e matou com um tiro d'arcabuz. Este portuguez dizem uns que fôra um João Gallego, e outros, um Pero de Leão.

Depois d'este successo era consequencia inevitavel o completo desbarato das forças rebeldes.

Tão desastrosa tinha sido a derrota, em que os portuguezes perderam, com o seu chefe, metade dos camaradas, como foi vantajosa esta victoria; que poz termo ás guerras que desde muitos annos assolavam a Ethiopia.

Indicámos n'este capitulo, sob o titulo de rainha e não como imperatriz, a mãe do imperador da Ethiopia por assim a encontrarmos designada em quasi todas as chronicas que consultámos.[1]

Tendo sido duas as testemunhas presenciaes, que escreveram relações da expedi-

ção da Abyssinia, Castanhoso e D. João Bermudes; parece aue não só as deveriamos preferir a auaesquer outras, na descripção d'aquella campanha, mas até limitarmo-nos a seguil-as, por serem de testemunhas presenciaes, tendo-as, porem, achado contradictorias em muitos pontos essenciaes, forçoso se nos tornou desprezar aquella aue julgamos menos verdadeira.

A relação de Bermudes aue, logo aos primeiros capitulos, denuncia a má vontade com aue relata todas as cousas aue podiam interessar ao credito de D. Christovão, foi a aue condemnámos, servindo-nos da relação de Castanhoso para descrevermos os successos d'esta campanha d'Abyssinia; tendo, porem, em attenção algumas passagens de outros historiadores taes como Corrêa, Couto, Andrade e outros.

D. João Bermudes havia promettido a capitania d'aquella expedição a um seu amigo, Pero Borges Henriques, e como não podesse conseguir de D. Estevão da Gama a referida nomeação, ficou por isso indisposto com D. Christovão, intromettendo-se em todas as suas determinações e fazendo, sempre aue podia, deligencia para mostrar-lhe aue, sem o seu conselho, elle não teria a prudencia necessaria para desempenhar aquelle cargo.

Tudo isto se deprehende facilmente da propria relação de Bermudes, e por isso tratámos de seguir os escriptos de auctores menos parciaes.

Logo aue o imperador da Ethiopia se viu desaffrontado de inimigos, faltou a todas as considerações para com os portuguezes, principiou a tratal-os mal, recusou obedecer á Curia Romana e desterrou o patriarcha Bermudes para umas terras longiquas; mas como os portuguezes se unissem para defender todos os seus direitos, mandou-os perseguir por um exercito de 20:000 abyssinios, exercito aue, não obstante achar-se

na razão de 100 para 1, foi vencido em uma batalha campal, e em consequencia, constrangido o imperador ethiope a capitular.

Tres portuguezes, que n'este tempo se achavam em Sião, embarcaram em um junco e navegaram em direcção á China, onde tencionavam ir commerciar; as correntes, porem, d'aquelles mares contrariaram-lhes os designios, de fórma que foram arrojados a Kagoshima, onde desembarcaram, sabendo então ser aquella terra uma cidade do Japão.

Por este tempo eram os portuguezes expulsos de um estabelecimento que haviam fundado em Ningpó, e, segundo diz o abbade Raynal, foi este procedimento dos indigenas, provocado pelos grandes excessos que os portuguezes praticavam nos portos da China.

Martim Affonso de Sousa commetteu, durante o seu governo na India, toda a casta d'abusos e vexações, reduziu a metade os mantimentos dos servidores do estado, fez grandes exigencias aos soberanos da India, que eram amigos ou alliados dos portuguezes, e chegou a sair de Gôa com uma expedição vasa ir saltear a feira e pagode de Tremelle, onde perto de quatro milhões de individuos de todos os reinos do indostão, levavam annualmente grandissima riqueza.

Foi tambem no tempo d'este governador que o tribunal da inquisição se estabeleceu na India.

Para compensação de tantos males tinha o destino levado áquellas regiões o padre mestre Francisco Xavier cuja peregrinação muito concorreu para que os vexames alli praticados nos ultimos tempos não fossem causa de se tornar geralmente odiado o nome portuguez.

O padre Francisco Xavier discipulo de S.to Ignacio de Loyola, foi um dos religiosos fundadores da Companhia de Jesus que, a

pedido d'el-Rei D. João III, vieram a Portugal. Este missionario tinha ido para a India em 1541 com o governador Martim Affonso de Sousa, chegando a Gôa em 1542.(2)

(1) Gaspar Corrêa:- Lendas da India, Liv. III, Parte I, Lenda de D. Estevão da Gama, Cap. VI, XXV, XXVI a XXVII e XXVIII. Lenda de Martim Affonso de Sousa, Cap. I.
Andrade:- Chron. d'el-Rei D. João III, III Parte, Cap. LXXX.
Diogo do Couto:- D. V, Liv. VII, Cap. X e XI, e Liv. VIII, Cap. VII e seguintes.
The journal of the Royal Geographical Society.- Vol. the thirty eighth, pag. III.
Fr Luiz de Sousa:- Annaes de D. João III, Parte II. Liv. I, Cap. XVI e XVII

(2) Abbade Reynal: Cap. XXII, pag. CCLIII.
Gaspar Corrêa: Tom. V, D. II.
Fr. Luiz de Sousa: Annaes de D. João III, P. II, Liv. II.

Capitulo xiij

Governo de D. João de Castro e quarto Vice-reinado da India.- Segundo cerco de Diu.- Os Achens.- S. Francisco Xavier.- 1545 a 1548.

A serie d'abusos praticados, na India, por alguns governadores e capitães-móres era, felizmente, interrompida pela administração de um ou outro governador de caracter integro e justiceiro. Vimos um ou outro, porque a maior parte dos fidalgos d'esta tempera, vendo o mau caminho que as cousas da India levavam, recusavam-se a ir exercer a authoridade em paizes, onde as irregularidades eram já um costume adquirido, e tão inveterado que quasi fazia lei.

Não obstante acceitou D. João de Castro, fidalgo de elevado caracter, intelligente e honrado, o governo da India para que el-Rei o convidára. Dizem os escriptores d'aquelle tempo que, se D. João de Castro não tinha por costume pedir cargos, tambem os não recusava; circumstancia que o tornava mais conhecido na côrte pelos serviços que prestava, que pelas veneras que lhe ornavam o peito.

D. João de Castro, já conhecido pelos feitos heroicos que praticára na Africa, ao ser-

viço de Hespanha, havia ido a India com D. Garcia de Noronha, tinha entrado em 1541 com D. Estevão da Gama no mar Vermelho; cujo roteiro escreveu, arrumando todos os seus portos e enseadas; e havia ido ao estreito de Gibraltar em 1543 com alguns navios, afim de, auxiliado por uma armada hespanhola, atacar o corsario Barba-Roxa, que n'este tempo assolava os portos do Mediterraneo e se dizia que viria passar o estreito e tomar Ceuta.

D. João de Castro andou com a sua armada no estreito á espera do famoso Corsario, e, não obstante a falta de comparecimento da esquadra hespanhola, alli permaneceu por espaço de tres ou quatro dias, tendo de retirar sem nada haver feito por lhe haver constado que Barba-Roxa mudára de resolução.

Em setembro de 1545 abortava D. João de Castro a Gôa, provido no governo da India, recebendo logo no anno seguinte um aviso, em que o governador de Diu lhe participava, estarem-se preparando os de Cambaya para atacarem aquella fortaleza.

O Baduz havia mandado pedir ao sultão do Egypto, por um sobrinho de Coge-Sofar, o auxilio de rumes e galés para expulsar os portuguezes de Diu; mas D. João de Castro, que não havia ficado ocioso depois do aviso, que recebera, tambem se preparou para a resistencia, fazendo bastante provimento de munições e ordenando o armamento de um grande numero de navios.

Em abril de 1546 entrou Coge-Sofar na cidade de Diu, seguido de 8:000 homens d' armas e muitos milhares de trabalhadores,(1) a pretexto de construir a parede, que o Baduz exigia se levantasse, entre a cidade e a fortificação portugueza, e fazendo saber a D. João de Mascarenhas o motivo da sua vin-

(1) Gaspar Corrêa diz 5:000 soldados e 20:000 trabalhadores.
J. T. d'Andrade diz 8:000 homens e 1:000 janisaros.

da, este lhe respondeu que entendia ser fóra de proposito o querer levantar muralhas entre povos já habituados a viver em paz; que se a fidelidade portugueza a não era bastante para tornar desnecessarias todas as barreiras imaginaveis, então devia aquelle negocio ser tratado com o governador da Índia, pois que lhe não parecia prudente principiar-se uma tal construcção sem elle ter dado o seu assentimento; mas se, em todo o caso, Coge-Sofar mandasse dar principio á construcção da muralha sem o previo consentimento do governador, elle, capitão-mór, estava resolvido a fazel-a derribar com a sua artilheria, logo que a parede excedesse as dimensões anteriormente assentadas entre o Baduz e o ex-governador D. Garcia de Noronha.

Coge-Sofar mostrou irritar-se com esta objecção, e, como prendesse o emissario que lh'a notificou, entendeu o governador portuguez que este excesso era a declaração tacita do rompimento das boas relações.

Em quanto que d'este caso parecia não haver resultado consequencia maior que a suppressão das relações amigaveis, iam os mouros dispondo tudo secretamente para um verdadeiro assedio, até que em uma manhã surgiram, como por encanto, em volta da fortaleza 3 grandes fortes guarnecidos da competente artilheria.

Coge-Sofar tambem havia feito construir, sobre o casco de uma nau, um elevado castello de madeira, destinado a lançar, pelo lado do mar, alguns projecteis no interior da fortaleza; mas D. João de Mascarenhas advinhou-lhe os designios, e mandou em uma noute surprender a nau do altoroso castello, atoal-a para entre os fortes da barra, e lançar-lhe fogo, tendo tido a sua guarnição apenas o tempo necessario para se salvar, lançando-se ao mar.

Entretanto proseguiam as obras no campo dos sitiantes, achando-se já alguns

fortes a coberto da artilheria portugueza. Alem dos fortes construiram os mouros um padrasto, ou monticulo, que ficava a cavalleiro da fortaleza, e diligenciavam elevar o aterro junto ás muralhas, para lhes servir de rampa no commettimento do assalto; todas estas obras custaram aos mouros um grande numero de vidas.

Depois de 15 dias de aturado bombardeamento, ficou a fortaleza tão desmantelada, que o capitão-mór se viu obrigado a mandar desmanchar algumas casas para reparar as fortificações com os materiaes d'ellas; prestando muito auxilio n'esta obra as mulheres, que fizeram quasi toda a conducção.

Coge-Sofar mandou então, por 2:000 peões, entulhar o fosso da fortaleza com os materiaes que da mesma haviam caido fóra, e elevar o aterro até á altura do parapeito para facilmente poder forçar a entrada da fortificação; mas os portuguezes frustraram-lhe o intento minando o aterro e fazendo-o abater, o que deu occasião a Coge-Sofar ir examinar o destroço da obra, expondo-se tanto, que um pelouro arremessado n'esse momento da fortaleza, com mais fortuna que proposito, lhe levou a cabeça.(2)

Rume-Kan, que succedeu a seu pae Coge-Sofar no odio aos portuguezes e no cargo de general, continuou os aterros, fez abrir seis caminhos cobertos em direcção á fortaleça, e, sabendo que dos portuguezes não existiam já nem 200 em estado de lhe poderem disputar a entrada, mandou offerecer-lhes as vidas e fazendas para deixarem Diu; mas sendo a proposta mal recebida, teve Rume-Kan de fazer emprehender logo o assalto.

Os mouros arrojaram-se pelos aterros até á parte superior das muralhas; mas ahi lhes refrearam os portuguezes o impeto, fazendo-os retroceder e encurralar nos reductos, terminando a refrega por um bombardeamento geral.

O assalto foi novamente emprehendido. Quatro mil homens investiram em uma mangada as muralhas da fortaleza e alguns d'elles, depois de porfiada lucta, penetraram no baluarte de S. Thomé, onde os tres irmãos D. João, D. Francisco e D. Pedro d'Almeida lhes oppozeram uma invencivel resistencia. Não obstante os mouros teimavam em quererem sustentar-se no baluarte, que haviam entrado, dando logar a que os portuguezes desamparassem outros postos, onde se achavam ociosos, para irem soccorrer os do baluarte.

Appareceu então um chefe abyssinio, por nome Juzar-Kan, que aproveitando o ensejo, julgou poder entrar a fortaleza por astucia.

Para esse fim poz com os seus seguazes a fortificação, indo sair a um ponto que havia sido recentemente desguarnecido pelos portuguezes, e onde ninguem suspeitava que os mouros podessem chegar sem serem presentidos; escallou as muralhas sem difficuldade, e só foi encontrar resistencia já dentro da fortaleza, onde as celebres mulheres de Diu, gritando por soccorro, oppozeram entretanto ás armas mouriscas os petrechos e utensilios caseiros, que mais á mão encontraram. Valeu este esforço o não ficar tudo perdido n'aquelle dia, pois que o caso deu tempo a que os portuguezes acudissem ao ponto ameaçado; e, ainda que os mouros occupavam já, em numero superior a cem, o eirado da egreja de S. Thiago, tiveram comtudo de o abandonar, deixando quasi todos as vidas no empenho da defeza.

A morte de Juzar-Kan pôz o chefe dos turcos na necessidade de recolher os seus, deixando no campo perto de mil mortos e levando o dobro de feridos e estropeados.

Bem sabia Rume-Kan que o exercito se veria obrigado a levantar o sitio, logo que o tempo désse logar á vinda dos soccorros, que se estavam organisando em Gôa, porisso deu-se pressa em commetter novo assalto; mas só conseguiu sacrificar mais algumas centenas de

homens sem resultado algum.

Desanimado Rume-Kan com tão repetidos revezes, sem ter obtido sequer uma unica vantajem, que lhe não custasse sacrificios maiores, lembrou-se de fazer destruir as muralhas da fortaleza e atacar os portuguezes, quando elles não tivessem já um unico parapeito que os abrigasse; então, pensou elle, facil lhe seria exterminar aquelles poucos estropeados que, agarrados ás pedras da fortaleza, pareciam tirar d'ellas forças e recursos invenciveis. Já os mouros tinham occultamente minado as muralhas do baluarte, onde commandava o filho de D. João de Castro, D. Fernando, o qual, ignorando o abysmo que lhe estava preparado, recusou abandonar o seu posto no momento fatal, em que o capitão-mór o mandava retirar. Então uma estrondosa detonação se fez ouvir, e uma nuvem de pó e fumo, envolveu reventinamente o baluarte. Quando a nuvem se dissipou, tinham desapparecido as muralhas do baluarte, e com ellas os seus defensores.

Pelo resalto do baluarte accommetteu logo uma legião de 500 turcos, seguida de todas as tropas do arraial; mas encontraram na parte não aluida, da fortaleza cinco portuguezes que lhe embargaram a entrada por largo espaço de tempo, "Verdade tão estranha", diz Freire d'Andrade, "que necessita de tanto valor para se escrever, como para se obrar." D. João de Mascarenhas foi soccorrel-os com mais quinze companheiros, os quaes sostiveram a furia de tão numerosos inimigos.

Foi a fortaleza muitas vezes entrada e outras tantas recuperada, sendo por fim o inimigo obrigado a retirar com 700 homens de menos! Trataram então os mouros de minar o baluarte de S. Thiago; mas os portuguezes minaram-lhes o intento contrapondo-lhes uma parede de repuxo, que encaminhou a explosão para o lado de fóra lançando todos os materiaes da cortina sobre

os sitiantes.

A fortaleza, porem, não se achava já em estado de poder resistir por muito tempo; a sua defeza, durante os ultimos ataques, parecia mais um milagre que obra de forças humanas.

Os turcos voltaram ao assalto, e d'esta vez eram já os portuguezes tão poucos e tão gastas estavam as suas forças, que se dispozeram todos para morrer, crendo não lhes fez já possivel a defeza do recinto da fortaleza, que por todos os lados se achava aberto.

Os valentes defensores de Diu não chegavam já a cem, uns aleijados e outros quasi de todo inuteis; preenchendo as mulheres, nas fileiras cerradas, as vagas dos seus parentes que o inimigo tinha posto fóra de combate.

As minas ordenadas por Rume-Kan continuavam a fazer saltar, aqui e alli, os lanços das muralhas e os baluartes, succedendo a cada explosão um assalto dos turcos.

Logo que as forças de Rume-Kan não puderam ser desalojadas do recinto d'alguns dos derrocados baluartes, não houve mais um momento de descanço para os poucos defensores de Diu, pois que o combate se tornou desde então continuo, sendo preciso aos portuguezes romperem as casas por dentro para fazerem o serviço a coberto.(3)

Eram estes os terriveis apuros a que Diu tinha chegado, quando Luiz de Mello aportou alli com alguns pequenos soccorros, levando áquelles heroes a grata noticia de poderem, em poucos dias, receber os reforços e munições da armada, que D. Alvaro de Castro comboiava.

Esta armada, depois de ter luctado com a furia d'aquelles alterosos mares, e de ter arribado a Agaçaim, appareceu finalmente á vista de Diu, com 40 navios cheios de gente e de munições

Estes soccorros elevaram a guarnição

de Diu a 600 homens; e, a julgar pelos heroicos feitos de seus predecessores, não era muito esperar que uma tal força podesse resistir a todo o exercito mouriſco; mas, d'entre os recem-chegados, surgiu uma idéa que se propagou com a rapidez da eletricidade, sem que os capitães podessem evitar o seu desenvolvimento.

Obstinaram-se as forças, que ultimamente tinham chegado, em irem todos juntos atacar o arraial mouriſco, antes que Rumekan tornasse a apertar-lhes o cerco: D. João de Mascarenhas tentou dissuadil-os do temerario intento; D. Alvaro de Castro tambem; mas elles responderam que antes queriam morrer no campo, que vencer abrasados n'algum baluarte sem terem podido vingar-se por suas mãos; que se o capitão os não quizesse acompanhar, elles nomeariam d'entre si quem os commandasse.

Chegadas as cousas a este ponto, forçoso foi acompanhar os amotinados ao campo, onde de principio levaram os mouros de vencida pela surpresa do atrevimento; mas desde que o inimigo poude organisar-se e pôr em ordem as suas inormes forças, tiveram os portuguezes de retroceder, tornando-se-lhes porfim tão trabalhosa a retirada, que quasi ia sendo entrada com elles a fortaleza pelo inimigo.

Entretanto emprehenderam os mouros mais alguns assaltos e emboscadas, sem resultado notavel, tentando por muitas vezes fazer saltar os baluartes que ainda existiam, até que, ao cair da tarde do dia 6 de Novembro, surgiu galhardamente na barra de Diu a armada de D. João de Castro.[4]

Compunha-se esta armada de 72 vasos, 12 galeões grandes e 60 embarcações mais pequenas, levando a seu bordo tres a quatro mil homens d' armas. O governador ordenou que esta força desembarcasse secretamente em duas noutes, ficando só a equipagem a

bordo. Na madrugada do dia 11, ao signal ajustado de uns foguetes, estendeu magestosamente a armada em linha e, simulando querer operar o desembarque perto do arraial mouriſco, rompeu um fogo vivissimo, em quanto que por cima dos pavezes scintilavam ao rubor da aurora centenares de lanças; que aos olhos de Rume-Kan se afiguravam outros tantos combatentes promptos a desembarcar.

As forças, porem, que a armada tinha conduſido, saiam a este tempo da fortaleza, em quanto Rume-Kan se achava defendendo o ſuppoſto desembarque, divididas em duas legiões, commandadas por D. João de Castro e D. João de Mascarenhas.

A legião de D. João de Mascarenhas correu logo á ponte onde os mouros tinham muita artilheria apontada, e, ou porque a apparição repentina dos portuguezes ſobre a ponte cauſaſſe algum deſaccordo entre os inimigos, ou porque as escorvas estivessem humidas do orvalho da manhã, ſuccedeu que de toda aquella artilheria só uma peça tomou fogo, despedaçando um portuguez; logrando toda a divisão passar incolume.

Após a legião de D. João de Mascarenhas seguiu a de D. João de Castro; a passagem, porem, d'esta legião foi muito mais trabalhoſa, poiſque, segundo D. João de Castro referiu depois, a artilheria matou-lhe muita gente e elle proprio esteve quasi derribado da ponte; mas, cobrando animo, franqueou ás cutiladas o caminho aos seus, acompanhado por Lourenço Pires de Tavora e por um padre Custodio de S. Francisco que nunca o abandonaram. Desembaraçados da ponte correram logo ás muralhas que cingiam o arraial e ahi foi o combate mais mal ferido, porque os inimigos, collocados muito a seu geito ſobre as muralhas, levavam grande vantagem aos portuguezes que, trepados nas escadas e agarrados ás paredes, tinham grande difficuldade em se defenderem, ſendo quaſi

nulla a aggressão.

As muralhas foram emfim escaladas em diversos pontos e os seus defensores, varridos de sobre ellas, foram engrossar as já enormes massas de mouros que se achavam agglomeradas no campo, esperando já meio descoroçoados o ataque dos portuguezes.

Logo que as duas legiões poderam entrar em ordem, cairam, aos gritos de S. Thiago, sobre toda aquella multidão de inimigos. A batalha, travada então em campo aberto, occupava uma zona de terreno parallela a toda a extensão da muralha, onde as duas linhas d'adversarios se curvavam, retraiam ou ondulavam, conforme o permittia o valor e a destreza dos combatentes. Os dois capitães portuguezes esforçavam os seus com a palavra e com o exemplo; mas os capitães de Rume-kan dispunham de forças dez vezes maiores e não afrouxavam no empenho de mostrar aos seus que os <u>francs</u>[5] eram poucos, não sendo mais que homens como elles.

Com taes incitamentos a batalha tornava-se de desesperada em cruel e exterminadora; mas indecisa. D. João de Castro nem já podia entrever a victoria; comtudo, inspirado por uma d'essas idéas que só a grande força de vontade pode tornar realisavel, gritou para os seus:-os mouros fogem! Victoria, victoria:- e os mouros, que até alli não tinham cedido terreno, obedeceram como que magnetisados pela vontade potente de D. João de Castro!

Avisado Rume-Kan de que os portuguezes estavam quasi senhores do arraial, acudiu á refrega com a numerosa legião, que se achava impedindo o esperado desembarque da armada, e pôz a batalha, que os portuguezes julgavam ter vencido, em circumstancias de ser preciso ganhal-a de novo.

Supportaram os portuguezes novo embate, não sem fazerem um grande esforço, porque, cançados como estavam, tiveram de bater-se com tropas frescas e em numero muito supe-

viol; mas conseguindo pela sua firmeza annullar o effeito do primeiro choque, prestes se envolveram com toda a linha inimiga em uma nuvem de pó e fumo, aue o fuzilar da mosauctaria avermelhava quasi constantemente; e, vedemoinhando ora para um, ora para outro lado, foram por fim portuguezes e turcos entrar de tropel na cidade mourisca.

Rume-Kan, porem, surge d'entre as veliquias do seu desbaratado exercito, com uns 8:000 homens e offerece de novo batalha a D. João de Castro.

Vencido, Rume-Kan torna ainda a apparecer com um troço de janizaros, disputando com denodado esforço a victoria a D. João de Castro; mas, sendo d'esta vez envolvido, desamparou o campo sem aue ao certo se soubesse para onde. Julga-se aue, para escapar á morte, se dissarçára e mettéra entre os mortos.

Das suas numerosas legiões, uns se afogaram no esteiro, deligenciando passar ao lado opposto, e outros foram depois encontrados escondidos nas barrocas da costa da ilha.

Os portuguezes apprehenderam n'esta batalha cerca de 40 boccas de fogo, grandes, immensas armas brancas, muita espingardaria, bandeiras, guiões e o estandarte real; alem da grande riqueza aue foi tomada no saque da cidade.

Ficaram mortos no campo 5:000 mouros, contando-se entre elles alguns capitães principaes, e foram captivos 600 mouros e o capitão Juzar-Kan, tio de outro capitão do mesmo nome, aue morrêra durante o cerco.

D. João de Castro, depois de vecolher os despojos tomados ao inimigo, enviou tudo á Camara de Gôa, mandando-lhe tambem alguns cabellos das suas barbas, para servirem de penhor a um emprestimo de 20:000 pardaos de aue precisava para vedificar Diu e pôr a praça ao abrigo de futuras correrias mouriscas; indo depois fazer a sua entrada triumphal na capital da India portugueza, á simi-

lhança dos heroes romanos.[6]

Jacintho Freire d'Andrade diz na sua — Vida de D. João de Castro, que uma das boccas de fogo tomadas na memoravel batalha de Diu, "que do logar em que se ganhou ainda conserva o nome", viera para Lisboa e se achava na fortaleza de S. Gião (S. Julião).

No paraque d'artilheria de Sta Clara, em Lisboa, do lado esquerdo entrando, existia ainda em 1875 uma formidavel bocca de fogo, que alli era conhecida pela denominação peça de Diu.

Não sabemos se esta é a peça, a que Jacintho Freire se refere, ou se é alguma outra tomada em occasião differente; porisque na secretaria d'aquelle estabelecimento nada se encontra que, sobre este ponto, nos podesse esclarecer, e das chronicas e escriptos antigos, a que recorremos, vê-se que seus auctores discordam completamente da asserção de Jacintho Freire.

Fr. João de Sousa refere a asserção de Jacintho Freire, acrescentando que, segundo se vê da inscripção da mesma peça, fôra fundida no tempo do Sultão Solimão, isto é, em 1533, e naturalmente em Constantinopola; que a peça se achava na torre de S. Julião tida como cousa de pouca conta e que fôra mandada vir para o arsenal do exercito para ser mettida na fundição da estatua equestre d'el-Rei D. José; mas que não sendo então precisa, por se ter completado a fundição com o metal de outras boccas de fogo, ficara alli depositada até que em 1778, por occasião da visita de um embaixador marroquino ao arsenal, a peça fôra notada e traduzida a sua inscripção pelo proprio Fr. João de Sousa.[7]

Barros diz mui explicitamente que a peça se achára em Diu, quando os portuguezes tomaram posse da cidade, tendo morto o Baduz.[8]

Fernão Mendes Pinto corrobora esta opinião dizendo que, em 1538 viera para Lisboa o basilisco a que chamavam tiro de Diu, que fôra tomado por occasião da morte do Baduz.

São, portanto, duas as opiniões que vogam sobre a peça de Diu; ou ella foi tomada em 1546, na memoravel batalha em que D. João de Castro venceu o numeroso exercito do Rumeckan, segundo Jacintho Freire, e n'este caso a peça é um verdadeiro monumento de gloria: ou, segundo Barros e Fernão Mendes, ella foi achada nos arsenaes de Diu por Nuno da Cunha, quando em 1536 aconteceu a morte desastrosa do Badur de Cambaya, circumstancia que, sendo verdadeira, tirará a este monumento a importancia de trophéu de gloria, com tem sido considerado desde o escripto de Jacintho Freire d'Andrade.

Respeitando muito a opinião de Jacintho Freire d'Andrade, é este o primeiro caso em que nos não achamos inclinados a acceitar como certa a sua asserção, poisque encontramos quasi todos os outros autores de opinião contraria á d'elle.

Jacintho Freire d'Andrade escreveu a historia de D. João de Castro a instancias do bispo D. Francisco de Castro, seu neto e membro do Conselho do Santo Officio.

Não é, pois, para estranhar que tendo occasião de fazer o panegyrico de D. João de Castro, tentasse tambem vincular á sua memoria a peça de Diu, com o fim de perpetuar, por mais este meio, a gloria d'aquelle heroe.

Fr. Francisco de S. Luiz nada menciona nas suas annotações, que a este respeito nos possa esclarecer.

Completando, pois, a noticia da reliquia de Diu, diremos que, por informações obtidas no Arsenal do Exercito, em 1875, soubemos que a referida peça é de bronze, mede 6^{m},2 de comprimento, 2^{m},2 de circumferencia na culatra e póde arremessar projectéis de ferro de 50 kilogrammas.

Já os portuguezes tinham tido varios recontros com os achens, povos aguerridos do estremo norte da ilha de Sumatra, quando a população de Malaca foi em 1547 dispertada por estes barbaros, aos golpes de machado e

ao clarão do incendio. Toda a população da praia, aue ficava fóra dos muros da cerca da cidade, foi massacrada e aueimadas ou devastadas as suas habitações

Quando a guarnição acudiu á praia — não encontrou já senão as victimas e os destroços fumegantes de tão barbaro como inesperado assalto.

Em Malaca não havia a este tempo mais de quatro fustas velhas, incapazes de qualquer serviço, as quaes para se pôrem a nado seria preciso gastar muitos dias, circumstancia aue tornava a desaffronta quasi impossivel.

O padre mestre Francisco Xavier, aue a este tempo se achava n'aquella cidade, exhortou os portuguezes, em uma pratica aue fez depois da missa do dia, aconselhando-os a aue se entregasse cada um a seu mistér, concertando as fustas e fornecendo-as de artilheria e munições, aue elle por sua parte trabalharia para aue Deus os ajudasse na perseguição dos invasores.

Os achéns, aue seguiam ufanos e muito a salvo na sua viagem de rapina, entraram no rio Darlés, roubaram a povoação e dispunham-se a fortificar-se alli quando a pequena armada portugueza de Malaca, composta de 6 fustas, 2 caravellões, 2 galeotas e alguns bantins, surgiu na barra d'aquelle rio. D. Francisco d'Eça, aue era o capitão da expedição, mandou aue tudo ficasse prestes para logo de manhã se irem rio acima.

Os achéns tiveram noticia da chegada d'alguns navios; mas, sabendo aue eram poucos, julgaram aue os recem chegados fossem mercadores; e, cubiçando mais esta presa, descuidosos desceram o rio; dando, porem, d'improviso com os portuguezes aue se achavam a postos para os aferrar, receberam d'estes uma descarga aue toda se lhes empregou nas galés, em cujos destroços se incluiu o da capitania, aue foi logo a pique.

Os achéns rodearam o logar do sinistro,

para salvarem o seu capitão; mas como o rio era estreito e as galés corriam mui velozmente, de tal sorte se embaraçaram umas nas outras, que os portuguezes poderam empregar de novo toda a sua artilheria, mettendo-mais tres navios no fundo e tomando todos os outros com morte das suas tripulações.

A carnificina foi tal, diz Couto, que o rio por muito tempo ficou vermelho.

Entretanto o rei de Agentana, herdeiro dos antigos senhores de Malaca, sabendo que esta cidade tinha ficado desprovida de gente, dirigiu a sua armada para o rio Muar, e d'alli mandou um emissario ao Governador portuguez, pedindo-lhe licença para entrar no porto de Malaca, pois que, dizia o astuto rei, sendo amigo d'el-Rei de Portugal e constando-lhe terem sido os portuguezes vencidos pelos achéns, se offerecia para defender a entrada d'estes em Malaca, que n'este caso parecia imminente.

Esta nova pôz em dolorosa consternação os moradores d'aquella cidade; mas o Governador, que por experiencia conhecia já a astucia dos reis orientaes, desconfiou da noticia e fazendo-se muito forte respondeu ao rei de Agentana que, estando melhor informado, não só lhe dispensava o seu auxilio; mas até lhe pedia se retirasse quanto antes.

Não obstante, o desalento em Malaca tornou-se geral e durou até que em um domingo, á hora da missa, o padre mestre Francisco Xavier pediu aos fieis que dessem graças ao altissimo pela completa victoria que os portuguezes accabavam d'alcançar n'aquelle momento sobre os achéns!

Poucos dias depois fez a sua entrada triumphal em Malaca a armada de D. Francisco d'Eça, acrescentada com as embarcações tomadas ao inimigo.(93)

Em quanto D. João de Castro arrasava algumas cidades maritimas de Cambaya,

invadiram novamente as hordas do Hidal-kan todas as terras de Bardez e Salsete.

Esta circumstancia abrigou o governador a ir expulsar d'alli os invasores e fazer construir algumas fortalezas, para assegurar a posse definitiva d'aquellas terras.

Voltando a Gôa mandou Antonio Moniz com uma pequena expedição a soccorrer o rei de Candia na ilha de Ceylão, que se achava ameaçado por outros reis seus visinhos; esta expedição porem não poude chegar ao seu destino, porque os senhores das terras, por onde ella tinha de passar, taes embaraços e guerras lhe moveram que Moniz teve de retroceder com perda d'alguns homens.

Já D. João de Castro se achava doente quando Belchior de Sá aportou em Gôa e depôz nas suas mãos a nomeação de Vice-rei da India, por mais tres annos, e a patente de capitão-mór do mar para seu filho D. Alvaro; mas D. João de Castro não poude já servir este seu novo cargo por ter fallecido a 6 de Junho de 1548, nos braços do padre-mestre Francisco, que não era outro senão S. Francisco Xavier, cognominado o apostolo das Indias.(10)

---

(2) Gaspar Corrêa: Lendas da India.– Lenda de D. João de Castro, Cap. xv a xxviij.
Diogo do Couto: D. vj, Liv. j, Cap. viij e Liv. ij, Cap. 1, 11 e iij.
(3.) J. F. d'Andrade: Vida de D. João de Castro L.º ij, pag. cliij.
D. de Couto: D. vj, L. ij, Cap. iij a x e L. iij, Cap. j e iij.
(4.) G. Corrêa: Lenda de D. João de Castro, Cap. xxx a lj.
D. de Couto: D. vj, L. ij, Cap. iij e x.
(5.) Francos ou francos, designação por que eram conhecidos n'Asia os europeos.
(6.) Pedro Barreto de Rezende: Epilogo de todos os vice-reis da India.
Andrade: Chron. de D. João iij, Parte iij, Cap. xvj, xvij, xviij e xviiij.
Carta inedita de D. João de Castro, escripta em 16 de Dezembro de 1546 a el-Rei D. João iij, relatando a batalha que ganhara em Diu.
Panorama de 1858 pag. clxxxvj.
Simão Barreto Coelho: Elogio de D. João de Castro.
J. F. d'Andrade: Vida de D. João de Castro, L. iij.
G. Corrêa: T. iij, Parte ij, Cap. lxj a lxxj, Lenda de D. João de Castro.
(7.) J. F. d'Andrade: Vida de D. João de Castro, Liv. iij.
Memorias da Litteratura portugueza: Vol. v.
Murphy: pag. cliij.
Barros: D. iij, L. viij, Cap. vij.
J. B. Lavanha: Nota da iij Dec.
V. P. da Camara: Dic. Geogr. Hist.º e Litt.º Pag. ccxxviij, artigo Gôa; e pag. ccclxj, art.º Oeiras.
(8.) Fernão Mendes Pinto: Perigrinações, Cap. ij.
(9.) D. de Couto: D. vj, L. v, Cap. j e ij.
P. João de Lucena: Historia da Vida do P.S. Francisco Xavier, Liv. v, Cap. vij, viij, viiij, xij, xiij, exiiij.
(10.) J. F. d'Andrade: Vida de D. João de Castro, Liv. iij.
João Pinto Ribeiro: Elogio de D. João de Castro.
Andrade: Chronica de D. João iij, ij Parte, Cap. xxj, xxij e xxviij.
Gaspar Corrêa: Lenda de D. João de Castro, Cap. lxxx, lxxxj, lxxxij, lxxxxviij e c.
Diogo de Couto: D. vj. L. v, Cap. viij, vij, viij, viiij, xj e L.º vj, Cap. viij.

Capitulo xiij

Governo de Garcia de Sá.–Fundação da cidade de S. Salvador no Brazil, por Thomé de Sousa –Cerco de Malaca–1548-1549.

Garcia de Sá succedeu a D. João de Castro no governo da India, por assim se achar designado na terceira carta de successão.

Em 1549 lançou Thomé de Sousa, junto da bahia de Todos os Santos no Brazil,–os fundamentos da cidade de S. Salvador, onde, segundo as determinações d'el-Rei D. João iij, devia ficar como governador, com tres naus, duas caravellas, um bergantim e 320 homens de guarnição, para vigiar e impedir que os francezes continuassem a instigar os naturaes a que se rebelassem contra as authoridades portuguezas.(1)

(1) Andrade: Chron. de D. João iij, Parte iij, Cap. xxxij.

Capitulo XV

Governo de Jorge Cabral.–Descerco de Malaca–Tomada de Geilolo–1550.

Por morte de Garcia de Sá succedeu no governo da India Jorge Cabral, aue, no tempo de se abrirem as cartas regias, se achava por capitão de Baçaim.

Ordenou este governador, logo aue chegou a Gôa, o armamento de todas as fortalezas de mar e terra, por ter tido noticia de virem os rumes com grande poder de galés saindo o estreito do mar Vermelho. Reuniu pois umas 80 velas e foi ensaiar os seus petrechos bellicos bombardeando Calecut, Coulete e Panane; e auando aportava á ilha de Bardella teve ahi noticia da chegada do vice-rei aue ia rendel-o, o aue o embaraçou de emprehender movimento algum contrá os rumes.

Governava em Malaca D. Pedro da Silva da Gama, auando esta cidade foi inesperadamente cercada e atacada pelas forças, aue o filho do antigo rei d'este paiz obtivera dos reis de Pan, Perá, Marvás e Japará.

Surgiu este terrivel inimigo em Malaca com uns 200 navios de diversos tamanhos e

principiou a bater a fortaleza por mar e por terra, tendo para isso feito desembarcar algumas boccas de fogo.

D. Garcia de Menezes, que chegava n'aquella conjunctura ao porto, forçou o bloqueio com admiravel ousadia e levou á fortaleza um reforço tão apreciavel como necessario; porem, saindo logo para terra com alguns companheiros a tomar uma bocca de fogo que muito incommodava a fortaleza, teve a infelicidade de succumbir sobre a sua presa, quando recolhia com ella, perseguido por uns 2:000 javas e malaios.

O cerco permaneceu alguns dias sem que de parte a parte se fizesse mais que algumas sortidas e ataques com pouco ou nenhum resultado. Os inimigos porem tinham-se preparado para um commettimento geral; e, dado que foi o signal para o assalto, 50 escadas se arrimaram quasi ao mesmo tempo ás muralhas da fortaleza, por onde os assaltantes subiram de tropel. Os portuguezes esperaram que as escadas se atulhassem de malaios; e, quando o peso já as fazia vergar, lançaram sobre ellas as vigas e antennas que, por conselho de um soldado velho, tinham collocado ao longo da parte superior das muralhas. Esta manobra foi tão bem feita que todas as escadas ficaram completamente varridas e uma grande parte despedaçadas.

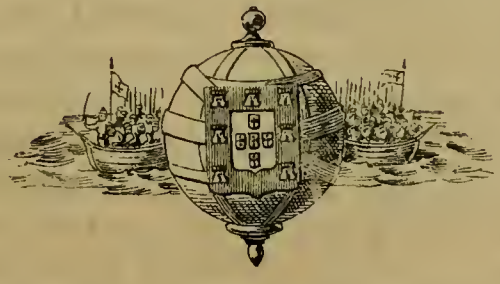
Gil Fernandes, chegando a Malaca no dia seguinte, aproveitou a desordem e assombro dos inimigos, e, caindo com uns duzentos homens, d'improviso, sobre elles, desbaratou-os, ao mesmo tempo que uma tempestade lhes destruia a armada.[1]

O padre-mestre Francisco Xavier havia por este tempo saido para Malaca, levando ordem do governador geral da India para o capitão mór d'aquella cidade lhe dar embarcação, onde podesse seguir viagem para o Japão; o capitão de Malaca, porem, negou-se a dar-lhe navio e o padre Francisco Xavier teve de embarcar-se no junco de um chim, por nome Nicodá,

que o conduziu ao Japão. O Padre Xavier, depois de se demorar em Kagoshima, passou a Firandó, foi a Miako, capital do Japão, esteve em Sicay, - voltou a Firandó, e foi depois para Yamanguchi onde ficou por algum tempo.(2)

Em abril de 1550 partia para Maluco-Bernardim de Sousa com uma armada de 5 galeões com trezentos homens de guarnição. Tomando posse da capitania d'aquelle archipelago, reuniu as forças dos reis alliados de Bachão e Ternate e com ellas sitiou e tomou á viva força a capital de Geilolo; depois do que, nomeou o antigo rei d'aquella ilha governador do mesmo paiz em nome do rei de Portugal.(3)

(1.) Andrade: Chron. de D. João III, Parte III, Cap. LXXVIII a LXXXI.
Diogo do Couto: D. VI, L. VIII, Cap. XIII e L VIII, Cap. I, V, VI, VII e VIII.
(2) Fernão Mendes Pinto: Perigrinações, Cap. CCVII.
(3.) Andrade: Chron. de D. João III, Parte III, Cap. LXXXIII a LXXXVI.
Diogo do Couto: D. VI, L. VIII, Cap. XI e XII.



Capitulo XVI

Quinto Vice-reinado da India - Vice-Rei D. Affonso de Noronha. - Morte do Padre S. Francisco Xavier - Cerco d'Ormuz - 1550 a 1554.

A guerra em Ceylão continuava mal e dando serios cuidados aos portuguezes.

O reino de Cota achava-se ameaçado pelas forças de Madune Pandar, rei de Ceita-Vaca; circumstancia que obrigou o governador a mandar alli uns 600 homens. De pouco serviu então este pequeno auxilio porque o Madune conseguiu reunir mais tarde forças consideraveis; e com ellas invadiu o reino e se apossou d'elle.

Achavam-se os negocios de Ceylão n'este mau pé, quando o Vice-Rei D. Affonso de Noronha surgiu perto de Columbo, com uma poderosa armada de galeões e navios pequenos, expulsou os invasores do reino de Cota, collocou n'elle o seu legitimo rei e, deixando n'aquelle porto dez navios e uma guarnição portugueza, singrou para Chembe, onde foi vingar as offensas que alli tinham sido praticadas contra os portuguezes.

Largou da India n'este anno o galeão S. João, que conduzia a seu bordo os infelizes Ma-

nuel de Sousa de Sepulveda e sua familia, os quaes foram todos naufragar e morrer de fome e de febres nas praias africanas, perto do cabo de Boa-Esperança.

Não fazemos aqui a triste narração d'este acontecimento por não ser esse assumpto da indole do nosso trabalho; e porque facilmente poderá encontrar-se em quasi todas as chronicas d'esse tempo.(1)

Pelos fins do anno de 1551 regressou o padre Francisco Xavier a Malaca, d'onde seguiu para a India. Em Gôa obteve do governador-geral, D. Affonso de Noronha, licença para ir á China com um embaixador portuguez; mas o capitão de Malaca oppôz-se a que elle levasse o embaixador, tendo por isso de seguir só e desprotegido de authoridade em um navio que ia para Sanchoan.

Alli tentou achar quem o conduzisse á capital da China; mas não poude pôr em pratica o seu designio, porque o édito do imperador, que prohibia a entrada de portuguezes n'aquelles estados, impunha tambem a pena de morte ao piloto chim ou estrangeiro que os conduzisse. Adoecendo entretanto o virtuoso sacerdote, teve de ser transportado a terra pelos portuguezes, os quaes á pressa lhe arranjaram uma cabana para o agasalharem: foram, porem, baldados todos estes cuidados, porque o santo missionario rendeu a alma ao creador a 2 de dezembro de 1552, 17 dias depois de ter desembarcado.

Os portuguezes trataram então de o enterrar na praia d'aquella ilha, sendo tres mezes depois transportado a Malaca com toda a veneração e respeito.(2)

Construia-se então em Suez, por ordem do Gran-Turco, mais uma armada de galés, cuja capitania foi confiada a um corsario, Pirbec, para ir pôr cerco a Ormuz e obrigar os portuguezes a abandonarem aquella praça. O capitão d'Ormuz, D. Alvaro de Noronha,

teve denuncia pelos seus espiões d'esta tentativa, e avisando logo o Vice-rei, tomou ao mesmo tempo as providencias necessarias para a defensão da praça.

Pirbec chegou entretanto ao golfo persico e o entrou em seguimento de seu filho que havia tomado a dianteira. Surgindo em Mascate pôz ahi cerco á fortaleza; mas só a poude tomar por concerto que fez com os sitiados. Dirigindo-se depois a Ormuz, desembarcou o trem de guerra e principiou a bater a fortaleza. Vendo porem que durante quatro dias de fogo nada tinha podido conseguir, propoz uma capitulação ao capitão, mandando-lhe perguntar por alguns dos portuguezes que tinha tomado em Mascate, se elle queria resgatar alguns dos seus.

D. Affonso respondeu a Pirbec que, a portuguezes, que se entregavam antes de feitos pedaços, não queria saber mais; e, mandando-lhe um presente em que entrava um arcabuz, uma espada e uma rodella, mandou juntamente dizer-lhe que, eram aquellas as peças com que os portuguezes costumavan receber os vassallos do Turco.(3.)

Pirbec voltou a Suez sem nada ter conseguido, vagando alli com a cabeça o mau successo da expedição.

O Gran-Turco conferiu então a Morado-bec o encargo de ir vingar o desastre de seu antecessor.

Apparecendo esta armada no golfo persico, sairam-lhe logo ao encontro os galeões de D. Diogo de Noronha; mas acalmando o tempo, quando os navios se achavam espalhados e em meio de manobra, succedeu que o galeão de Gonçalo Pereira de Maramaque poude ser cercado pelas galés inimigas, que se moviam a remos. O galeão foi batido durante um dia todo, sem poder ser soccorrido nem se entregar. — Pela tarde refrescou o vento mudando a face do combate, e as galés turcas, que não poderam ganhar a saida do golfo, tiveram de met-

tez-se velo Euphrates aſim de eſcaparem aos portuguezes.(4)

O mau reſultado d'eſta expedição ſoi logo communicado ao Gran-Turco, o aual, para vêr ſe ſalvava o reſto da armada, mandou Alechebuly a Baſſorá para tomar o commando do reſto dos navios.

Alechebuly ſaía já do Euphrates com as galés mouriscas, auando D. Fernando ſe atraveſſou na ſua frente, ao paſſo aue os galeões de Bernardim de Souſa lhe cortavam a retirada. Eſta manobra levou o turco a approximar-ſe da coſta; vendo-ſe, porém, auaſi perdido abandonou a armada, indo reſugiar-ſe em terra, em auanto eram entradas a maior parte das embarcações e paſſados á eſpada os tripolantes.

---

(1) Andrade: Chron. de D. João III, Parte III, Cap. LXXXVIII, LXXXVIII e LXXXX.
Diogo do Couto: D. VI, Liv. VIII, Cap. XVII.

(2) Andrade: Chron. de D. João III, Parte III, Cap. LXXXXVI.
Fernão Mendes Pinto: Peregrinações, Cap. CCXV e CCXVI.
A. Maraues Pereira: Ephemerides commemorativas da historia de Macau, pag. XXXV.
D. João de Lucena: Hiſtoria da vida do P. Franciſco Xavier, L.º I, Cap. XXV a XXVII.

(3) Andrade: Chron. de D. João III, Parte III, Cap. LXXXXII e LXXXXIII.
Diogo do Couto: D. VI, Liv. X, Cap. I, II, III e VI.

(4) Andrade: Chron. de D. João III, Parte III, Cap. LXXXXVIII, CII, CVII e CXII.

Capitulo xvij

Sexto Vice-reinado da India—Vice-Rei D. Pedro de Mascarenhas. —1554-1555.

O vice-rei D. Pedro de Mascarenhas chegou á India em setembro de 1554, e logo no anno seguinte recebeu em Gôa o emissario de uma junta de conspiradores de Visapôr e do Dekkan, o qual lhe propôz a cessão das terras de Concão, Bardez e Salsete, para o vice-rei permittir que elles pozessem no throno de Dekkan e Visapôr o Meale que se achava em Gôa.

O vice-rei annuiu á proposta dos conspiradores, e ordenando para esse fim uns grandes festejos na capital da India portugueza, fez alli acclamar publica e solemnemente o Meale-Kan como rei de Dekkan e Visapôr e conduziu-o depois com grande magnificencia a Pondá, onde o entregou ao chefe da facção, que devia collocal-o no throno, ao tempo ainda occupado pelo Hidal-Kan.

Voltou o vice-rei d'esta viagem muito incommodado, e como era bastante edoso, o seu estado foi-se aggravando até que falleceu em junho de 1555.(1)

(1) Andrade: Chron. de D. João III, Parte III, Cap. CVIII e CXIII).
Diogo do Couto: D. VI, Liv. I, Cap. III a XII, e Liv. II, Cap. I.

Capitulo xviij

Governo de Francisco Barreto. — Fundação de Macau — 1555-1558.

Francisco Barreto succedeu no governo da India, conforme se achava determinado nas cartas regias.

Entre os successos menos importantes, para o nosso fim historico, occorridos durante o governo de Francisco Barreto figuram, a derrota do exercito de Meale-Kan e a sua emigração para Nizan ou Izan-Maluco; — as correrias que em represalia fizeram os portuguezes nas terras do Hidal-Kan; — as primeiras diligencias empregadas pelos missionarios com o fim de se estabelecerem em algumas das ilhas de Sonda; — e as guerras de Ceylão.

Tribuly Pandar, a quem os portuguezes haviam prendido e conduzido para Columbo, — pelo haverem julgado complice n'uma conspiração, conseguiu evadir-se e pôr-se á testa das tropas que os seus partidarios haviam de antemão levantado. Com estas forças assolou e devastou todas as povoações e egrejas christãs que encontrou; sendo, porem, perseguido pelos portuguezes e pelo exercito de um filho-

bastardo de Madune Pandar, por nome Rajú, foi derrotado e teve de fugir para o interior, emigrando depois com as alfaias que havia roubado e tudo o mais que fazia parte do seu thesouro, para Jasanapatão, onde foi assassinado n'uma revolta que se levantou contra elle.

O padre João de Lucena, diz que fôra o rei de Jasanapatão que o mandára matar para lhe ficar com o thesouro e fazenda.(1)

Havia já bastante tempo que os portuguezes iam commerciar ás ilhas chinezas; e, desde que elles acertaram com o sumo d'este paiz, jamais deixaram de entreter relações — commerciaes, ainda que muito aventurosas, com alguns mercadores d'aquelle imperio.

A pouca ou nenhuma deferencia com que os mandarins tratavam os portuguezes, motivado talvez pelos abusos praticados por alguns dos primeiros portuguezes que alli aportaram, tornou não só difficil, mas perigosa esta labotação; e concorreu sobre tudo para demorar muito o estabelecimento d'uma feitoria portugueza n'algum porto d'aquelle imperio. Comtudo os portuguezes commerciavam nos portos chinezes, á sombra dos mercadores das outras nações visinhas, quando o temivel pirata, Tchang-si-lau, foi pôr cêrco a Cantão, exigindo avultadas sommas pelo resgate.

Esta circumstancia facilitou aos portuguezes o tornarem-se uteis ao imperio chinez e por consequencia credores de algum reconhecimento da parte do imperador. Os mandarins de Cantão pediram aos portuguezes que os soccorressem, e estes saindo ao encontro do famoso pirata, bateram-no e destruiram-lhe a armada, deixando limpos os mares e portos da China de tão terrivel inimigo.

O imperador concedeu então que os portuguezes estabelecessem na peninsula de Macau uma colonia independente.(2)

---

(1) Andrade: Chron. de D. João III, Parte III, Cap. CXVI e CXVII.
Diogo do Couto: D. VII, L. II, Cap. I a VII, L. III Cap. I a V e LXV.
Padre João de Lucena: Vida de S. Francisco Xavier, L. II, cap. XXIII.

(2). Ephemerides commemorativas da historia de Macau: por A. Marques da Silva
Reynal: Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes. T. I, Chap. VIII et XXI.

Capitulo XVIIII

Setimo Vice-reinado da India-Vice-Rei D. Constantino de Bragança.—Tomada de Damão—O rei de Jafanapatão jura vassalagem a Portugal—1558-1561.

Fallecendo em junho de 1557 el-Rei D. João III, ficaram governando o reino, durante a menoridade d'el-Rei D. Sebastião, o Cardeal D. Henriaue e a rainha D. Catharina. Estes governadores determinaram mandar á India uma pessoa nobre d'estes reinos para a governar, e em consequencia foi D. Constantino de Bragança nomeado vice-rei da India.

D. Constantino chegou á India em 1558, proveu as capitanias aue vinham destinadas do reino; e, tratando d'alguns negocios d'aauelle estado em conselho, onde tambem se achava D. Diogo de Noronha, aue em tempo tinha tentado obter do rei de Cambaya a cessão da praça de Damão, foi-lhe por elle suscitada a idéa de se-apposssarem de Damão, poisaue se os portuguezes tivessem esta praça poderiam, para o futuro, conjunctamente com a de Diu, dominar o golfo de Cambaya, facto aue daria aos portuguezes não só todo o commercio dos portos d'aauelle golfo, mas facilitaria tambem.

o soccorro das outras praças d'aquellas costas, quando elle fosse necessario. O vice-rei possuiu-se d'esta idéa, e renovando as diligencias, já encetadas para aquelle fim, junto do rei de Cambaya, teve a felicidade de as vêr coroadas do melhor exito.

A praça de Damão foi com effeito cedida aos portuguezes, com todas as tanadarias e dependencias que lhe andavam annexas; a difficuldade, porem, estava em ir occupar Damão, pois que Cid-Bosatá, capitão muito poderoso que se achava rebellado contra o rei de Cambaya, se havia fortificado n'aquella praça com uma força superior a 3:000 homens, e era de suppôr que elle a não evacuasse se não fosse ameaçado por forças, pelo menos eguaes.

D. Constantino de Bragança não era fidalgo que retrocedesse com a perspectiva d'uma batalha; mas a guerra que então se fazia em Cananor contra os portuguezes obstava a que o vice-rei podesse dispôr de grandes forças; alem de não faltar quem dissesse nos seus conselhos, que não era prudente enfraquecer a defeza das fortalezas que já eram portuguezas, para ir tomar outras que se não sabia se o viriam a ser.

Comquanto estas idéas parecessem judiciosas, a jornada de Damão foi decidida e D. Constantino de Bragança singrou com a sua armada para o norte, indo surgir em frente d'aquella praça, com mais de 100 navios de todos os lotes, e perto de 3:000 homens d'armas. A entrada da barra, assim como muitos outros pontos da costa, achavam-se defendidos com artilheria poderosa; mas, não obstante, o desembarque operou-se com pouco trabalho e as forças dirigiram-se logo sobre a cidade, que foi precipitadamente abandonada. A fortaleza tornou-se então o ponto de mira dos atacantes, e comquanto Cid Bosatá aventurasse ainda alguns tiros, atemorizado pela firmeza dos portuguezes, despejou-a muito apressadamente, passando

ao outro lado do rio, antes mesmo de tentar um conflicto com as forças portuguezas, tanto elle o julgava de resultado duvidoso.

Um guião portuguez, postado sobre as muralhas da fortaleza, annunciou em Damão a posse e o dominio portuguez d'aquella praça.

Os mouros vieram ainda nos dias seguintes incommodar os portuguezes com as suas correrias; mas o capitão Antonio Moniz Barreto, que, em uma madrugada, saiu com uns 500 homens, caiu tão de subito sobre o arraial de Bosatá, que com sós 120 dos que haviam marchado na frente, desbaratou os inimigos, tomando-lhes o acampamento e munições.[1]

Os portuguezes andavam assim por quasi todo o Malabar, sem poderem largar mão das armas, umas vezes sorprendendo uma ou outra cidade, que era em continente reduzida a cinzas; e, outras vezes defendendo-se das represalias dos capitães mouros e gentios.

Luiz de Melo da Silva, que havia assaltado a cidade de Mangalor e a destruiu a ferro e fogo, foi procurado nas aguas d'aquella mesma cidade por Odo-Raio que negociára em Calecut 13 navios grandes para o acommetter.

Luiz de Mello saiu-lhe ao encontro com as suas 7 galés, e rompendo o fogo sobre os inimigos, metteu a pique, logo aos primeiros tiros, a capitania e mais alguns outros galeões, perecendo afogados com Odo-Raio a maior parte dos tripolantes, rendendo-se os outros a discrição.

A fortaleza de Cananor tambem era novamente apertada por Ade-Rajau, cujas forças, que se elevavam a milhares de combatentes, estiveram muitas vezes dentro das trincheiras; mas foram sempre repellidas, ficando por fim desaffrontada a fortaleza.

Em setembro d'este anno largou de Gôa o

vice-rei D. Constantino de Bragança, com 90 embarcações; e dobrando o cabo Comorim foi surgir em Jafanapatão, onde desembarcou 1:200 homens, com os quaes se apossou da cidade e em seguida da fortaleza tambem.

O rei de Jafanapatão, que apenas tivera tempo para fugir desordenadamente, vendo-se perseguido e proximo a cair nas mãos dos portuguezes, mandou propôr a D. Constantino a suspensão das hostilidades, offerecendo a sua submissão ao reino de Portugal, o pagamento de umas páreas annuaes, e concordando tambem na entrega do thesouro de Cribuly Vandar que o vice-rei lhe requisitára.

Acceitas estas condições como preliminares da paz, mandou o rei ao acampamento portuguez um principe seu parente, para alli ficar como refem até á conclusão do tratado.

Quando, porem, as cousas estavam n'este pé, e o vice-rei levantava o acampamento por causa das molestias que alli soffriam os portuguezes, colligaram-se secretamente os da terra, e, em um dia e hora certa, deram de subito sobre os portuguezes, cercaram a fortaleza e obrigaram-os a tomar apressadamente as embarcações, para onde tambem foi levado o principe refem.

O vice-rei foi então tomar a ilha de Manar onde deixou guarnição, e chegando a Gôa mandou ainda n'este mesmo anno para o golfo persico uma armada de 9 velas, afim de soccorrer o rei de Bassorá a quem os turcos ameaçavam tomar o reino; a armada, porem, foi acossada por tempos contrarios e as embarcações afastando-se umas das outras, foram arribar quasi todas destroçadas a diversos portos.

"Constantinus cœli cupidine"
"cremavit crumenas."

Entre as joias tomadas pelos portuguezes em Jafanapatão figurava um relicario contendo um dente de bugio, o qual era para o povo de Ceylão e de alguns outros paizes um

objecto de muita veneração e respeito, porque sido aquelle bugio considerado no Oriente como a ultima encarnação de Vichenu.

O rei de Pegu costumava mandar pedir todos os annos ao rei de Jasanapatão o molde do referido dente, para o expôr com muita pompa á adoração do seu povo; sabendo, porem, que esta reliquia se achava em poder dos portuguezes, mandou propôr o seu resgate ao vice-rei da India pela quantia de 300 mil cruzados.

D. Constantino levou este negocio ao conselho, o qual foi de parecer que o relicario se não devia entregar, para se não dizer que os portuguezes, com a mira no interesse, deixavam permanecer aquelles povos no erro, entregando á sua veneração um objecto que unicamente merecia desprezo.

D. Constantino, conformando-se com a opinião do Conselho, mandou buscar um brazeiro e um almofariz, e, em acto solemne, despojou o dente das preciosidades que o adornavam mandando-o depois pizar e lançar no brazeiro. Este acto mereceu a censura de muitos portuguezes, os quaes disseram, que para aquelles povos continuarem na supersticiosa religião em que viviam, lhes não escaceavam por toda a India idolos bastantes para adorar; que podendo-se facilmente fingir de qualquer osso um dente como aquelle, a extincção do verdadeiro importava na perda de uma grande somma para o estado, sem que de tal acto resultasse beneficio algum á religião.(2)

Comtudo, o clero e a nobreza da India determinaram perpetuar a memoria d'este facto, fazendo pintar, em um quadro, o vice-rei presidindo ao Conselho no acto de dar a sentença e pondo-lhe por divisa o titulo acima referido.

---

(1) Diogo do Couto: D. VII, L. VI. Cap. I a VI.
Padre João de Lucena: Vida do Padre S. Francisco Xavier, L. IV. II, Cap. XVIII.

(2) Diogo do Couto: D. VII, L. VIII. Cap. XVII.
Padre João de Lucena: Historia do Padre S. Francisco Xavier, L. II, Cap. XXIII.

Capitulo XX

Oitavo Vice-reinado da India —Vice-Rei o Conde de Redondo.— Guerra em Ceylão—1561 a 1564.

Completando D. Constantino de Bragança os tres annos de vice-reinado em Setembro de 1560, foi nomeado para o substituir o Conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, o qual chegou á India em setembro do anno seguinte.

Ceylão era o theatro de continuas guerras, onde os portuguezes não logravam largar mão das armas; d'esta vez era o Madune-Pandar que, para se assenhorear de toda a ilha, tentava tomar aos portuguezes Cóta e Columbo, e haver ás mãos seu irmão Vírea-Pandar.

Rajú, filho natural de Madune-Pandar, sendo encarregado de dirigir as operações de ataque, foi com as suas tropas assentar arraial á vista de Cóta; mas, temendo que a guarnição de Columbo lhe viesse saltear o acampamento, dirigiu tambem alguns ataques sobre esta praça, d'onde por fim retirou a Peitavaca para reorganisar o seu exercito, já muito dizimado.

Rajú appareceu de novo em Cóta com um

formidavel exercito de 30:000 homens, dispoz o seu arraial á vista da praça, e depois de alguns pequenos ataques, dados com o fim de cansar os sitiados, ordenou um assalto geral a toda a fortaleza. Acommetida a cidade por mar e por terra, forçoso se tornou aos defensores o dividirem-se por todos os pontos; e mal pode comprehender-se como 400 portuguezes sós se dispuzessem a resistir a um exercito de 30:000 homens.

Prea-Cóta, um dos pontos mais fracos da praça, ao tempo em que já toda a linha se achava em fogo, foi atacada pelo grosso das forças de Rajú, cujos elephantes abriram uma larga brecha nas trincheiras, franqueando a entrada da fortaleza ás tropas de Ceitavaca.

Aqui, como em toda a parte, eram os combatentes animados pelo governador Balthazar Guedes de Sousa, o qual foi sempre visto onde o perigo era maior; os padres, de cruz alçada, levavam os portuguezes a praticar actos de incrivel heroicidade; e tanto que uns caiam por terra logo outros lhes tomavam a cruz e continuavam as exhortações, que a morte d'aquelles tinha apenas interrompido por momentos. Tres religiosos haviam já perdido a vida no empenho d'esta defeza e perdida seria tambem a causa, se o padre Simão da Nazareth, com um esforço mais que humano, não levasse os portuguezes, com a palavra e com o exemplo, a lançar os inimigos fóra da trincheira de Prea-Cóta.

Encetada n'aquelle ponto a retirada das forças inimigas, breve o desanimo percorreu as suas hordas, tornando infallivel não só o abandono do cerco, mas talvez a derrota, se Rajú não previnisse o desastre tratando de retirar ao acampamento, para refazer as suas forças e voltar de novo ao ataque. Vendo, porem, que a este tempo desembarcava o reforço que o capitão de Manar á pressa organisára para soccorrer Cóta, retirou precipitadamente para Ceitavaca, deixando perdidos n'esta campanha perto de 2:000 homens.

Capitulo xxj

Governo de João de Mendonça.— 1561 a 1564.

João de Mendonça, capitão aue fôra de Malaca, e a auem o governo da India acabava de ser commettido pelas cartas de successão, em conse-quencia da morte repentina do Conde de Redondo, mandou a toda a pressa, em soccorro de Cananor, uma esquadra de 5 navios, commandada por André de Sousa, emquanto outras embarcações se ficavam preparando para, quando o vice-rei chegasse, prover de prompto á defeza d'aquella ou d'outra qualquer praça.

Cananor soffria então um rigoroso assedio. Ade-Rajau havia accendido de novo a guerra contra os portuguezes, por causa de uns <u>pagueis</u> que Domingos de Mesquita queimára matando barbaramente as suas tripolações, em represalia do pouco caso com que o Samorim attendia ás reclamações do vice-rei, relativamente aos corsarios, que se acolhiam aos portos dos dominios de Calecut.(1)

(1) Diogo do Couto: D. viij, Liv. v, Cap. xvij e xviij).
D. B. Machado: Memorias para a historia d'el-Rei D. Sebastião, T. ij, Cap. viij e xvj).

Capitulo XXIJ

No nono Vice-reinado da India—Vice-Rei D. Antão de Noronha.—Cêrco de Cóta—Sugeição de Mangalor—O Achén tenta entrar em Malaca—1564 a 1568.

D. Antão de Noronha aportou a Gôa em 3 de Setembro de 1564, provido no vice-reinado da India, e, tomando conhecimento dos negocios d'aquelle estado, mandou logo sair uma poderosa armada para Cananor, commandada por Gonçalo Pereira de Maramaque.

Quando o capitão de Columbo, Pedro d'Athaide, se achava em Cóta, foi outra vez cercada esta praça por um numeroso exercito, em que entrava muita artilheria, e outras machinas de guerra. Passados alguns dias levantou o Rajú parte das tropas e foi assaltar Columbo; mas perdendo alli 500 homens sem resultado algum, voltou de novo sobre Cóta, determinado a obrigar os portuguezes a renderem-se pela fome; enfadado, porem, com a demora, e, temendo que os sitiados recebessem soccorros, ordenou um assalto geral a toda a fortaleza, em que foi repellido tantas vezes quantas ousou investir, retirando-se a Peitavaca depois de quatro mezes de cêrco.

Tão grandes tinham sido os apuros em que os portuguezes se haviam achado durante os repetidos cercos de Cóta, que o vice-rei convencido da impossibilidade de sustentar alli uma pequena guarnição, abrigada apenas por tranqueiras de madeira e paredes de terra, mandou despejar a cidade de Cóta e recolheu a Columbo.

Diogo de Mello foi encarregado de arrazar a cidade e fortificações de Cóta, e de estabelecer o rei e a séde do governo em Columbo, onde tambem deveria ficar por capitão da praça.

A rainha de Olalá ou Mangalor tambem a seu turno se insurgiu contra os portuguezes, recusando dar as páreas a que se tinha obrigado: esta recusa não importava só a falta do pagamento do tributo, senão tambem o desconhecimento da suzerania de Portugal, e podendo esta circumstancia causar para o futuro grandes dificuldades aos estados de Gôa e Ormuz, pela falta do arroz que recebiam de Mangalor, o vice-rei entendeu dever ir com uma grande armada tomar este porto e construir na barra uma fortaleza que defendesse a entrada a mercadores inimigos. A armada surgiu, pois, em Mangalor, e tendo-se feito o desembarque a uma certa distancia da povoação, os portuguezes com a confiança propria de homens para quem as lides da guerra eram familiares, dispunham-se a passar a noute jogando alegre e folgadamente nas suas tendas, quando se viram surprendidos pelos de Mangalor, que mataram e feriram muitos portuguezes antes que estes podessem tomar as armas.

No outro dia foi a cidade entrada e vingada a affronta a ferro e fogo. O vice-rei passou depois á parte norte da barra, e, em um terreno que fica fronteiro a Olalá fez erigir uma fortaleza, da qual lançou então a primeira pedra.

Havia então dois annos que nos arsenaes do Achén era tanta a azafama em construir armamento e embarcações de todos os lotes, que o capitão-mór de Malaca teve noticia d'estes apercebimentos bellicos, constando-lhe ao mesmo tempo, serem taes apprestos auxiliados pelo Gran-turco e por outros imperantes do oriente para lançarem os portuguezes fora d'aquella cidade.

Malaca tinha, pois, sido reparada á pressa, quando aquelles formidaveis inimigos appareceram no porto. A sua armada compunha-se de 350 embarcações, a maior parte pequenas, conduzindo 15:000 homens e 200 boccas de fogo, sob o commando do proprio rei; o qual logo que fundeou mandou participar ao Capitão-mór que ia com aquella armada fazer guerra ao senhor de Java, por haver mandado matar os embaixadores que enviára a tratar com elle: que entrára em Malaca para saber se a antiga amizade, que elle nutria pelos portuguezes, era retribuida, e, no caso affirmativo, se lhe permittiam que alguns dos seus subditos fossem a terra, para se proverem de varias cousas de que necessitavam.

O Capitão-mór D. Lioniz Pereira respondeu, que achava muito justo que el-Rei vingasse o morticinio de seus vassallos, praticado pelo rei de Java contra todas as leis do mundo, que se para aquelle fim precisasse de alguma artilheria ou de quaesquer outras munições de guerra, lhe mandasse dizer, pois que de tudo o poderia fornecer por ter de sobejo nos seus arsenaes: porem, quanto a permittir que os seus homens d'armas fossem a terra, lhe parecia prudente não o consentir para evitar desordens e quiçá algum desgosto maior.

Desenganado assim o Achén de que não poderia metter artificiosamente alguma gente dentro da cidade, desembarcou a artilheria e as tropas e dispôz o cerco da cidade, appoiando-o sobre quatro grandes reductos que fez

construiz muito proximo da cêrca.

Os ardis e meios traiçoeiros de aue o Achén se serviu, durante o cêrco, para vez se tomava a cidade, excederam tudo quanto possa imaginar-se. Denuncias falsas, transfugas encarregados de envenenarem as aguas, de matarem o Capitão-móz ou de lançarem fogo aos paióes, cartas para serem encontradas em poder de espiões, comprometendo diversas pessoas da fortaleza, tudo emfim — quanto ha de mais refalsado e torpe empregou o rei do Achén, prevendo já aue á força d'armas, as suas tropas, em numero dez vezes superioz ás dos portuguezes, não consiguiriam entraz em Malaca.

O Capitão-móz, D. Lioniz Pereira, ordenava entretanto algumas sortidas, em aue os portuguezes quasi sempre penetravam nos reductos inimigos, passando á espada uma boa parte de seus defensores. De uma vez, emquanto um corpo de portuguezes entrava o arraial achén, outros aue vinham na retaguarda arrasaram todos os reductos, voltando depois carregados de despojos, entre os quaes se contavam muitas armas brancas e uma bocca de fogo. Este feito custou ao rei do Achén, alem dos despojos indicados, a vida de seu filho mais velho, aue pereceu tentando oppôr-se á invasão dos portuguezes no seu arraial.

Enfurecido aquelle despota por tão continuados vexames, e vendo todas as suas traças malogradas, determinou tentar a entrada da fortaleza á escala vista; e dispondo uma manobra aue tinha por fim enganar os sitiados, fazendo-lhes supôr aue o grosso do seu exercito atacaria pela lado do rio, principiou a bater a fortaleza com toda a sua artilheria.

O fogo cessou já depois de noute; mas, por volta das duas horas da madrugada, viram-os portuguezes aue uma especie de nuvem principiava a estender-se lentamente no campo, em redor das muralhas: ninguem na fortaleza podia atinar com a causa de tão estranha ap-

vação; mas entendendo os portuguezes que aquelle fumo ou nevoeiro encobria algum artificio do inimigo, mantiveram-se firmes e resolutos junto dos muros de fortificação.

O supposto nevoeiro, branqueando no meio da escuridade do campo, ia-se approximando, pouco a pouco, quando subitamente se desenvolvem e surgem do referido artificio os barbaros achéns, que, trepando até á crista dos muros, cáem como leões sobre os portuguezes.

Tremenda luta se travou então, em que os adversarios mal poderiam distinguir-se, se o relampejar da artilheria e das panellas de polvora os não allumiasse quasi constantemente.

Fusilavam por toda a linha a arcabuzaria e os artificios de fogo, quando um corpo d'achéns, encontrando a maré vasia, foi pela praia arvorar suas escadas, e, protegidos pelo escuro da noute, chegaram a estar em numero de mil sobre a muralha.

Correndo, porem, Miguel Henriques á defeza d'aquelle ponto, ao mesmo tempo que Manuel Pereira tomava os inimigos pelo outro flanco, fizeram n'elles tal carnificina que prestes os desalojaram.

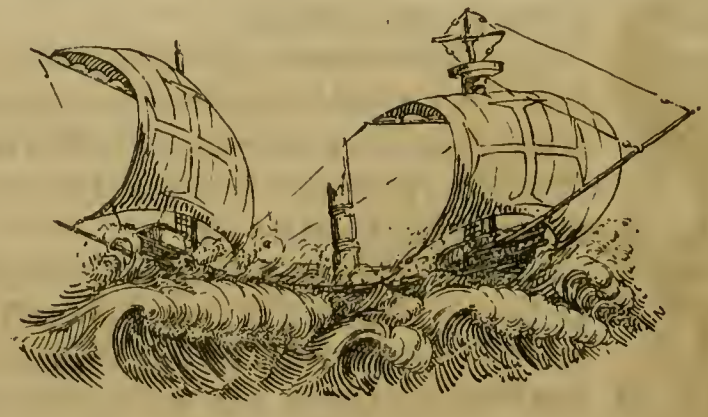
Duzentas boccas de fogo haviam batido a fortaleza e 10:000 homens diligenciavam entral-a. O dia principiava a romper e os primeiros rubôres da manhã patentearam aos achéns o destroço que lhes ia nas fileiras, e tal desalento se apposson d'elles que retiraram desordenadamente, não sendo mais possivel fazel-os voltar ao ataque.

O rei do Achén acceso em colera, por ver que os seus abandonavam a presa, a despeito de todos os esforços empregados pelos capitães para os conter, desceu do monte da Bocca-China, onde a sua phantasia o levára para presenciar a victoria, e, embarcando-se logo, abandonou precipitadamente o porto de Malaca.

Ao passo que o senhorio de Malaca era assim disputado pelos Achéns, tambem na-

Oceania se não achavam occiosas as armas portuguezas. Gonçalo Pereira de Maramaque, voltando da ilha de Sebu, aportou a Amboino e bateu os Itos aue, tendo sido auxiliados pela zainha de Javorá, se haviam levantado contra os portuguezes; e Diogo de Mesquita accendia de novo a guerra em Maluco, matando aleivosamente o zei, em auem se não suppunha maldade alguma.(1)

(1) Diogo do Couto: D. viij, Liv. j, Cap. xxj, xxij, xxiij, xxiiij, xxv e xxvj.
Antonio Pinto Pereira: Historia da India do tempo de D. Luiz d'Athaide, Liv. j, Cap. xxiij.



Capitulo XXIII

Decimo Vice-reinado da India—Vice-Rei D. Luiz d'Athaide.—Camões—Mem Lopez Carrasco—Guerra no Monomotapá—Cercos de Chaul, de Baçaim e de Gôa—1568 a 1571.

Havia 4 annos que D. Antão de Noronha governava a India, quando D. Luiz d'Athaide aportou a Gôa e tomou posse do governo. D. Antão seguiu viagem para o reino; mas falleceu antes de chegar ás aguas de Moçambique.

Aqui encontraram os portuguezes, da armada de D. Antão, o celebre poeta Luiz de Camões.

Este heróe, porque o foi, tanto nas armas como nas letras, pretendia regressar ao reino, mas embargavam-no d'isso as dividas, cujo penhor unico elle era; e se não fôra o pagarem-lhas os briosos portuguezes d'aquella armada, quem sabe, se alli ficaria esquecido o poeta, e para sempre ignorado o poema.

Luis de Camões havia aportado a Gôa em 1553 na esquadra de Fernando Alvares Cabral, e logo n'esse anno saiu na armada com D. Affonso de Noronha a castigar o rei de Chembe, que se obstinava a fazer guerra aos reis de Cochim e de Porcá, alliados dos portuguezes.

Depois foi para o estreito do mar Vermelho, e, quando voltou, compôz aquella satyra que deu causa ao seu desterro para Macau. Alli exerceu por algum tempo o officio de Provedor dos defuntos, e, regressando á India, naufragou no rio Mecong em Camboja, salvando unicamente a vida e o poema. Chegando a Gôa embarcou-se logo com o capitão Pero Barreto para Sofalla, onde os portuguezes da armada de D. Antão de Noronha o encontraram.[1]

Cabe aqui perpetuar a memoria de um grande feito, praticado pelo heroe Mem Lopes Carrasco.

Seguiam Mem Lopes Carrasco e João Gago d'Andrade, pelos mares de Malaca, quando a nau de Carrasco, adiantando-se mais, avistou as terras do Achén na occasião em que uma armada de mais de 200 vélas ia pôr cêrco a Malaca.

Mem Lopes deu pela armada quando já se não podia safar, e sabendo que os achéns não davam quartel a portuguez que apanhassem, fez da fraqueza força, distribuiu os postos, e, exhortando os seus a venderem caras as vidas, deu principio á batalha.

Um contra duzentos!!!

Os achéns rodearam a sua victima e arremessaram sobre ella tantos projecteis, que, se todos acertassem, não teriam os inimigos de empregar segunda surriada; mas a nau tambem despedia os seus pelouros, e, ou por serem os inimigos muitos, ou porque as pontarias fossem mais bem feitas, não havia pelouro portuguez que se perdesse; emquanto que outrotanto não succedia aos dos achéns.

Uma galé achén avança entretanto e tenta abordar a nau; mas logo que se lhe aferrou, entra n'ella Martim d'Aço com alguns portuguezes e n'um momento varre a galé de inimigos, e tel-a-ia tomado, se tão depressa não fosse soccorrida.

Mem Lopes, sujo de polvora e de sangue,

mal podendo firmar-se entre os destroços da sua nau, ordenava a manobra com tanta serenidade, que parecia estar seguro da victoria.

A' noite abandonaram os achéns a empreza, mas recomeçaram-na de novo logo ao amanhecer.

O velame da nau havia já desapparecido, e acima da tolda apenas se elevavam alguns restos dos mastros que, com uma ou outra parte da amurada, pareciam desdenhar ainda os pelouros inimigos.

O conflicto durava havia tres dias! Quarenta embarcações achéns tinham sido mettidas no fundo, e a maior parte das restantes achavam-se tão desmanteladas que, não obstante restar da nau portugueza apenas a parte do casco indispensavel para fluctuar, bastou que no horisonte despontasse a nau de João Gago d'Andrade para affugentar d'aquelles mares os destroçados achéns.

O rei foi tão affrontado d'esta derrota que, blasfemando de Mafamede, cevou nos seus a vingança, que não poude tirar dos portuguezes, mandando despedaçar muitos dos seus capitães, comprazendo-se em lhes attribuir a culpa do desastre.

Nem Lopes Carrasco foi depois recebido em Malaca pelo Capitão-mór, cabido e povo, que o acompanharam á egreja onde assistiu a um solemne Te-Deum.

El-Rei D. Sebastião concedeu a este heróe o fôro de fidalgo e o habito de Christo.(2)

Ja já o anno de 1570 em mais de meio quando na India se principiaram a toldar de novo os horisontes. O vice-rei D. Luiz d'Athaide adivinhou a approximação da tormenta e pôz a nado quantos navios encontrou, mandando vigiar as costas do norte e do sul por duas esquadras, e saindo elle proprio com uma outra armada, a tomar Onor e Barcelor, o que logrou fazer com pouco trabalho, recolhendo a Gôa depois de deixar duas fortalezas em construcção n'aquelles dois portos.

Para Malaca tambem o vice-rei havia mandado Luiz de Mello da Silva com uma armada de 5 galeões, duas galeotas, cinco fustas e uma galé, com perto de 800 homens.

A desmesurada ambição do rei do Achém levára-o a imaginar-se um dia senhor de toda a ilha de Sumatra, onde começára por dominar a parte nordeste da mesma ilha; mas os portuguezes com o seu senhorio de Malaca embaraçavam-no de poder realisar tão risonhas esperanças.

Os reinos visinhos de Arú, Pedir e Pacem haviam já caido em poder d'aquelle tyranno; porem Malaca, que muitas vezes tinha repellido as inumeras hostes achéns, com tão pequenas como debilitadas forças, permanecia de pé como vigia constante d'aquellas regiões, vigia cuja existencia era apenas garantida pela fraqueza e divisão dos povos e reis visinhos.

Esta circumstancia não podia ter escapado á perspicacia do vice-rei e foi por isso que tambem mandou para Malaca aquelles navios.

Luiz de Mello surgiu, pois, em Malaca, informou-se do paradeiro da armada dos achéns, dispôz as suas arrumbadas e navegou costa á costa até ao rio Formoso, d'onde os inimigos lhe surdiram com a sua capitania na frente, commandada pelo principe herdeiro do Achém. Luiz de Mello varreu a tolda da capitania inimiga com um tiro, matou o principe, e depois, abordou outra galé que tambem foi vencida. Emquanto isto se passava, tomavam as outras embarcações a passagem ao resto da armada fazendo-lhes um furioso bombardeamento.

Quando a fumarada se dissipou, foram as galés abordadas e entradas quasi todas, logrando só uma escapar para levar ao Achém a noticia da derrota.(3.)

Por este tempo decidira el-Rei D. Sebastião dividir os dominios do Oriente em tres estados, dando a cada um seu governo separado. Em consequencia foi nomeado Francisco Barre-

to para o governo da Africa oriental, com o titulo de governador geral e conquistador das minas de Monomotapá.

Francisco Barreto saiu barra fóra em 1569, com tres naus e mil homens d'armas; mas tão mal succedido foi logo no principio da viagem que, emquanto a sua nau foi forçada pelo tempo, a tomar a costa do Brazil, uma outra arribava a Lisboa, logrando só a terceira aportar a Moçambique.

A nau capitania tambem chegou por fim a Moçambique; mas a falta de gente e munições fez com que a expedição, só d'alli a muitos mezes, podesse embarcar para Quelimane e seguir para Monomotapá, caminho que, por influencia do padre Monclaros, capellão da expedição, fôra adoptado por Barreto, em vez de ir por Sofalla, como era a geral opinião dos mais entendidos.

A expedição subiu o Zambeze e foi acampar em Sena, onde se demorou alguns dias.

Principiando, porém, a morrer-lhe alli alguns cavallos, e sendo o governador geral informado de que um tal successo era devido ao veneno, que os mouros de uma povoação proxima haviam lançado nos poços, mandou dar na povoação mahometana tão desapiedadamente que a fez despejar, sendo quasi todos os habitantes passados á espada.

O pequeno exercito portuguez pôz-se novamente a caminho, passou pelos sertões de Monomotapá, trocando com o senhor d'aquellas terras cumprimentos de reciproca amizade, e seguiu para os dominios do Mongas.

Em uma madrugada foram vistos os cafres d'este potentado sobre uma serra, redemoinhando para um e outro lado, vindo algumas vezes em chusma fazer muitos tiros de flecha e retirando logo em debandada. Os portuguezes eram apenas uns 570, divididos em cinco companhias: duas formavam a vanguarda, outras duas cobriam os flancos e a quinta guardava a retaguarda. A ar-

tilheria e a bagagem occupavam o centro.

A cafraria avançou emfim uma outra vez, trazendo á fua frente uma velha feiticeira. Chegados aue foram ao alcance de tiro, fez a velha alguns acenos e tregeitos para os portuguezes, ao aue o governador correfpondeu, mandando difparar fobre ella um falcão, cujo pelouro a fez voar em pedaços. Os cafres, tomados d'efpanto pelo tragico defapparecimento da feiticeira, foffreram preplexos algumas defcargas, debandando por fim precipitadamente.(1)

A expedição já a efte tempo foffria muita fome e fede; mas mefmo affim continuou a fua penofa marcha, até aue, ao cabo de mais alguns dias, houve de novo vifta da cafraria. D'efta vez tinha o levantamento fido maior; os cafres furgiam em grandes chufmas de todos os montes e valles, formando um amplo arco de circulo, no centro do aual diligenciavam fechar o peaueno exercito portuguez.

O governador geral efperou focegadamente a fua aproximação, e, auando os cafres fe achavam auafi á aueima roupa, mandou fazer-lhes fogo, e perfeguil-os pela cavallaria, aue os difperfou por todos aaueles campos, com perda de mais de feis mil mortos.

A expedição feguiu até á capital do Mongas, aue achou defpejada, tomou depois a direcção de Rombo e Tete, voltando a Sena por falta abfoluta de mantimentos.

Em Sena foube o governador geral aue os mantimentos lhe haviam faltado, por fe achar a população de Moçambique revoltada contra o governador aue ficára n'aauella fortaleza. Foi portanto neceffario ir a Moçambique depôr o capitão, reftabelecer a ordem e fazer novo provimento de munições, voltando depois a Sena. Em Sena novo e mais ferio embaraço fe lhe apreffentou então. O padre Monclaros declarou perante o governador geral havel-o enganado, e tel-o trazido por alli para vingar a morte de um feu confrade martyrifado pelos cafres d'aaueles fertões; mas aue, temendo a-

conta aue de tal procedimento tinha de daz a Deus e a el-Rei, lhe zeaueria não proseguisse na jornada e voltasse ao zeino.

O governadoz geral mandou saiz o padre da sua presença, e, tão desesperado sicou com o mallogro da expedição, aue adoeceu e morreu de paixão pouco depois.

Vasco Fernandes Homem tomou o commando da expedição, segundo o aue se achava determinado nas cartas de successão, voltou para Moçambiaue, onde o padre se embarcou para o zeino; e, com uns 500 homens, seguiu para Sofalla d'onde se pôz logo em marcha para o interioz. Vasco Fernandez andou sempre em guerra com os cafres, tomou Zumbaoé, côrte do zei de Quiteve, tratou paz com o zei de Chicanga; foi ás preconisadas minas, e, vendo auanto custava aos pretos a extraiz d'ellas algum pouco de ouro, zeconheceu aue para as exploraz era preciso tentaz trabalhos de lavra a aue os cafres não estavam habituados:- desistiu, pois, da empreza, zatificando a paz com o zei de Chicanga e annuindo tambem á paz e amizade proposta pelo zei de Quiteve.

A época fatal, em aue o imperio portuguez do oriente tinha de sez seriamente ameaçado, chegára emfim.

A tempestade veio estendez-se sobre Chaul,- Baçaim e Gôa; mas não se pense aue os portuguezes já d'esta vez sossiressem golpe profundo. Graças á previdencia e energia do vice-zei, D. Luiz d'Athaide, a defeza e sustentação das praças portuguezas sez-se com tanto empenho aue, não obstante a deficiencia da artilheria aue as guazzecia, e a inferioridade numerica de seus defensores, foram as victorias tamanhas e tão hezoicas aue espantaram todos os principes, aue ousaram levantaz mão armada contra os portuguezes.

A guerra aue os zeis de Dekkan, Niza-Moxá e Hidal-Kan moviam ao zei de Bisnagá concluiu pela morte d'este principe e pelo desbarate de seu exercito. Em consequencia d'esta victoria,

todos aquelles reis, e ainda outros menos poderosos, se reuniram em um pagode, e ahi celebraram grandes festas, as quaes vieram a terminar por uma colligação geral contra os portuguezes.

A liga foi solemnemente jurada, estabelecendo-se que o reino d'aquelle que não cumprisse o juramento, fosse dividido pelos outros reis, e assentando-se tambem sobre a partilha que os alliados deviam ter nas terras que tomassem aos portuguezes.

Os primeiros preparativos para a guerra foram logo sabidos dos capitães portuguezes. O capitão de Chaul, Luiz Freire d'Andrade, que era o mais exposto a soffrer os primeiros ataques, mandou destruir todas as casas que se achavam fora da praça, recolheu os materiaes, abriu fossos e reparou o muro de cerca com entulhos e paus de téca.

Em Gôa tambem as fortificações se reparavam á pressa, fazendo-se ao mesmo tempo provisão de viveres e de munições de guerra.

O primeiro corpo inimigo appareceu com effeito sobre Chaul. Compunha-se elle de 8:000 de cavallo e 20:000 infantes; os quaes foram estender o seu arraial em uns plainos pouco distantes da fortaleza; logo depois chegou o exercito de Frate-Kan, e já nos principios de janeiro de 1571 chegaram as forças de Niza-Moxá, nas quaes se contavam 2:000 soldados de cavallo, 120:000 infantes das raças mais aguerridas do Oriente e 360 elephantes!!!

Rume-Kan era o general da artilheria, e tanto elle como o seu ajudante, Kama, gosavam de uma grande reputação.

A construcção de reductos e trincheiras em volta da fortaleza, e a montagem das boccas de fogo, foi concluida em um breve espaço de tempo, sob a vigilancia d'estas duas notabilidades.

Contra tamanho poderio tinham os portuguezes apenas uns mil homens, mal abrigados em trincheiras de madeira, paredes velhas, e vallados construidos com os entulhos e vigas das casas que haviam demolido; tendo a mo-

do de obras exteriores algumas casas fóra da cerca, que por serem mais fortes foram guarnecidas e artilhadas com o fim de quebrarem o impeto ao inimigo, sendo a barra e rios de Chaul vigiados pela esquadrilha de D. Francisco Mascarenhas.

Gôa era quasi ao mesmo tempo cercada pelas forças do Hidal-Kan, cuja vanguarda, composta de 30:000 homens e commandada por Mori-Kan, se dirigiu sobre Benasterim. O Hidal-Kan appareceu pouco depois, trazendo cerca de 100:000 homens em que havia 35:000 de cavallo, 2:100 elephantes e muitas boccas de fogo de enorme calibre.

As terras de Baçaim foram tambem invadidas por um corpo de 8:000 homens, os quaes poseram cerco ao forte portuguez que alli existia.

O vice-rei determinava entretanto, com a sua inabalavel serenidade, á defensão de todos os pontos ameaçados, e accudia com os soccorros de que podia dispôr ás outras praças, não deixando de dar despacho ás naus que deviam seguir viagem para o reino.

Em Chaul o bombardeamento era continuo e feito por boccas de fogo tão possantes, que a maior parte dos pelouros, pesando centenas de arrateis, varavam duas e tres casas, indo ainda entranhar-se no parapeito do lado opposto.

O baluarte de S.ta Catharina, não obstante as grossas muralhas que o guarneciam, foi logo meio destruido pela artilheria inimiga; seguiam-se-lhe na sorte outras casas fortes; mas as continuadas sortidas dos portuguezes embaraçavam e até annulavam os projectos dos generaes de Niza-Moxá; comtudo os approxes inimigos achavam-se já tão perto do forte de S. Francisco, que os portuguezes, vendo-se assoberbados com a visinhança, sairam em uma noute e deram d'improviso nos sitiantes, fazendo-lhes horrivel carnificina.

Desesperado Niza-Moxá com estes ataques imprevistos, fez em uma noute accommetter o forte, por uma força não inferior a 5:000 homens, emquanto a outros encarregou a empresa de o minarem e fazerem voar.

A refrega durou tanto tempo que os portuguezes, tendo-se-lhes gasto a polvora, foram obrigados a sustentar a lucta corpo a corpo, e pelo arremesso de tudo quanto podesse embaraçar a perfuração das muralhas, sustentação tão heroica que constrangeu o inimico a abandonar o forte, deixando em volta d'ella cêrca de 300 cadaveres.

O forte foi então batido durante tres dias consecutivos, por aquella possante artilheria a que nada podia resistir.

A defesa do reducto tornára-se desde então impossivel. Os portuguezes alli encerrados podiam morrer no seu posto, esmagados pelas paredes que constantemente desabavam sobre elles; mas este sacrificio em nada iria aproveitar á sustentação de um recinto, que em poucas horas ficaria reduzido a um montão de ruinas.

O abandono da casa de S. Francisco foi, pois, ordenado pelo capitão-mor; mas ainda assim os inimigos não lograram apossar-se d'ella sem que os portuguezes lhes saissem muitas vezes ao encontro, matando-lhes muita gente e tomando-lhes por fim as bandeiras que lá tinham ido arvorar.

Entrava a este tempo pelo rio de Chaul o corsario Catiproçá, que, por mandado do Samorim de Calecut, vinha com uma armada de 21 navios, mas D. Francisco de Mascarenhas, acossou-os com a sua artilheria, e os obrigou a retirar.

Depois de uma tentativa contra Mangalor foram os corsarios a Cananor alardear de victoriosos, mas accommettidos pela armada de D. Diogo de Menezes soffreram uma completa derrota, sendo umas galés tomadas, outras destruidas e o chefe morto.

Em Benasterim e n'outros passos da ilha de Gôa, onde o troar da artilheria era continuo, diligenciavam os sitiantes entulhar o rio para o vadearem; mas D. Francisco de Mascarenhas, que fazia a guarda d'aquelles rios, evitou que os inimigos lograssem passar ás terras de Gôa.

Aqui, como em Chaul, seguiam os defensores tactica diversa d'aquella que de ordinario era usada em taes casos. Os portuguezes não

se limitavam a esperar o inimigo nas suas trincheiras, antes pelo contrario faziam frequentes sortidas que, alem de causarem muitos estragos aos inimigos, traziam-os sempre em continuos sobresaltos e demasiadas vigilias.

O Hidal-Kan via baldados todos os esforços que empregava para passar á ilha de Gôa, e por isso mandou embarcar uma legião dos seus melhores guerreiros commandados por Solimão-Agá, e a fez passar á ilha de Mercantor, d'onde era facil depois atravessar para as terras de Gôa.

O Hidal-Kan foi assistir em pessoa ao embarque; mas este, por serem poucas as embarcações, ia-se fazendo mal e mui demoradamente; e comquanto nem todos lograssem chegar á ilha, pelo muito fogo que a esquadrilha de D. Francisco de Mascarenhas lhes fazia, o corpo ia crescendo rapidamente, e o vice-rei teve de mandar á pressa, a uma ilha proxima, uma bateria, com a qual varejou os mouros e os fez recolher para traz de um teso, d'onde não ousaram sair. D'este esconderijo os foi lançar Luiz de Mello, com um corpo dos seus arcabuzeiros.

Entretanto chegava o desalento na cidade ao ultimo auge; porque, se os inimigos conseguem sustentar a posição que tinham tomado na ilha de Mercantor, a entrada em Gôa não seria imminente, mas podia julgar-se infallivel, porque os mouros eram tantos que, se lhes não faltára a bravura, levariam de vencida, só a braços, os poucos portuguezes a quem tão importante defêza acertára de caber.

O Hidal-Kan perdeu n'esta tentativa, alem do chefe Solimão-Agá, seu sobrinho e a maior parte das forças que entraram na ilha; a qual ficou desde então conhecida pela denominação de, ilha dos mortos.

Em Chaul já haviam sido arrasadas todas as casas que serviam de obras avançadas; restando apenas de quasi todas ellas uns montões de pedras e caliça, com alguns falsos que as madeiras tinham armado na queda. Estes falsos, ainda assim, eram disputados com ardor por ambas

as partes, até que algum peloiro vinha pôr termo á contenda, espalhando as madeiras e solapando na caliça os portuguezes que lá se achassem.

Em uma manhã, depois de um bombardeamento geral, sairam de seus reductos muitas legiões de inimigos, que de tropel, assomaram até ao alto das trincheiras portuguezas, hasteando de improviso os seus guiões e bandeiras de Mafamede sobre as cristas dos vallados; repellidos, porem, n'esta e em todas as mais investidas, tiveram de abandonar as bandeiras e cêrca de 500 mortos em volta d'ellas.

Niza-Moxá suspendeu então estes ataques parciaes, em que perdia muita gente, sem vantagem reconhecida, e mandou bater a praça pela sua possante artilheria, durante uns 40 dias.

Niza-Moxá destinára o ultimo assalto para quando todas as trincheiras de Chaul estivessem destruidas, ou na maior parte desmanteladas; mas os portuguezes adiavam constantemente este lance final, reparando de noute, com muito trabalho, os estragos que a artilheria causava durante o dia.

Determinada, emfim, a hora para o assalto geral, subiu Niza-Moxá ás ruinas do mosteiro de S. Francisco, ponto que pela sua posição elevada dominava toda a área onde a batalha devia dar-se; e d'ahi deu o signal para o assalto.

Setenta mil combatentes, e muitos centos d'elephantes de guerra, surdiram desordenadamente de seus reductos e alastraram o campo que medeiava as trincheiras inimigas. A vanguarda d'este barbaro exercito, forçada pelas immensas hordas que lhe premiam a retaguarda e fazendo uma algazara infernal, subiu d'arrancada e quasi machinalmente ao cimo das linhas portuguezas; e ahi tentou hastear as suas bandeiras, sustentando por momentos uma lucta desesperada: a rapida destruição, porem, que os portuguezes lhes fizeram, obrigou-os a retrairem-se pouco a pouco: e, como se lhes fôra preciso formarem maior balanço para uma

nova investida, recuaram até meio do campo, deixando então a descoberto a esplanada que ficára juncada de assaltantes mortos ou horrivelmente despedaçados.

Quando os mouros voltaram ao ataque, já a artilheria se achava de novo carregada, e as fileiras recompostas, de forma que n'esta segunda investida foram as tropas de Niza-Moxá mais promptamente rechaçadas que na primeira.

Obrigados pelos seus commandantes voltaram terceira, quarta e muitas outras vezes á carga; mas sendo de todas ellas repellidos — com enormes perdas, retrocederam, já meio desmandados, para os seus reductos, d'onde nem a promessa nem a ameaça os poude fazer voltar ao ataque.

Milhares de combatentes das raças mais aguerridas do Oriente, centenares de elephantes de guerra, e muita e possante artilheria; tudo acabava de embotar as suas armas ou de entranhar os seus projectis, sem resultado, nos esbroados vallos de Chaul!

Os portuguezes triumpharam na India mais esta vez!

Niza-Moxá havia presenciado a desordem e quasi desbarato das suas tropas e, convencido pela informação de seus capitães, da impossibilidade de as fazer voltar ao assalto, recolheu-se a uma mesquita e mandou ao governador de Chaul emissarios com propostas de paz, a qual foi definitivamente assignada por ambas as partes, estipulando-se entre outras condições favoraveis aos portuguezes, que Niza-Moxá indemnisaria no praso de 4 mezes todos os estragos causados pelo cêrco.

Onor resistia entretanto difficilmente ás tropas de Hidal-Kan, e sem o auxilio de Diogo d'Azambuja que alli aportou com uma galé e cinco fustas carregadas de gente e de munições, a fortaleza tal vez se tivesse perdido. Diogo d'Azambuja desembarcou a sua gente, e, reunindo-a ás forças que se achavam encurraladas na fortaleza,

caiu de ſubito ſobre o arraial inimigo, deſbaratou-o e tomou-lhe todo o acampamento e munições.

Diogo do Couto: D. viij, L. ij Cap. xxxij a xxxvj.
Antonio Pinto Pereira: Historia da India do tempo de D. Luiz d'Athaide, Liv. j e ij.

Capitulo xxiiij

Decimo-primeiro vice-reinado da India – Vice-rei D. Antonio de Noronha.– 1571 a 1573.

D. Antonio de Noronha havia sido provido no vice-reinado da India, com a condição de pôr em pratica a divisão em tres governos separados, que el-Rei D. Sebastião havia determinado fazer nos estados do Oriente: devendo envestir no governo da terceira divisão, comprehendida entre Ceylão e a China, a Antonio Moniz Barreto.

Gôa resistia entretanto a todas as consequencias de um apertado cêrco. A fome ameaçava-a já com o seu cortejo de horriveis soffrimentos; D. Luiz d'Athaide, porém, não dava tregoas ao inimigo, nem descurava a defesa dos vaus por onde elle podesse penetrar, e quando D. Antonio de Noronha chegou á India andava o vice-rei provendo á defesa do passo de S. Thiago.

O Hidal-Kan começava a arrepender-se de ter entrado em uma campanha que, a seu pesar, se perlongára por mais tempo do que elle suppunha; e sabendo que a guerra nas outras praças tambem lhe não corria favoravel, ensa-

dado de tez ſoffrido tanto revez, lembrou-ſe de pôr termo á campanha que tão auſpicioſamente emprehendera, mas que tão deſaſtroſa lhe ſaira. A noticia da chegada do vice-rei D. Antonio de Noronha decidiu o Hidal-Kan a abandonar de todo o campo, deixando a um ſeu capitão principal o encargo de tratar a paz com os portuguezes.

Chalé tambem ſe achava cercada; o exercito, porém, que opprimia eſta praça contava cem mil homens, quarenta boccas de fogo e muitas outras machinas de guerra.

Seſſenta homens velhos e nem todos válidos preſaziam a guarnição da praça, e, para cumulo de infortunio, achava-ſe eſta exhauſta de mantimentos e munições.

O Samorim de Calecut, aſtuto como todos os ſeus anteceſſores, tambem havia feito parte da liga contra os portuguezes; porém, deixou que os outros principes vieſſem com as ſuas tropas ameaçar Gôa e Chaul, por entender que aſſim lhe ſeria a guerra menos trabalhoſa em conſequencia, não ſó de eſtarem então os portuguezes abarbados com a deſeſa d'aquellas praças; mas porque, principiando a guerra mais tarde, eſperava que o inverno embaraçaſſe Chalé de receber ſoccorros pelo mar.

Aſſim, tanto em ſegredo delineou o Samorim todos os apreſtos para a campanha, que apparecendo repentinamente ſobre Chalé, com todo o ſeu poderio, ſorprendeu a fortaleza quando ella ſe achava neceſſitada de tudo.

As privações principiaram a ſentir-ſe logo aos primeiros dias do aſſedio, e de tal maneira, que alguns cavalleiros, para ſe apoſſarem de um cão que appareceu fóra da praça e que, quando muito, poderia matar a fome a quatro ou cinco individuos, commetteram temeridades dignas de maior cauſa.

De Cochim haviam ſido mandados alguns mantimentos, mas não poderam penetrar na fortaleza.

Franciſco de Souſa tambem de Cananor

lhe levou soccorros; mas a entrada d'estes tornou-se tão difficil que foi considerada como uma façanha. Pouco depois appareceu nas aguas de Chalé uma esquadra portugueza; porém não ousou commetter a entrada nem soccorrer os sitiados, porque a artilheria inimiga lh'o não permittiu. Já em setembro repetiu-se a façanha de abastecer Chalé; mas, que valia tanto esforço, se de tudo quanto d'esta e d'outras vezes alli levaram não chegou a entrar metade na praça, perdendo-se ainda n'este empenho muitos e bons portuguezes. O destino parecia ter fatalmente condemnado esta fortaleza.

Já em outubro pedia D. Diogo de Menezes ao vice-rei lhe mandasse dar mantimentos para a viagem das 4 galés com que ia soccorrer Chalé; mas o vice-rei respondeu-lhe agastado que partisse sem delonga, e que se não tivesse mantimentos comesse os remos da sua galé. Fatalidade! Até o vice-rei parecia disparatar.

D. Diogo foi logo de mar em fóra. Era preciso partir, assim o fez; mas, quando chegou a Chalé, já a guarnição se havia rendido.

Couto diz ter sido esta a primeira capitulação que, em todo o tempo do dominio portuguez, se fez na India; e que esse desaire custou a cabeça ao velho governador D. Jorge.

Capitulo xxv

Governo de Antonio Moniz Barreto.– Guerras com os Achens – 1573 a 1578.

Antonio Moniz Barreto tinha sido provido no governo da terceira divisão do Oriente; mas como D. Antonio de Noronha lhe não tivesse dado provimento, ficou em Gôa até que o bispo d'aquella diocese, dando cumprimento ás ordens expressas d'el-Rei D. Sebastião, depôz o governador D. Antonio de Noronha e nomeou em seu logar Antonio Moniz Barreto.

A rainha de Japará e o rei do Achém tambem haviam entrado na liga dos reis do Indostão para expulsarem os portuguezes do Oriente; mas o Achém, cioso das vantagens que os de Japará, porventura podessem alcançar n'aquella campanha, determinou em segredo commettez o feito só; e, surgindo em Malaca com umas 90 vélas em principios de outubro de 1573, deu começo ás hostilidades devastando as casas da praia, e indo depois bloquear todos os portos e enseadas por onde os portuguezes podessem ser soccorridos.

Havia mais de um mez que Malaca se

via assim apertada, quando Tristão Vaz da Veiga forçando com a sua nau o bloqueio, conseguiu levar áquella cidade um importante soccorro, que suggeriu no animo da guarnição a idéa de fazer levantar o bloqueio.

Todas as embarcações que, por quasi inuteis, se achavam varadas em terra, foram logo espécadas, querenadas ou espalmadas para, ao menos, poderem impôr de boas. Esta esquadra-quasi podre, falta de vélas, mal equipada e peior municiada, não tendo mais que duas arrobas de polvora para cada navio, saiu galhardamente de Malaca, qual velha casquilha, com as suas poucas vélas ensunadas e os seus pavezes serrados, em busca de uma armada bem equipada e melhor provida de munições de guerra. A ousadia já era para admirar.

As duas armadas avistaram-se perto da embocadura do rio Formoso. Tristão Vaz da Veiga saiu da sua nau, embarcou em uma galeota, fez-se acercar dos seus e disse-lhes que tomara aquella embarcação pequena para melhor poder acudir onde fosse preciso e compartilhar dos perigos em que elles se achassem: ordenou como a batalha devia dar-se, e, mandando logo metter em linha, deu o signal para o ataque.

Rompeu o fogo e ambas as armadas se envolveram no fumo da propria artilheria, e, quando os inimigos procuravam dirigir de novo as pontarias da sua artilheria, viram-se a braços com os portuguezes que, tendo aproveitado os poucos momentos em que o fumo os encobria, se approximaram das galés inimigas e as entraram, sem mais detença em tiroteios para que não tinham polvora.

Tristão Vaz da Veiga havia asserrado a capitania achén, e, tendo effeituado a abordagem com tanta promptidão como felicidade, apertava já os inimigos em menos de meia-nau, quando esta foi mais uma vez soccorrida pelos achéns. Os portuguezes, porem, não recuaram perante este obstaculo, como não o haviam feito das outras vezes; e, em poucos

momentos tornaram-se senhores de todo o navio, passando á espada os achéns que ainda restavam com vida.

Todas as outras galés haviam sido tomadas com egual sorte, á excepção da que fôra abordada por Fernão de Lemos que, já muito avariada, sossobrou ao peso dos achéns que tentaram soccorrel-a.

Tristão Vaz da Veiga recolheu a Malaca com as naus do inimigo, sendo alli recebido em triumpho.

Já em 1574 surgiu em Malaca a armada com que a rainha de Japará promettera ajudar o Achén contra os portuguezes. A rivalidade que estes povos, de sua natureza desconfiados, nutriam uns contra os outros, é que lhes annullava quasi sempre os intentos. Se o Achén tivesse esperado por estas forças para commetter o cêrco de Malaca, a praça teria irremissivelmente caido em poder dos inimigos, quer a ferro e fogo, quer forçada pela fome.

Os de Japará sairam em terra, levantaram as suas trancheiras muito perto da praça, e principiaram a batel-a.

Repetiram-se n'esta defesa muitos d'esses actos de valor que já não eram novos nos fastos da historia d'aquella praça; e, graças á tenacidade da resistencia, Malaca pôde emfim ver-se desaffrontada d'estes inimigos em pouco tempo.

Assim que aos achéns constou que os de Japará haviam desamparado o cêrco de Malaca, vieram de novo pôr em horrivel consternação os pobres defensores d'aquella praça, cujas esperanças feneciam á vista de tantos e tão reptidos ataques; pois que, se ainda d'esta vez lograssem escapar aos achéns, poderia não lhes succeder outro tanto com as hordas de outros povos barbaros e não menos poderosos, que disputavam a posse d'aquella praça. D'esta vez, porém, contentaram-se os achéns em metter no fundo a pequena armada portugueza, retirando-se de Malaca precipitadamente, não sabemos por que milagre; pois que a guarnição

portugueza já não poderia resistir muito tempo, falta de toda a qualidade de munições e debilitada como se achava.

Capitulo xxvj

Governo de D. Diogo de Menezes -1578.

Tendo morrido em Moçambique o vice-rei Ruy Lourenço de Tavora, que do reino ia para a India, foi D. Diogo de Menezes investido no governo, por assim se achar determinado na primeira carta de successão.

Na India limitavam-se então as armadas portuguezas a fazer a policia dos mares e portos, embaraçando a saida aos navios mouriscos que não levassem cartaz do governador, para transitarem livremente, conforme se achava exarado em quasi todos os contractos de paz feitos com os reis d'aquelles paizes.

—Origens do Nilo.—

Mencionamos n'este logar o descobrimento das fontes do Nilo, sem lhe fixarmos uma época determinada, porque os escriptores que trataram d'este objecto tambem o não puderam fazer.

De todos os antigos, até Eratosthenes e Néro, que tentaram fazer descobrir as origens do Nilo, nenhum nos deixou relações claras dos seus descobrimentos, nem nos consta que taes explo-

rações se tivessem dilatado até á região equatorial. O geographo Ptolomeu é que nos legou a indicação de dois grandes lagos, collocados na Africa, entre o equador e o tropico de capricornio, um ao lado do outro; isto é, sob o mesmo parallelo; dos quaes saíam dois rios que, juntando-se perto do equador, formavam d'ahi por diante o Nilo Branco.

Desde então até á época das missões portuguezas no interior da Africa, no seculo XVI, não sabemos que a similhante indicação se juntasse alguma outra, ou que a asserção de Ptolomeu fosse confirmada ou desmentida. No referido seculo, porém, alguns missionarios portuguezes conseguiram penetrar no interior da Abyssinia, e, achando alli as origens do Nilo azul, suppozeram ter encontrado as verdadeiras fontes do Nilo e como taes as proclamaram; sendo por muito tempo acreditadas na Europa como verdadeiras. N'esse mesmo seculo XVI, outros missionarios, tambem portuguezes, percorriam a baixa Ethiopia e descobriam as verdadeiras origens do Nilo, das quaes nos deixaram as suas relações.

Estes descobrimentos são o assumpto de que nos vamos occupar, comparando o resultado das viagens modernamente emprehendidas á Africa central por alguns estrangeiros, com as relações dos dois missionarios Duarte Lopes e Fr. João dos Santos.

Seguindo, porém, a marcha das explorações do Nilo, diremos que, desde o seculo XVI até ao XVIII nada mais se adiantou a este primeiro descobrimento portuguez; vindo pelos fins d'este ultimo seculo um Jacques Bruce alvoraçar a Europa com o seu pretendido descobrimento das origens do Nilo. Averiguado o caso, soube-se que tinha succedido a Bruce, com o Nilo azul, o mesmo que dois seculos antes havia acontecido aos missionarios portuguezes na Abyssinia.

Em 1821 fez Mehemet-Ali despertar novamente a curiosidade pelo descobrimento das fontes do Nilo; mas estas pesquizas não nos consta que tivessem attingido ainda a região equatorial.

Em 1859 deu-nos o Snr. Capitão Burton informações do lago Tanganyika, e o Snr. Speke de um outro lago africano existente sob o equador, annunciando ter encontrado a origem do Nilo.

Os Snrs. Speke e Grant renovam em 1863 o achado d'este ultimo lago e o denominaram Victoria Nyanza.

O Snr. Samuel Baker encontrou em 1864 um outro lago tambem sob o equador, o qual denominou Alberto Nyanza.

O sabio doutor Livingstone diz-nos finalmente em 1868, que julga ter encontrado as origens do Nilo entre o decimo e decimo-segundo grau de latitude meridional.

Sendo, por consequencia, Ptolomeu o unico dos sabios da antiguidade que nos deixou indicações sobre as supposlas origens do Nilo, nas circumstancias de poderem ser analysadas, principiaremos por isso a nossa analyse pelas referidas indicações, confrontando-as com o que a tal respeito disseram os auctores que escreveram depois.

O Conde de Lavradio affirmou em uma carta escripta em 1864 e publicada nas memorias da Academia Real das Sciencias, o seguinte: "Que "Ptolomeu conhecera as nascentes do Nilo. Que tempo depois fôra esquecida aquella descoberta, até "que no seculo XV os portuguezes a renovaram; "que o Nilo não tinha origem no lago Victoria-"Nyanza, como o Capitão Speke parece asseverar, "mas sim nas montanhas da Lua, como se acha-"nos Mappas de Ptolomeu e nos dos nossos portu-"guezes."

"A segunda parte da minha proposição pa-"rece-me assaz provada com o Mappa de Diogo "Homem que publiquei em 1860, e agora com o "que acabo de publicar, extrahido do precioso-"ms. de H. Martello, que confirma plenamente o "que se acha no citado Mappa do nosso cosmogra-"pho Diogo Homem."

São quatro as asserções mais importantes do Conde de Lavradio:

—Que Ptolomeu conhecera as nascentes do Nilo.

-Que os portuguezes renovaram o descobrimento d'aquellas origens no seculo XV.

-Que o Nilo nasce nas montanhas da Lua e não nos lagos do equador.

-Que os Mappas de Diogo Homem e de Henrique Martello confirmam esta opinião.

Passando, pois, a analysar as asserções do Conde de Lavradio, diremos que:

Os dois lagos indicados por Ptolomeu na carta da Africa, collocados um a par do outro,— bem como as montanhas que denominou da Lua, com quanto se não possam determinar precisamente as suas posições geographicas n'aquellas cartas, por terem dado os antigos geographos uma configuração á Africa muito differente d'aquella que realmente tem; póde comtudo ver-se que os referidos lagos, tanto nas cartas de Ptolomeu, como nas de Diogo Homem e H. Martello, occupam uma posição que fica, proximamente, a meia distancia entre o equador e o tropico de Capricornio, correspondendo ao territorio que jáz entre o decimo e o decimo-segundo grau de latitude austral.

Ora, na referida altura não se encontram na Africa dois grandes lagos, collocados a par um do outro, tendo quasi a mesma forma e dando egualmente origem a dois rios, que, depois de percorrerem a distancia de umas 800 milhas, se vão reunir muito acima do equador, formando d'ahi por diante o Nilo Branco.

Quanto ao lago do lado do poente poderia a sua posição corresponder á do Tanganyika;— porém, não succede o mesmo com relação ao lago do lado do nascente, por não haver n'aquella mesma latitude lago algum no continente africano que, em posição e grandeza, possa corresponder-lhe.

Se, pois, não se encontra na Africa, entre o equador e o tropico de Capricornio, dois lagos collocados a par sob a mesma latitude, dos quaes saíam dois grandes rios, que indo confluir ao norte do equador, formem d'ahi por diante o Nilo Branco: como se poderá acreditar-que Ptolo-

meu conhecêra as nascentes do Nilo?

Parece-nos que a primeira proposição do Conde de Lavradio se acha prejudicada, por este raciocinio.

O demasiado zelo perde muitas vezes causas justissimas.

Desde que o Conde de Lavradio considerou Ptolomeu como conhecedor das origens do Nilo, tornou-se-lhe indispensavel dar por esquecido aquelle supposto primeiro descobrimento, para o poder conferir no seculo XV aos portuguezes.

Ora, a primeira cousa que não póde acreditar-se é que, se Ptolomeu tivesse tido conhecimento das origens do Nilo, este descobrimento estivesse esquecido ou fosse ignorado no seculo XV, poisque as indicações dos lagos de Ptolomeu foram copiados por muitos dos cartographos dos seculos XV e XVI;(1.) e, ainda que assim não tivesse succedido, foi em 1475 que se publicou pela imprensa, a primeira edição da geographia de Ptolomeu, sendo d'ahi para o futuro as edições d'esta obra repetidas com intervallos tão pequenos, que não permittem suppôr que o esquecimento tivesse podido lançar o véo sobre cousas de tanta importancia.(2.)

Tambem nos parece não poder provar-se que os descobrimentos portuguezes das origens do Nilo tenham sido effectuados no seculo XV.

O primeiro portuguez que ainda n'este

---

(1) Visconde de Santarem:—Essai sur l'histoire de la Cosmographie &
Vol. I, pag. 253: Mappemonde de Guillaume Villastre. 1417.
"Le cours du Nil est celui que Ptolémée assigne à ce fleuve."
Vol. I, pag. 345: Mappemonde de Schoner. 1530.
"L'Afrique est tracée d'après le système de Ptolémée."
Vol. III, pag. 287: Mappemonde du musée du cardinal Borgia. 1401.
"Le cours du Nil est figuré d'après le système d'Hipparque et de Ptolémée."
Vol. III, pag. 303: Planisphère Imago Mundi. 1410.
"Le cours du Nil est seul dessiné grossièrement dans la direction du S. au N., selon
" le système de Ptolémée adopté par l'auteur."
Vol. III, pag. 434: Mappemonde Giovani Leardo. 1448.
"Le cartographe a figuré deux Nils, dont l'un paraît avoir la source dans les
" montagnes de la Lune de Ptolémée."
Vol. III, pag. 456: Mappemonde de la Salle. 1424.
"Cette vaste partie du globe est dessinée dans cette carte d'après le système de Pto-
" lémée."
pag. 456.
"Le Nil de l'Egypte est figuré d'après le système de Ptolémée."

(2) O Boletim da sociedade de geographia de França, de Setembro de 1837, dá a seguinte relação de todas as edições de Ptolomeu.
Edições: 1475, 1478, 1482, 1486, 1490, 1508, 1511, 1513 e 1514, 1520, 1523 e 1524, 1527 e 1528, 1535, 1535, 1538, 1540 e 1541, 1545 e 1546, 1548, 1552, 1559, 1561, 1568, 1574 e 1575, 1582, 1584.
Vê-se, pois, d'esta relação que o intervallo maior na publicação das referidas edições foi o de 18 annos, 1490 a 1508, sendo todos os mais de 7 annos ou inferiores, e havendo muitas edições em annos successivos.

seculo penetrou no interior da Africa foi João Peres da Covilhã, que entrou pelo Oriente na Abyssinia, mas este, alem de não ter chegado á região equatorial da Africa, como dão testemunho todos os chronistas da época, desde que entrou na Abyssinia não poude mais sair de lá.

Depois, só em 1498, isto é, quando faltavam dois annos para terminar o seculo XV, foi que chegáram á costa oriental de Africa cinco dos degradados, que Vasco da Gama levou na sua primeira viagem á India. Dois d'estes portuguezes ficaram em Moçambique, um em Mombaça, outro em Quilôa e o ultimo em Melinde.

Dos tres primeiros, um morreu em Moçambique, e os outros dois foram correndo a costa até Melinde, d'onde partiram para a India; o quarto ainda em 1501 foi encontrado em Quilôa pela tripolação da armada de João da Nova, e, só do grumete, que havia ficado em Melinde, não achamos noticia em parte alguma; mas é de crêr que tambem este não tivesse penetrado no interior da Africa, não só porque era maritimo e todas as vistas se fixavam então na India; mas porque nada encontrámos escripto que justifique a hypothese contraria.

Alem d'isto, as relações que encontramos escriptas pelos portuguezes, sobre as origens do Nilo, são todas posteriores á primeira metade do seculo XVI.

Logo não pode ser acreditada a segunda proposição do Conde de Lavradio; não só porque se não encontra nas chronicas nenhum indicio do que assevera, como porque não justifica a sua asserção com a apresentação de documento algum.

Quanto á terceira proposição, em que sustenta não ter o Nilo origem n'um dos lagos do equador, como parece ter sido asseverado pelo capitão Speke, partilhamos a mesma opinião, pois que é assim que o indicaram os missionarios portuguezes Lopes e Santos ha 300 annos, opinião que tem ultimamente sido seguida pelo

insatigavel explorador D.r Livingstone, pelo geographo o Snr. Findlay e pelo sabio o Snr. Major.[3]

Quanto á quarta e ultima das asserções mais importantes do Conde de Lavradio, temos a observar que, tanto os lagos como o Nilo de Ptolomeu, foram copiados por muitos dos cartographos dos seculos XV e XVI, entrando n'este numero os indicados montes da Lua e o Nilo das cartas de Diogo Homem e de Henrique Martello.

O mappa de Henrique Martello, quanto ás origens do Nilo, é proximamente egual ao de Ptolomeu, e por isso entendemos que, se esta coincidencia pode provar alguma cousa, é terem sido copiadas por H. Martello as origens do Nilo indicadas no mappa de Ptolomeu.

Das cartas de D. Homem formamos egual opinião, pois que não nos consta que D. Homem assim como H. Martello tenham percorrido ou mesmo entrado na Africa.

Outrotanto, se não pode julgar da relação de Duarte Lopes e ainda da de Fr. João dos Santos, que adiante transcrevemos, porque, tendo estes missionarios andado pela Africa no seculo XVI, assentaram nos seus escriptos uma idéa nova a respeito das origens do Nilo, contradizendo os missionarios que julgaram ter encontrado as fontes do Nilo no imperio da Abyssinia, e corrigindo a collocação dos indicados lagos no mappa de Ptolomeu e por consequencia nos de H. Martello e de D. Homem.

No appendice do Exame das viagens do D.r Livingstone, feito por D. José de Lacerda, acham-se citadas as relações dos portuguezes Alvares, Lopes, Paes, Lobo, Telles e Santos para provar os descobrimentos das fontes do Nilo feitos pelos portuguezes.[4]

Afastando-nos, em parte, da opinião do erudito academico, passamos a explicar o que, segundo o nosso entender, provam as relações dos indicados missionarios.

Os padres Alvares, Telles, Lobo, Paes e tambem Sousa, missionarios portuguezes, que,

(3) Findlay: Transations of Royal Geographical Society Meeting 1867.

entre outros, conseguiram entrar no imperio da Abyssinia, julgaram ter descoberto n'aquelle paiz as verdadeiras fontes do Nilo, e fizeram d'ellas as suas relações, congratulando-se por haverem encontrado o que com tanta diligencia era debalde procurado desde muitos seculos.(5)

Mas o Nilo, de que estes missionarios nos dão relação, não é o principal braço do Nilo; — não é aquelle de que se buscava saber a origem, mas sim a fonte de um seu affluente que tambem se chama Nilo, mas, Nilo Azul.

O lago Dambea, ou Tzana, situado no reino de Gojam ou Goyama, na latitude de 12 graus norte, a que se reportam estes missionarios, é o lago onde se lança, logo depois do seu nascimento, o Nilo Azul; o qual é affluente do Nilo em questão, denominado Nilo Branco, ou Nilo simplesmente.

Estas e outras relações mostram quanto aquelles paizes eram conhecidos e explorados pelos portuguezes no seculo XVI, bem como provam o descobrimento das fontes do Nilo Azul; porem, nada significam quanto ás verdadeiras origens do Nilo, poisque estas se devem encontrar do equador para o sul, e não aos 12 graus norte, como aquelles missionarios julgaram. Vamos porisso em seguida as relações dos missionarios portuguezes, que, tendo explorado o interior da Africa n'outra latitude, lograram descobrir as verdadeiras fontes do Nilo: e são estas as relações de Duarte Lopes, e de Fr. João dos Santos.

Pigafetta refere-nos assim a relação que Duarte Lopes lhe fez.

Traducção:

.....

"Resta-nos fallar do Nilo, o qual não nasce no paiz do Bel Gião, nem tão pouco dos montes da lua, nem, como escreve Ptolomeu, dos dois lagos postos por elle um ao lado do outro do Oriente a Poente, com a distancia de talvez 450 milhas entre si. Portanto na mesma altura do polo, em que o predito autor põe

aquelles dois lagos, tambem está situado o reino do Congo; e d'Angola para o lado do Poente, e da outra parte ao Levante o imperio de Monomotapá, e o reino de Sofala, com a distancia de mar a már de 1:200 milhas. Ora, n'este espaço affirma o Snr. Duarte não se encontrar senão um só lago, o qual está nos confins d'Angola, e de Monomotapá, tendo por diametro 195 milhas, da parte occidental do qual dão informações os homens d'Angola, e da parte do lado oriental os habitantes de Sofala e de Monomotapá: de maneira que se tem d'elle toda a noticia, não se fazendo menção alguma d'outros lagos, pelo que se conclue não se encontrarem mais lagos n'aquella altura."

"E' certo, existirem dois lagos, mas situados em tudo ao contrario do que escreveu Ptolomeu; porque elle, como fica dito, colloca os seus um a par do outro do poente a levante, e estes que ora se veem, estão situados do sul para o norte em linha quasi recta, com a distancia de talvez 400 milhas entre si. Alguns habitantes d'aquelles paizes, julgam, que saindo do primeiro lago o Nilo se occulta por baixo da terra, surgindo depois, mas outros o negam; entretanto o Snr. Duarte affirma que a mais verdadeira historia d'este facto é que o Nilo não se esconde debaixo da terra, mas que descendo por despinhadeiros horriveis e desertos sem canal certo, e por onde ninguem transita, julgou-se que se entranhava na terra."

"D'este primeiro lago nasce verdadeiramente o Nilo, o qual está a 12 graus para o lado do polo Antarctico, e cuja bacia é circumdada por montes elevadissimos, os maiores dos quaes se chamam Casattes pelo levante, os picos de salitre e de prata d'uma parte, e outros montes da outra. O Nilo desce por 400 milhas em direitura ao Norte, e entra n'um outro grandissimo (lago) que os naturaes chamam mar, maior que o primeiro, por isso que tem de largura 220 milhas, e está debaixo da linha Equinocial."

"D'este segundo lago dão informações certas os anzichios, visinhos do Congo, os quaes traficam n'aquellas partes, e dizem que n'este lago se encontra gente, que navega em navios grandes, e sabem escrever, e usam numeros, pesos e medidas, que não tinham n'aquellas partes do Congo, e que construiam as suas casas de pedra e cal, parecendo-se os seus costumes com os dos portuguezes."

"Pelo que se argumenta que o imperio do Preste João não deve estar muito longe d'aquelle logar. Do referido segundo lago vai correndo o Nilo até á ilha de Meroe, com a distancia de 700 milhas, onde recebe outros rios.

Fr. João dos Santos expressa-se pela seguinte forma:

"Da linha Equinocial para o Norte se vay estendendo o grande Reyno de Bagamedri, povoado de Gentios, no qual dizem, que ha minas de prata, de que os naturaes se não aproveitão por ser muy priguiçosos, & não se querem occupar em cousa alguã, que lhe de trabalho, & por isso são pusilanimes & pobres. N'este Reyno entra o rio Nilo, o qual nace no sertão desta Ethiopia de hũ grande lago chamado Barzena & situado em doze graos da bãda do Sul — segundo a mais certa informação q. tive — o qual he cercado de altissimas serras & asperissimas montanhas, particularmente de Leste, por onde sae este rio, que são as terras habitadas de Cafres Gentios, — chamados Cafates barbaros, muy robustos e dados á caça das feras, & animaes silvestres."

"Daqui vay correndo este rio ao Nordeste, até o segundo lago, q. está de bayxo da linha: donde vay continuando para Leste, & Nordeste, passando por algũs Reynos do Preste até chegar á ilha Méroe; & dalli torna ao Nordeste, — até o Reyno de Dãbia; povoado de Christãos abexins." (7)

Não faça duvida o dizer de Fr. João dos Santos "segundo a mais certa informação q. tive," porque em vista da difficuldade que então havia em viajar pelo interior d'Africa,

objecto em aue todos os autores concordam, é muito provavel, senão auasi certo, aue estas informações tivessem sido dadas por missionarios portuguezes, aue tendo explorado o interior d'Africa, se achassem em estado de não poder voltar ao reino, e legassem por isso a outros seus compatriotas as relações verbaes, aue autorisaram Santos e outros autores a fallar com tanta certeza das cousas d'Africa; pois aue não é crivel aue dos barbaros cassates e outros gentios, auasi tão selvagens como feras, se podesse, n'aquelle tempo, obter a noticia relativamente minuciosa, aue Fr. Joao dos Santos nos dá; indicando-nos, alem de outras particularidades, os rumos em aue o rio Nilo corre, e as posições dos lagos centraes da Africa.

É' preciso ter em attenção aue, os primeiros missionarios aue penetraram no interior da Africa, e percorreram a Ethiopia, devem ter soffrido, durante as suas peregrinações, tantos reveses, febres e outras contratempos, aue alguns desesperando de poderem voltar ao reino, se dispozeram a consumir o resto de suas vidas no santo mister da pregação e da catechese, procurando pelo sertão Africano o caminho do Paraiso. E' facil de conceber aue, andando estes missionarios mortificados pelos excessivos calores africanos e flagelados pelas febres, vivendo entre homens e animaes ferozes, é facil de conceber, dizemos, aue em taes circumstancias, um grande numero d'elles, não tivesse podido tomar notas, ou fazer relação do aue iam vendo, perdendo assim toda a occasião de colligirem subsidios para mais tarde fazerem as suas narrativas, e aue por isso as suas relações chegassem á Europa por segunda ou terceira pessoa e já depois de finda a primeira metade do seculo XVI.

A relação de Duarte Lopes, aue demos acima traduzida, parece-nos ser da maior importancia para provar o facto do descobrimento das origens do Nilo, por ter sido escripta por um portuguez, coevo, aue missionou nos sertões africanos e aue conhecia tanto aquelles

paizes aue se julgou habilitado para refutar o que até alli se havia escripto das origens do Nilo, lançando nova luz sobre este ponto; luz aue não raiou a tempo por ter sido aquelle escripto, publicado no extrangeiro, ficando alli por mais de dois seculos ignorado dos portuguezes.

Esta relação e a admiravel carta da Africa aue seu autor lhe juntou, parece não terem sido até hoje devidamente apreciadas, pois aue não nos consta aue escriptor algum tenha feito d'ellas menção especial; salvo ultimamente o nosso consocio o Snr. Luciano Cordeiro, e, comauanto os lagos d'onde dimana o Nilo se supponham hoje mais de dois, não deixa comtudo de provar-se, pelas observações feitas n'estes ultimos tempos pelo sabio Dr. Livingstone, aue entre o decimo e decimo-segundo grau sul se acha uma das origens do Nilo, e aue um outro lago jaz sob o equador, segundo indicaram Burton e Baker e conforme se acham designados na carta e relação de Duarte Lopes.

Sabemos muito bem aue o lago Victoria-Nyanza encontrado por Speke e tambem por Burton sob o equador, não é o mesmo aue Baker achou ultimamente n'aquella latitude, e ao aual poz o nome de Alberto Nyanza; mas deve tambem advertir-se aue a circumstancia de existirem dois lagos sob o equador não pode concorrer a favor dos lagos indicados por Ptolomeu, como julgou o Snr. Baker, porque a situação d'aquelles supposstos lagos se refere a uma localidade aue fica dez graus ao sul do equador.

Finalmente, a relação e a magnifica carta da Africa de Duarte Lopes não foi ainda impugnada por escriptor algum, nem julgamos aue o possa ser facilmente, porque os ultimos descobrimentos dos exploradores inglezes provam, como acima se vê, as asserções d'aquelle autor, e, comauanto estejamos convencido de aue o Nilo possa ter na parte austral da Africa mais alguns subsidiarios, entendemos comtudo aue ninguem poderá considerar como prejudicado o descobrimento de Duarte Lopes, só porque elle

não nos tenha indicado, na sua carta da Africa, todas as outras origens do Nilo, até hoje supposta ou descobertas.

Não sabemos nós que Speke encontrou em 1858 o lago Victoria Nyanza, ignorando a grandeza e importancia de outros lagos existentes na mesma latitude e proximo d'aquelle, o Alberto Nyanza e o Baringo; e ignorando ainda mais que tal lago tivesse sido descripto quasi tres seculos antes por Duarte Lopes?! Não sabemos nós que os Sen.s Speke e Grant indicaram nas suas cartas os montes da Lua, na mesma posição em que o Sn.r Baker poz mais tarde o seu lago Alberto Nyanza?!

As dificultades que os Sen.s Burton, Speke, Grant, Baker e D.r Livingstone teem encontrado no seculo presente e no decurso de mais de 20 annos, para determinarem bem as origens do Nilo, justificam plenamente os portuguezes de não terem deixado desenvolvidas relações dos descobrimentos que fizeram ha tres seculos, n'aquella mesma região.

É notavel que, a maior parte dos autores estrangeiros que tratam dos descobrimentos das origens do Nilo e ainda de outros modernamente feitos, relatam os mais pequenos e duvidosos successos de alguns descobridores estrangeiros, em quanto mui pouco se demoram em contar os descobrimentos dos portuguezes, effeituados em épocas bem mais difficeis.

O sn.r de Launay dedica a primeira parte da introducção do seu livro intitulado Sources du Nil, ao supposto descobrimento do escocez Bruce, ao passo que nada diz das relações dos padres Alvares, Paes, Lobo, Telles e Sousa; os quaes descobriram as mesmas origens do Nilo Azul um e meio a dois seculos antes. O mesmo autor no seu Lac Albert falla de Burton, de Speke, de Grant e de Baker; mas não menciona Fr. João dos Santos nem Duarte Lopes, cujas relações asseguram aos portuguezes a precedencia no descobrimento dos lagos da Africa central de quasi tres seculos; mas que, na opinião do

Snr. de Launay, não passam de tradições confusas.

Comtudo este mesmo escriptor refere-se na introducção do seu livro á relação de Lopes, que parece não ter achado tão confusa; mas atribue-a ao editor italiano Pigafeta.

O Snr. Lanoya que reuniu no seu livro intitulado Le Nil, as relações dos exploradores dos lagos do interior da Africa, que se julga serem origens do Nilo, dá as relações dos portuguezes que descobriram as fontes do Nilo Azul; mas guarda silencio a respeito das relações dos missionarios Duarte Lopes e Fr. João dos Santos.

O Snr. John Hogg leu, em 1864 na associação de Geographia de Londres, uma memoria sobre os descobrimentos do Nilo.(8.)

N'esta memoria faz diversas considerações sobre a collocação dos lagos do interior da Africa nas cartas antigas, dizendo que na carta de Mercator, o caracter physico da Africa equatorial se acha indicado de uma maneira sorprendente, e que quasi todos os lagos estão alli representados, ainda que não com grande exactidão, terminando por dizer que o seu autor teria provavelmente recebido informações dos portuguezes sobre a parte central da Africa.

Ora, se o caracter physico da Africa equatorial se acha indicado na carta de Mercator por uma maneira sorprendente, sendo isto devido, como o proprio snr. Hogg presume, a informações dadas pelos portuguezes, e se os lagos centraes se acham alli indicados, ainda que não com grande exactidão, não seria então mais logico considerar os informadores portuguezes como os seus descobridores?

A falta de exactidão, notada pelo snr. Hogg, provem necessariamente dos poucos ou nenhuns meios de que os seus descobridores dispunham naquelle tempo, para determinar precisamente os lagos e outros pontos, pois que, como missionarios, outro era o seu fim; e, se como geographos os considerarmos, devemos lembrar-

(8.) John Hogg—On some old maps of Africa in which the central equatorial Lakes are laid down nearly in their true positions. (Memoria lida na Associação de Geographia de Londres em 1864).

nos de que a geographia não era ainda no seculo XVI auxiliada pelos innumeros instrumentos mathematicos, que só muito tempo depois se inventaram, ou aperfeiçoaram.

O que não póde egualmente participar d'esta desculpa é a incerteza com que o snr. Speke determinou nas suas cartas os montes da Lua, visto que para a sua viagem ao interior da Africa, deve ter levado todos os instrumentos e petrechos usados na presente época para o fim a que elle se propunha.

E' o mesmo snr. Hogg quem na sua memoria nos fornece as provas do que dizemos; quando a paginas 38, analysa a carta das fontes do Nilo, feita pelo snr. Speke e Grant.

Diz-nos o snr. Hogg n'esta parte da sua memoria, que o snr. Speke auctorisára com a sua assignatura, em 26 de fevereiro de 1863, uma carta das origens do Nilo em que os montes da Lua se acham indicados na extremidade norte do lago Tanganyika, emquanto n'outro mappa, publicado no jornal do mesmo snr. em dezembro do mesmo anno, se acha alterada a posição dos referidos montes da Lua, sendo n'este ultimo mappa collocados nos lados norte e oeste do lago Rusize; isto é, 120 millas ao norte da primeira posição.

A este respeito notaremos tambem que, o snr. Baker diz ter na sua exploração confirmado tudo o que os snrs. Speke e Grant acharam sobre o Nilo; e não obstante aquelle snr. assignalou uma grande parte da extremidade sul do seu lago Alberto Nyanza sobre os montes da Lua, indicados pelo snr. Speke.(9)

Não podem, portanto, as inexactidões notadas pelo snr. Hogg nas cartas da Africa do seculo XVI provar contra a prioridade do descobrimento das origens do Nilo, feito pelos portuguezes, pois que a carencia absoluta de meios e instrumentos indispensaveis para este fim,

(9) Saunay: Lac Albert, no cap.º VIII diz o snr. Baker: "Mon exploration confirme tout ce qui a été révélé par Speke e Grant." ... "Ainsi toutes leurs investigations étaient scrupuleusement exactes et mes propres découvertes ont prouvé combien leurs conclusions étaient fondées.

junta ás, então insuperaveis, difficultades locaes, são d'isso a unica causa.

Se as differenças encontradas pelo snr. Hogg, colhessem para prejudicar o descobrimento dos portuguezes em questão; com muito maior razão colheria para prejudicar a importancia das investigações do snr. Speke, a incerteza em que este snr. estava sobre a verdadeira posição e forma dos montes da Lua.

Os senhores Burton, Speke, Grant e Dr. Livingstone, que modernamente procuraram reconhecer as origens do Nilo, confirmam a nossa opinião, e com ella a prioridade do descobrimento das origens do Nilo, feito pelos portuguezes no seculo XVI; por isso que cada um diz a seu turno, ter descoberto — encontrado — aquellas origens, na mesma latitude em que, quasi tres seculos antes, Duarte Lopes e João dos Santos as indicaram nas suas relações. O snr. Burton descreve o lago Nyanza sob o equador e julga ser o primeiro que d'elle haja dado noticia (10); os senhores Speke e Grant acham o mesmo lago e o denominam Victoria Nyanza (11); e o Dr. Livingstone, que escreveu ultimamente do interior da Africa, diz ter achado entre os graus decimo e decimo-segundo de latitude sul, uma das nascentes do Nilo. (12)

Resta, pois, a conclusão logica de que: Os descobrimentos das origens do Nilo, effeituados pelos portuguezes ha tres seculos, acabam de ser confirmados pelos exploradores do presente seculo!!!

---

(4) M. José de Lacerda: Exame das viagens do Dr. Livingstone: Apendice dos nascentes do Nilo.

(5) Padre Francisco Alvarez: verdadeira informação das terras do Preste João Cap. XXXV, pag. 117.
Padre Balthazar Telles: Historia geral da Ethiopia alta ou Preste João, Liv. 1, Cap. V, pag. 13.
Padre Jerome Lobo: Voyage historique d'Abissinie traduite du Portugais, etc. Description du Nil, pag. 105.
Padre Paez: Dissertation sur le Nil, pag. 209.
Gaspar Corrêa: Lendas da India, Tom. III, Part. 1, Cap. 1.

(7.) Fr. João dos Santos: Varia historia das cousas notaveis da Oriente, Liv. III, Cap. III.

(10) Journal of the royal geographical society: vol. XXVIII - 1858 - pag. 272.

(11) Map. of the sources of the Nile: by capt.n Speke and Grant.

(12) Carta do Dr. Livingstone ao Director do New York Herald. Ujiji, sobre o Tanganyika, novembro de 1871. = A região hydrographica do sul da Africa central tem umas 700 milhas de longitude. N'este espaço são innumeraveis os mananciaes e era necessario a vida inteira de um homem para os contar. Todos vão convergir em quatro rios, dois dos quaes percorrem o valle do Nilo, que principia entre os 10 e 12 graus de latitude sul. Não pude por muito tempo resolver este antigo problema, nem formar idea clara das correntes d'esta região tive de adivinhar caminho, e cada passo era andar ás apalpadellas na escuridão; porque, quem faz caso do curso que seguem os rios?

Capitulo xxvii

Decimo-segundo Vice reinado da India—Vice rei o Conde d' Athouguia D. Luiz d' Athaide.—Estabelecimento portuguez em Solor—Guerra na Oceania—1578 a 1581.

A 31 d'agosto de 1578 aportava a Gôa o Conde d'Athouguia provido no vice-reinado da India.

A este tempo já os baixeis d'alguns mercadores e missionarios portuguezes exploravam as ilhas da Sonda; e o vice rei publicava em Gôa um alvará concedendo 50 xerafins aos religiosos que residissem um anno na ilha de Solor.

As ilhas da Sonda, tendo sido descobertas em 1512 por Antonio d'Abreu e Francisco Serrão, permaneceram por alguns annos sem que os portuguezes as explorassem, ou tentassem fundar n' alguma d' ellas feitoria ou estabelecimento militar; até que os missionarios franciscanos ou dominicos, aportando a Solor, catechisaram o rei, e, em vez de fortaleza, foi uma egreja que alli erigiram primeiro.

Estes missionarios dirigiram-se depois a Larantuka, onde foram muito bem recebidos; baptisaram o rei e construiram alli ou-

tra egreja e junto d'ella um forte.

Estabelecidos assim em Solor e em Larantuka os primeiros missionarios portuguezes, principiaram a fazer depois algumas excursões ás ilhas mais proximas.

O facho da guerra, porem, accendia entretanto nas principaes cidades e povoações de uma parte importante da Oceania, o odio de raça e de religião. Ternate, Bandá, Timor e Amboino não deixavam um momento de repouso aos portuguezes que, quer nas fortalezas, quer nas armadas, andavam em lucta constante, perdendo milhares de vidas, e, entre muitos navios, toda a armada de Gonçalo Pereira de Maramaque, da qual, no dizer de um autor, não se salvou uma unica taboa.

Foi n'esta época que a fortaleza de Ternate teve de render-se, forçada pela guerra que os naturaes, em numero muito superior aos portuguezes, lhe fizeram.

Capitulo xxviij

Governo de Fernão Telles de Menezes.—Acclamação, na India, de Filippe ij de Hespanha como rei de Portugal—1581.

Fernão Telles tomou posse do governo da India por fallecimento do Conde d'Athouguia, na conformidade do que se achava disposto na primeira carta de successão.

Na noute de 1 de setembro de 1581 entrou em Gôa uma <u>iusta</u>, vinda expressamente d'Ormuz com officios, que do reino tinham sido mandados por terra ao governador.

Estes officios continham os documentos e a participação official de haver sido jurado rei de Portugal el-Rei D. Filippe ij de Hespanha, e uma ordem para se proceder na India, com as solemnidades do estylo, á acclamação do mesmo monarcha.

O governador destinou o dia 3 de setembro para os actos solemnes da acclamação, e reunindo na Sé de Gôa os <u>tres estados</u>, leu os autos que havia recebido do reino, e acclamou perante as autoridades presentes el-Rei D. Filippe como rei de Portugal,—mandando emseguida Mathias Pires ás fortalezas do norte, para que os seus capitães procedessem n'aquellas praças á referida acclamação.

Capitulo xxviiij

Decimo-terceiro Vice reinado da India — Vice rei D. Francisco Mascarenhas. — Guerras em Ormuz e Malaca — 1581 a 1584.

Por meados de setembro surgia em Gôa o Conde da villa d'Otta, D. Francisco Mascarenhas, provido no vice-reinado da India. Este vice-rei ia encarregado por el-Rei D. Filippe de proceder á sua acclamação; mas, como ao tempo já el-Rei tivesse sido jurado n'aquelle estado, não poude por isso ter lugar a celebração d'aquelle acto por D. Francisco Mascarenhas.

A policia dos mares e rios na India occupava então quasi todos os navios, que se achavam no caso de navegar. Raro se encontrava no golfão uma nau ou galé mourisca sem cartaz do governador; comtudo Diogo Lopes Coutinho, Capitão da armada que então vigiava aquelles mares, teve denuncia de se achar em Surrate uma nau de Caliche Muhamed, Capitão d'aquella cidade, já de verga d'alto prompta e carregada para sair sem cartaz.

A armada de Diogo Lopes Coutinho surgiu, pois, em Surrate frustrando com a sua

apparição os intentos de Caliche; este, porém, querendo distrair as forças da armada portugueza, mandou alguns mogores salteal-a, emquanto fazia occupar por outras forças as terras de Damão.

Ormuz via-se a braços com a fome; o rei de Lara havia entrado as terras do Magostão, d'onde aquella cidade recebia os provimentos, e, desde que isto succedeu, forçado era capitular, ou expulsar os invasores. Foi, portanto, preciso ao rei d'Ormuz, d'accordo com os portuguezes, ir fazer a guerra aos de Lara e tomar-lhes as fortalezas de que elles se haviam apossado, voltando afinal tudo ao antigo estado de cousas pela tomada da fortaleza de Xamel.(1)

Malaca, mal restabelecida ainda das ultimas guerras, via-se de novo forçada a oppôr dura resistencia aos achéns que, em força de 150 vélas appareceram de subito no porto, bombardeando a cidade e diligenciando inutilizar a armada portugueza que alli se achava; mas, quando tentavam lançar-lhe o fogo, eis que surge no porto uma galeaça portugueza, tripolada quasi exclusivamente por individuos de Malaca, os quaes, desejando praticar á vista de seus parentes e conpatriotas algum feito digno de menção, haviam abandonado o posto que lhes tinha sido confiado, para virem acommetter os achéns, o que fizeram com tanto atrevimento e denodo que, de principio, puzeram os inimigos em alguma confusão; mas no calor da refrega, a galeaça tomou fogo nos bajoes e foi pelos ares.

Satisfeitos os achéns com este acontecimento, levantaram ferro e seguiram para Fóz; mas os portuguezes foram-lhes no encalço e, surgindo de noute no porto, entraram a galé de Raja Malota, passaram á espada todos os achéns, e forçaram as outras galés a abandonar aquellas paragens.

Fóz era uma grande cidade que ficava na entrada de um rio, na ponta sul da peninsula de Malaca, já fora de todos os baixos.

(1) Diogo do Couto: D. da India, D. X. Liv. I, Cap. VIII, XII e XIII; e Liv. II, Cap. III, V, VI, XI, XII e XV.

Capitulo xxx

Decimo-quarto Vice-reinado da India — Vice-rei o Conde de Tarouca, D. Duarte de Menezes. — Estabelecimento em Timor — Guerras em Malaca e Ceylão — 1584 a 1588.

Tendo o vice-rei, D. Duarte de Menezes, aportado a Cochim, em fins de outubro de 1584, mandou logo sair algumas armadas, em consequencia dos capitães das fortalezas do norte haverem reclamado este soccorro.

As correrias e entradas dos jáos e macassares em Solor eram tantas, que os mercadores e missionarios portuguezes, alli estabelecidos, se viram obrigados a mandar construir uma fortaleza, pondo n'ella um capitão de sua escolha.

Entretanto Fr. Antonio Taveiro saía d'esta ilha em um pequeno barco, em direcção a Timor, e, approximando-se de Atapupo, conseguiu desembarcar sem objecção.

O gentio havia corrido á praia sorpreso e admirado, mas, longe de aggredir os recem-chegados, dava todas as mostras de os querer receber em paz.

O missionario saiu, pois, em terra com a cruz erguida, e, sendo conduzido á presença do

rei, foi por elle muito bem recebido e tratado. A este missionario seguiu-se Fr. Antonio da Cruz, e outros muitos foram depois continuar a obra d'aquelles, a qual não tinha até então caracter official.

O Rajale de Jôr mandava a este tempo tolher pelos seus navios a passagem do estreito ás embarcações, que trouxessem mantimentos para Malaca, emquanto se preparava uma outra armada para ir sobre esta praça, sob pretexto de agravos recebidos, por lhe haverem tomado os portuguezes um barco carregado de fazenda, que levava cartas; mas que éra capitaneado por um achém, caso defeso nos tratados de paz feitos pelos portuguezes no Oriente.

Ficaram assim as cousas em Malaca, como em Ceylão. O Rajú, envenenando seu páe e fazendo matar na sua presença seus tres irmãos legitimos, e todos os grandes do reino que não eram da sua parcialidade, se acclamou rei em Ceitavaca; e, levantando um grande exercito, com elle foi pôr cerco á cidade de Columbo. O prompto soccorro d'esta ou de qualquer outra praça do Oriente, tornava-se cada vez mais difficil, porque entre as nações inimigas da Hespanha contavam-se então algumas potencias maritimas da Europa.

Portugal havia até esse tempo sido respeitado por todas as nações europeas. Os seus feitos e emprehendimentos davam-lhe jus a isso; mas, desde que a fatalidade ligou a sua sorte á da nação visinha, Portugal viu quasi que repentinamente voltadas contra si as armas de todas as nações, que então se achavam em guerra com a Hespanha.

Quando o galeão Reis Magos, commandado por João Gago d'Andrade, conduzia a Solor o seu primeiro capitão de nomeação regia e alguns frades de S. Domingos, eis que se lhe apresenta, embargando-lhe a passagem, uma nau e um patacho de uma das nações inimigas herdadas da Hespanha. Andrade mandou logo tocar a postos, carregar a artilheria e fez

tudo prestes para o conflicto.

Chegando a alcance de tiro, a nau, cuja bandeira era ingleza, salvou ao galeão com tiros de bala, e este tambem correspondeu com os seus pelouros. Os inglezes tomaram então a offensiva e principiaram a bater o galeão, até que os dois navios se abordaram reciprocamente. Praticaram-se de parte a parte prodigios de valor, que seria ocioso innumerar, concluindo a batalha pelo affastamento da nau, já muito avariada, para que a agua que lhe entrava pelos rombos, não a fizesse submergir.[1]

A fome assolava então a cidade de Malaca; e, emquanto que no reino cresciam as difficuldades para soccorrel-a, e pelo estreito de Singapura nada podia passar, para maior desgraça, uns povos visinhos d'aquella cidade, chamados Monancambos, armaram-se tambem contra os portuguezes e vieram de suas terras sobre aquella praça; o que não era tanto para temer como para sentir, por causa das hortas e fazendas que pelo caminho tinham destruido. A fome chegou a ponto de fazer 100 victimas em um dia.

O estado deploravel, a que Malaca se via reduzida por falta de mantimentos, constou ao rei do achém; e este, parecendo-lhe azada a occasião para dar um golpe decisivo na praça, ordenou um armamento de mais de 200 navios de todos os lotes, em que entravam 10 grandes naus e 50 galés.

Succedeu, porém, que um general do Achém assassinasse o rei n'esta conjunctura e tentasse fazer-se acclamar em seu logar; tornando as grandes desordens, que por este motivo se seguiram no reino, impossivel a continuação do armamento, e, por consequencia, a saida da armada. Mas, os navios do Rajale, em força de 120 vélas, appareceram em Malaca; e, depois de algumas dissimulações, bombardearam a fortaleza, emquanto desembarcavam outras forças, com que atacaram por terra. Os por-

tuguezes sairam-lhes ao encontro fóra das muralhas, e obrigaram os de Józ a metter-se pelo mar dentro, em busca da salvação que só podiam encontrar nos seus navios.[2]

Mas a guarnição de Malaca, com a retirada do Rajale, teria apenas variado de martyrio pois que, os portuguezes morreriam de certo esfaimados a qualquer canto da fortaleza em vez de cortados pelo ferro inimigo, se o capitão D. Paulo de Lima não surgisse n'aquelle porto com um reforço de navios, gente e munições.

Entretanto o exercito do Rajú, composto de 50:000 homens de peleja, 60:000 gastadores, — 2:200 elephantes e 150 bocas de fogo assentava arraiaes em volta de Columbo.

Dentro da praça existiam 100 bocas de fogo, mas, para as guarnecer, tinham os portuguezes só 200 homens válidos e 100 velhos ou estropeados.

Aqui, como nos cercos de Chaul e de Gôa, foram sempre os portuguezes os primeiros que encetaram o combate, fazendo repetidas sortidas em todas as direcções; no que lograram não só matar grande número de inimigos, mas desmanchar-lhes as trincheiras, recolhendo para a fortaleza com as madeiras, artilheria, prisioneiros e até com um elephante.

O Rajú andava tão desesperado por causa d'estes ataques imprevistos, que chegou a offerecer muito dinheiro pela cabeça do capitão portuguez.

Ao alvorecer de um dos primeiros dias d'agosto, todas as tropas do Rajú principiaram a mover-se; e, dispostas em tres divisões, avançaram d'improviso sobre a fortaleza, arvoraram muitas escadas e commeteram a subida, emquanto mais de dois mil cabouqueiros picavam o sopé das muralhas para as derribar.

O descompassado troar da artilheria de mistura com o retiniz das armas brancas, a grita dos combatentes e os urros dos elephantes imprimia á lucta um caracter de selvatica

ferocidade.

O combate durou alguns momentos sem que os assaltantes lograssem vantagem alguma; mas, observando o Rajú que os seus principiavam a assrouxar, mandou logo entrar em batalha as tropas da sua guarda especial.

Este corpo, que até então formára na reserva, composto de homens esforçados das raças mais aguerridas do oriente, vestidos de cotas de malha e usando elmos e montantes, avançou d'arrancada, chegando os mais intrépidos a attingir a parte superior das linhas; e, á mão tente, conseguiram por muito tempo neutralizar a furia dos portuguezes, que se batiam como desesperados.

Os elephantes tambem haviam voltado ao assalto, mas esses empregavam a sua força contra os materiaes, diligenciando arrancar tudo quanto alcançavam com a tromba; a artilheria, porém, vomitou sobre elles a morte e o desespero, e os que escaparam feridos ou apenas chamuscados, debandaram logo, dando grandes urros e cabriollas e levando a desordem e a confusão ao resto do exercito, que mal esperava ser desbaratado pelos seus proprios auxiliares.

D. Antonio de Noronha andava a este tempo no estreito de Singapura com uma pequena armada, a fim de proteger a entrada dos navios que trouxessem mantimentos para Malaca; e, recebendo alguns reforços, que não esperava, foi ao rio de Jôr e expugnou a cidade, a qual se achava tão fortificada, que até nas arvores tinham montado bocas de fogo.

D. Antonio vio-se por muitas vezes perdido, e de uma, tão envolvidos se acharam os portuguezes, que nem já os tambores tocavam, diz a chronica; valeu, porém, aos de D. Antonio a coragem de Matheus Pereira, que tomando o Cotobato, especie de cidadella, voltou a artilheria para as ruas da cidade, e principiou a bombardeal-a, o que fez descorçoar os de Jôr. A cidade foi então de todo arrazada, saqueada e arraza-

da pelo fogo. Entre os despojos contaram-se mais de 1:000 bocas de fogo, de bronze, 1:500 espingardas e mais de 2:000 navios de todos os lotes.[3]

O Rajú continuava em Columbo as suas sortidas e ciladas, tanto por mar como por terra, e imaginando fazer um caminho subterraneo que fosse dar á fortaleza, metteu n'esse trabalho muita gente; mas, quando a mina ia já perto de um dos baluartes de Columbo, os portuguezes atacaram a obra e de tal fórma a varejaram, que ficou atulhada de inimigos.

Uma outra mina se principiou então a abrir em direcção ao baluarte de S. Sebastião, mas os portuguezes tambem a destruiram, assim como uma terceira, que o Rajú ainda tentou fazer abrir.

Mudou então de systema o inimigo de Columbo, mandando atacar a armada portugueza, que se achava no porto, por uma armada de 18 navios de esporão, 4 calemutes e 18 tones grandes.

De Columbo, sairam-lhes ao encontro comandados por Thomé de Sousa, 12 navios, os quaes abordando uns e perseguindo outros dos navios de Rajú, metteram no fundo dois e tomaram outros dois, com muita gente que captivaram.

Ainda no principio de novembro commetteu o Rajú uma nova assalto, mas teve de retroceder, deixando os petrechos, escadas e ferramentas em volta das muralhas.[4]

Thomé de Sousa foi então assolar, com a sua pequena armada, todas as povoações da costa de Ceylão. Coscore, Madama e Guidarem foram destruidas; Gale tomada á força d'armas, e Beligão, a cidade querida e fundada pelo Rajú, foi posta a ferro e fogo; seguiu-se depois a cidade de Tanavarem, onde foi destruido o principal pagode da ilha com os seus mil e tantos idolos.

As povoações da contra-costa soffriam quasi ao mesmo tempo sorte egual pela guerra, que de passagem para Columbo, lhes fez a arma-

da de Manuel de Sousa Coutinho.

O Rajú julgou-se então seriamente ameaçado. De todos os lados lhe chegavam noticias do estado deploravel, a que tinham ficado reduzidas as principaes povoações das duas costas. Columbo achava-se repleta de gente e de munições e o seu porto continha os navios de muitas armadas, que de todas as possesões portuguezas alli haviam affluido. N'estas circumstancias, pensou o Rajú, mal poderia sustentar o cêrco, e por isso tratou de illudir os portuguezes com propostas de paz enviadas nas pontas das setas, que fez atirar sobre a praça, emquanto a toda a pressa punha a caminho seguro os seus haveres e as suas melhores tropas.

Quando em uma manhã appareceu o fogo nas tranqueiras inimigas, é que os portuguezes tiveram a confirmação do ardil do Rajú, que alguns já tinham supposto: mesmo assim, os portuguezes sairam logo no encalço dos inimigos e, de tal fórma os perseguiram, que uma grande parte d'elles tive de largar as armas pelo caminho para melhor poderem escapar.

Foi assim que acabou mais este formidavel cêrco de Columbo.

Corriam já os primeiros dias do mez de maio de 1588, quando o vice-rei D. Duarte de Menezes falleceu, de umas febres que poucos dias antes o haviam atacado. Entre os papeis que lhe foram encontrados, achava-se o plano de uma jornada de conquista ao Achén, que o vice-rei devia dirigir em pessoa, depois de receber do reino os recursos que pedira para aquelle fim.(5)

---

(1) Diogo de Couto: D. x, L. viij, Cap. vj.
(2) Diogo de Couto: D. x, L. viiij, Cap. xv.
(3) Diogo de Couto: D. x, L. viiij, Cap. vj, vij, viij, viiij, x, xj e xij.
(4) Diogo de Couto: D. x, L. x. Cap. v, vj, vij, viij e viiij.
(5) Diogo de Couto: D. x, L. x, Cap. xv, xvj, xvij e xviiij.

Capitulo xxxj

Governo de Manuel de Sousa Coutinho.—Guerra na Africa Oriental —1588—1591.

Manuel de Sousa Coutinho tomou posse do governo em virtude da segunda carta de successão, por ter ido para o reino— Mathias d'Albuquerque, que era o indicado na primeira.

D. Paulo de Lima, que tambem tinha feito grandes serviços na India, julgou-se offendido por não haver sido contemplado nas cartas de successão com o cargo de governador; e por isso— tratou de se embarcar com sua familia e haveres, n'uma das naus que de Cochim partiram para o reino no principio do anno de 1589. Esta nau, porem, abriu agua na altura da costa de Natal e perdeu-se com a maior parte da tripolação; indo D. Paulo de Lima n'um esquife com parte dos tripolantes dar á bahia de Lourenço Marques d'onde alguns seguiram por terra em direcção Sofala.

As costas orientaes d'Africa eram então infestadas pelas galés turcas, cujas tripolações praticavam toda a casta de vexação, princi-

palmente nas povoações e cidades ficis aos portuguezes.

Affonso de Mello havia castigado os povos d'aquella costa, que costumavam dar guarida aos mouros, contra os tratados de paz firmados com os portuguezes; mas logo que este capitão se metteu com a sua armada ao golfão, os reis de Quiliſe e de Pate mandaram os seus regedores a Mecca pedir auxilio aos turcos; e, em consequencia, saía pouco depois o estreito do mar Vermelho uma armada de galés commandada por Miralle Beque, o qual veio colhendo as suas contribuições pela costa d'Africa até Mombaça, onde Thomé de Souſa Coutinho o foi encontrar já fortificado, quando alli aportou com a sua pequena esquadra.

Achavam-se então em Quilôa os Zimbos, cafres antropophagos, que vieram do interior da Ethiopia devastando todas as terras por onde passaram, sem deixarem fogo vivo após si.

Estes cafres tinham conseguido penetrar na cidade, por traição de um mouro que os encaminhou.

Quando a armada de Thomé de Sousa principiou o ataque em Mombaça, já os Zimbos occupavam os campos oppostos á ilha, esperando occasião para commetterem a entrada; tendo, porém, Thomé de Souſa vencido as fortalezas e tomado as galés de Miralle, com todas as munições e riquezas que ellas continham, os turcos foram obrigados a retirar para a cidade e d'esta para os mattos.

Os Zimbos mandaram n'esta occasião uma mensagem a Thomé de Souſa, certificando não ser aos portuguezes que elles faziam a guerra, e pedindo que os deixaſſem entrar na ilha; para darem caça aos mouros que se achavam refugiados no matto, visto que os portuguezes tinham concluido o seu feito pela entrada na cidade.

O Capitão-mór Thomé de Souſa, dispondo as suas embarcações ao longo da costa, para receber os turcos que lograſſem escapar de serem apanhados para o açougue dos Zimbos, permit-

tiu-lhes aue entrassem na ilha.

Em poucos momentos toda a praia se alastrou de mouros, os quaes pediam aos portuguez por misericordia os recebessem nas suas embarcações. O proprio Miralle Beaue, vendo-se acossado de perto pelos cafres, teve de metter-se mesmo a cavallo pelo mar adentro até quasi se afogar, d'onde o capitão-mór o fez tirar; terminando esta taresa com a quasi destruição dos mouros de Mombaça.

Thomé de Sousa seguiu depois para a ilha de Lamo, prendeu o rei por ter entregado Roque de Brito com 40 portuguezes aos turcos, levou-o á ilha de Pate e ahi o fez degolar em um cadafalço com pregão de traidor, mandando em seguida justiçar pela mesma forma o rei de Quiliſe, e os regedores de Pate que tinham ido a Mecca pedir o auxilio dos turcos. O capitão-mór, depois de destruir Mandra e firmar a paz com os reis de Pate, Sio e Ampaza, metteu-se ao golfão e seguiu para Gôa.

Os Zimbos continuaram pela costa d'Africa a sua jornada de devastação; e dirigindo-se para o norte, chegáram á vista de Melinde. A cidade foi logo acommettida por elles; e, não obstante a valiosa cooperação de Matheus Mendes de Vasconcellos, que alli se achava com 30 portuguezes, os Zimbos chegaram a penetrar n'um baluarte, pois que elles eram tão ferozes como valentes. Acudiu, porém, n'esta conjunctura uma outra nação de cafres, tambem do interior, chamados mosseguejos, os quaes, em numero de mais de 3:000, deram d'espalda nos Zimbos, mettendo-os entre dois ferros e os desbaratarão em poucas horas.(1)

(1) D. de Couto: D. xj, Cap. j, iij, v, vi e xj.

Capitulo xxxiij

Decimo-quinto Vice-reinado da India-Vice-rei Mathias d'Albuquerque.–Conflictos com os inglezes–Tomada do Mouro de Chaul–Os inglezes e os hollandezes tentam ir á China pelo norte e depois pelo Cabo da Boa Esperança.–1591 a 1597.

Pelo meiado de maio de 1591 chegou a Gôa o novo vice-rei Mathias d'Albuquerque,–partindo logo, em uma das cinco naus que vinham para o reino, o ex-governador Manuel de Sousa Coutinho.

Navegando André Furtado de Mendonça no rumo de Jafanapatão encontrou tres naus de Mecca, bateu-as mettendo no fundo duas e tomou a terceira, com toda a riqueza que ella continha.

Depois procurou o sobrinho de Cunhale, por nome Catimusa, que andava com uma grande armada de embarcações pequenas commettendo roubos e assassinios pela costa do Malabar; e, dando-lhe batalha, obrigou-o a deixar a sua armada, retirando-se a nado para se salvar.

Mendonça seguiu então para Manar, tomou a armada que se achava n'aquelle porto; e, entrando na cidade, tirou tão prompta victoria dos indigenas, que até o rei e o filho mais velho pereceram no combate, por não terem tido tempo para fugir.

As naus inglezas cruzavam n'este tempo o mar dos Açores.

Já elles tinham tomado uma naveta em 1592, quando duas das cinco naus da viagem da India, que haviam escapado de naufragar no mar Indico, se approximaram dos Açores; e, vistas de uma das naus inglezas que alli pairavam, foram logo perseguidas. A capitania teve de render-se, mas o capitão da outra nau approximou-a de terra, e, salvando quanto poude, largou-lhe depois o fogo.

Uma das outras naus d'esta comitiva, aquella onde vinha o ex-governador Manuel de Sousa Coutinho, naufragou nos baixos de Cazanjau, sem se salvar pessoa alguma.

Egual sorte teve ainda uma outra das cinco naus que sairam este anno, a qual foi dar á costa perto de Moçambique.

Os portuguezes que voltavam da India, victoriosos ou cançados das lidas que alli haviam sustentado pela mãe patria, vinham expôr-se, como se fossem corsarios ou piratas, a serem caçados pelos inglezes no Oceano Atlantico.

Em Africa havia já bastante tempo que os Zimbos ou Muzimbas, de uma região visinha do Zambeze, inquietavam os territorios de Tete e de Sena.

André de S. Thiago, Capitão de Sena, foi com a sua guarnição ao campo d'aquelles barbaros para os castigar; mas encontrando-os muito bem fortificados, entendeu dever pedir primeiro ao Capitão de Tete que o ajudasse na empresa, que era de interesse commum.

O Capitão de Tete marchou logo com a sua gente em direcção ao arraial dos de Sena; mas os Muzimbas tiveram conhecimento d'aquella resolução, e, obtendo pelos seus espiões noticia da força, armas e ordem em que iam, sairam de noute e embuscando-se em um matto por onde os portuguezes tinham de passar, alli os tomaram a todos descuidados e os mataram sem escapar ninguem.

Os muzimbas recolheram depois ás suas

trincheiras com o mesmo cuidado e segredo com que haviam saido.

André de S. Thiago, que nada suspeitára do desastre succedido aos de Tete, ficou horrorisado quando ao amanhecer reconheceu, entre muitas cabeças de portuguezes espetadas nos paus das tranqueiras dos Muzimbas, a cabeça do capitão de Tete, Pedro Fernandes de Chaves; e, atemorisado por aquelle espectaculo, determinou levantar campo na noute seguinte; resolução muito mais perigosa que a de permanecer alli por mais alguns dias, ou mesmo a de atacar o inimigo com mais coragem do que força.

Como era de esperar, os Muzimbas estavam álerta, presentiram o movimento logo aos primeiros passos, e vieram acossar os portuguezes na sua precipitada fuga, fazendo-o com tanta ferocidade e ousadia que quasi todos os fugitivos foram massacrados, incluindo o capitão André de S. Thiago.[1]

Em Melinde, sempre que os galeões portuguezes se afastavam, as desordens e correrias principiavam logo a perturbar o socego d'aquella cidade, até que a guerra se declarava umas vezes com os povos fronteiros e outras com as galés turcas.

D'esta vez foi com os de Quilise que as hostilidades rebentaram.

Em Melinde havia ao tempo cêrca de 30 portuguezes, aos quaes se juntaram as tropas do rei e os celebres alliados mossegueios e marcharam contra o inimigo.

Quilise achava-se sofrivelmente fortificada por uma tranqueira, com a sua cava, por fóra da qual tinham lançado muitos estrepes. As forças, porem, de Quilise sairam ao encontro dos portuguezes e melindanos e por isso a batalha teve de dar-se fóra das tranqueiras. A refrega foi tão renhida nos seus effeitos, que a maior parte dos estrepes serviram para encravar os proprios que os haviam lançado. Quilise foi entrada e em seguida saqueada e

arrazada, fugindo grande parte dos habitantes para Mombaça.

O rei de Mombaça juntou logo uns 5:000 homens, e com elles se propunha a tomar vingança do caso, marchando em direcção ao campo dos mosseguejos, com o fim de cair sobre Melinde, quando já não podesse temer que estes aliados o atacassem pela retaguarda, como succedêra com os Muzimbas. Os mosseguejos, porém, tiveram noticia do movimento do rei de Mombaça e, em muita ordem e segredo, foram esperal-o ao caminho, e, de tal sorte o acommetteram, que, pondo o exercito em debandada, mataram o rei e os seus tres filhos, indo depois entrar na cidade de Mombaça, onde captivaram todas as mulheres e creanças, as quaes levaram para Melinde, a fim de prestarem juramento de fidelidade ao rei, a quem fizeram entrega d'aquella cidade.(2)

No começo do anno de 1593, partiram da India algumas naus para o reino, entre as quaes se contava a S.to Alberto. Duas d'estas naus arribaram a Moçambique com agua aberta, e a S.to Alberto foi dar á costa da Africa no penedo das fontes em 32° 10' austraes, onde a maior parte da tripolação se salvou; indo d'alli alguns individuos por terra até á bahia de Lourenço Marques. D'aqui seguiram ainda por terra uns poucos, que não lograram chegar a Sofala; ao passo que outros seguiram viagem para Moçambique, embarcando-se alli para o reino abordo da nau Chagas, que se achava arribada n'aquelle porto. A viagem d'esta nau, até ao Cabo da Boa Esperança, foi tão trabalhosa que o capitão-mór se viu obrigado a mandar alijar alguns mantimentos, cuja falta foi depois causa de terem de procurar, já no Atlantico, uma das ilhas dos Açores, para tomarem algum refresco: mas, como estavam avisados de poderem n'este rumo encontrar os inglezes, assentou-se por isso em conselho que, no caso de batalha, se deixariam antes abrazar que entregar-se. Destinaram-se,

portanto, os logares para o combate, e a nau endireitou no rumo dos Açores. Proximo da ilha do Faial foram avistadas tres grandes naus inglezas, as quaes se dirigiam por forma tal á embarcação portugueza, que já lhe não era possivel evital-as sem desdouro. Principiou com effeito a batalha, e depois d'algumas horas de fogo em que as naus inglezas parecia não levar a melhor, correram á abordagem e asserraram-se á nau portugueza.

Em breve se atulharam os convéses de mortos e feridos e dos mastros e estilhaços das amuradas; lavrando até o fogo em algumas das naus, sem que os seus tripolantes dessem por isso. Tal era a confusão e a espessura do fumo que os envolvia.

"Antes abrasados que rendidos" Estas palavras, como que saindo d'uma espêssa nuvem de fumo, recordaram a marinheiros e officiaes o accordo tomado no conselho.

Era a ultima palavra de D. Rodrigo de Lima, que passava conduzido em braços para o seu camarim, com as pernas despedaçadas por um pelouro.

Por vezes se tinham já as naus inglezas desaferrado da portugueza, para acudirem aos seus estragos e apagarem o fogo que lhes ia a bordo. E com effeito, das tres naus inglezas já os portuguezes tinham ganho meia victoria, depois de boas 4 horas de fogo e abordagens repetidas, em que, não só não lograram entrar a nau portugueza, mas tiveram por muitas vezes de se affastar para atamancarem alguns rombos e repararem outras avarias; no que tambem os inglezes logravam refrescar, descansando alguns minutos.

A capitania ingleza commetteu a terceira abordagem, fazendo arvorar na prôa uma bandeira branca, mas os portuguezes derribaram o marinheiro que a sustentava, e por pouco que não fazem o mesmo a um portuguez, que da nau correspondeu áquelle signal. A este tempo foi a capitania, e uma outra nau inglezas, obrigadas a affastarem-se com fogo, e agua aberta; mas o fogo tam-

bem já lavrava no cairo e nos alcatroados da prôa da nau portugueza; e, por tal forma se havia ateiado, pegando no vellame e cordoalha,— que não foi possivel extinguil-o. Ordenaram-se ainda algumas jangadas, mas a desordem era tamanha e tantos os gritos e lamentos, que não deixavam pensar em cousa alguma. Parentes e amigos todos se embaraçavam uns aos outros, vindo rematar este quadro de desespero a barbaridade dos inglezes que, nas lanchas e ás chuçadas, accabavam os miseros portuguezes, que, agarrados ás taboas e aos restos dos mastros do seu baixel, conseguiam vogar alguns minutos sobre as ondas.

Accabaram assim quasi todos os valerosos portuguezes da nau S.to Alberto; escapando só 13 pessoas, salvas n'uma das lanchas inglezas pela cubiça d'um tripolante, a quem os portuguezes mostraram uma joia de pedraria para os salvar.

Revézes taes nunca os portuguezes experimentaram, senão depois que a sua sorte se achou ligada á da Hespanha.

E se não fôra verdadeiramente lamentavel, terem os portuguezes de bater-se contra nações com quem, como taes, não havia razão para se acharem em guerra, vangloriar-nos-hiamos de relatar aqui, para desconto dos nossos desastres que, das tres naus inglezas morreram 85 homens e o almirante, ficando feridos uns 100 homens, dos quaes ainda falleceram muitos depois, sendo um o general Ckeve, que foi morrer a Inglaterra, e outro o commandante da Cumberland, a quem um tiro d'arcabuz atravessou o ventre.

Pouco tempo depois, e em quanto ainda se achavam aberdo alguns dos 13 prisioneiros salvos pelas lanchas inglezas, surge n'aquellas aguas uma outra nau portugueza, a S. Filippe, que vinha da India.

O general Ckeve, não obstante achar-se ferido de morte, mandou intimar o capitão portuguez, da parte da rainha d'Inglaterra, para se render; mas o capitão, que era D. Luiz Coutinho—

Cabaço, respondeu que só devia obediencia a el-Rei D. Filippe e que nada tinha com a rainha d'Inglaterra, a quem não conhecia.

A esta resposta romperam as naus inglezas o fogo contra a portugueza, mas a artilheria d'esta fez-lhes alguns estragos e os inglezes virarm-se por melhor aconselhados em não proseguirem na batalha, deixando que Luis Coutinho e os seus podessem seguir a salvo.(4)

Chaul era n'esta época uma pequena cidade portugueza, situada á beira-mar do continente indostanico, na costa de Malabar.

Defrontava com esta cidade uma serra bastante alta e fragosa, conhecida pela denominação de Morro de Chaul.

Um mouro, por nome Meliaque, mandára fortificar esta serra, a ponto de a tornar uma das praças mais importantes da India. Guarnecida por 5:000 homens de todas as armas, com uma grande quantidade de boccas de fogo, collocadas nas suas tres ordens de muralhas, e tendo por fora de tudo isto uma cava que abrangia a distancia do mar ao rio, atravez da qual dava serventia uma grande ponte levadiça: esta praça, pareceria a todos inexpugnavel por forças que não fossem 4 ou 6 vezes superiores ás da sua guarnição.

No sopé d'este morro, e como que sob a protecção da sua artilheria, estendia-se á vontade dos alcantis um bazar onde habitavam mais de 7:000 almas.

Os portuguezes haviam deixado chegar a um tal auge de poderio aquelle Gibraltar, que para o tempo se não podia dizer pequeno, que o Meliaque, dando-se ares de um grande senhor e usando de todas as regalias de um rei, principiou a dar-se por escandalisado com o vice-rei Mathias d'Albuquerque, hostilisando os portuguezes por todos os modos possiveis.

O Capitão de Baçaim, D. Alvaro d'Abranches, aportando por aquelle tempo a Chaul com alguma tropa, teve d'entrar debaixo de fogo, que do morro lhe fizeram.

Cosme de Laseitar, que era o capitão de Chaul, determinou, como represalia, destruir pelo menos o bazar mourisco, desforrando-se assim dos aggravos recebidos e deixando-lhes uma lembrança que de futuro os contivesse no respeito devido.

Os portuguezes atravessaram, portanto, o rio em uma madrugada, na força de 1:500 homens; e, ganhando a margem opposta, cairam-d'improviso sobre o bazar antes que os mouros podessem obstar-lhes a invasão.

A precipitada fuga dos mouros embaraçou a ponte de ser levantada, e occasionou a entrada dos portuguezes no recinto da primeira linha de fortificação, de mistura com os fugitivos. Desde que os portuguezes se viram, sem difficuldade, senhores da primeira linha de fortificação, pensaram logo em tomar o morro, o que até então lhes não tinha passado pela idéa; e, cheios de enthusiasmo, assaltaram a outra cêrca, onde já tiveram que vencer os mouros, dirigidos por um tal Frate-kan, que os portuguezes captivaram, depois de muito ferido.

Faltava ainda entrar a ultima estancia, a qual, no cimo da serra, era como que uma das mais potentes cidadellas. Foram arvoradas as escadas em muitos pontos, mas os sitiados, lançando-lhes ganchos e arpéos, puchavam-as para cima antes de poderem servir, e assim se perderam muitas, emquanto alguns atacantes, abandonando as escadas, trepavam pelo escarvado das ribas cortadas a pique, até attingirem o ponto culminante.

Em fim a famosa cidadella foi entrada — como tudo o mais, ficando por este facto o morro de Chaul de todo nas mãos dos portuguezes, — perdendo o Melique mais de 10:000 mouros, muitos despojos e mais de 70 bocas de fogo (3).

Corria o anno de 1604 quando os hollandezes tentaram a primeira viagem, para descobrirem pelos mares de norte uma passagem, que os levasse á China.

Os inglezes haviam já feito tentativas —

similhantes; mas estes não foram então mais felizes do que os hollandezes, pois que os gelos do norte embaraçaram uns e outros de poderem saber se aquelles mares daviam passagem para á India.

Em 1595 emprehenderam os hollandezes, por conta de uma companhia, a primeira viagem ás Indias Orientaes pelo Cabo da Boa Esperança.

Houtman foi o encarregado d'esta expedição, e, saindo de Texel com 4 vasos, em abril de 1595, reconheceu as costas d'Africa, o Brazil, a ilha de Madagascar, as Maldivas e a ilha da Sonda; indo firmar com o rei de Java um tratado de paz e alliança, voltando depois á Hollanda com alguns naturaes dos pontos que tinha visitado.(G)

No Malabar e em Ceylão não se achavam os portuguezes ociosos, Pedro Lopes de Sousa soffreu n'este ultimo paiz uma desastrosa derrota, caindo prisioneiro de João Climgala com todos quantos o acompanhavam, quando tentava restituir ao reino de Canoca a rainha que se achava expatriada.

No Malabar, onde então soffriam os portuguezes muitos vexames, foi André Furtado de Mendonça fazer reprimir aquelles abusos, não sem commetter alguns actos que podiam ser taxados de menos humanos, se não fôra preciso fazer respeitar, por todos os meios possiveis, o dominio portuguez n'aquellas paragens.

O Cunhale era o mouro que, sem tregoas nem descanço, mais nos guerreava no Malabar. Este mouro, vassallo do Samorim, havia em tempo obtido d'este soberano licença para povoar um logar ermo, na embocadura do rio Pudepatam, que jaz entre Gôa e Cochim; e, tendo sido auxiliado pelo mouro de Chaul e pela rainha de Olalá, tornou-se tão poderoso e soberbo, que principiou a commetter roubos e vexames contra os portuguezes e indianos, a ponto de se fazer temer do proprio Samorim; e, levando a sua ousadia até a tomar uma nau portugueza, que vinha

da China carregada de mercadorias.

Quando o Samorim, já incommodado pelos abusos d'aquelle seu subdito, principiava a pensar na maneira de o destruir, recebeu uma mensagem do vice-rei, propondo-lhe um accordo para irem desalojar o Cunhale e arrazarem-lhe a fortaleza; mas este commetimento não poude então effectuar-se por ter aportado a Gôa o Conde Almirante, D. Francisco da Gama, provido no vice-reinado da Índia.(7.)

(1) D. do Couto: D. vj, Cap. xv, xvj e xvij.
(2) D. do Couto: D. vj. Cap. vij, viij e xviij.
(3) D. do Couto: D. vj, Cap. viij a xxvj.
(4) D. do Couto: D. vj, Cap. xxvij, xxviij, xxx e xxxj.
(5) D. do Couto: D. vj, Cap. xxxj
(6) De Constantin: Recueil des voyages qui ont servi à l'établissement & aux progrés de la Compagnie des Indes &c.
Reynal: Tom. j, L. j, Chap. xviij.
(7) D. do Couto: D. vj, Cap. xxxij, xxxiij e xxxv.

Capitulo xxxiij

Decimo-sexto Vice-reinado da India — Vice-rei o Conde Almirante D. Francisco da Gama.— 1597.

O Conde Almirante entrou a barra de Gôa em 22 de maio de 1597, sendo recebido solemnemente na capital da India portugueza no dia primeiro de junho do mesmo anno.

Era o vice-rei Conde da Vidigueira e usava o titulo d'almirante do mar das Indias, que lhe pertencia de juro e herdade por ser bisneto de D. Vasco da Gama.

O vice-rei, depois de tomar conhecimento dos negocios da India e despachar algumas armadas para diversos pontos, nomeou seu irmão D. Luiz da Gama para ir como embaixador á côrte do Samorim, tratar as condições com que se deveria fazer a guerra ao Cunhale.

Uma armada portugueza, que por este tempo navegava da China para a India, encontrou nos mares de Malaca duas naus hollandezas, com as quaes teve aturada batalha, que durou oito dias, concluindo pela retirada das naus hollandezas, quasi de todo destroçadas para

Queda, onde por falta de gente se restringiram á nau capitania, aucimando a outra e deixando alguns feridos n'aquelle porto.

João Chingala, o usurpador do reino de Candea, entretinha continua guerra em Ceylão contra os portuguezes. D. Jeronymo d'Azevedo e outros capitaes haviam alcançado algumas victorias contra aquelle despota; mas isso pouco importava, porque o Chingala tão depressa era derrotado em um ponto, como logo surgia em outro á testa de novas forças.

Foi n'estas circumstancias que o Rei de Ceylão, D. João Parca Pandar, falleceu sem herdeiros legando a el-Rei de Portugal todo o seu reino.(1)

D. Luiz da Gama havia a este tempo concluido com o Samorim o tratado d'alliança, em virtude do qual foi este capitão com uma formidavel armada bloquear a barra da cidade do Cunhale.

Dispostas assim as cousas para o começo das hostilidades, principiou o Capitão-mór, D. Luiz da Gama, a fazer desembaraçar a entrada do rio, que se achava obstruido por estacas ligadas com grandes travessas; vendo porem os capitaes das embarcações que, depois d'este trabalho, o rio só podia dar passagem por um pequeno canal, propozeram ao capitão-mór que o commettimento se fizesse por um ponto a que chamavam o Areolo, para o qual se podia ir sem ter de passar pela estacada do rio. Posto o negocio em conselho, assim se decidiu, mandando logo D. Luiz da Silva os barcos e jangadas para um ponto d'onde devia commetter-se a entrada do Areolo.

Sahiu com effeito o capitão, D. Luiz da Silva, com os primeiros combatentes no Areolo, e, parecendo-lhe que poderia commetter o feito sómente com a força que levava, deu ordem, ao desembarcar, para que as jangadas e os barcos não voltassem a buscar reforços sem que elle mandasse; D. Luiz, porem, foi logo ao primeiro encontro morto por um tiro de mosquete, sem que a maior parte dos portuguezes o soubesse; e os poucos que d'esta infelicidade deram fé, encobriram-a para não desani-

marem os companheiros. O caso é que os portuguezes, julgando uns serem precedidos e outros seguidos do seu chefe, avançaram com mais coragem do que ordem sobre o inimigo, de maneira que em pouco tempo se acharam divididos em pequenas partidas, sustentando combates parciaes sem uns saberem da sorte dos outros.

Tentaram ainda alguns portuguezes reunir estas forças em um só grupo, mas infelizmente todos succumbiram antes de poderem metter em ordem as já poucas reliquias das forças que tinham entrado no Areolo.

Não obstante, combatia-se ainda com esperança de soccorro; mas o grito insidioso de traição, mandado dar talvez pelo Cunhale, resoou por todo o Areolo, e foi completar o desastre; que um autor diz ser o maior que os portuguezes soffreram na India.

Ponhamos ponto n'esta pagina triste da historia, que enlutou muitas familias portuguezas.

No anno seguinte, depois de ratificados os tratados d'alliança com o Samorim, fez o vice-rei armar quantas embarcações encontrou no arsenal em melhor estado, as quaes eram ao todo umas dezoito, e deu o commando d'ellas a André Furtado de Mendonça, para ir bloquear a barra de Cunhale, em quanto outras naus e galeões, que requeriam maior arranjo, se ficavam preparando para sairem mais tarde.

Foi n'este anno de 1799, quando o Conde Almirante recebeu pelas naus, que tinham ido de reino, a noticia do fallecimento de seu filho D. Vasco da Gama e d'el-Rei D. Filippe, que Manuel Godinho de Heredia o procurou no seu palacio, deliberando, depois de ter feito muitas diligencias para lhe fallar, dirigir-lhe a carta que abaixo transcrevemos.

Segue a carta:

"Illustrissimo Senhor. Com a chegada das naus me certificaram ter V.S. Illustrissima algumas tristezas, e por isso como fiel criado fui logo a esses palacios, para lhe mostrar o pezame da morte de snr. D. Vasco da Gama que Deus tem na sua eterna gloria; mas de quantas vezes o fiz nunca

"pude entrar, por V. S. Illustrissima estar de todo en-
"cerrado e recolhido como era razão."

"Comtudo lembro a V.S. Illustrissima ser tão
"felice e prospero que achou o que desejou, e vio o
"que esperava que foram naus com prospera vi-
"agem e gente de Portugal que vieram ainda a
"tempo para a empreza do ouro."

"E porque a empreza é mais de V.S. Illustris-
"sima que minha por isso não tenho necessidade de
"fazer lembrança como são 15 de setembro que é
"o tempo accomodado para n'elle se cometter a
"viagem de Malaca: nem menos ha para que-
"encarecer este negocio de descobrimento pois V.S.
"Illustrissima entende bem e esta de tudo assaz informa-
"mado. E como tal para o que mais necessario for.
"Porque quando entender ser conveniente o desco-
"brimento do ouro então poderei ser provido, e quan-
"do eu o não for, e assaz de desejar paternal" (sic).

"Mas não posso deixar de fazer lembrança-
"a V.S. Illustrissima o escopo ou alvo do descobri-
"mento depende tambem de conhecer os tempos
"que cursam no mar do ouro, porque fóra d'este
"conhecimento e ordem se acharão tempos mui
"asperos do mundo."

"E para maior declaração se deve ter noticia
"como no dito mar do ouro se acham temperaes de
"inverno de março até julho."

"E como assim seja sendo eu provido n'esta-
"monsão de setembro, posso estar em Malaca todo
"novembro, e dezembro fazer a viagem até chegar
"a Solor, donde posso partir em janeiro para Ti-
"mor, ou Ende, ou Sabbo e invernar em qualquer
"d'estas ilhas e n'ellas tomar melhor informação
"do Ouro, e por agosto ou setembro com o nome de
"Deus todo poderoso commetter o descobrimento-
"da felice ilha do Ouro."

"E sendo eu provido na monsão de Abril en-
"tão é necessario estar em Malaca junho, julho, a-
"gosto, setembro, outubro, novembro e partir em de-
"zembro para Solor."

"Por onde ordene aquillo que mais for servi-
"ço de Deus e de el-Rei de Portugal e de V.S. Illustris-
"sima porque eu não sou mais que criado seu, e

"instormento para se effectuar este descobrimento
"do Ouro que minha consciencia me está atormen-
"tando que commetta o tal descobrimento porque
"Deus me ha de favorecer, e por isso brado ante V. S.
"Illustrissima para que ponha os olhos em mim
"para tamanho bem tendo V. S. Illustrissima n'elle
"tão grande porção. A quem Deus guarde com sau-
"de e vida para amparo d'esta India oriental e
"de seus criados."=Assignado="Em.el Godinho de E-
"redia."

Má occasião era esta para empresas aventurosas de descobrimentos; o vice-rei, alem de atormentado pela morte de seu unico filho, passava todo o tempo metido no arsenal tratando só dos apprestos para a guerra de Cunhale.

Posta a nado a segunda armada, seguiou immediatamente para a barra de Pudepatam, onde o capitão-mór André Furtado de Mendonça a esperava. O capitão-mór principiou logo a dispôr tudo para o ataque da fortaleza de Cunhale; mas procurando primeiro entender-se com o Samorim, sobre os meios de effectuar o assalto, teve n'esta occasião motivo para desconfiar da sua lealdade, pois que percebeu n'elle a intenção de demorar por todos os meios o desenlace final d'aquella campanha, declarando por fim ter de ir fazer uma romaria onde devia demorar-se um mez. O capitão-mór, porem, não se conformou com esta dilação, pôz tudo em ordem para operar só, começou o fogo sobre a praça, e, quando estava prestes a emprehender o assalto, eis que chega o Samorim da sua romaria.

O Cunhale, logo que soube da sua chegada ao campo, mandou-o visitar e levar-lhe muitos presentes, pedindo-lhe seguro para se entregar só a elle, com todos os seus principaes, se lhes concedesse as vidas.

Accedeu logo o Samorim a este pedido, sem consultar o alliado portuguez; e, quando já tinham logrado sair uns 250 mouros, os portuguezes largaram fogo á primeira trangueira.

O Cunhale, duvidando por este motivo da validade da promessa do rei de Calecut, voltou para

a fortaleza com o proposito de se bater até morrer; mas o capitão-mór, que tinha determinado não dar treguas ao seu inimigo, continuou o ataque, e não obstante o Samorim não estar inteiramente de accordo, teve de se amoldar á vontade potente de André Furtado de Mendonça.

Já os portuguezes tinham entrado e queimado todas as tranqueiras de madeira, e tratavam de escalar a fortaleza, quando novas razões vieram da parte do rei indiano oppôr algumas duvidas ao assalto; mas o capitão portuguez não lhe deu ouvidos e, apertando sempre o cêrco, constrangeu, por fim, o Cunhale a mandar pedir ao Samorim lhe concedesse a vida para se entregar.

Os portuguezes foram então postar-se á parte da fortaleza, e, quando o Cunhale saía com a espada abatida dirigindo-se ao Samorim, lançaram bruscamente mão d'elle, prendendo-o e a todos os mais que o acompanhavam.

O capitão-mór levou então o Samorim á fortaleza e ahi lhe fez cessão de tudo que n'ella se encontrava, com excepção da artilheria, que deveria ser dividida.

Cunhale-Marcá e o Chinala foram sentenciados á morte por traidores ao seu rei natural, e por serem piratas e corsarios, inimigos dos christãos. A execução do primeiro teve logar no Terreiro do Paço em Gôa, sendo a cabeça espetada em um poste e collocada na praia de Canará.

Chinala foi egualmente supplicado em Gôa passados alguns dias.(2.)

Ainda este anno de 1:600, os portuguezes, que navegavam em uma nau e um caravellão commandados por Diego de Sousa, alcançaram uma victoria sobre duas naus hollandezas, que encontraram na ilha de S.ta Helena; accossando pouco depois outras duas que por alli passaram.

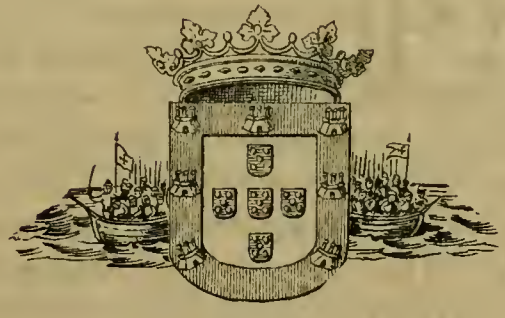
No Japão tambem appareceu uma outra nau hollandeza, mas a tripolação d'esta foi presa e confiscada a sua carregação. Esta nau, as quatro que appareceram em S.ta Helena e outras duas que foram perder quasi toda a tripo-

tação no Achén, faziam parte de uma armada de 15 navios, que tinha saido de Rotterdam.

Ordenava então o vice-rei o equipamento das armadas do norte de Ceylão e de Malaca, por constar que andavam hollandezes n'aquelles mares, quando surge em Gôa uma das quatro naus da comitiva do novo vice-rei Ayres de Saldanha, que ia render o Conde-almirante.(3)

---

(1) D. de Couto: D. da India: D. xij, L. j, Cap. j, iij, vj e xvj.
(2) D. de Couto: D. da India: D. xij, L. ij, Cap. vij, viij, x e L. iij, Cap. xj, e todo o livro iij.
(3) D. de Couto: D. da India: D. xij, L. v, Cap. ij e vij.



Capitulo xxxiij

Conclusão.

A decadencia de Portugal não era já no começo do seculo xvij um receio de animos nimiamente timoratos, ou um phantasma do futuro; era infelizmente uma triste realidade, que dia a dia se aggravava com a perda de novos territorios do ultramar, cuja posse só poderia continuar a ser mantida com muito sacrificio, e á custa de forças distraidas de outros pontos, onde a segurança não ficava mais bem garantida.

Não foi á febre dos descobrimentos, ás barbaridades commetidas na Asia pelos capitães-mores, ao abuso da conquista, ou aos desvarios dos missionarios e ambição dos jesuitas, como supposeram alguns escriptores, que os portuguezes deveram o começo da decadencia do seu paiz. Nenhum d'estes abusos poderia, por si só, determinar um tal acontecimento tão rapidamente, se, sobre tudo, não viesse affligir esta nação um facto, bem mais importante para um povo que não se achava habituado a suzeranias ou protectorados estrangeiros; povo ou nação que devia qua-

si exclusivamente ao valor do seus braços todo o territorio em que assentava o lár da familia portugueza.

Se excluirmos o facto da união á Hespanha, não restará, por certo, outro algum a que possa exclusivamente ser imputada a decadencia de Portugal.

— A febre dos descobrimentos foi a designação, que serviu por muito tempo de rotulo ao grande volume das accusações feitas ao infante D. Henrique e aos reis de Portugal desde D. João I até D. João III, esquecendo-se que á persistencia d'estes monarchas e do infante D. Henrique, deve a nação portugueza o nome e a preponderancia, que ainda hoje ostenta junto das outras nações da Europa; e que, á importancia dos seus territorios ultramarinos, que descobriu e conquistou, deveu sempre o ser uma das maiores nações coloniaes.

Quem sabe, se não fosse o impulso dado aos descobrimentos portuguezes nos seculos XV e XVI, se Portugal ainda seria uma nação livre no seculo XVIII.

— Um outro capitulo accusatorio dos actos passados no Oriente, era baseado nas barbaridades commettidas ou permittidas pelos governadores e capitaes-móres na India.

Com effeito, censuram alguns criticos ácremente a aspereza do dominio portuguez na India, e n'este numero não falta quem lhes queira attribuir tambem a causa da decadencia de Portugal; apresentando, ora em alto relevo, ora em vulto exagerado, alguns actos despoticos praticados na India pelos portuguezes, para evitarem as ciladas, que a má fé d'aquelles povos a continuo lhes preparava, accrescentando-se que, como conquistadores, não deviam os portuguezes estranhar que os povos nativos tentassem, por todos os meios, sacudir o jugo estrangeiro.

Mas os povos, que os portuguezes encontraram em quasi toda a costa do Indostão intrigando-os e obstando-lhes a entrada a ferro e fogo, não foram os indios!!

Os mouros dominavam já n'aquellas re-

giões havia um seculo, sem lhes importarem as barbaras e gentilicas usanças dos indios, e consentindo até que elles continuassem a matar-se uns aos outros, em sacrificios feitos aos seus detestaveis idolos; ao passo que os portuguezes foram alli substituir o dominio dos arabes pelo da civilisação christã, incontestavelmente muito mais suave que o d'aquelles povos semibarbaros, e fazendo tudo quanto lhes era então possivel para modificarem a aspereza dos costumes gentilicos; chegando até a promover officialmente enlaces de mulheres indianas com portuguezes, uniões que, algumas nações coloniaes as que hoje se dizem mais civilisadas, ainda não permittem.

Os primeiros capitaes-móres das armadas que foram á India, tentaram firmar com os reis que alli encontraram tratados de paz e de commercio. Estes tratados, porém, foram sempre jurados por aquelles imperantes com palavras remordidas de traição e de falsidade, e logo que os galeões portuguezes se afastavam, deixando nas praias indianas um feitor e alguns homens para guarda e permutação das mercadorias, os mouros, ou indianos induzidos por elles, caíam de improviso sobre a feitoria, assassinavam os miseros portuguezes, que se julgavam ao abrigo de um tratado de paz, e roubavam todas as fazendas que alli haviam ficado. Foi sempre este, com rarissimas excepções, o caracter dos rajás indianos, cujo prototypo pode ser representado pelo Samorim de Calecut.

Os contractos celebrados com os reis ou rajás do Oriente, pouca ou nenhuma segurança offereciam, tanto pela natural dobrez d'aquelles rajás, como pelas suggestões dos mouros, que não cessavam de intrigar os portuguezes para que elles se não podessem estabelecer na India, derivando-lhes o commercio que os mouros tinham na mão.

Eram, em geral, tão resalsadas as promessas d'aquelles principes, que por muitas vezes captivaram os proprios portuguezes, que os tinham ido ajudar com as armas na mão, contra algum dos seus ambiciosos visinhos. Em summa,

a perfidia e a traição era a pratica geralmente seguida n'aquelles paizes, onde os portuguezes de continuo eram victimas da versatilidade e intrigas muçulmano-gentilicas.

Se é verdade que muitos portuguezes abusaram alli da sua posição e força, não é menos verdade que estes excessos eram, na sua maior parte, justificados como legitima represalia das continuas traições e ciladas em que elles se viam a todo o momento colhidos.

Até na Abyssinia onde o soccorro prestado pelos portuguezes não teve por base nenhuma cessão de terreno, para a mais insignificante feitoria, ou outro algum principio de interesse; ahi mesmo o imperador depois de se vêr desembaraçado de inimigos e tendo acabado de vencer em campanha, com o auxilio dos portuguezes, o seu rebelde vassallo, o rei de Adel, faltou a tudo que lhes havia promettido; e, para que elles não podessem ir queixar-se ao governador da India, captivou-os a todos, sem os deixar sair da Abyssinia.

E seria em taes casos razoavel esperar, que os soldados portuguezes dos seculos XVI e XVII, fossem á India para colherem, como guaesquer missionarios, somente a palma do martyrio?

Os portuguezes que fizeram as guerras da India, ainda assim, não praticaram peior que os subditos de todas as outras nações civilisadas da Europa, quando n'este seculo entraram de mão armada n'um paiz estrangeiro; e desta maneira cremos que já não será pouco honroso, para os soldados portuguezes d'então, o poder-os comparar com os das nações mais civilisadas da época actual.

Referimo-nos ao que praticaram as tropas francezas na peninsula hispanica em 1807 e 1809; e na China em 1860: as tropas inglezas na Abyssinia em 1868; e no Achanti em 1873: as tropas hollandezas no Achén: e as prussianas em França em 1870. Alem de que, a critica d'aquelles commettimentos deve fazer-se á luz da civilisação da época e dos povos de que se trata, afim de que não saia viciosa ou absurda.

O primeiro ponto que á luz dos costumes d'então teriamos que discutir, se esse fosse o nosso proposito, era o direito de conquista, direito que desde tempos immemoriaes tem sido sempre aquelle em que tem assentado a posse dos invasores sobre os territorios invadidos ou conquistados.

Este direito foi, de certa época para cá, como que sanccionado pela egreja catholica; poisque, todos os territorios onde dominasse, uma religião qualquer, que não fosse a christã, eram, na época dos descobrimentos e foram ainda muito tempo depois, considerados como apanagio da egreja, e conferidos pelo Papa ao monarcha christão que primeiro os reclamasse ou descobrisse, com o encargo da conversão dos povos descobertos ou conquistados; ficando desde logo reconhecida, ou pelo menos respeitada esta posse, por todos os imperantes da Europa christã.

Foi assim que os Papas Martinho v, Nicolau v, Calisto iij e Xisto ij concederam aos portugueses a maior parte da Africa, Asia e Oceania; e o Papa Alexandre vj uma grande parte da America aos hespanhoes. E, desde então, as contendas entre as nações christãs sobre a posse de novos territorios teem tido sempre por base a prioridade do descobrimento; acto que ainda hoje regula o referido direito.

Foi com esta protecção, apenas moral, que os portuguezes desenrolaram aos olhos da Europa o grande mappa da maior parte do mundo que ainda era desconhecido.

Foi assim que os portuguezes chegaram a dominar nos territorios, ilhas e mares das outras quatro partes do mundo, desde a costa occidental da Africa até ao Japão e á America, n'uma extensão de nove a dez mil leguas, em que se achavam muitos reinos e opulentas cidades; deixando em todos estes pontos uma cadeia de fortes e praças de guerra, em numero não inferior a 100, cuja guarnição requeria muita gente e muita artilheria.

Com effeito, que nação ha ahi que tanto tenha obrado em tão pouco tempo e com tão poucos recursos? Como é que paiz tão pequeno e povo

tão pouco numeroso, se estendeu por esse mundo assenhoreando-se, em pouco mais de um seculo, de tão vastos e distantes territorios; e chegando até a ditar a lei em quasi todas as outras quatro partes do mundo; tendo, havia ainda pouco tempo, acabado de conquistar aos mouros uma boa parte do proprio solo!!

Seja qual fôr a resposta; ella não poderá nunca deixar de valer o mais rasgado elogio ao extraordinario valor portuguez.

E obstinam-se ainda alguns autores em attribuir a estas empresas o começo da decadencia de Portugal. E que era Portugal, ou o que viria a ser, sem estes grandiosos feitos? Uma pequena órla da peninsula hispanica, que as nações extrangeiras conheciam apenas pela denominação commum das Hespanhas.

— A ambição dos jesuitas e os desvarios dos missionarios foram effectivamente factos que, n'algumas partes do Oriente, concorreram para o descredito d'aquellas corporações; a ambição, porem, não era ainda imputada aos padres da companhia, aos dominicos ou aos franciscanos nos primeiros tempos da sua entrada no Oriente, como o foi depois; e, emquanto o vicio não principiou a contaminar a obra de S.to Ignacio de Loyola e do seu propugnador no Oriente, o Padre S. Francisco Xavier, os missionarios fizeram alli um serviço que jamais poderia ser imitado por corporação alguma.

Essa multidão de missionarios franciscanos ou dominicos, que primeiramente foram á India em todas as nossas armadas, prestaram á religião e ao estado serviços verdadeiramente evangelicos entre os povos gentilicos e selvagens; serviços que se não podiam esperar de individuos, cuja educação não tivesse seguido a vocação religiosa.

Como aportou o primeiro missionario portuguez a Timor? Só, embarcado em um fragil baixel e saindo com um acolyto de cruz

erguida entre o gentio, como se fôra pacificamente dizer uma missa entre catholicos.

Como entrou o primeiro jesuita na China e no Japão? Só, e desacompanhado de qualquer protecção official; mas causando alli, pela austeridade do seu caracter, a admiração d'aquelles povos, dos bonsos e do proprio Daimio d'aquelle ultimo paiz.

Nas naus, nos naufragios, nos cercos, nas guerras, nos sertões, entre as féras e antropophagos; em todos estes logares o missionario se achou sempre nos primeiros tempos das conquistas e descobrimentos portuguezes. Quem se exporia assim pelo serviço da patria, sem direito a accrescentamento de rendas, postos d'accesso, ou outras quaesquer regalias, senão o missionario de consciencia e de vocação? Que mira poderiam estes funccionarios ter no futuro que não fosse a da bemaventurança?

Os missionarios foram tão uteis no ultramar, emquanto a sua boa fé não foi transviada ou a ambição lhes não corroeu os animos, que ainda hoje se lamenta com fundada razão a escacez dos collegios para as missões do ultramar.

Os desvarios dos missionarios foram devidos mais á frouxidão do governo da metropole e ao desgosto geral, que então opprimia os portuguezes, do que a outras causas. Alguns missionarios houve que deslustraram as corporações a que pertenciam, mas esses constituiam a verdadeira excepção que em todos os casos e em todas as classes parece existir para confirmar a regra geral.

Não digamos, portanto que foi á febre dos descobrimentos, aos abusos da conquista, e aos excesos dos capitães-mores, ou á ambição dos jesuitas e missionarios que Portugal deveu a sua fatal decadencia; digamos antes que, tendo sido o governo hespanhol tacitamente levado a permittir, aos seus correligionarios politicos, alguns abusos, a deixar impunes certos delictos e até a determinar disposições viciosas, necessa-

rias á politica da união; foram estes defeitos, que, juntos aos vexames da dominação estrangeira, determinaram a indifferença e o abatimento moral e physico que prostrou a nação portugueza.

É a Hespanha de hoje, que nos não leve a mal as culpas que attribuimos ao governo da Hespanha de outróra; pois que, ao altar mesmo da sua propria altivez, não nos poderá levar em sacrificio, só porque tenhamos condemnado o dominio oppressor de uma nação extrangeira sobre uma outra nação civilisada; e, ainda mais se, como a portugueza, tivera um passado glorioso e uma historia de feitos illustres, vinculada em todas as partes do mundo.

Os portuguezes, até ao dia da sua fatal união á Hespanha, viveram respeitados e em paz com todas as nações da Europa, arrastados porem, a terem de tomar parte nas guerras d'aquella nação, viram-se quasi repentinamente combatidos pelas mais bellicosas nações da Europa, em todas as partes onde os seus navios e fortalezas se achavam isoladas ou mal defendidas.

Em Africa, no Brazil e na India o governo de Hespanha foi aceite sem resistencia; o amor patrio dos portuguezes parecia de todo extincto, ou tão amortecido que não ousava manifestar-se sequer na mais pequena relutancia; a resistencia que os portuguezes oppozeram aos francezes, inglezes e hollandezes, n'algumas possessões ultramarinas, foi tão pouco vigorosa que quasi poderia dizer-se, tanto importava aos portuguezes o dominio d'aquellas nações como o dos hespanhoes; e, se n'algumas campanhas e cêrcos contra os inimigos herdados de Hespanha os brios portuguezes de novo resulgiram, foi isso devido a terem por adversarios huguenotes ou inimigos da religião catholica.

Os portuguezes já não defendiam a patria, batiam-se pela Hespanha; e por isso os heroes de Diu, de Gôa, de Chaul, de Columbo, de-

Malaca e de tantas outras praças ficaram como que enervados e perplexos em presença as victorias dos contendores da Hespanha. Se, para os portuguezes, tão extrangeiros eram os hespanhoes como os subditos das outras nações da Europa.

A' declinação da marinha portugueza succedeu a vinda a da marinha hespanhola, se é que não a precedeu, como diz Rebello da Silva. Filippe III punha n'este tempo quasi que em almoeda as capitanias e cargos triennaes da India: os successos que d'este desgraçado expediente se seguiram, podeis tambem conhecel-os na historia de Portugal de Rebello da Silva.

Portugal perdeu n'estes 60 annos, quasi successivamente, a maior parte das suas melhores possessões. Os hollandezes bloqueavam em 1603 a cidade de Gôa. — Em 1612 eram os francezes que tomavam a Maranhão. — Ormuz perdia-se em 1622. — A Bahia era entrada pelos hollandezes em 1624. — Pernambuco arriava a bandeira portugueza em 1630. — Em 1631 apparecia em Coulão a bandeira sarpada da Dinamarca; esta, porem, teve de ser abatida pelas quinas portuguezas. — Damão resistia em 1639 ás forças do Gran-Mogol. — Em 1641 era Malaca que capitulava; mas ainda assim deve saber-se que, só se entregou depois de muitos mezes de aturada resistencia, e quando os portuguezes já não passavam de 60 mutilados e mortos a fome.

Ainda depois se perderam muitas outras possessões; e para cumulo de desgraça eram os christãos perseguidos no Japão até ao exterminio, em consequencia dos hollandezes terem feito accreditar n'aquelle paiz que os portuguezes tentavam conquistal-o; e, como da parte dos naturaes algumas duvidas se levantassem sobre a religião e intentos dos hollandezes; estes para mostrarem que não eram christãos, arrastaram as imagens dos santos e calcaram-as aos pés. A

guerra de exterminio durou até que uma esquadra hollandeza bombardeou o castello de Cima-Barra, onde 30:000 christãos-se haviam acolhido para resistirem aos japonezes.

Finalmente ouvi Rebello da Silva no capitulo iij de tomo iij da sua Historia de Portugal, se quereis em poucas palavras uma noticia do nosso precario estado da India n'aquella época.

Manuel Godinho de Heredia e o supposto descobrimento da Australia em 1601.

Dissemos já que a Australia deve ter sido descoberta no começo do seculo XVI, por portuguezes dos muitos navios que então se perderam pelos mares Indico-Australes.

Com effeito, não é pequeno o numero de navios de que as chronicas nos dão noticia de terem sido corridos por temporaes e arrojados, pelas correntes que se formam entre as muitas ilhas da Oceania, a costas e terras inhospitas, ficando os seus tripolantes ao desamparo por aquellas praias, como os meios-selvagens, que os hollandezes encontraram na Australia em 1606.(1)

Com relação ao descobrimento de Luca-Antara, India meridional ou Australia em 1601; — em rigor se houve descobrimento não foi europeu; foram antes os Luca-Antaros que, trasidos pelas correntes, vieram descobrir, no porto javanez de Balambuam, os portuguezes que alli se achavam; e que, com os naturaes da mesma ilha receberam sorpresos d'admiração aquelles estrangeiros.

O rei de Damuth Chiaymasiuro resolveu ir logo visitar a terra d'aquelles estrangeiros, e embarcando-se em um calaluz, barco de remos,

(1) Ms. inedito da Bibliotheca de Bruxellas intitulado = Relaçam de Malaca e India meridional com o Cathay em tres tractados, ordenado por Emanuel Godinho de Eredia. = Dirigida a S.C. R. M. D. Philipe Rey de Espanha N.S. – Tratado II, cap. III.

..... "a não de Olanda diz com temporal, em altura de 41 gr. austraes, descobrio aquella terra firme do sul, onde achou muytos Portuguezes, filhos e netos de outros que "com naufragio verão á costa, e tem as mesmas armas e artilheria em seu poder, mas andão "despidos ou mal empanados e vivem de suas lavouras e trabalho. No anno de 1606."

navegou na direcção do sul avortando depois de doze dias de viagem á terra de Luca-Antara, d' onde passados alguns dias voltou a Balambuam.

O que deixamos dito é extrahido do cap. 1 da 1ª parte do ms. de Heredia intitulado Declaraçam de Malaca. Pedro Carvalhaes certificou n'este capitulo a chegada e viagem de Chiaymasiure, de Luca-Antara a Balambuam, 1601.

Foi então que Manuel Godinho de Heredia, tendo recebido o titulo de descobridor, a ordem de Christo, o cargo de Adelantado da India Meridional e a promessa da vintena de todos os rendimentos do paiz que descobrisse, se embarcou para Malaca; a guerra, porem, dos malaios e a apparição dos hollandezes n'aquelles mares embaraçaram o seguimento da expedição; tendo Heredia de ficar n'aquella peninsula encarregado de dirigir os trabalhos de engenheria militar, fortificando as embocaduras dos rios e dirigindo depois com uma frota a defeza dos estreitos de Singapura e Sabbão; e para não inutilisar o titulo official de descobridor (sic), foi empregar-se na pesquiza e descobrimento dos jazigos de ouro, prata e pedras preciosas; e, como diz o Snr. E. Lamy, "em Malaca Godinho (Heredia) "foi verdadeiramente um descobridor e os seus es- "forços não deixaram de approveitar d'alguma "fórma á sciencia."

Pelos fins do anno de 1602 voltava o descobridor a Gôa por ordem do general André Furtado de Mendonça, em consequencia de se achar enfermo de berebere, ou rheumatismo chonico, como dizem outros autores, e não consta que d'aquella cidade voltasse a Malaca para pôr em obra a sua empresa, a qual se tornou cada vez mais difficil, pela guerra sempre crescente dos Malaios e pela frequencia dos hollandezes n'aquelles mares.(2)

Do que fica dito claramente se vê que Heredia não descobriu pessoalmente a terra a que elle se referia nas suas relações.

Que elle havia instado muito com o Vice-

rei D. Francisco da Gama para que o mandasse áquelle descobrimento, em quanto havia probabilidade de achar moução, vê-se da propria carta que transcrevemos no capitulo antecedente.

E se tudo isto é assim, e é ainda o proprio Heredia que nol-o diz, como pode caber-lhe o epitheto de impostor com que um escriptor illustrado o designa? Ter-se-ha provado que Heredia dissesse em alguma parte haver descoberto a Australia? Não nos consta. Então, qual será a base sobre que se assenta a accusação de impostura?

A inscripção da carta, onde se acha indicada a terra de Luca-Antara, encontrada no museu britanico e dada á luz em 1861 pelo Snr. Major; a primeira cousa que prova é não ter sido feita por Heredia, nem por portuguez algum, aliás ella não teria sido assim escripta. Muça Antara foi descoberta ó anno 1601 por mano el godinho de Heredia por mandado de Vico Rey Aives de Saldaha.

O Snr. Ruelens julga que esta inscripção não pode ter sido feita senão por um falsificador, com o fim de dotar Portugal com uma nova gloria.

Nós julgamos que d'este facto, tanto pode inferir-se que um falsificador tentasse roubar a honra do descobrimento aos hollandezes, como que um individuo não portuguez quizesse fazer suppôr o commettimento d'este fraude; mas o que realmente pode inferir-se é que, a inscripção, indicando como está, ter sido feita por um estrangeiro ignorante do idioma portuguez, tenha sido lançada na carta muito innocentemente.

De Heredia ter sido nomeado descobridor da Australia, e não ter effeituado o descobrimento, não lhe pode resultar responsabilidade, que sirva para o taxar de impostor; porque elle é o proprio que, no cap. x do tratado 11 da sua Declaraçam de Malaca, nos diz que, por os hollandezes terem impedido os boqueirões e canaes de Bale e Solor, se não pôde effeituar aquella feliz viagem no dito anno de 1601. -

E que, por ordem do general André Furtado de Mendonça voltára o descobridor a Gôa para se tratar da enfermidade "berebere", achando-se ainda n'aquella cidade em 1607. (3.)

Pois não será sufficiente esta declaração, para destruir tudo quanto em seu desabono se lhe assacou depois?

O erro de Heredia consistiu em ter incluido nos seus escriptos noticias tiradas das relações dos geographos antigos e das tradições populares do Oriente; sem ter extremado bem o que era opinião sua do que extrahira de outros autores.

E' isto o que se deprehende do capitulo 1, tratado 11 da sua Declaraçam de Malaca, onde falla dos autores Ptolomeu, Vartomano e Marco Polo; bem como dos outros capitulos onde trata de Java Minor, de Beach ou Veach, e da Luca-Cambine, a lendaria ilha das mulheres.

Quanto aos certificados de Pedro de Carvalhaes deve-se attender-se a que no capitulo 1 do tratado 11, Carvalhaes certifica apenas: "a chegada e a viagem de Chiaymasiure de Lu-"ca-Antara a Balambuam em 1601;" e que, no capitulo 111 do mesmo tratado se lê o seguinte: — " e tudo que fica escripto me foi contado por Chiaymasiure e seus companheiros." Em summa, tudo nos está indicando n'aquella Declaraçam que sendo os certificados feitos por pessoa que não accompanhou os via-

(3) Ms. inedito intitulado "Relaçam de Malaca e India meridional com o Cathay em tres tratados, ordenado por Emanuel Godinho de Eredia — Dirigida a S. C. R. M. D. Phelipe Rey de España N. S." — Tratado 11, Cap. x:

. . . . . .

"Tambem ElRey nosso Senhor Dom Phelippe por sua instrucção escritta em Lisboa — em 14 de fevereiro do anno 1594 mandou se fizção os descobrimentos da India meridional por Manoel Godinho de Eredia, mathematico, o qual em nome de Sua Magestade pollo Vizo Rey Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira e Almirante do mar indico foi provido pera esta empreza no anno de 1600, e confirmado por outro Vizo Rey succesor Ayres de Saldanha, e foi despachado com o habito de Christo e com titulo de Adelantado da India meridional, com a vintena dos rendimentos daquelle Estado: com que passou da côrte de Gôa ao porto de Malaca, onde estando prestes pera passar ao sul, pera effectuar a viagem da India meridional e terra de ouro succederão as alterações de guerras da fortaleza de Malaca com malaios, pera a gente soldadesca da empreza ficarem em Malaca, pera defensão daquella fortaleza, e por los hollandezes terem impedido os boqueirões e canaes de Bale e Solor; com que se não pôde effectuar esta feliz viagem no dito anno de 1601."

. . . . . .

. . . . . "E com ordem do ditto general André Furtado de Mendoça voltou o descobridor á Côrte de Gôa, por estar enfermo de enfermidade de berebere, pera se curar; e, por isso não voltou a Malaca com o Vizo Rey Dom Martim Affonso de Castro, por ter ordem sua por carta pera o Arcebispo Governador do Estado o prover no soccorro da fortaleza de Malaca e não teve effecto por falhimento do ditto Vizo Rey anno 1607."

jantes se referem unicamente ao que lhes contaram; tanto da Luca-Antara como da Veach e da Tambine; a respeito das quaes, ainda assim, seria hoje temerario avançar, sem mais fundamento, a proposição de terem sido as noticias d'aquellas ilhas, no todo ou em parte, — mentirosas; comtudo, isto não depõe senão — contra a já indicada imprudencia, ainda hoje commettida por muitos escriptores que, para darem maior copia de noticias aos seus leitores, ligam ao texto, propriamente seu, tradições e noticias encontradas n'outros livros, pela veracidade das quaes se não podem responsabilisar.

Sobre o descobrimento da terra austral convem dar aqui conhecimento d'um artigo do snr. E. Hamy, transcripto da Nature de novembro de 1875, em que este snr. dá pela primeira vez conhecimento d'uma carta, que até então se conservára inedita, pela qual se prova ter Heredia encarregado em 1610 a um contemporaneo seu, o descobrimento que elle não poude fazer pessoalmente.

Em seguida transcrevemos a traducção da referida carta e das palavras com que o snr. Hamy a precedeu.

"E foi só em 1610 que Godinho obteve emfim os meios necessarios para mandar a Java um individuo encarregado de se assegurar da realidade dos factos avançados por Chiay-Masiure."

"Eis aqui a traducção da relação inedita dirigida a Godinho, em 14 de agosto de 1610, pelo seu enviado anonymo, que naturalmente seria algum malaio."

"Para honra de V. Mce arrisquei a vida "partindo da enseada dos pescadores n'uma "pequena embarcação com doze homens pagos "á custa de V. M., que ficam em meu poder para "este serviço. E Deus nos ajudou tão bem que "eu perdi da vista a terra de Java e da Sonda. "O outro dia que era o terceiro de viajem appa- "receram as montanhas de Lucaantara e —

"em seguida a terra. Tres dias depois desem-
"barquei n'uma costa deserta para não ser co-
"nhecido por estranho, e sómente com um outro
"companheiro, seguindo a praia, fui á cidade on-
"de me demorei tres dias, e notei ser verdadeiro o
"que tinha informado Chiay Masiure sobre a gran-
"de quantidade de ouro e toda especie de mineraes
"e plantas; cravo, nóz moscada, mastique, san-
"dalo e outras iguarias. E depois de ter compra-
"do o necessario embarquei e voltei á vela em
"6 dias á enseada dos Pescadores, onde che-
"guei muito doente e fiquei na casa d'um pes-
"cador, meu amigo, que me fez mil obsequios
"porque conheceu V. Mce em Malaca, como ami-
"go do bispo D. Juan Ribeiro Gaio."

"Da enseada de Mattaron de Java da Sonda
"14 d' Agosto 1610."

As observações que a esta carta faz o snr. Hamy são tão judiciosas que concordamos perfeitamente com ellas, sobre não ter sido a terra, que o emissario de Heredia descobriu, a Australia. Mas que fosse aquella ou a ilha de Sumba, como suppõe aquelle autor, pouco importa isso na occasião em que o objecto de que se trata é unicamente o de pôr bem claro e patente que, se Heredia não descobriu a terra, a que se referia nas suas relações, foi por motivos inteiramente alheios á sua vontade; assim como não nos consta que elle tivesse dito ou escripto em parte alguma que tinha descoberto a Australia.

A carta do emissario de Heredia prova-nos exhuberantemente que elle não perdia de vista o descobrimento que se tinha proposto fazer, empregando todos os meios para esse fim; e que, mesmo em Gôa e impossibilitado pela sua enfermidade, não deixava de fazer toda a diligencia, talvez com grandes sacrificios pecuniarios, para que o referido descobrimento se effeituasse, pelo menos por um compatriota da sua confiança.

Este procedimento, esta insistencia que, com relação ao descobrimento da terra aus-

tral transluz em todos os actos de Heredia não se coaduna por nenhuma forma com a impostura que lhe suppõe o snr. Major.

E, como já dissemos, se alguem com intenções occultas se lembrou de escrever o nome de Heredia na carta de Luca-Antara não pode caber a Heredia a responsabilidade d'este attentado.

Heredia surge de tudo isto como um cosmographo, mathematico e escriptor das cousas portuguezas do seu tempo, cujo caracter repelle de si toda a suspeita de impostura; no que tambem o snr. Ruelens concorda quando diz. "Quanto á questão do descobrimento vê-se da "relação de Godinho que pessoalmente, não pôz "pé na terra de que elle tomou o titulo de descobridor; não sallou senão depois da relação de "outrem. Não temos razão para suppôr que "o autor não fosse sincero, e não admittiremos "voluntariamente a idéa de uma complicidade "de impostura da parte dos funccionarios que "certificaram as suas relações."

Se os escriptos de Heredia não foram isentos de inexactidões, succedeu-lhe a elle, o mesmo que a muitos outros escriptores do seu e do nosso tempo, quando relataram aquillo de que não tinham a sciencia propria, erro em que a maior parte das vezes se cáe só pelo desejo de dar maior copia de noticias ao publico, e sem a idéa de querer mostrar erudição ou grande somma de conhecimentos.

Finalmente, se a terra, que descobriu em 1610 o emissario de Heredia, era ou não a mesma que elle se propunha a descobrir, pouco importa para o caso; ou antes importa a outro fim, pois que é mais uma terra descoberta por portuguezes.

(2) M. S. de Heredia.—Declaraçam de Malaca Tratado II, Cap.º X.

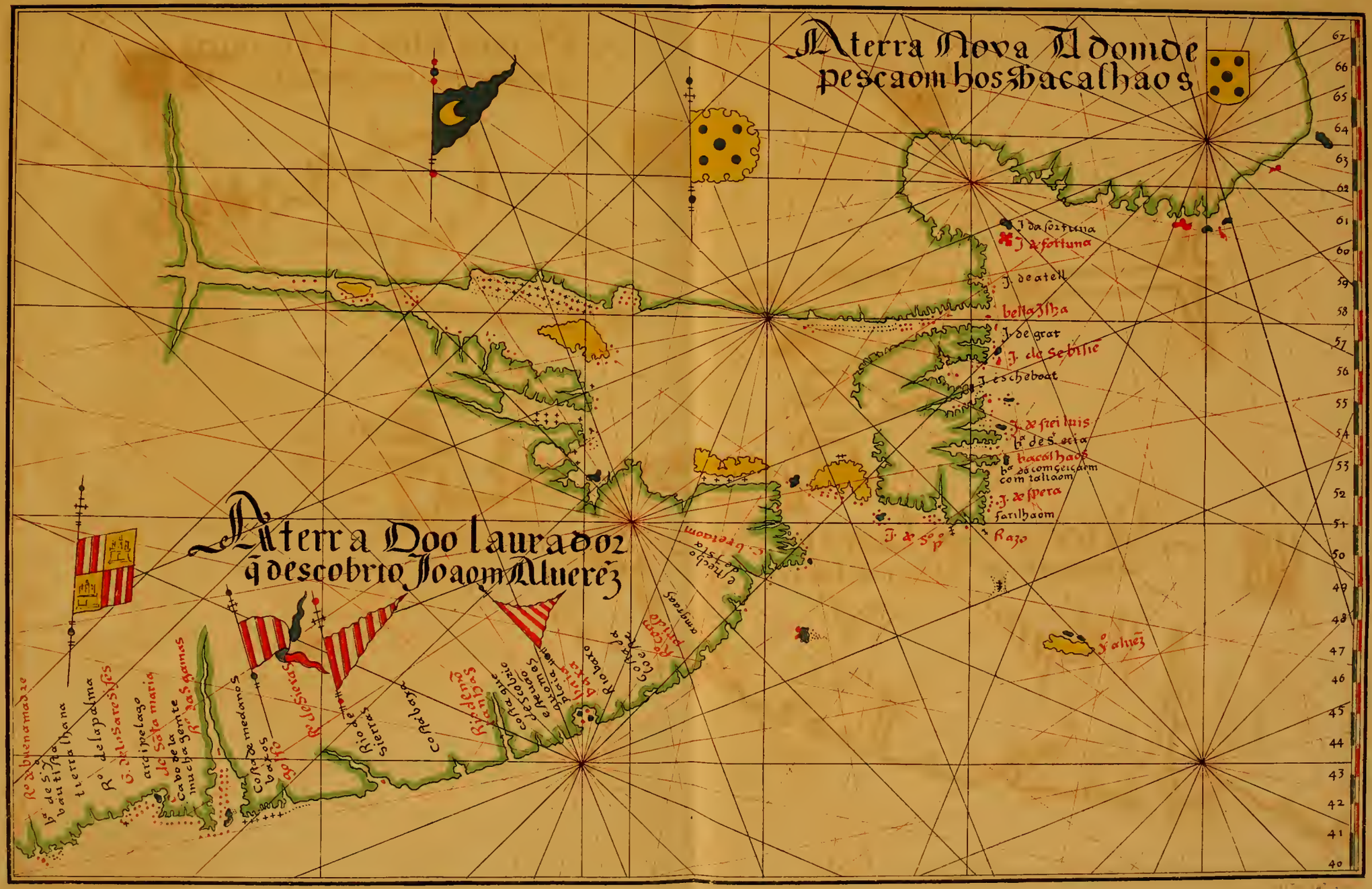
"E se mais mundo houvera lá chegára."

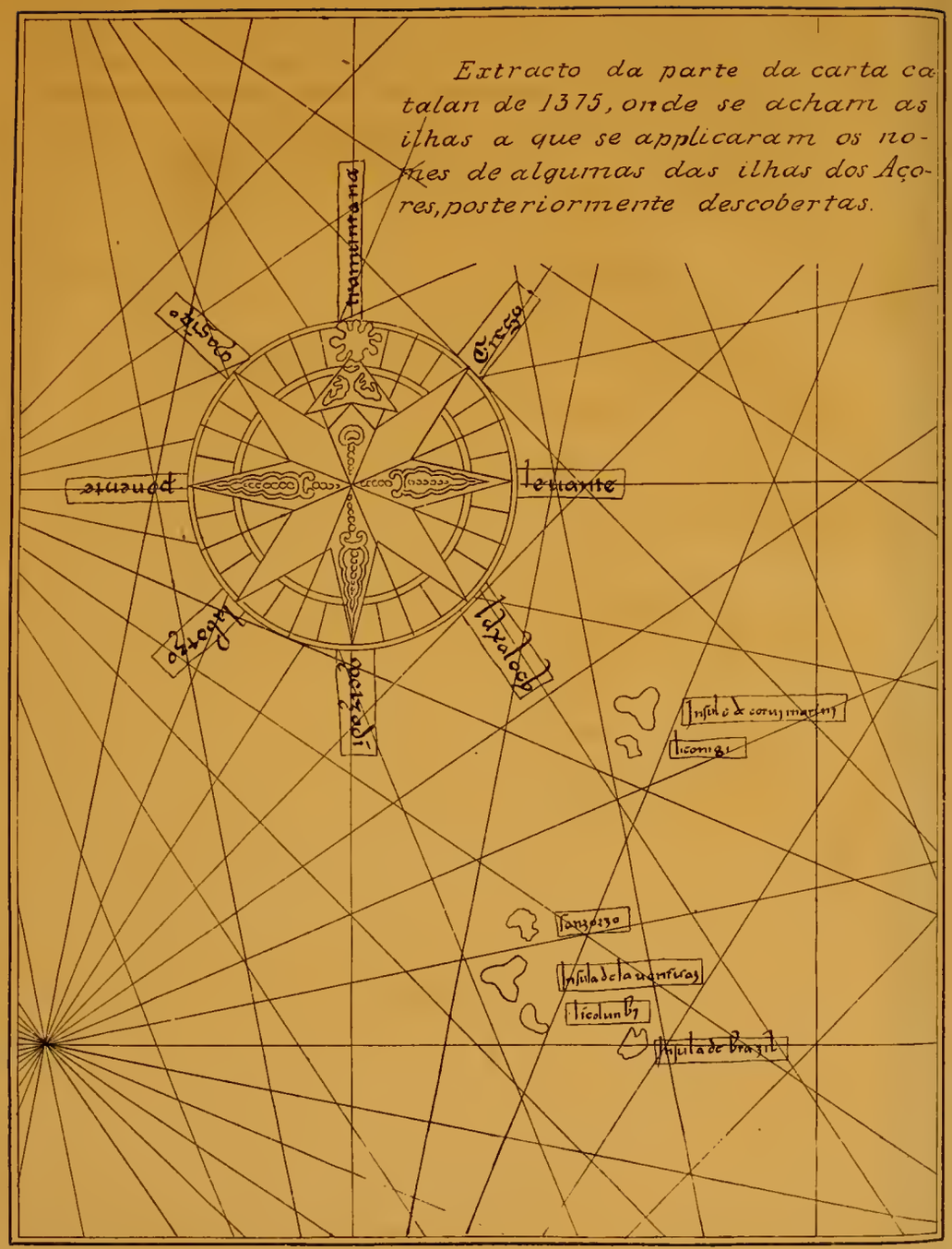
Camões.- C. VII, E. XIV.

Fim.

PLANISPHERIO
CONTENDO
A HISTORIA GRAPHICA
DOS
principaes descobrimentos
PORTUGUEZES
NOS
Seculos 15º e 16º
AMERICA
DO
NORTE
AMERICA
DO
SUL
EUROPA
ASIA
AFRICA
OCEANO
PACIFICO
OCEANO
ATLANTICO
OCEANO
INDICO
Equador
Tropico de Cancer
Tropico de Capricornio
Circulo polar antarctico
Ilhas de Sandwich
AUSTRALIA
PERSIA
PATAGONIA
Estreito de Magalhães
Cabo Horn
Cabo da Boa Esperança
Cabo Verde
Arch. dos Açores
Arch. da Madeira
Ilha de S. Thomé
Ilha de Santa Helena
Ilha da Ascensão
Ilha de Trestão da Cunha
Ilha de Sumatra
Ilha de Java
Ilha de Ceilão
Ilha de Timor
Ilha de Borneo
Ilha de Celebes
Ilha de Gilolo
Ilhas Philippinas
Ilhas Moluccas
Ilhas de Maldivas
Ilhas de Comores
Ilhas de Mascarenhas
Ilhas de Sonda
Ilhas de Amirantes
Ilhas de Chagos
Ilhas de Seychelles

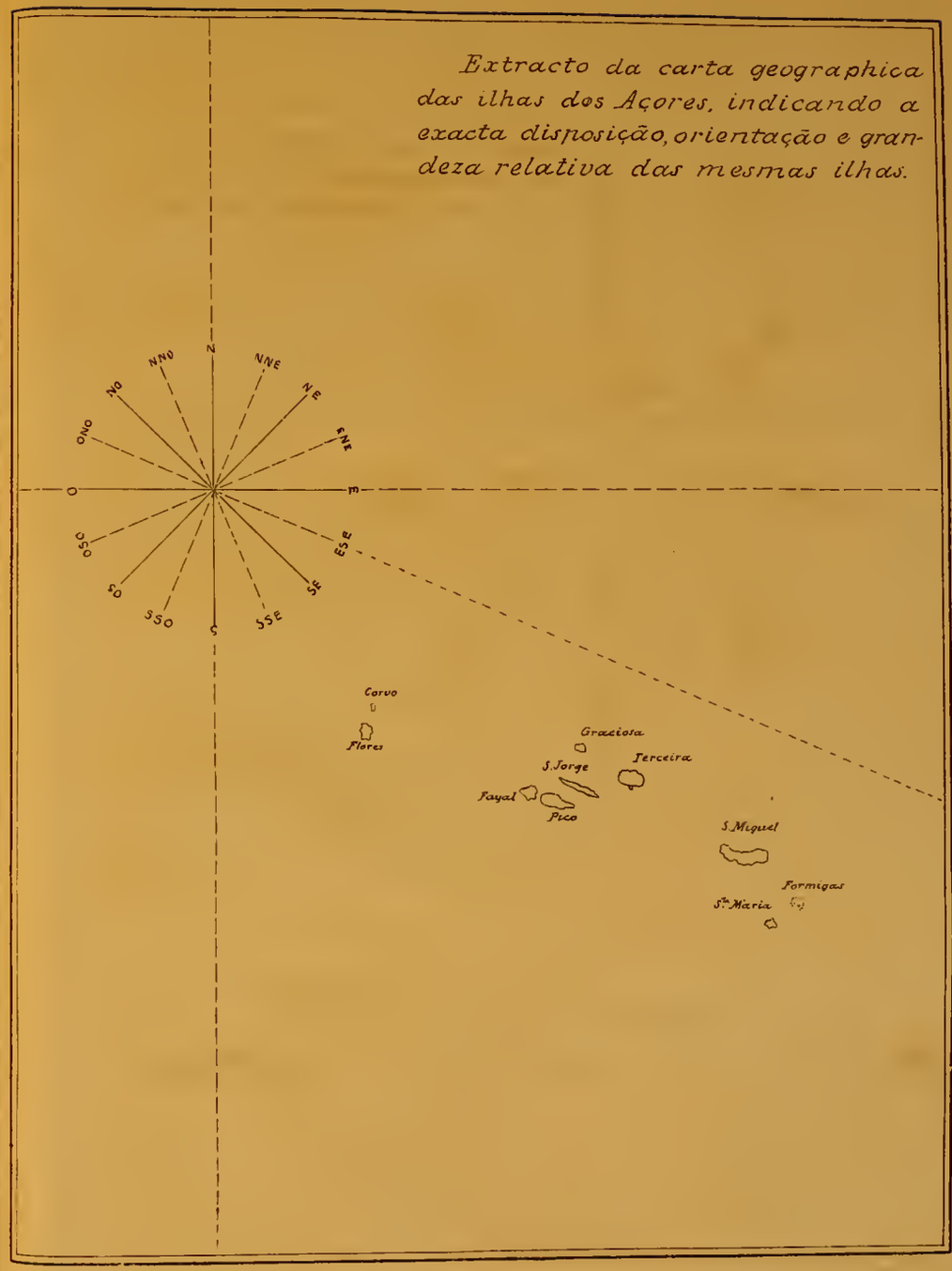
FAC-SIMILE DE UMA DAS CARTAS DO ATLAS DE LAZARO LUIZ





Extracto da parte da carta catalan de 1375, onde se acham as ilhas a que se applicaram os nomes de algumas das ilhas dos Açores, posteriormente descobertas.

BET. FECIT.



Extracto da carta geographica das ilhas dos Açores, indicando a exacta disposição, orientação e grandeza relativa das mesmas ilhas.

LITH. MATTA & Cª

A escala d'estas duas cartas é proximamente egual

A comparação da orientação, disposição e grandeza relativa das ilhas, representadas n'estas duas cartas, prova a opinião emittida no cap. VI (pag. 46 e 47) d'esta obra.

Advertencia.

As notas e referencias aos livros e documentos, que nos guiaram na composição desta obra, foram collocadas pela forma seguinte:

As que dizem respeito a asserções, cujo interesse possa dispertar no leitor o desejo de tomar immediato conhecimento dos documentos que as autorisam, vão na propria pagina.

As que servem unicamente para indicar os autores que seguimos, foram collocadas no fim do respectivo capitulo.

A fórma excepcional, por que esta obra foi dada á luz, obrigou-nos a commetter algumas irregularidades, para as quaes pedimos a indulgencia do leitor.

Entre alguns erros orthographicos, cuja emenda seria difficil fazer com aceio, figura a separação das letras de alguns dithongos, na passagem de uma linha para outra, e o uso da divisão syllabica antiquada; isto pela razão de não ser possivel conseguir fazer-se na lithographia a operação que na typographia se chama recorrer, quando é preciso diminuir ou augmentar o numero de lettras de uma linha, sem exceder o limite da parte impressa.

Erratas mais importantes.

Pag.	Lin.	Onde se lê	Deve ler-se
iiij	22	indianas	orientaes
vj	28	seria	sería
viij	24	Envocacam	Envocaçam
4	27	maõs	mãos
5	15	que se denominou	que depois se denominou
10	Nota	appelido	appellido
29	28	terras e ilhas oceanicas	terras e ilhas atlanticas
91	29	mussulmanos	musulmanos

107	17	zubins	zubis
110	1	zovogou	zevogou
115	Tit.	Descobrimento do Brazil, da ilha de Madagascar e do golfo de Aden, por Pedro Alvares Cabral e Diogo Dias-1500.	Descobrimento do Brazil por Pedro Alvares-Cabral, e da ilha de Madagascar e do golfo de Aden por Diogo Dias. -1500.
154	34	1501	1502
235	35	desasombradamente	desassombradamente
238	35	dos que	do que
248	36	Arões	Aróes
289	31	sortaleça	sortaleza
302	Tit.	Governo de Garcia de Sá-Fundação da cidade de S. Salvador no Brazil, por Thomé de Sousa -Cerco de Malacá-1548-1549.	Governo de Garcia de Sá.-Fundação da cidade de S. Salvador no Brazil, por Thomé de Sousa-1548-1549.
374	7	travalho	trabalho
375	8	posseções	possessões
378	3	portu-	portuguezes
381	27	ho-stilidades	hos-tilidades
390	7	capitaes	capitães
393	16	seguiou	seguio
398	15	capitaes-mores	capitães-mores

Index

Prefacio pag. 1

Livro I

Capitulo I Conquista de Ceuta-1415 3

Capitulo II Descobrimento das ilhas de Porto Santo e Madeira-1418-1419 7

Capitulo III Descobrimento da primeira ilha do archipelago dos Açores-1432. 32

Capitulo IIII Tenta o infante fazer passar o cabo Bojador-1433-1434. 34

Capitulo V Descobrimento das Angras de Ruivos e de Cavallos, da ponta da Galé, de porto do Cavalleiro, de Cabo Branco e das ilhas d'Arguin e das Garças -1434 a 1443. 38

Capitulo VI Descobrimento da ilha de S. Miguel-1444-e do golfo de Gonçalo de Cintra-1445. 43

Capitulo VII Descobrimento de Cabo Verde e reconhecimento de alguns pontos da costa d'Africa-1445. 48

Capitulo VIII Descobrimento dos rios Senegal e Gabite-1446 a 1448. 51

Capitulo VIIII Descobrimento das ilhas Terceira e de S. Jorge, provavelmente em 1449 55

Capitulo X Descobrimento das ilhas de Cabo Verde, e fallecimento do Infante D. Henrique-1460 57

Capitulo XI Continuação do descobrimento

da costa da Africa até aos reinos do Congo e Angola; e das ilhas de S. Thomé, Principe, Fernando do Pó e Anno-Bom.-1461 a 1485. 68

Capitulo XII Descobrimento do Cabo da Boa Esperança e embaixada ao Preste João, -Viagem por terra ao Oriente.-1486 e 1487. 74

Capitulo XIII Descobrimentos na America por Christovão Colombo.-1492. 77

Capitulo XIIII Tratado de Tordesilhas-1494. 101

Capitulo XV Descobrimento da costa oriental d'Africa e do novo caminho maritimo para a India, por Vasco da Gama. -1498. 104

Capitulo XVI Descobrimento do Brazil por Pedro Alvares Cabral, e da ilha de Madagascar e do golfo de Aden_ por Diogo Dias-1500. 115

Capitulo XVII Descobrimentos na America do Norte. 123

Fac-simile de uma das cartas do atlas de Lazaro Luiz. 148

Capitulo XVIII Continuação do descobrimento da costa do Brazil; e descobrimento das ilhas da Concepção, de João da Nova e de Stª Helena.-1501. 149

Capitulo XVIIII Segunda viagem de Vasco da Gama á India-1502. 156

Capitulo XX As esquadras dos Albuquerques.-O heroe Duarte Pacheco Pereira-1503. 159

Capitulo XXI O Soldão do Egypto-1504. 167

Livro II.

Capitulo I Primeiro vice-reinado da India. Vice-rei D. Francisco d'Almeida-Des-

cobrimentos das ilhas de Tristão da Cunha e de Ceylão-1505 e 1506. 173

Capitulo II Governo de Affonso d'Albuquerque-Descobrimento de Malaca e Sumatra, tomada de Góa, conquista de Malaca e descobrimento das Molucas-1509 a 1515. 182

Capitulo III Governo de Lopo Soares.-Descobrimentos da Cochinchina, da sepultura de S. Thomé e das ilhas Lequias-1515 a 1518. 198

Capitulo IIII Governo de Diogo Lopes de Sequeira.-Primeira viagem de circumnavegação do globo, emprehendida pelo portuguez Fernão de Magalhães, em companhia de outros portuguezes e de castelhanos ao serviço da Hespanha.-Embaixadas á Abyssinia, China, Cambaya e guerras em Ormuz e outros pontos da Asia-1518 a 1521. 203

Capitulo V Governo de Duarte de Menezes-1521 a 1524. 212

Capitulo VI Segundo Vice-reinado da India -Vice-rei o Almirante D. Vasco da Gama-Descobrimento provavel da Australia-1524. 214

Capitulo VII Governo de D. Henrique de Menezes-1525.- Tomada de Bintan 1526. 242

Capitulo VIII Governo de Lopo Vaz de Sampaio.-Descobrimento da terra de Papuas.-A Hespanha cede a posse das Molucas a Portugal.-1526 a 1529. 245

Capitulo VIIII Governo de Nuno da Cunha. -Fundação da fortaleza de Diu -1529 a 1538. 250

Capitulo x Terceiro Vice-reinado da India -Vice-rey D. Garcia de Noronha- Defesa heroica de Diu-Socorro de Ceylão-1538 a 1540. 265

Capitulo xj Governo de D. Estevão da Gama- O governador entra o mar Vermelho e chega a Suez- 1540 a 1542. 271

Capitulo xij Governo de Martim Affonso de Sousa-Os portuguezes salvam o imperio da Ethiopia de ser anniquilado pelos musulmanes -1542 a 1545. 277

Capitulo xiij Governo de D. João de Castro e quarto Vice-reinado da India.-Segundo cerco de Diu-Os Achens-S. Francisco Xavier-1545 a 1548. 286

Capitulo xiiij Governo de Garcia de Sá.-Fundação da cidade de S. Salvador no Brázil por Thomé de Sousa-1548 -1549. 302

Capitulo xv Governo de Jorge Cabral.-Desc erco de Malaca-Tomada de Ceilo-1550. 303

Capitulo xvj Quinto Vice-reinado da India -Vice-rei D. Affonso de Noronha. -Morte do Padre S. Francisco Xavier-Cerco d' Ormuz-1550 a 1554. 306

Capitulo xvij Sexto Vice-reinado da India- Vice-rei D. Pedro de Mascarenhas. -1554-1555. 310

Capitulo xviij Governo de Francisco Barreto-Fundação de Macau-1555-1558. 311

Capitulo xviij Setimo Vice-reinado da India -Vice-rei D. Constantino de Bragança-Tomada de Damão-O rei de Jasanapatão jura vassalagem a Portugal-1558-1561. 313

Capitulo xx Oitavo Vice-reinado da India -Vice-rei o Conde de Redondo- Guerra em Ceylão-1561. 318

Capitulo xxi Governo de João de Mendonça. -1561 a 1564. 320

Capitulo xxij Nono Vice-reinado da India-Vice-rei D. Antão de Noronha.-Cêrco e Cóta-Sugeição de Mangalor-O Achén tenta entrar em Malaca-1564 a 1568. 321

Capitulo xxiij Decimo Vice-reinado da India-Vice-rey D. Luiz d'Athaide.-Camões -Mem Lopez Carrasco-Guerra no Monomotapá-Cercos de Chaul, de Baçaim e de Gôa-1568 a 1571. 327

Capitulo xxiiij Decimo-primeiro Vice-reinado da India-Vice-rei D. Antonio de Noronha.-1571 a 1573. 341

Capitulo xxv Governo de Antonio Moniz Barreto.-Guerras com os Achens-1573 a 1578. 344

Capitulo xxvj Governo de D. Diogo de Menezes-1578. 348

Capitulo xxvij Decimo-segundo Vice-reinado da India-Vice-rei o Conde d'Athouguia D. Luiz d'Athaide.-Estabelecimento portuguez em Solor-Guerra na Oceania-1578 a 1581. 364

Capitulo xxviij Governo de Fernão Telles de Menezes.-Acclamação, na India, de Filippe II de Hespanha como rei de Portugal-1581 366

Capitulo xxviij Decimo-terceiro Vice-reinado da India-Vice-rei D. Francisco Mascarenhas.-Guerras em Ormuz e Malaca-1581 a 1584. 367

Capitulo xxx Decimo-quarto Vice-reinado da India-Vice-rei o Conde de Ta-

	rouca, D. Duarte de Menezes. -Estabelecimento em Timor- Guerras em Malaca e Ceylao- 1584 a 1588.	369
Capitulo xxxi	Governo de Manuel de Sousa Coutinho.-Guerra na Africa Oriental-1588-1591.	376
Capitulo xxxii	Decimo-quinto Vice-reinado da India-Vice-rei Mathias d'Albuquerque.-Conflictos com os inglezes- Tomada do Morro de Chaul-Os inglezes e os hollandezes tentam ir á China pelo norte e depois pelo Cabo da Boa Esperança-1591 a 1597.	379
Capitulo xxxiii	Decimo-sexto Vice-reinado da India-Vice-rei o Conde Almirante D. Francisco da Gama.-1597.	389
Capitulo xxxiv	Conclusão.	396
	Planisphereo	412
	Advertencia	413
	Erratas	413

Rot. 12/7/56 Edna S. Wingo, washingto
$50.24.